

DOCUMENTO

GÊNESE E CONTEXTOS DE USO

Nos últimos vinte anos a temática do documento vem suscitando reflexões que justificam o que importantes autores do campo informacional nomeiam de “movimento de neodocumentação” ou “redocumentalização”: um retorno ao *documento* após décadas de relativo apagamento em favor da centralidade da *informação*.

No Brasil inicia-se recentemente movimento teórico que reinstala o documento na base das atividades práticas e reflexivas ditas informacionais, especialmente pela via da releitura dos autores clássicos e contemporâneos da Documentação européia.

A multiplicidade de perspectivas e níveis de atuação sobre o documento indica a necessidade e a riqueza de trazer para debate um conjunto de disciplinas envolvidas nos seus diversos usos sociais.

Assim, a coletânea busca contemplar diferentes abordagens teórico-filosóficas e pragmáticas de intervenção documentária, sob os enfoques da Ciência da Informação, da Biblioteconomia, da Documentação, da Arquivologia, da Diplomática, e da História – dando início à *Série Estudos da Informação*, que tem o objetivo de promover reflexões sobre temáticas ou abordagens inovadoras, polêmicas ou pouco exploradas no cenário informacional brasileiro, oferecendo material para estudos e pesquisas.

Realização

Mestrado em Ciência da Informação
PPGCI / UFF

Apoio

PROPPi
Pro-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação



ISKO - Brasil



Vol. 1

DOCUMENTO: GÊNESE E CONTEXTOS DE USO



DOCUMENTO

GÊNESE E CONTEXTOS DE USO

Estudos da Informação
Vol. 1

Lídia Silva de Freitas
Carlos Henrique Marcondes
Ana Célia Rodrigues
(Orgs.)



DOCUMENTO

GÊNESE E CONTEXTOS DE USO

Estudos da Informação
Vol. 1

DOCUMENTO

GÊNESE E CONTEXTOS DE USO

Estudos da Informação
Vol. 1

Lídia Silva de Freitas
Carlos Henrique Marcondes
Ana Célia Rodrigues
(Orgs.)



Copyright © 2010 by Lídia Silva de Freitas, Carlos Henrique Marcondes, Ana Célia Rodrigues

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 Niterói, RJ - Brasil

Tel.: (21) 2629-5287 - Telefax (21) 2629-5288

http://www.editora.uff.br - E-mail: eduff@vm.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Projeto gráfico e editoração eletrônica: *Joana Lima*

Capa: sobre logomarca de *Álvaro Faria - Nucs (UFF)*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

R691 de Freitas, Lídia Silva; Marcondes, Carlos Henrique; Rodrigues, Ana Célia;
Documento: gênese e contextos do uso / Lídia Silva de Freitas,
Carlos Henrique Marcondes, Ana Célia Rodrigues (organizadores)
Niterói: EdUFF, 2010.

268 p.; 14cm
ISBN 978-85-228-0638-6

1. Ciência da Informação 2. Documento 3. Título. I. Série.

CDD 020.7

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Diretor da Divisão de Editoração e Produção: Ricardo Borges

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado: Luciene P. de Moraes

Assessora de Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Juarez Duayer

Livia Reis

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Renato de Souza Bravo

Sílvia Maria Baeta Cavalcanti

Tania de Vasconcellos



SUMÁRIO

Apresentação	9
Palavra, Termo, Conceito: das linguagens documentárias até os vocabulários semânticos para a Web <i>Jose Antonio Moreira González (Univ. Carlos III de Madrid)</i>	11
Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação <i>Marilda Lopes Ginez de Lara (USP)</i>	35
Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação <i>Cristina Dotta Ortega (UFMG)</i>	57
O sentido e o significado do documento para a memória digital <i>Vera Dodebei (UNIRIO)</i>	81
Linguagem e Documento: externalização, autonomia e permanência <i>Carlos Henrique Marcondes, (UFF)</i>	97
Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais <i>Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)</i>	111
Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade <i>Eduardo Ismael Murguía (UFF)</i>	123

O dispositivo de arquivo: a construção histórico-discursiva do documento e do fato <i>Lídia Silva de Freitas (UFF)</i>	141
Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho <i>Heloísa Liberalli Bellotto (USP)</i>	161
Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura <i>Ana Célia Rodrigues (UFF)</i>	175
Longa caminhada no tratamento semântico de documentos <i>Hagar Espanha Gomes (Consultora)</i>	193
O espectro dos Knowledge Organization Systems: uma proposta de tipologia <i>Renato Rocha Souza (UFMG e FGV), Douglas Tudhope (University of Glamorgan, UK), Maurício Barcellos Almeida (UFMG)</i>	205
O Documento e as Ferramentas de Tratamento e Recuperação de Informações na Web Semântica: um novo espaço de identidade. <i>Maria Luiza de Almeida Campos (UFF)</i>	223
Análise e representação do conteúdos de imagens para o acesso à informação <i>Rosa Inês Novais Cordeiro (UFF)</i>	235
Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística <i>Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF e Arquivo Nacional)</i>	247
Sobre os autores	261

APRESENTAÇÃO

Com satisfação apresentamos esta coletânea, que agrega grande parte das conferências e palestras proferidas no contexto do **I Seminário de Estudos da Informação**, realizado de 28 a 30 de abril de 2010, tendo como tema *Documento: gênese e contextos de uso*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Mestrado da Universidade Federal Fluminense¹.

A série iniciada com este volume tem o objetivo de divulgar os trabalhos apresentados nos Seminários do PPGCI-UFF, que nascem da proposta de promover reflexões sobre temáticas ou abordagens inovadoras, polêmicas ou pouco exploradas no cenário informacional brasileiro, oferecendo material para estudos e pesquisas.

E a grande ocorrência do público ao primeiro evento da série parece confirmar o acerto da escolha de questões envolvidas na temática do documento, que nos últimos vinte anos vem suscitando reflexões que justificam o que importantes autores da Ciência da Informação nomeiam de “movimento de neodocumentação”² ou “redocumentalização”.

Tal redirecionamento de foco – da centralidade da *informação* para um retorno ao *documento* – vem se desenvolvendo fundamentalmente na Ciência da Informação de origem anglo-saxônica, mas repercutindo em variados setores do campo informacional. A visibilidade dos debates acerca do documento ensejou a criação em 2001, por iniciativa de Michael Buckland e Niels Lund, de *The Document Academy*³ –, rede internacional informal de pesquisas sobre o tema –, tendo promovido em 2010 seu oitavo encontro internacional, DOCAM⁴.

1 O Seminário e a presente edição contaram com o apoio da CAPES e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação da UFF (PROPPi), esta última através do patrocínio dos Grupos de Pesquisa do CNPq *Gênese Documental Arquivística; Imaginário e informação: estudos culturais e comparativos; Informação, Conhecimento e Tecnologia da Informação; Informação, Discurso e Memória; Informação, Estado, Cultura e Sociedade; Ontologia e Taxonomia: aspectos teóricos e metodológicos*.

2 PEDAUQUE, R. T. **La redocumentarisation du monde**. Toulouse: Cépaduès, 2007.

3 Sobre o tema, LUND, Niels Windfeld; BUCKLAND, Michael. Document, documentation, and the Document Academy: introduction. **Archival Science**, v.8, n.3, p.161–164, 2008.

4 Sobre os eventos DOCAM: <http://www.thedocumentacademy.org/>. (acesso em 01.10.2010.)

No Brasil, que por trajetos histórico-institucionais específicos o campo informacional foi principalmente caudatário da vertente anglófona, inicia-se recentemente movimento teórico que reinstala o documento na base das atividades práticas e reflexivas ditas informacionais, especialmente pela via da releitura dos autores clássicos e contemporâneos da Documentação europeia.

Entretanto, tal empreendimento é heterogêneo. Lund, em importante revisão de literatura que intitula *Teoria do Documento*⁵, após exposição das variadas vertentes históricas sobre o tema, localiza no movimento de “redocumentação” do campo informacional uma subdivisão básica: entre os setores voltados para as esferas operacionais com documentos – motivados pela crescente multiplicidade de formatos e suportes – e aqueles envolvidos em abordagens epistemológicas ou filosóficas dos mesmos – voltados para seus usos e funcionamentos político-culturais.

Também a produção brasileira vem apresentando diferenças de enfoques e perspectivas analíticas. A multiplicidade de perspectivas e níveis de atuação sobre o documento indica a necessidade e a riqueza de trazer para debate o conjunto de disciplinas envolvidas nos diversos usos sociais do documento.

Assim, a presente coletânea reflete o escopo do Seminário, que buscou contemplar diferentes abordagens teórico-filosóficas e pragmáticas de intervenção documentária, sob os enfoques da Ciência da Informação, da Biblioteconomia, da Documentação, da Arquivologia, da Diplomática, e da História, intentando propiciar e fortalecer o intercâmbio sobre o tema no âmbito da pós-graduação brasileira em geral e, em especial, no âmbito da pós-graduação em Ciência da Informação.

Agradecemos aos autores que generosamente aceitaram tal desafio – competente e dialogicamente inscrito em seus textos. Por essa razão mantivemos neste volume a ordem das apresentações do evento.

Os organizadores.

Palavra, Termo, Conceito: das linguagens documentárias até os vocabulários semânticos para a Web

José A. Moreiro González
Universidad Carlos III de Madrid

Introdução

Partindo da proposta de René Descartes: *Precisem o significado das palavras e vocês livrarão a humanidade da metade dos erros*, temos como objetivo entender o que permanece e o que mudou na representação conceitual dos documentos, num ambiente determinado pela Web e pela interatividade. Procuramos esclarecer como têm mudado as linguagens documentárias na sua adaptação às novas necessidades, indo muito além da estabilidade terminológica racionalista que definia o filósofo francês.

Os documentos conformam-se a partir de questões cujas respostas-amostras levam até as macroestruturas ou estruturas simbolizáveis explicitadas mediante os descritores. São os *septem loci* retóricos que servem como guias para a construção, mas também para a representação dos textos. Hoje dispõe-se de uma interpretação mais recente com as *wh questions*, espécie de inventário temático para indagar seletivamente as mensagens do texto. Ocorrências que servem para modelar as etapas da análise da informação e que são conhecidas como *Paradigma de Laswell*; também como *Loi de Quintilien*; o mesmo assunto que foi tratado na antiguidade pela *Retorica* de Aristóteles; e pelo *De oratore* de Cícero. Nada parece ter mudado na natureza do assunto, mas muito no modo de fazer sua aplicação.

Bases epistemológicas da representação da informação

A composição inseparável do signo em significante/significado oferece um paralelismo no caso dos documentos, já que suas orações e frases também resultam da união do plano expressivo, morfológico-sintático, com o do contido, ou conceitual semântico, ao que deve acrescentar-se a relação entre autor e leitores, e de ambos com a mensagem, ou pragmático. Nenhum destes elementos pode ser esquecido

⁵ LUND, Niels W. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 43, p. 399-432, 2009.

na hora de planejar a análise semântica dos documentos, especialmente para identificar os conceitos essenciais que contêm. O documento, na sua estrutura morfológica, pode ser considerado como um objeto de informação (BUCKLAND, 1988) e o tratamento que fazamos com ele é sempre superficial, externo, pela estrutura física ou pelas palavras que seu texto contém. Porém, a estrutura semântica lida com as ideias e mensagens principais que o documento transmite. A análise de conteúdo leva a procurar os conceitos que têm a suficiente relevância para serem representativos de toda a informação de um documento.

Níveis de análise		Níveis de síntese
Estrutura morfológica	Suporte físico	Catalogação
	Identificação do documento-objeto	
Estrutura semântica	Superestrutura ou disposição organizativa	Tipologia documentária
	Macroestruturas	Indexação
		Resumo

Figura 1. Perspectiva linguística do documento.

A estrutura morfológica contém o significante, e a estrutura semântica o significado. O processo de representação da informação macroestrutural seguiu uma adaptação aos tipos de documentos e sua forma de acesso. Mantendo-se sempre em convivência os métodos de representação novos com seus antecessores. Podem ver-se duas linhas que vão do morfológico, as palavras-código, ao mais semântico, os tópicos, que se entrecruzam histórica e aplicativamente. Quando uma tem um nível de estruturação baixo, a outra o tem alto; pelo contrário, quando uma tem alta facilidade de implantação, é escassa na outra. Assim, consideraremos estas linguagens para organizar e representar a informação, sob a perspectiva do léxico utilizado e das relações entre as palavras que utilizam:

- *Palavras-chave* independentes (i.e. folksonomias)
- *Listas de palavras* (glossários, listas de nomes, dicionários)
- Facetas, categorizações e classificações
- *Grupos de relações* (tesauros, *Topic maps* e Ontologias).

Todos eles são sistemas de organização e representação do conhecimento KOS (*Knowledge Organization Systems*) e servem para fazer a indexação de recursos na Web com diferentes vocabulários (alguns deles controlados, outros não), até dentro do mesmo domínio.

Desde a antiguidade clássica, os predicados têm sido considerados como os conceitos mais gerais (macroestruturas) aos que alude a expressão do pensamento. Aristóteles, na Retórica (1981, p.51), determinou os distintos modos retóricos como: Substância, Quantidade, Qualidade, Relação, Lugar, Tempo, Situação, Posse, Ação e Paixão. Posteriormente Leibniz (1966, p.41) reduziu esta lista a cinco categorias: Substância, Quantidade, Qualidade, Relação, Ação ou Paixão. Mais ainda precisou Kant (2000) os conceitos básicos do entendimento, ao classificá-los tão só em quatro categorias: Quantidade, Qualidade, Relação e Modalidade.

Também desde a antiguidade, os documentos individuais sempre têm facilitado o acesso a sua informação através dos índices. Acesso feito ao mesmo tempo pela superfície expressiva léxica, como pelo contexto de referência, ao contar com terminologia própria de um domínio. Pelo que se situam entre os que se elaboram livremente com palavras-chave (por extração ou por dotação), e os que se estabelecem mediante linguagens controladas. Esses índices tradicionais formam redes semânticas com os conceitos, cuja designação pode ser feita por mais de uma palavra ou termo; com as associações entre conceitos (Veja, também: subordinações,...); e com o surgimento dos conceitos: casos ou ocorrências para os quais guiam as referências (BONURA, 1994). Os índices alfabéticos devem levar em conta os sinônimos e as variações gramaticais com remissivas; as subdivisões normalizadas; e os rótulos explicativos que determinam a não ambiguidade.

As ciências naturais alcançaram um sistema de coordenadas e unidades de medida universais entre os séculos XVI e XX. Desde então os cientistas usam instrumentos simbólicos e conceituais independentes das línguas naturais, uma metalinguagem muito formalizada, logicamente coerente e amplamente compartilhada (BARROS, 2006). Nos documentos científico-técnicos, os termos cumprem duas funções, a de representação conceitual, e a de transmissão dos conhecimentos especializados. Porém, nas propostas recentes, destaca-se a função comunicativa da língua, afastando-se das tentativas anteriores de fixar os termos (KIEGER, 2004):

- Como referentes ideais e homogêneos.
- Estritamente desambiguados e monossêmicos.
- Ao serviço preferente da comunicação entre *experts*.

Então, agora a sua condição é mais cambiante, pois aceitam se as metáforas e os contextos históricos de uso, o que favorece as dúvidas sobre o sentido monossêmico (com o que se reabilita conseqüentemente a polissemia), e sobre a variação vista como uma “perturbação da unidade lingüística” (Temmerman, 2001).

O acesso contemporâneo à informação dos documentos

De uma perspectiva contemporânea, o acesso à informação por assuntos abriu a trajetória espetacular que teriam as linguagens documentárias no século XX. Nos Estados Unidos, em 1876, se informaram as obras básicas *Classificação decimal* de Dewey (1979) e as *Rules for a dictionary catalog* de Cutter (1962). A primeira queria organizar a totalidade do conhecimento humano, que incluiu dentro de umas divisões decimais, seguindo a ideia de aspirar a uma expressão universalmente válida.¹ Tentava graduar as disciplinas científicas mediante uma sequência que partia do nível mais amplo da classificação do saber humano de Francis Bacon (1980), passando por níveis meios segundo os conceitos do século XIX, até chegar a níveis específicos (CUTTER, 1972, p.128). Suas características mais notáveis são a simplicidade, a ingenuidade, e a adaptabilidade de suas anotações. A segunda o fazia para as linguagens controladas, mediante as listas de Cabeçalhos de assunto, com caráter pré-coordenado, estrutura associativa e controle de vocabulário de aplicação específica. Sem dúvida seu uso era mais amigável para o usuário. A rigidez dos sistemas classificatórios deu aos cabeçalhos preferência para as linguagens controladas.

No pós-guerra mundial, Vannevar Bush percebeu que o problema principal estava na inadequada forma de armazenar e recuperar a informação. Em “*As we may think*” raciocinou que a estrutura sequencial dos conceitos documentários em classe-subclasse era a causa de que

as taxonomias alfabéticas ou numéricas fossem incapazes de processar adequadamente grandes acervos de informação, pois os sistemas hierárquicos ficavam superados pela associação de conceitos, imitando o modo em que as pessoas pensam (BUSH, 1945). Era evidente que as categorias tradicionais da Biblioteconomia resultavam insuficientes para tratar o conteúdo dos documentos, pois as classificações universais contribuíam pouco para a circulação efetiva dos conteúdos registrados. Com esta proposta Bush se internou nos índices associativos e predisse a implantação dos sistemas de bases de dados, hipertextos e hipermídia (Robert, 1984; Smit, 1981; Buckland; Goldberg, 1992).

Positivista	Pós-moderno
Categorias universais , formas apriorísticas de representação	Categorias funcionais
Predomínio das relações hierárquicas (taxonomias)	Preponderância das relações associativas ²
Linguagem normalizada : comunicação inequívoca	Documento considerado a partir da sua função comunicativa
Informação vista a partir da produção ou da recepção	Informação vista a partir da relação produção-recepção da mensagem
Procura da precisão, objetividade e clareza da linguagem	O usuário como sujeito da interpretação
Modelo das ciências mais formalizadas , sem as imperfeições dos discursos das Humanidades	Cada documento contém um modelo léxico
Substantivo , forma de representação privilegiada (CABRÉ, 1993)	Léxico mais próximo da linguagem natural

Figura 2. Conceitos de representação da Informação

¹ Na atualidade, continua-se a utilizar em muitas bibliotecas. Inclusive é a origem da CDU, depois da adaptação que dela fizeram Otlet e La Fontaine. Como ferramenta metodológica, a CDU estabeleceu enlaces semânticos entre os conceitos do Repertório, através das relações de hierarquia, similitude ou diferença, mesmo que a CDU apresente mais características de taxonomia que de associação.

² Para alguns autores, a escritura ordinária é, pelo geral, sequencial porque imita a fala que é sequencial. Além disso, os livros se leem de forma sequencial. Pelo contrário, estes mesmos autores pensam que a estrutura das ideias não é sequencial, já que nossa mente funciona por associação. Defendem, entre outros, este tipo de organização do pensamento Wittgenstein (1982), Foucault (1971), Barthes (1973).

Requerimentos fundamentais da nova Web

A maioria dos sistemas de representação atuais surgiu antes que existisse o ciberespaço (há menos de uma geração). Por isso, a nova matriz cultural continua inacabada, e os documentalistas do século XXI enfrentam o problema de inventar, adaptar e melhorar uma nova geração de sistemas simbólicos que se ajuste às possibilidades de tratamento disponíveis.

A nova Web tem melhorado as estruturas de organização do conhecimento, trazendo as Ontologias e as Taxonomias para o primeiro plano. Mais também obrigou a adaptar-se às linguagens preexistentes: Tesouros; Linguagem livre (Folksonomias, agora); Mapas conceituais (para os *Topic maps*). São muitas as deficiências da recuperação na Web aberta, como a sobrecarga de Informação, a ineficácia das palavras-chave, a falta de autoridade literária ou a falta de sistemas com PLN. Um dos obstáculos mais comuns para explorar as potencialidades do digital, e o fato de que os sistemas baseiam suas investigações em correntes de signos e não em conceitos. Assim, ao buscar a palavra “cão”, é tratada como a sucessão de signos “c, â, o”, e não como um conceito traduzível (dog, chien, perro,...), que pertence à subclasse dos mamíferos, animais domésticos,...(PÉTRIZ, 2006, p. 37).

A nova Web, na sua caracterização semântica, requer de linguagens de representação do conhecimento baseadas em ontologias para localizar e acessar os recursos (EUZENAT; TRONCY, 2004). Linguagens multicamada que interajam entre modelos e reutilizem recursos com novos modelos de processamento para estabelecer relações de confiança e provas de autenticidade, para garantir aos usuários a disponibilidade de recursos e tornar seu funcionamento transparente.

	Web 2.0	Web Semântica
Origem	Constatação da evolução natural da Web	Proposta de Tim Berners para a evolução da Web
Implantação	Muito alta	Escassa (PALACIOS et al., 2006)
Coordenação	Inexistente	Centralizada, sobretudo pelo W3C
Foco	Pessoas	Aplicações informáticas

	Web 2.0	Web Semântica
Origem	2003, 1ª conferência 2004	1999
Expressão	Linguagem livre, expressa mediante folksonomias, palavras-chave em etiquetas (<i>tags</i>), com problemas de sinonímia e polissemia	Linguagem controlada, a partir de linguagens para expressão de ontologias, KOS e vocabulários de metadados
Algumas características	<ul style="list-style-type: none"> - Descrição dos recursos para melhorar sua distribuição gratuita, se compartilha conhecimento e desenvolvimentos; - Arquitetura de colaboração - Usabilidade alta - Quanto mais utilizada, mais útil 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de uma linguagem normalizada com sintaxe uniforme e semântica não ambígua - Interoperabilidade: intercâmbio de informação com qualquer repositório - Usabilidade escassa

Figura 3. Evolução da Web: Web Social e Web Semântica

Analisamos agora os diferentes KOS segundo sua estrutura, complexidade e tipo de relações entre termos (HODGE, 2000), considerando as listas de termos, as classificações e esquemas de categorização, e as listas relacionadas.

Listas de termos

Relação de palavras, às vezes acompanhadas de definições, como as *Listas de autoridades* que permitem controlar as diferentes variantes da denominação duma entidade (p.ex. países; pessoas físicas ou jurídicas) ou um domínio específico. Os *Glossários*: listas de termos de um domínio que costumam acompanhar-se de definições ou comentários específicos. Os *Dicionários*: Listas alfabéticas de termos que incluem definições, variantes semânticas e, às vezes, informação etimológica, sinônimos e variantes ortográficas. E os *Índices toponímicos*: Dicionários de termos relativos a lugares geográficos. As entradas vão identificadas por uma categoria (cidade, rio, cordilheira,...) com as coordenadas geográficas do lugar.

Classificações e esquemas de categorização

Os termos e códigos estruturam-se em conjuntos temáticos.

Cabeçalhos de assunto

Termos controlados de cobertura temática genérica, com estrutura hierárquica para representar as matérias. É uma linguagem pré-coordenada: regras para combinar termos no momento da indexação em uma ordem previamente estabelecida. A recuperação se realiza sequencialmente, pela ordem do termo. Não é possível recuperar documentos a partir de aspectos não definidos explicitamente nos cabeçalhos.

Taxonomias e esquemas de classificação e categorização

Mesmo que às vezes se empreguem indistintamente, existem diferenças entre eles. Definem categorias temáticas gerais que agrupam termos ordenados numérica ou alfabeticamente. Alguns tesouros usam esquemas de classificação para categorizar seus termos e utilizá-los como ajuda para a navegação.

Taxonomia: agrupamentos de seres vivos, objetos ou termos ordenados hierarquicamente segundo características particulares. Podem aplicar-se a grandes taxonomias corporativas, a diretórios Web, ou a categorizações de documentos geradas automaticamente.

Esquemas de classificação e categorização: linguagens de indexação pré-coordenadas como a Classificação Decimal Universal (CDU) ou a Classificação Decimal de Dewey. Classificam e colocam em ordem coleções no ambiente bibliotecário:

Destinam-se a organizar coleções por classes, de acordo com os assuntos tratados. Sua forma é uma estrutura hierárquica de conceitos por classes, mediante anotações simbólicas pré-coordenadas. Centrados no conteúdo dos documentos acadêmicos por grandes assuntos, seguem as classificações científicas mais aceitas para ordenar as ciências. Por esta razão são mais úteis para a divisão das disciplinas acadêmicas ou para os especialistas do que para os usuários comuns. Os esquemas de classificação dão muita importância ao conteúdo, pois se supõe que será utilizado por profissionais indexadores (documentalistas) e por usuários especializados. Nas classes, o nível de subdivisão é relativo à importância de uma matéria e a distribuição do esquema. As classes estão pensadas para incluir amplamente os recursos, mas pecam por sua generalidade.

Taxonomia

Tradicionalmente, em Botânica e Zoologia, as taxonomias têm a função de classificar as espécies. Em particular, é uma classificação ordenada de plantas e animais seguindo relações naturais. Taxonomia é o estudo dos princípios gerais da classificação sistemática: ordena os conceitos basicamente em hierarquia segundo uma estrutura em forma de árvore que estabelece uma relação semântica entre os objetos de generalização-especialização.³ As taxonomias estão presentes nos Esquemas de classificação, nos Tesouros, nos Modelos conceituais e nas Ontologias.

Na atualidade, são estruturas classificatórias que servem como instrumento para a organização e recuperação de informação nas empresas e instituições, para organizar e gerar os recursos de informação digitais que como organizações complexas armazenam em seus servidores Web, procurando categorizá-los e navegar neles.

São três os componentes básicos de uma taxonomia: uma estrutura classificatória hierárquica: (contexto conceitual) com determinados níveis de profundidade; rótulos para introduzir a lista de termos que dão nome aos conceitos, com categorias representadas por entradas etiquetadas orientadas ao usuário; os termos, que são os elementos da estrutura, agrupados em blocos temáticos.

Termos e taxonomia

As taxonomias contêm uma lista estruturada de conceitos/termos que pertencem a um domínio concreto. Nos tesouros os termos têm justificação documentária. Nas taxonomias é o usuário quem os certifica: o conteúdo adapta-se aos usos e à situação dos usuários. Trata-se de termos sem definição, somente com relações hierárquicas, que atendem às linguagens particulares de uma instituição que não possui tesouros ou classificações (MOREIRO et al., 2006, p.17). Conectam a experiência e características do pessoal próprio de cada instituição.

Os próprios usuários classificam as matérias usando hierarquias, para o que utilizam só termos autorizados. As taxonomias são um instrumento de organização intelectual, que atua como uma rede semântica de conceitos inter-relacionados para cobrir as necessidades empresariais e a forma com que os trabalhadores relacionam-se com a informação. Uma taxonomia organiza não só os conteúdos próprios de uma organização, mas também serviços, produtos e recursos humanos.

³ Z3919:2005. ISO. ANSI/NISO. Z39.19-2005. *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. p. 9. <http://www.niso.org/standards/index.html>

A cobertura dos termos de uma taxonomia é baseada no contexto de aplicação; são fáceis de modificar e, por isso mesmo, é uma linguagem atualizada e muito dinâmica. A taxonomia deve ter uma estrutura de tamanho manejável tanto na parte classificatória, como na hierárquica.

Os termos de uma taxonomia devem representar a linguagem empregada pelos usuários (comunicabilidade); seu nível de especificidade deve expressar um agrupamento de documentos e não um único documento, por isso, um termo só é útil quando representa um conjunto de documentos; o uso de termos induz ao usuário a continuar a navegação pelo sistema (motivação); e finalmente, os termos empregados representam o âmbito de referência, formando parte das atividades e funções da organização (compatibilidade).

Listas relacionadas

Listas de conceitos definidos univocamente e entre cujos elementos se estabelecem relações. Incluem:

- *Tesouros*
- *Ontologias*
- *Redes semânticas*

<i>Propriedades</i>	<i>Listas</i>	<i>Anéis de sinônimos</i>	<i>Taxonomias</i>	<i>Tesouros</i>
Tipos de termos				
Termos preferenciais	sim	não	sim	sim
Termos de entrada	não	sim	não	sim
Relações	não			
Equivalência		sim	não	sim
Hierarquia		não	sim	sim
Parte/todo		não	sim	sim
Classificação		não	opcional	opcional
Termos relacionados		não	não	sim
Notas	não	não	opcional	opcional

Figura 4. Propriedades das linguagens, por complexidade⁴

⁴ Elaborado desde Z3919:2005. ISO. ANSI/NISO. Z39.19-2005. *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies.*

Tesouros, dos descritores aos termos

Tesouro é uma lista de descritores (termos controlados) que representa os conceitos de um domínio de conhecimento. Organiza-se em estrutura hierárquica, com relações semânticas entre si. Dentro de cada campo semântico, os descritores mantêm as relações propostas por Aristóteles: gênero, subtipo e diferença (MOREIRO et al., 2006, p.49). Nestas relações interconceituais situa-se a causa da ordem hierárquica (facetas em que se classifica e seu desenvolvimento).

O tesouro propõe-se a eliminar a ambiguidade da linguagem na matéria à qual pertencem os termos mediante a representação do conteúdo dos documentos de maneira unívoca. Assim, controla o vocabulário utilizado em um determinado sistema documentário. Serve de ponte entre o analista e o usuário e ajuda ao usuário na indexação dos documentos e das consultas.

Como unidades léxicas, ou termos que representam os conceitos, podem ser *Descritores*, que representam de maneira unívoca conceitos utilizáveis para indexar ou consultar. Em geral são palavras isoladas (principalmente substantivos), termos compostos ou frases. Sempre controlados e normalizados. *Não descritores*: Sinônimos ou quase-sinônimos dos descritores. Não podem ser utilizados na indexação, só reenviam a seus descritores preferidos mediante uma relação de equivalência. Também, *Descritores auxiliares*: qualificadores que contextualizam o descritor. Evitam ter que definir um novo descritor e reduzem o tamanho do tesouro. E *Grupos de descritores* cujo fim é melhorar a organização lógica do tesouro. Podem-se organizar por campos (assunto), ou por classes de termos ou “facetas” (categorias genéricas que agrupam descritores que se podem definir como fenômenos, processos, materiais, organizações, seres vivos, equipamentos, propriedades ou disciplinas).

Relações semânticas

As relações semânticas organizam a sintaxe do tesouro, que vem determinada pela sua macroestrutura global e pela sua superestrutura, desde as quais se estabelecem as normas de *Ordenação* (parte classificatória); *Subordinação* (parte hierárquica); e *Associação* (completa a parte alfabética), refletindo assim a concepção pós-moderna da linguagem. Os tesouros têm estes tipos de relação:

- *Equivalência*, para controlar os termos utilizados e os não utilizados. Implicam a designação de descritores e outras formas de representar um conceito (sinônimos e quase-sinônimos), não utilizados como pontos de acesso à indexação e à recuperação.

- *Hierarquia* apresenta níveis de superordenação e de subordinação. Cada termo subordinado é da mesma classe de conceitos que seu termo genérico. Subtipos de relações hierárquicas:

- Gênero-espécie (classe ou categoria / membros ou espécies),
 - Partitiva (parte/tudo),
 - Enumerativa (categoria geral / caso individual),
 - Poli-hierárquica (conceito que tem mais de uma corrente hierárquica; mais de um termo genérico)
- *Associação*, as mais difíceis de definir e estabelecer. Quando uma relação não pode identificar-se como de equivalência ou hierárquica: Similitude; Causa e efeito; Instrumentalidade; Concomitância; Sucessão no tempo e no espaço; Relação com elementos constitutivos; Relação de propriedade; Objeto de uma ação; processo ou disciplina; Localização; Antinomia.

A rede conceitual dos tesouros pretende o controle terminológico, para anular a sinonímia e a polissemia, e procurar a precisão; também o uso correto dos termos para formular as consultas (FOSKETT, 1997); e o sentido semântico dos termos por aparecer contextualizados.

A macroestrutura cumpre a dupla função de fracionar o *corpus* de termos, e de levar para a situação exata dos termos dentro da superestrutura. Bem seja de forma direta ou indireta, a organização de conceitos feita pela Retórica chegou até nós.⁵ Sempre que se elaborou uma proposta para categorizar os conceitos do texto, apareceu a relação entre os conceitos como uma forma fundamental do pensamento, encontrando-se aqui a razão do proceder indutivo dos tesouros, taxonomias e ontologias, tanto para estabelecer associações semânticas entre os termos, como para permitir aos usuários navegar coerentemente pelos conceitos que representam. Por conseguinte, os mecanismos gerais de raciocínio atuam estabelecendo relações entre as estruturas de conceitos. Este comportamento se trespassou, de maneira peculiar, aos elementos que constituem as linguagens documentárias: termos que se

5 No mundo antigo e medieval a Poética a Retórica estudavam os princípios conceituais dos discursos. Enquanto a Poética voltava-se para a organização sintático-estrutural dos textos literários, a Retórica fazia o mesmo com os textos não literários. (WILDGEN, 1994).

integram dentro da mesma categoria; diferenças de uma espécie com outras; divisão ou análise do gênero pelas diferenças; definições (*Scope notes*) para ajustar o significado de um termo.

Aparecem inclusive fundamentos do tesouro em propostas como a teoria da Desconstrução de Derrida, ao defender que o signo lingüístico se pode repetir (DERRIDA, 1975), precisamente para evitar algumas das contingências nietzschanianas, como a possibilidade de não dizer nada ou o perigo da desapropriação do próprio nome, os tesouros acordam chamar inequivocamente a cada conceito por um termo, evitando qualquer anfibia ou ambiguidade, e assegurando a compreensão dos significados com independência das situações.

O uso dos tesouros oferece *vantagens e desvantagens*. Entre as primeiras, temos que são simples de criar e gerar; á uma grande abundância de tesouros; alguns têm sido muito testados; são legíveis; o grau de coerência é geralmente alto; a eficácia comprovada; e são bom ponto de partida para criar ontologias. Porém, entre as desvantagens estão a dificuldade de definir relações; que é somente um vocabulário, sem relação direta com os objetos; que são criados por consenso prévio de criadores, não de usuários; que não tem mecanismos para compartilhar informação na Web (até a aparição de SKOS). Estão pensados para domínios restritos; custo elevado na criação, manutenção e funcionamento, evitáveis só com a automação.

Nos anos 90 Internet, e seu enlace hipertextual de documentos, obrigou a dinamizar os tesouros com um maior número de relações, agora identificadas, para melhorar a representação, aumentar a precisão e eficácia, e diferenciar a representação dos conteúdos:

- *Tesouros conceituais*
- *Tesouros de verbos*
- *Mapas de conceitos – Topic maps*

Tesouros: aportes das normas ANSI/NISO Z39.19 e BS 8723

As normas ANSI/NISO Z39.19: 2005⁶ e Britânica BS 8723 (2005-2007)⁷ tem as duas primeiras partes equivalentes à norma ISO

6 Z3919:2005. ISO. ANSI/NISO. Z39.19-2005. Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies. <http://www.niso.org/standards/index.html> (Consultado, 08.08.08).

7 BSI Group. Structured vocabularies for information retrieval: guide. London: BSI, 2005-2007. (BS 8723/1-4).

2788 y BS 5723. Mas, a terceira, *Vocabularies other than thesauri* atende a outras linguagens documentárias: taxonomias, ontologias, cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação e redes semânticas, e a quarta *Interoperability between Vocabularies* fala da interoperabilidade na recuperação da informação: *mapping*.

No relativo aos tesouros, a norma Z39.19: 2005 apresenta estas novidades: no lugar de documentos, fala de *objetos de conteúdo*, enquanto entidades que contêm informação. Para referir-se aos descritores e termos preferentes, usa *termo*: palavra que representa um conceito.

As linguagens controladas mantêm finalidades herdadas, junto a outras de nova aparição. Assim, continuam traduzindo do vocabulário natural aos termos, ajudam na busca dos objetos de conteúdo, e garantem a consistência ou uniformidade na asinação dos termos. Mas agora fazem indicação explícita das relações semânticas entre os termos; os introduzem mediante etiquetas, e proporcionam hierarquias para visualizar os objetos de conteúdo desejados.

Outra novidade da norma Z39.19 é que distingue quatro tipos de linguagens controladas: Listas; Anéis de sinônimos; Taxonomias e Tesouros. Nos quais ressalta a presença dos Anéis de sinônimos, um tipo de vocabulário que não pode usar-se no processo de indexação, só de recuperação, mas que aceita a presença de sinônimos, proibida pela norma ISO 2788,⁸ de jeito que para recuperar documentos sobre *Transtornos da fala* são admissíveis *Transtornos da fala*, *Fala defectiva*, *Defeitos da fala*, *Desordens da fala*, e até “*Fala, desordens da*”.

Houve também uma grande mudança nas relações clássicas admitidas na norma ISO 2788. No emprego dos novos tesouros aprecia-se um incremento pragmático das relações, sobretudo nas de associação (TUDHOPE et al., 2001), aceitando-se agora as que têm origem na combinação de ideias; aquelas que provêm de termos relacionados conceitualmente; ou de termos que são contíguos, especialmente dentro de uma definição; até as originadas em questões de finalidade, e outras não especificadas.

Ontologias, o predomínio dos conceitos

Na camada ontológica da Web Semântica é onde se podem definir ontologias, pois para inferir conhecimento é necessário contextualizar a informação dentro de um domínio concreto. Ontologia é uma concei-

⁸ ISO 2788. Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri. Ginebra: ISO, 1986.

tualização formal de um domínio ou de uma parcela de realidade, com a qual podem operar diferentes aplicações de *software*. Os conceitos utilizados para a descrição servem como vocabulário comum (sintático e semântico) que favorece a comunicação e a interoperabilidade de recursos. Supõem um salto qualitativo: de usar motores de busca com palavras-chave, se passaria a usar agentes de *software* inteligentes, com conceitos (SÁNCHEZ et al., 2007). Possibilitam ir da mera recuperação de informação a obter respostas precisas a consultas concretas (recuperar conhecimento).

Na Web, as ontologias definem os termos utilizados para descrever e representar uma área de conhecimento. Servem as pessoas, bases de dados e aplicações que necessitam partilhar informação sobre um domínio (um domínio específico é apenas uma área temática ou área do conhecimento, como medicina, construção, fabricação de ferramenta, bens imobiliários, reparação automóvel, gestão financeira etc.). Nelas, a informação alcança sentido pleno ao situar-se num contexto.

Perseguem estes objetivos (NOY; MCGUINNESS, 2000):

- a. Permitir a compressão comum da estrutura da informação de um domínio tanto por pessoas como por agentes de *software*
- b. Permitir a reutilização do conhecimento pertencente a um domínio
- c. Fazer explícitos os pressupostos (axiomas) e alcance dum domínio
- d. Separar o conhecimento do domínio relativo a seus componentes do conhecimento operacional (relativo aos processos ou tarefas que se desenvolvem nesse domínio)
- e. Analisar o conhecimento num campo, e os termos e relações que o configuram formalmente

Componentes das ontologias

A Web Semântica precisa de ontologias com um grau significativo de estrutura. As ontologias descrevem artefatos com diferentes graus de estrutura (GRUBER,1995), que vão desde simples taxonomias (como hierarquia Yahoo), esquemas de metadados (como o Dublin Core), até as teorias lógicas. É necessário especificar descrições para os seguintes tipos de conceitos (GRUBER,1995): Soma de *conceitos relevantes* do conhecimento que compartilham os membros de um domínio definido;

Relações que podem existir entre os conceitos e coisas. Representam a interação e enlace entre os conceitos do domínio (Taxonomia do domínio): subclasse – de, parte – de etc.; com *Funções* como tipo concreto de relação, onde identifica-se um elemento mediante o cálculo de uma função que considera vários elementos da ontologia. Por exemplo, podem aparecer funções como categorizar-classe, definir – dado etc; e *Axiomas* definidos sobre estes conceitos e relações, que devem cumprir os elementos da ontologia. Por exemplo: “Se A e B são da classe C, então A não é subclasse de B” etc.

Os *Conceitos* são as ideias básicas que se intentam formalizar: classes de objetos (aspectos gerais); *Instâncias* que representam objetos determinados dum conceito, *Propriedades* (ou atributos) que essas coisas podem ter; métodos; planos; estratégias; processos de raciocínio etc. nas que se especifica explicitamente uma conceitualização ou parcela de realidade, e que representam o conhecimento compartilhado pelos membros de um domínio concreto (NECHES et al., 1991). Trabalham com conceitos relacionados, como os tesouros e redes semânticas, mas permitem definir relações semânticas complexas, regras e axiomas que não estão presentes no resto de KOS.

Vantagens das ontologias sobre os tesouros (GARCIA JIMÉNEZ, 2004)

As ontologias apresentam um nível mais alto de descrição do vocabulário, com maior desenvolvimento semântico das relações entre os conceitos. Baseiam-se na lógica descritiva e favorecem o raciocínio inferencial dos agentes de software. São reutilizáveis e podem trabalhar em sistemas heterogêneos e permitem a descrição formal de objetos, suas propriedades e as relações entre eles. A informação que contém constitui autênticas bases de conhecimento.

É notória a distância decrescente entre os novos tesouros para a Web, dos que a seguir falaremos, e as ontologias, pela maior riqueza semântica dos novos tesouros desenvolvidos para o seu uso na Web (GILCHRIST, 2003), com maior diversidade de relações pela aparição de vocabulários de etiquetagem com maior capacidade expressiva como RDF Schema ou SKOS Core.

Tesouros: Progressão conceitual e uso de descritores verbais

Para Maniez, um *tesouro conceitual* é um modelo *de relações associativas* que agrupa termos e conceitos reais, pela sua similitude de

sentido, no contexto específico do usuário (MANIEZ, 1993). Trata-se de uma *rede semântica conceitual* na qual cada nó contém um único conceito semântico com uma possível série de descritores associados, que podem identificar-se na rede de descritores relacionados segundo as típicas relações dos tesouros: preferenciais, hierárquicas ou associativas. Neles se listam todas as palavras “não significativas” existentes nas bases de dados, chegando a considerar até as palavras coloquiais e também as variações e truncamentos dos termos reconhecidos. Contribuem notas de definição que esclarecem as possíveis dúvidas de uso, assim como racionalizam as equivalências existentes entre termos. Contêm numerosas relações associativas entre descritores, e até com os não descritores.

Para melhorar a precisão das recuperações os tesouros conceituais aproveitam ontologias específicas, por domínios, desde as que distinguem os sinônimos, controlam os homônimos e induzem a relações associativas entre os descritores. Uma ontologia para uma base de conhecimentos deve abranger os diferentes tipos de documentos, as descrições conceituais, as relações entre ditos documentos (citações), e as destes com os diferentes problemas científicos; além de índices, descrições bibliográficas, tesouros, códigos classificatórios, formalizações de validade, informação terminológica etc. Sugerem sempre aos usuários uma ampliação das buscas e supõem uma melhora dos resultados da recuperação, pois permitem buscar mediante uma grande quantidade de termos, entre os próprios dos usuários, os procedentes da base de dados e inclusive de indexações prévias. Além disso, os usuários controlam o processo de navegação mediante o tesouro, perante a rigidez existente nos procedimentos automáticos.

Outra proposta para melhorar tesouros é incluir verbos que complementem aos tradicionais tesouros estáticos de substantivos (LEVIN, 1993). Originada na necessidade de melhorar a precisão quando se trata, por exemplo, de reutilizar *software* ou de recuperar imagens em movimento, o uso de descritores verbais oferece vantagens como a possibilidade de indexar imagens de vídeo mediante gerúndios, a de identificar mediante verbos associações funcionais muito mais adaptáveis a domínios concretos, a de mostrar a relação existente entre dois conceitos usando as possibilidades inúmeras da linguagem natural (categorias verbais a modo de relações facetáveis) e, finalmente, contribuem na determinação da não ambiguidade conceitual.

Relacionar conceitos mediante verbos em trabalhos de recuperação oferece mais possibilidades semânticas que nos tesouros tradicionais, pois podem se mostrar os agentes que interagem com o sistema e como o fazem (casos de uso); ao tempo que permitem também mostrar os diagramas de sequência e atividade.

A integração verbal procede da área pedagógica, dos mapas conceituais. Contam com um antecedente direto, a base de dados de referência léxica *WordNet*, que dispõe de relações de equivalência e de hierarquia entre diferentes categorias gramaticais, para tirar a ambiguidade dos conceitos, em especial mediante o uso de verbos.⁹ A justificativa para utilizar verbos na procura e recuperação documentárias provém da necessidade de navegar de modo hipertextual mediante estruturas cognitivas numa Web e Bases de Dados a texto completo, com problemas associados à procura da informação e a subsequente sobrecarga informativa e desorientação dos usuários.

A distribuição das relações dos tesouros de maneira lógica mantém os três tipos de hierarquia, equivalência e associação, ampliando-se para outras relações.

A convergência destes métodos desembocou numa evolução dos padrões sobre tesouros para verdadeiros mapas de representação do conhecimento. Esta transformação leva implícita a criação de relações adaptáveis a cada domínio, assim como a inclusão de grande variedade de descritores cuja categoria gramatical contribui matizes na semântica do mapa conceptual e de novas categorias relacionais que ligam os recursos de informação e as facetas.

Redes semânticas

À diferença dos tesouros e das ontologias, as redes semânticas não definem a estrutura dos conceitos mediante hierarquias. Estas redes representam-se graficamente mediante nós orientados, com um nó inicial e um nó final. A relação existente entre os conceitos se define numa direção determinada. Assim pode-se visualizar os conceitos macroestruturais. É a principal finalidade dos *Mapas conceituais* em Informação-Documentação, pois permitem navegar por redes semânticas.

Os *Mapas conceituais* são uma técnica desenvolvida por Joseph Novak nos anos 60 para ajudar a ensinar e aprender nas aulas (AUSUBEL et

⁹ <http://wordnet.princeton.edu/>

al., 1980; NOVAK, 2009). Sua base é que o conhecimento representa-se por frases simples e estruturadas:

- Sujeito - verbo - predicado

- Como uma associação: conceito → relação → conceito

Os Mapas conceituais representam o conhecimento em gráficas cognitivas ou redes de conceitos, sem nenhum controle de termos (FARIA, 1995). Compõem-se de:

- *nós* (pontos / vértices) que representam *conceitos*.

- *união* (*arcs*: *arcos/edges*: extremos, satélites) que representam as *relações* entre os conceitos.

Um documento ou domínio do conhecimento pode representar-se por um conjunto de conceitos inter-relacionados e dispostos como um grafo. Os conceitos podem representar entidades concretas ou abstratas, eventos ou coisas; e distinguir entre processos, procedimentos ou produtos.

Os mapas conceituais oferecem uma rede de relações mais rica que os tesouros. Na rede, os conceitos organizam-se do mais geral para o mais específico. Cada par de conceitos fica enlaçado mediante linhas etiquetadas o que faz explícito o tipo de associação. As associações entre conceitos não estão normalizadas, mas podem referir-se a: Conjunto - Membro do conjunto; Todo - Parte; Relações específicas (x influencia y; é perto de; leva a; etc.); Relações físicas (sobre, debaixo, perto...); Relações temporais (antes, depois); Relações lógicas (causa - efeito); ou Relações hierárquicas.

Topic map, acima dos conceitos

*Um Topic map é um documento, ou um conjunto de documentos SGML ou XML inter-relacionados em um espaço multidimensional no qual as localizações são topic.*¹⁰ Trata-se de um sistema padronizado para descrever estruturas de informação e melhorar a localização dos conceitos e objetos de informação na Web semântica. Num vasto mar de informação, precisam-se de sistemas capazes de navegar dentro de um contexto de busca e recuperação de informações. Os motores que movem esse navio são a precisão e facilidade de busca.

Seus antecedentes são os índices e tesouros, aos que incorpora um modelo de dados flexível e uma sintaxe padronizada que permite aces-

¹⁰ ISO, 2000. *ISO/IEC 13250: 2000. SGML-Topic maps.*

sar aos conceitos mediante aplicações que a fazem funcional. Os *Topic maps* são uma norma para descrever estruturas de informação representadas por estes elementos fundamentais:

- *Topics*
- Relações entre Topics
- Enlaces com os documentos que os contêm (ocorrências) (PEPER, s.d.).

Os *Topics* identificam-se pelas suas propriedades, não pela sua denominação terminológica; tem controle de vocabulário *ad hoc*; as relações são feitas usualmente mediante verbos; a tipologia de relações tem um número potencialmente infinito; uma relação pode ser um *topic* (*verbos como topic*); as variações ortográficas são normalizadas *a posteriori*; os *topics* se determinam mediante suas *ocorrências e associações*.

Os elementos dos *Topic maps* estruturam a informação:

1. Conjunto de *topics* (uma matéria = um *topic*) ou de referências digitais para uma matéria. Um *Topic* pode ter um ou mais nomes (*Topic name*): formais, simbólicos, apelidos, referências cruzadas, etimologias, traduzidas etc.

2. Papéis:

- Relações entre *topics*: *Associations*. As relações estão caracterizadas e classificadas. Existem classes de relações, a diferença de tesouros e taxonomias.

- Grupos de objetos de informação (ocorrências das matérias que os *topics* coisificam).

Occurrence role: papéis do fato. Contribui informação a uma matéria.

Occurrence type: relevância de um fato em relação com sua matéria.

- Fatos do *Topic*: recursos aos que está ligado.

3. Espaço multidimensional (rede) no qual as localizações (nodos, vértices,) são *Topic*. A distância entre *topics* se mede pelo número de *topics* visitáveis para passar de um *Topic* até outro.

Folksonomias. A renovada vigência das palavras

Thomas Vander Wal propôs o neologismo *Folk + sonomy = gente + taxonomia, classificação cooperativa*, talvez melhor, um modo de inde-

xação cooperativa que adota palavras-chave para representar a informação de maneira espontânea e livre (VANDER WAL, s.d.). O contexto vem determinado pela arquitetura da informação social (Web 2.0), em que cada usuário escolhe o que mais se ajusta a seu entendimento.

Nas folksonomias não é essencial construir uma hierarquia, e sim contar com um instrumento que permita o emprego livre de etiquetas semânticas para efetuar as indexações. O fato de abandonar as taxonomias por listas de palavras-chave não é algo novo. Agora, os *bloggers* preferem descrever seus textos com palavras-chave livres. Beneficiam-se do vocabulário pessoal e da contribuição social para ajudar a encontrar e controlar na web os assuntos mais interessantes. As taxonomias incluem cada palavra proposta. Não deixam nenhuma palavra de fora e não há uma autoridade central que imponha sua visão, de forma que cada voz tem seu lugar. Marcar com etiquetas de caráter social pode ser considerado “uma ponte de baixa inversão entre a indexação pessoal e a indexação compartilhada” (PORTER, s.d.).

Então, para que servem as folksonomias? As folksonomias refletem exatamente o modelo de conceitos que a gente tem. É um sistema simples e emergente, que se afasta da maneira tradicional de classificar de cima para abaixo. Sua vantagem provém da capacidade de associar as necessidades verdadeiras dos usuários e a língua, não de buscar sua precisão. Mesmo se fosse uma moda, tanto no que respeita ao significado como ao próprio termo, as folksonomias permitem estudar que termos são os mais empregados e como evoluem de acordo com as tendências e segundo as comunidades que os empreguem.

Os vocabulários controlados não são aplicáveis à maioria dos casos onde se pode usar metadados. Sua construção, manutenção e aplicação têm custo alto tanto em tempo de desenvolvimento como de preparação dos usuários.

Reflexão final

A convergência entre a Web 2.0 e a Web Semântica necessita de medidas como a criação de ferramentas utilizáveis (de edição, colaboração e de consulta), fazer estudos de impacto e conscientização dos usuários.

É necessário modificar a dimensão de contato das ontologias para melhorar sua implantação.

Os novos tesouros constituem *redes de conceitos* nas quais cada conceito semântico relaciona-se com uma possível série de conceitos associados. Aproveitam ontologias específicas para contextualizar os conceitos e incluem verbos que ativam a significação dos descritores.

As novas normas de construção de tesouros abrangem outros muitos tipos de linguagens documentárias, e consideram a interoperabilidade entre eles. Estabelecem a passagem dos descritores até os termos representativos dos conceitos contidos nos objetos de informação, além de incrementar amplamente as possibilidades de relação entre os termos, que agora se fazem explícitas.

Os mapas conceituais utilizam a integração verbal para relacionar os conceitos, ao tempo em que constituem verdadeiros mapas de representação do conhecimento

Nos *Topic maps*, os conceitos identificam-se pelas suas propriedades. A denominação terminológica não tem importância; entretanto, as relações são feitas usualmente mediante verbos.

Não é fácil construir e manter uma taxonomia ou uma linguagem associativa. Neste sentido as folksonomias são uma solução quando a indexação tradicional não é viável.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Tratados de Lógica (El Organon)**. Traducción, introducción y notas por Miguel Candel San Martín. 2 v. Madrid: Gredos, 1982. v. 1.
- AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BACON, F. **Instauratio Magna. Novum Organum. Nueva Atlántida**. México: Porrúa, 1980.
- BARROS, Lúcia Almeida.- Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. **Ciência e Cultura**, abr./jun. 2006, v. 58, n. 2, p. 22-26.
- BARTHES, Roland.- **Le plaisir du texte**. Paris: Seuil, 1973.
- BONURA, L. **The Art of Indexing**. New York: John Wiley, 1994.
- BUCKLAND, M. Library Materials: Paper, Microform, Database. **College and Research Libraries**, 1988, n. 49, p. 117-122.
- BUCKLAND, M. Emanuel Goldberg, electronic document retrieval, and Vannevar Bush's Memex. **JASIS**, 1992, v. 3, n. 4, p. 284-294.
- BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, 1945, v. 176, p. 101-108.
- CABRÉ, M^a T. **La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Antártica-Empúries, 1993.

- CUTTER, B. A. Dewey Decimal Classification, en **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Marcel Dekker, 1972. v. VII
- CUTTER, Ch. **Rules for a dictionary catalog**. 4th ed. London: Chaucer House, Malet Place, 1962.
- DERRIDA, J. **La diseminación**. Traducción, J. Martín Arancibia. Madrid: Fundamentos, 1975.
- DEWEY, M. **Decimal classification and relative index**. 19th ed. Albany (New York): Forest Press, 1979. 3 v.
- EUZENAT, J.; TRONCY, R. Web sémantique et pratiques documentaires. Le Moal, J. C. ; Hidoine, B. y Calderan, L. (éds). **Publier sur internet**. Paris: ADBS, 2004, p. 157-188.
- FARIA, Wilson de. **Mapas conceituais: aplicações ao ensino, currículo e avaliação**. São Paulo: EPU, 1995.
- FOSKETT, D.J. Thesaurus, en K. Sparck Jones and P. Willet. (Eds.). **Readings in Information Retrieval**. Morgan Kaufmann: 1997, p. 111-134.
- FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- GARCÍA JIMÉNEZ, Antonio.- Instrumentos de Representación del Conocimiento: Tesouros versus Ontologías. **Anales de Documentación**, 2004, n. 7, p. 79-95.
- GILCHRIST, A. Thesauri, taxonomies and ontologies – an etymological note. **Journal of Documentation**, 2003, v. 59, n. 1, p. 7-18.
- GRUBER, T. Toward principles for the design of ontologies used for knowledge sharing. **International Journal of Human-Computer Studies**, 1995, v. 43, p. 907-928.
- HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional Authority files**. Council on Library and Information resources, 2000.
- KANT, E. **Crítica de la razón pura**. Traducción de José del Perojo y José Rovira Armengol. 2 v. Barcelona: Ediciones Folio, 2000. v. 1: Crítica analítica.
- KRIEGER, M. G.; Bocorny, M. J. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- LEIBNIZ. De Synthesi et Analsi universali seu Arte inveniendi et judicandi. In: _____. **Hauptschriften zur Grundlegung der Philosophie**. Hamburg: Meiner, 1966: v. I.
- LEVIN, B. **English Verb Classes and Alternations: a preliminary investigation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- MANIEZ, J. **Los Lenguajes documentales y de clasificación: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales**. Madrid: Pirámide, Fundación Germán Sánchez Rupérez, 1993.
- MOREIRO, J. A.; MORATO, J.; SÁNCHEZ CUADRADO, S.; RODRÍGUEZ BARQUÍN, B. A. Categorización de los conceptos en el análisis de contenido: su señalamiento desde la Retórica clásica hasta los *Topic maps*. **Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información**, 2006, v. 20, n. 40.

NECHES, R.; FIKES, R.; FININ, T.; GRUBER, T.; SENATOR, T.; SWARTOUT, W. Enabling technology for knowledge sharing. **AI Magazine**, 1991, v. 12, n. 3, p. 46.

NOVAK, Joseph D. **Learning, Creating, and Using Knowledge Concept Maps as Facilitative Tools in Schools and Corporations**. 2nd. ed., Mahwah, N.J., Lawrence Erlbaum, 2009.

NOY, N.; MCGUINNESS, D. **Ontology Development 101: a guide to creating your first ontology**. Stanford KSL Technical Report KSL-01-05 (2000).

PALACIOS, Vicente; MORATO, Jorge; SÁNCHEZ, Sonia; LLORENS, Juan; MOREIRO, José A. An improved methodology for semantic scheme qualification. In : BAROLLI, L.; ABDERAZEK, B.; GRILL, T.; Nguyen, T. ; TJONDRO-NEGORO (Eds.). **Frontiers in Mobile and Web Computing: Proceedings of MoMM2006&IIWAS2006 Workshops**. December 4-6, 2006. Yogyakarta, Indonesia. Österreichische Computer Gesellschaft 2006, p. 313-322.

PEPPER, Steve. **The TAO of Topic maps**. <http://www.ontopia.net/topicmaps/materials/tao.html>

PÉTRIZ, Fáfila y Picudo, Prieto. **Palabras-clave en etiqueta: calidad e identidad**. Gordocillo: Villacezán, 2006.

PORTER, Joshua. Controlled vocabularies cut off the long tail, em http://bokardo.com/archives/controlled_vocabularies_long_tail/

ROBERT, N. The pre-history of the information retrieval thesaurus. **Journal of Documentation**, 1984, v. 40, n. 4, p. 273.

SÁNCHEZ CUADRADO, Sonia; MORATO LARA, Jorge; PALACIOS MADRID, Vicente; LLORENS MORILLO, Juan; MOREIRO GONZÁLEZ, José A. De repente, ¿todos hablamos de ontologías? **El Profesional de la Información**, 2007, v. 16, n. 6, p. 562-568.

SMITH, L. Memex as an image of potentiality in information retrieval research and development, en Oddy, R. et al. (Ed.). **Information retrieval research**. London: Butterworths, 1981, p. 345-369

TEMMERMMAN, R. Sociocognitive terminology theory. In: Feliú, Judith; Cabré, M^a T. (Eds.). **Terminología y Cognición: II Simposio internacional de verano de Terminología** (13-16 de julio de 1999). Barcelona: IULA-UPF, PPU: 2001, p. 75-92.

TUDHOPE, D.; ALANI, H.; JONES, C. Aumenting Thesurus Relationships: Possibilities for Retrieval. **Journal of Digital Information**, 2001 <http://jodi.ecs.soton.ac.uk/Article/v01/i08/Tudhope>

VANDER WAL, Thomas. Folksonomy Coinage and Definition, em <http://vanderwal.net/folksonomy.html> (Consultado 08.08.2009).

WILDGEN, W. *Process, Image and Meaning. A Realistic Model of the Meaning of Sentences and Narrative Texts*. Amsterdam: Benjamins, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação

*Marilda Lopes Ginez de Lara
Universidade de São Paulo*

Introdução

Para iniciar minha fala, devo dizer que o título que escolhi para esta conferência é extremamente pretensioso. Peço licença para relativizá-lo de modo a ficar mais próximo do que consigo fazer. Se no horizonte do que pretendo levantar para discussão o título é pertinente, ele o é apenas na medida de um desejo: sua realização demandaria dar passos que não consigo dar. Procurarei, portanto, levantar alguns aspectos relativos aos modos de considerar o documento na Ciência da Informação referindo-me a visões que, juntas, não respondem por uma trajetória, mas enunciam problemas relativos ao trato da significação.

Para contextualizar a discussão, é preciso observar que uma das dificuldades em discutir o documento na Ciência da Informação relaciona-se à perspectiva adotada. Falar em documento é próprio de diversas áreas: a história, a arqueologia, a arquivística, a museologia, todas têm perspectivas que embora se entrelacem, são distintas. Falar em documento pode remeter a abordagens a partir da produção, da circulação, do uso, mas antes de tudo é necessário deixar claro qual é o tipo de produção e de uso de que estamos falando. É preciso distinguir entre o documento enquanto objeto inicial, como diria Briet – o documento primário – o documento ‘do autor’, e o documento que é gerado a partir dele – o documento secundário, próprio da atividade documentária mais estrita.

A história se complica porque, antes de se falar em documento primário é preciso estabelecer quando algo torna-se documento, já que isso também tem implicações para o documento secundário. E essa perspectiva é necessária para quaisquer áreas. Compartilhamos da visão de que algo passa a ser documento quando se vê, no ‘objeto inicial’, um significado especial. O documento aqui transforma-se em um signo. (Propomos, aqui, uma maior precisão ao termo ‘signo’ em relação àquele de Briet. A condição de signo já corresponde a uma atribuição da razão, uma organização, sendo portanto impróprio falar em signos con-

cretos). A fotografia é um signo à medida que resulta de uma apreensão do real sob forma perspectivada pela técnica. O antílope (BRIET, 1951) é signo quando observado a partir de um deslocamento de sua primeira condição, assim como a bicicleta de Meyriat.

Verifica-se que a Ciência da Informação trabalha com o documento ao menos sob duas perspectivas diferentes: num sentido que caracteriza sua atividade nuclear, e num sentido que corresponde ao seu entorno. No primeiro caso, os documentos originais são selecionados e submetidos a um tratamento para a produção de outros documentos (documentos secundários, terciários etc.): a partir de documentos originais (textos, no sentido genérico) são criados documentos mais sintéticos que, reunidos em conjuntos (bibliografias, sistemas documentário-informacionais, dossiês), têm como função diminuir a dispersão da informação. Deste processo chega-se à informação documentária, produto de um sistema semiótico diferente do primeiro, embora se pretenda que ele funcione como uma espécie de substituto que leva ao documento original. No segundo caso, os documentos constituem objeto de análise crítica, como expressão, por exemplo, de fenômenos sociais, de memória. O produto dessa análise é um novo documento elaborado no mesmo sistema semiótico do original. As duas atividades compreendem, respectivamente, operações de redução e de expansão.

Lund (2009), em seu artigo *Document theory*, afirma que a comunidade da LIS - *Library Information Science*, vive uma tensão entre um interesse pragmático que diz respeito a como lidar com o documento, e um interesse em procurar compreender criticamente o papel dos documentos na sociedade e na cultura. De fato, essa tensão existe e implica, muitas vezes, atribuição de distinções de inferioridade-superioridade entre as atividades. A discussão é importante porque implica a abrangência do campo da Ciência da Informação. Do nosso ponto de vista, a importância dessa tensão é que ela instiga a investigar perspectivas ampliadas do tratamento dos documentos compreendidos no sentido da atividade mais característica da Ciência da Informação.

A exposição está organizada do seguinte modo: primeiramente, procuraremos discutir as relações entre a abordagem crítica da teoria da documentação, à maneira de Foucault (1987), e a abordagem dita pragmática ou profissional da documentação, para usar sua linguagem a linguagem de Lund (2009); em seguida, abordaremos a circunscrição

do campo da Ciência da Informação a partir da ótica das possibilidades da análise crítica do documento vinculando-a à análise das práticas profissionais tal como se expressam nos discursos de autores selecionados; finalmente, retomaremos a fala desses mesmos autores com o intuito de síntese e comparação dos principais aspectos levantados.

Abordar documentos: a perspectiva de Foucault e sua apropriação por Frohmann

É inegável a importância da perspectiva da História que passou, desde Foucault (1987), da preocupação de “*memorizar os monumentos por meio de sua transformação em documentos*”, para a “*transformação de documentos em monumentos*”. A crítica do documento (Foucault, 1987, p.6-8), mais do que sua interpretação, determinação da verdade ou valor expressivo, quis problematizar a organização do documento, o recorte, a divisão em níveis, séries, bem como identificação de seus elementos e suas relações. O documento deixa de ser visto como matéria inerte por meio da qual tenta-se reconstituir o que foi dito ou feito. A proposta de Foucault altera o foco de análise: não é o conteúdo do documento que interessa, mas seu papel nos sistemas sociais.

Foucault identifica quatro consequências dessa nova perspectiva do documento: a multiplicação de rupturas, a pertinência da noção de descontinuidade, o abandono da ideia de uma história geral, a necessidade de uma metodologia.

a) A multiplicação das rupturas na história das ideias acontece pela recusa à aceitação da causalidade simples entre fatos ou acontecimentos datados. Passa-se a privilegiar a constituição de séries cujos elementos podem ser ordenados segundo perspectivas variadas a partir de tipos de acontecimento.

b) A noção de descontinuidade, que anteriormente se apresentava ao historiador como o impensável, fazendo com que ele apagasse decisões, acidentes, iniciativas, descobertas dispersas temporalmente em favor do desenvolvimento de uma história contínua, passa a ser uma escolha: agora o descontínuo é uma opção deliberada do historiador, que observa os fatos para encontrar elementos de ligação, pontos de inflexão, regularidades e quebra de regularidades. A ótica do descontínuo é peculiar à linguística estruturalista que, da ideia de linguagem como espelho do pensamento, passa a privilegiar sua condição de forma que

organiza a realidade. Nos estudos da linguagem, a noção de diferença responde pelos recortes no *continuum* da realidade no plano do conteúdo e no plano da expressão. A substância do conteúdo e a substância da expressão são as mesmas para todas as línguas naturais, mas a forma de conteúdo e a forma de expressão respondem a recortes diferentes em cada língua. O signo do pensamento descontínuo contamina as artes e as ciências no início do século XX.

c) O projeto de uma história global, geral, que se preocupa em identificar uma significação comum a todos os fenômenos de um período, é substituído por um enfoque que se propõe a observar as discontinuidades, os limites, desníveis, de forma a verificar relações legítimas entre diferentes séries, jogos de correlações, dominâncias.

d) A nova perspectiva impõe decisões de ordem metodológica: a constituição de um *corpus*, a escolha de um critério, a definição de um nível análise, a escolha do vocabulário e um método de análise.

A crítica do documento, a prática histórica como arqueologia, “*não se ocupa dos discursos como um documento, como signo de outra coisa, mas como um monumento, isto é, segundo sua descrição intrínseca*” (CASTRO, 2009, p.125). O documento se relaciona ao enunciado, é materialidade no sentido de suporte de uma articulação. A materialidade é relativa ao enunciado e ao documento: não se restringe apenas à substância ou suporte da articulação, mas trata do que foi efetivamente dito, registrado, que é passível de uso ou de reutilização a partir de técnicas, práticas e relações sociais.

Na literatura da Ciência da Informação, Frohmann (2008) recupera o conceito de Foucault de materialidade do documento ressaltando sua importância para levar a um entendimento mais rico ao caráter público e social da informação no nosso tempo. A materialidade é o conceito que permite estabelecer a ponte para ligar a informação e as práticas sociais e públicas da informação. Para o autor, o documento constitui a materialização de feixes de inscrições que trazem marcas de práticas culturais localizadas no tempo e no espaço (FROHMANN, 2004, citado por LUND, 2009). Essa sua posição que critica o entendimento mentalista da informação (fenômeno abstrato e imaterial) é apenas parcialmente semelhante à de Buckland (informação como coisa), a qual retomaremos mais à frente. A linha de investigação pretendida por Frohmann é aquela que toma o documento como objeto de estudo da sociedade e da cultura. Ele afirma:

[...] se ‘documento’ nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação” (FROHMANN, 2008, p.21).

A materialidade dos enunciados segundo a perspectiva de Foucault, permite investigar os seus diversos tipos, pesquisar como os enunciados são estabilizados, mantidos, como exercem poder e força, como produzem efeitos etc. (FROHMANN, 2008). Ela encaminha a possibilidade de ver como os documentos trabalham em diferentes situações, como funcionam como fatores estabilizantes em comunidades sociais, a exemplo do papel dos periódicos científicos. As práticas documentárias institucionais constituem, para Frohmann, o meio de dar aos documentos, “*peso, massa, inércia e estabilidade*” (FROHMANN, 2008, p.25). A partir da ideia de materialidade retorna-se à prioridade do documento que deriva a informação.

É necessário ressaltar, no entanto, que a perspectiva de Frohmann não se refere à Documentação como área, mas à documentação enquanto conjunto de documentos, ou “*materialização documentária*”, segundo sua expressão (FROHMANN, 2008, p.26). Também não se refere às práticas documentárias no sentido usual da prática profissional. Mais importante para ele é a potencialidade que a materialidade documentária, o conjunto de documentos, apresenta para realizar estudos sobre “*campos de força – institucional, tecnológico, político, econômico e cultural – que configuram características públicas e sociais da informação em nosso tempo*” (FROHMANN, 2008, p.33-34).

Uma outra possibilidade de apropriação de Foucault na análise das práticas documentárias profissionais

Pertinência da leitura

A crítica do documento e a noção de materialidade podem ser apropriadas pela Ciência da Informação para além da análise sobre conjuntos de documentos de áreas diversas. Mais especificamente, levantamos a hipótese de que a visão crítica do documento pode ser aplicada para analisar a própria atividade documentária, ou apropriando a

expressão de Lund, profissional. Usar a crítica do documento para discutir o próprio trato do documento nas práticas documentárias, pode implicar a possibilidade de substituição da ideia de um procedimento meramente técnico, por outra, crítica e compromissada.

Destacamos, primeiramente, que qualquer operação sobre documentos é de natureza interpretativa, mesmo que se restrinja à sua seleção, primeiro passo do ciclo de tratamento de um documento numa biblioteca, centro de informação ou sistema documentário-informacional. Depois da seleção, a forma como se expressa a massa documental selecionada pela intermediação de uma linguagem documentária pode indicar as diferenças das opções tomadas. Distinguimos, aqui, entre um tratamento que se reporta aos documentos por meio de listas alfabéticas de cabeçalhos de assunto sem categorização, por sistemas de classificação enciclopédico-universais, por diferentes tesouros, considerando desde as opções de seu arranjo, até o vínculo que procuram estabelecer com comunidades discursivas via terminologia e consequente observação da linguagem e sistemas conceituais utilizados.

Não se trata de usar diretamente a crítica do documento de Foucault tal como se aplica à história, mas de tentar mostrar que os modos de arranjo dos documentos expressam, a seu modo, hipóteses de organização. Problematizar tais hipóteses de organização tem como objetivo verificar a relação entre os recortes escolhidos e a história das ideias, bem como de que forma se estabelecem, ou não, os vínculos que ligam documentos e comunidades discursivas por meio do sistema documentário. Por exemplo, a atividade de trato concreto dos documentos para sua representação em sistemas documentários pode variar de uma visão que privilegia uma abordagem universal, supondo um usuário também universal, a uma outra que procura observar a possibilidade múltipla de pontos de vista e de interação considerando as diferentes determinações locais.

Para explicar o que expomos, valemo-nos de algumas observações de Harvey (2002), em seu *Condição pós-moderna*. O autor observa, que tanto Foucault, como Lyotard, questionam a possibilidade de uma metalinguagem única, tal como uma metanarrativa ou metateoria a partir das quais todas as coisas possam ser ligadas ou representadas. Os amplos esquemas interpretativos são totalizantes: não consideram a “pluralidade de formações de ‘poder-discurso’ (FOUCAULT) ou de ‘jogos de linguagem’ (LYOTARD)” (HARVEY, 2002, p.50). Uma teoria

abrangente não daria conta dos lugares particulares onde se desenvolve o discurso de poderes localizados (FOUCAULT); apesar do “... ‘vínculo social ser linguístico ... ele ‘não é tecido com um único fio’, mas por um ‘número indeterminado de jogos de linguagem’ ...” (LYOTARD) (FOUCAULT e LYOTARD, citados por HARVEY, 2002, p.51). A essas afirmações corresponde uma alteração de abordagem em que se deve considerar:

Se ‘há muitos diferentes jogos de linguagem – uma heterogeneidade de elementos’, também temos de reconhecer que eles só podem ‘dar origem a instituições em pedaços – determinismos locais’. Esses ‘determinismos locais’ têm sido compreendidos ... como ‘comunidades interpretativas’, formadas por produtores e consumidores de tipos particulares de conhecimento, de textos, com frequência operando num contexto institucional particular (como a universidade, o sistema legal, agrupamentos religiosos), em divisões particulares do trabalho cultural (vizinhanças, nações etc.). Indivíduos e grupos são levados a controlar mutuamente no âmbito desses domínios o que consideram conhecimento válido (HARVEY, p. 51-52).

Outro aspecto ressaltado por Harvey é que, enquanto o pensamento moderno pressupunha

uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou ‘mensagem’) e o modo como estava sendo dito (o significante ou o ‘meio’), o pensamento pós-estruturalista os vê ‘separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações” (HARVEY, 2002, p.53).

As citações feitas visam sustentar a hipótese de que o modo como se analisa o conjunto de documentos numa instituição voltada a objetivos de promover a circulação e o uso da informação não pode se furtar às novas condições dadas pela época em que vivemos. Essa hipótese permite, também, ler com novos óculos a produção da literatura em documentação e informação no que diz respeito ao tratamento dos documentos para constituir sistemas de informação. Procuraremos, em seguida, destacar o pensamento de alguns autores ou ‘escolas’ importantes do nosso campo de estudos para sugerir uma possibilidade de interpretação de suas propostas, sem pretender exaustividade.

Otlet, Briet, Escarpit, Meyriat

Para analisar a perspectiva de Otlet salientaremos, de início, alguns pontos que caracterizam sua proposta. Otlet tem uma aborda-

gem de documento ampla, que inclui o sentido mais estrito o qual diz respeito à organização de sistemas informacionais (LUND, 2009, fala em Teoria Profissional do Documento). O documento, compreendido como suporte de dados intelectuais que podem ser abordados sob o aspecto de fundo e de forma (OTLET, 141), é feita a partir de um campo – a Documentação¹: inclui desde recomendações para o autor quando da elaboração de um livro ou documento, indicações para editoração, bem como o tratamento propriamente dito, que implica a geração de registros em diferentes graus de elaboração: da simples descrição à elaboração de dossiês sistematizadores, em operações de análise e síntese.

O objeto da Documentação é “*o ser documentado*” (OTLET, 115). Embora Otlet não levante a questão de quando algo passa a ser documento – vê nele o receptáculo e o meio de transporte de ideias que reproduz a realidade e que deve ser reconhecido por sua determinação individual – propõe abordá-lo a partir de características que incluem o verdadeiro, a beleza, a moralidade, a originalidade, a clareza, o valor econômico e a novidade, ou seja, atributos que, sob seu ponto de vista, fazem de um documento um documento. Pode-se afirmar, portanto, que tais atributos conferem à atividade de documentação uma natureza seletiva.

Algumas vezes explicitada, outras vezes subentendida, está a idéia de que o conteúdo de um documento é algo objetivo a ser descoberto: um registro que perpetua o pensamento, uma reprodução que tem o mundo como modelo, mas também um gerador de ilusões. O documento consiste essencialmente em um mecanismo de transmissão do pensamento pela escrita e pela leitura.

A matéria a observar são os livros e documentos” que devem ser examinados “a partir do ponto de vista bibliológico (forma) que é muito diferente do ponto de vista científico (conteúdo) (134 1, 2).

Essa afirmação permite compreender que ele distingue o trabalho do cientista, daquela do documentalista, mas também que ele admite o conteúdo como algo dado, observando que os livros e documentos têm de ser observados de modo preciso, não apenas depositados nas bibliotecas.

Do ponto de vista prático, o principal problema da Documentação é tratar o documento quanto ao fundo e quanto à forma. Do ponto de vista do fundo, a tarefa da Documentação é resultado do conheci-

mento que segue à observação da realidade (OTLET,141, a) – o conteúdo – sendo seu problema fundamental formular métodos próprios, que incluem “*separar*” dos documentos “*as verdades originais, importantes, não repetidas*” (OTLET,141, a), tal como ocorre na metalurgia que separa da ganga os minerais cuja pureza é mais ou menos elevada. Quanto à forma (OTLET,141, b), o documento é concebido como “*meio de transmitir dados informativos para o conhecimento dos interessados*”.

Otlet tem, portanto, uma visão positivista. Espera que a Documentação realize “*o máximo de condições para o homem, cujo limite a ser alcançado [é] a ubiquidade, a eternidade e o conhecimento*” (OTLET,141 b), embora reconheça que essas são condições ideais. Projeta para a Documentação a busca do aperfeiçoamento (*perfectionnement*) do livro ele mesmo, de cada um dos elementos analisados, bem como dos substitutos dos livros ou documentos. O autor resume o principal problema da Documentação referindo-se às questões que, de um lado, dizem respeito à sua produção com o uso de signos, seu arranjo estrutural de forma a coordenar os elementos de natureza convencional ou histórica e, de outro, potencializar sua eficiência por meio do arranjo de seus elementos ou da separação deles em função de objetivos. É emblemática sua proposta de Livro Universal, uma enciclopédia documentária que, baseada nos princípios monográfico, bem como no da continuidade, da pluralidade e da multiplicação de dados, enuncia a possibilidade do mapeamento do conhecimento, a expansão das possibilidades de acesso, além da produção de novos documentos fundados na sistematização e na seleção voltada à reprodução objetiva das informações, sem a ganga que a acompanha. A Bibliologia pura, nomeada também Documentação pura (OTLET,142), deveria

reivindicar a possibilidade de elevar-se tão alto como possam as faculdades, não de todos, mas de alguns, de chegar a transcrições documentais raras ou únicas das combinações de documentos complicados e inusuais. Amanhã, é muito provável, saberá simplificar, generalizar e retirar o útil do que hoje seria simplesmente verdadeiro e racional (OTLET, 142).

A proposta de Otlet é seletiva e ideológica, buscando representar o mundo por um sistema de signos e suportes práticos por meio de anotações que possam ser conservadas, comunicadas e difundidas (OTLET,142, 3) – “*para não reter dados concretos e realizados, mas o que há neles de generalizável*” (OTLET,142, 4). Dito de outro modo, o que

¹ Neste texto, restringimo-nos a utilizar o termo Documentação, apesar da variação de designações encontrada no trabalho de Otlet.

ele visa é uma reescrita a partir de uma seleção que, embora pressuposta como objetiva, já traz em si uma interpretação.

A visada dessa escrita pressupõe, inclusive, o aperfeiçoamento da linguagem, tal como o desejavam os pensadores do Círculo de Viena que postulavam a possibilidade e necessidade de uma língua perfeita. Isso fica evidente quando ele afirma:

Sem a linguagem, a inteligência não haveria podido aperfeiçoar-se, sem a escritura-documentação a linguagem haveria ficado em um estado inferior. [...] Por meio dela [a classificação], se entrevê a possibilidade de dotar um dia o pensamento de novas categorias elaboradas por um processo indireto do documento, da mesma maneira que a matemática contemporânea elaborou ela mesma novas categorias de pensamento (OTLET, 142, 5).

A intenção explícita de Otlet, com tais afirmações, é reduzir o documento a um substrato mínimo, suficiente.

O caos do livro e dos documentos solicita em nossos dias uma ciência que solucionaria o problema da documentação desordenada, repetitiva, contraditória” [...]. Esta ciência seria um prolongamento ou uma aplicação da lógica aos documentos, que é a ciência da ordem a colocar nas idéias” [...]. As transformações futuras dos livros – com uma ascensão extrema, chegaremos a conceber quase uma documentação sem documentos (OTLET, 142, 6, 7).

A abordagem da Documentação, em Otlet, é claramente cartesiana, recorrendo à análise e síntese, à dedução e à indução. O método dedutivo é utilizado para gerar dados, e os métodos de combinação e invenção para imaginar outros dados.

A forma como Otlet vê o documento e a Documentação é curiosa: ao mesmo tempo em que propõe seu escrutínio a partir do princípio monográfico, quebrando os documentos em pedaços para separar as informações segundo critérios do que considera úteis ou importantes, combina-as em seguida a partir de um ponto de vista – a CDU – Classificação Decimal Universal, um código enciclopédico e universal. A separação, que poderia permitir a reunião segundo múltiplos pontos de vista, gera um documento novo moldado sob um filtro ideológico fixo.

Seguidora direta de Otlet, Suzanne Briet fala, no seu texto ‘*Qu’est-ce que la documentation*’ (BRIET, 1951) do documento como ‘*evidência física*’, prova ao apoio de um fato. O entendimento de Briet incluiria a

consideração da materialidade do objeto, da intenção de tratá-lo como evidência, de seu processamento como tal (tornados documentos) e da sua condição de ser algo perceptível como documento. Para ela, o documento é um signo físico ou simbólico, preservado ou registrado, cujo objetivo é representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual. Como já nos referimos brevemente, é Briet quem propõe falar em documento secundário para se referir à ‘*produção documental*’, outro termo criado por ela, organização que se faz a partir dos documentos iniciais. Mais importante para os nossos propósitos neste texto, no entanto, é referirmo-nos à diferença de sua proposta em relação à de Otlet: enquanto este último pregava a centralização, Briet propõe um modelo descentralizado de documentação, considerando, também, a diversidade de documentos secundários.

As propostas de Otlet e Suzanne Briet tiveram repercussão na França, na Espanha e no Brasil, antes mesmo da recuperação dos trabalhos desses autores no mundo de língua inglesa. Esses dois países, assim como o Brasil, adotaram e conservaram o termo Documentação como nome de um campo, contrariamente ao que aconteceu com a Biblioteconomia americana que focou menos o documento e mais o usuário, segundo Meyriat (MEYRIAT, 1993, citado por LUND, 2009). A perspectiva dada ao usuário, no entanto, se relacionava antes à eficiência do sistema em termos de recuperação (revocação e precisão), ideia diferente daquela considerada em particular por autores franceses – especialmente Escarpit (1991) e Meyriat (1981) para os quais a recepção é um dado importante.

Referindo-se a Meyriat (MEYRIAT, 1993, citado por LUND, 2009), Lund destaca que esse autor observou que o *Traité de Documentation* foi traduzido para o espanhol, mas não para o inglês. A implicação desse fato, além da recuperação tardia de Otlet, é que a adoção do termo Documentação implicou o uso e a preocupação em definir documento, quando a linha da LIS – *Library Information Science*, procurou definir informação. Isso parece confirmar que as questões ligadas à noção de documento e significado desse objeto nunca estiveram entre as preocupações dos autores americanos, cujos interesses eram o de obter resultados práticos na recuperação.

Contrariamente, para Escarpit e Meyriat, que têm preocupações próximas, o documento é objeto de discussão. Para Escarpit, o docu-

mento tem uma função icônica, considerada suporte para Meyriat; o primeiro fala em função discursiva, quando o segundo fala em instrumento de comunicação; Escarpit afirma a função documental de estabilidade, quando Meyriat se refere ao documento como meio durável. Meyriat confere um papel importante ao receptor, afirmando que “*a capacidade informativa de um documento não é jamais esgotada pelos usos de informações já realizados*” (ORTEGA & LARA, 2010). Para ele, o documento não é um dado, mas produto de uma vontade: o usuário faz o documento. É de Meyriat a distinção entre ‘*documento por intenção*’ e ‘*documento por atribuição*’, noções que colocam em pauta, como destacam Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001, citados por ORTEGA & LARA, 2010), a relação entre documento, informação, significação e recepção. Isso pode explicar porque a pesquisa em Ciência da Informação hoje na França, cujo campo institucional é ligado à Comunicação, põe em destaque temas como usos e mediações.

Buckland: informação como coisa

A tríade ‘*informação como coisa*’, ‘*informação como processo*’ e ‘*informação como conhecimento*’ marca a proposta de Buckland (1991). Na defesa de um conceito que se ligue à base material, por ele considerada indispensável para o fazer documentário, a ‘*informação como coisa*’ ocupa lugar predominante. Essa concepção aproxima informação e documento a partir de um aspecto mais físico do que intelectual.

A ‘*informação como processo*’ se relaciona à ação de informar, algo que provoca alteração de estado de conhecimento de um indivíduo: dar conhecimento de uma notícia, um fato, uma ocorrência, um assunto. O que é relevante no que é informado depende do nível de conhecimento de quem recebe a informação – mas o autor não entra nesse debate restringindo-se a qualificar a informação como intangível (LARA, 2009). A ‘*informação como conhecimento*’ liga-se à redução da incerteza: o conhecimento comunicado se refere a algum fato, evento, assunto, notícia: não pode ser medido. De modo semelhante à ‘*informação como processo*’, a ‘*informação como conhecimento*’ é intangível. Portanto, a ‘*informação como coisa*’ é que constituiria o objeto da Ciência da Informação, porque se reporta à sua materialidade, condição para o trabalho com a informação. Nessa ótica, os objetos são considerados informativos como o são os dados, textos, documentos expressos sob forma física ou em ambientes digitais.

Para Buckland, ver a ‘*informação como coisa*’ significaria prover alguma ordem ou arranjo em relação às atividades relacionadas com a informação: lida-se principalmente, em tais atividades, com evidências, com coisas que podem ser armazenadas e recuperadas em sistemas de informação (mesmo que sejam filmes, edifícios históricos etc.) e que podem ser descritas diferentemente em razão dos atributos físicos selecionados.

O sentido dado por Buckland à materialidade da informação é diferente daquele utilizado por Frohmann e mais próximo à de ‘*evidência física*’, proposta por Briet, muito embora Buckland ressalte a relação dessa noção à de cultura material, da antropologia. O que Buckland parece destacar na preocupação de Briet e na sua, é a face tangível da informação, sem a qual não seria possível exercer a atividade da documentação. Essa idéia é reforçada quando o autor também se refere às representações do conhecimento que formam subconjuntos de informação que podem, em princípio, serem usados como *corpus* para análise, uma idéia próxima à de bibliografia. Briet, porém, embora fale em evidência, trata a o documento como signo, o que induz a ideia de que pensa também, seu desenvolvimento.

O importante a destacar na produção de Buckland é que ele não considera a ‘*informação como processo*’ algo central para a Ciência da Informação, embora reconheça que ela possa ser a base para tipos de estudos relacionados. Isso confirma o que afirmamos acima. Embora Buckland reconheça que a evidência em Briet tem um caráter relacional, parece não aproveitar esse aspecto, que é justamente o que solta o documento de uma materialidade puramente física.

Não se pode negar que a proposta de Buckland confere uma base ao projeto do fazer documentário, porém o modo como vê essa materialidade restringe sua visão de documento. Abdicar dessa materialidade significaria dissolver o campo da Ciência da Informação pulverizando-o nas áreas relacionadas. O perigo, porém, é interpretar tal proposta de modo dogmático, utilizando o conceito de ‘*informação como coisa*’ e apagando as outras características sem as quais perde-se a noção de vitalidade do documento.

Capurro (2003), ao se referir à proposta de ‘*informação como coisa*’ de Buckland, afirma que ela caracteriza a informação como fenômeno objetivo no campo da Ciência da Informação, o que remeteria ao paradigma físico, salientando que isso não significa que o valor informativo a que alude o autor

não é uma coisa nem a propriedade de uma coisa, mas um predicado de segunda ordem, isto é, algo que o usuário ou sujeito cognoscente adjudica a ‘qualquer coisa’ num processo interpretativo demarcado por limites sociais de pré-compreensão que o sustentam.

Mas a insistência em ressaltar ‘a coisa’, pode colocar em dúvida a interpretação de Capurro.

O ponto de vista cognitivo

A abordagem cognitivista na Ciência da Informação não fala do ponto de vista da produção, mas do acesso, privilegiando a recuperação da informação. A informação é entendida de várias maneiras: como aquilo que pode alterar um estado anômalo de conhecimento e responde a uma necessidade (BELKIN), como algo que leva à alteração de um estado cognitivo ou mental do usuário (BROOKES) ou a uma situação problemática (WERSIG) ou, ainda, que responde a um sujeito cognoscente que é o usuário (INGWERSEN) (CAPURRO, 2003). Todas essas posições deslocam a preocupação com a massa documental para o comportamento do usuário.

Sob a visão mentalista, só a face intangível da informação aparece. Ressalta-se nessa perspectiva o usuário como um sujeito individual, apagando assim todas as possibilidades de compreendê-lo na sua inserção em sociedade. O desenvolvimento das atividades documentárias seria, conseqüentemente, pautada em pesquisas sobre o comportamento dos indivíduos isolados, procedimento que, além de desconsiderar o pertencimento dos indivíduos às comunidades, apresenta um problema econômico para a pesquisa: como rastrear os variados comportamentos dos sujeitos na sua relação com os sistemas de informação. Embora a proposta cognitiva da Ciência da Informação possa levar a uma multiplicidade de interpretações, ela é pulverizada entre os indivíduos, perdendo-se o vínculo histórico-social que permite compreender suas formas de percepção e organização do mundo.

O ponto de vista social

Capurro e Hjørland não falam em documento. No verbete ‘*documento*’ do glossário que divulga em seu site Epistemological Lifeboat (<http://www.db.dk/jni/lifeboat>), Hjørland fala que os pesquisadores da comunicação ressaltam a necessidade de compreender textos e documen-

tos como um fenômeno das comunidades discursivas. Os documentos não podem ser analisados de modo isolado, mas sempre em relação à divisão do trabalho numa sociedade. O conceito de fonte é relevante para esse propósito e o que diferencia a atividade de documentalistas é que, por exemplo, o antílope é uma fonte para o estudo dos zoólogos, assim como os fenômenos naturais, para os cientistas naturais, os registros, fontes primárias para os historiadores, as leis, para os acadêmicos de direito e para os advogados. Livros e publicações são fontes secundárias para os cientistas, mas constituem o objeto primário dos bibliotecários e especialistas em informação. O conceito de documento é, para ele, uma abstração. O conceito de documentos não pode ser propriamente entendido sem considerar os tipos de práticas documentárias com os diferentes tipos de documentos.

Hjørland também se refere à noção de documento em recuperação da informação citando Baeza-Yates e Ribeiro Neto (1999): “*Uma unidade de recuperação. Pode ser um parágrafo, uma seção, um capítulo, uma página ou um documento inteiro*”. Fala também em um termo genérico para objetos textuais e não-textuais que é um documento de conhecimento (*document knowledge*) ou o que contém informação (*contain information*), atribuindo esse sentido a Otlet e La Fontaine.

Mas a discussão de Hjørland não se dirige diretamente ao documento, mas à informação. Para compreender a informação propõe estudar os domínios como ‘*comunidades do discurso*’, que compartilham padrões, linguagens, terminologias, critérios de relevância que sustentam critérios subjetivos de relevância (HJORLAND & ALBRECHTSEN, 1995; HJORLAND, 2002). Na visão da Análise de Domínio, o objeto da Ciência da Informação é o estudo das relações entre discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidades de usuários (HJORLAND, 2003, citado por CAPURRO, 2003).

Hjørland e Capurro compreendem a informação como signo, considerando que ela é um conceito subjetivo, mas não individual, já que e os indivíduos sempre interpretam a realidade no interior de situações sociais concretas em que vivem e se organizam, desempenhando diferentes funções na divisão do trabalho na sociedade (HJORLAND, 2002; Capurro & Hjørland, 2003; 2007).

Capurro aceita a distinção de Luhmann entre mensagem e entendimento ou compreensão: a mensagem é *'oferta de sentido'*, a informação, *'seleção de sentido'*, e o entendimento, a possibilidade do receptor integrar a seleção dentro de seu universo de *'pré-conhecimento'*, constantemente aberto à revisão, de acordo com a intenção do emissor (LUHMANN, 1987, citado por CAPURRO, 2003). A pré-compreensão une os indivíduos em comunidades, campos de conhecimento ou de ação que, por sua vez, balizam a oferta de sentido (mensagem) e criam referência para a seleção de sentido (informação). A Ciência da Informação é uma ciência que trata do fenômeno das mensagens como parte do fenômeno da comunicação.

Considerações finais

Como dissemos de início, a análise realizada abrange alguns aspectos da produção de alguns autores e é, nesse sentido, apenas indicativa das possibilidades de pesquisa. Para concluir o trabalho, apresentaremos um quadro comparativo com as principais idéias do pensamento dos autores escolhidos e sistematizaremos a avaliação crítica dessa produção a partir de destaques dos pontos que consideramos mais significativos.

O quadro e a avaliação, no entanto, enunciam uma discussão que não se esgota neste texto.

Otlet

Documento: suporte de dados, receptáculo de ideias, meio de transmissão do pensamento.

Abordagem do documento: fundo (conteúdo) e forma.

Fundo: observação da realidade para separar o verdadeiro, o importante, o novo (não repetido); Forma: fragmentação e síntese dos documentos em um novo documento; níveis de tratamento; análise e síntese; dedução e indução.

Pressuposto: informação objetiva a ser buscada; linguagem ideal; organização universal, usuário universal; cooperação e centralização; universalização do acesso para a paz mundial.

Produto: registros em diferentes graus de elaboração; padrões; potencialização do acesso.

Briet

Documento: evidência física; base material do conhecimento fixado; signo físico ou simbólico.

Abordagem do documento: distinção entre documento primário e secundário; documento secundário é interpretação subjetiva.

Pressuposto: informação como signo.

Produto: modelo descentralizado de documentação; documento secundário como signo simbólico; diversidade de documentos secundários.

Escarpit, Meyriat

Documento: função icônica/suporte material; função discursiva/instrumento de comunicação; função documental e garantia de estabilidade/durabilidade;

Abordagem do documento: importância da recepção: o uso faz o documento; documento por intenção, documento por atribuição (MEYRIAT)

Pressuposto: capacidade informativa jamais é esgotada; relação entre informação, significação, recepção (comunicação)

Produto: ...

Buckland

Documento: não fala em documento, mas em informação;

Abordagem do documento: informação como coisa, categoria central; informação como processo, informação como conhecimento;

Pressuposto: materialidade física da informação (documento);

Produto: arranjo das coisas, das evidências; descrição dos atributos físicos.

Belkin; Brookes, Wersig, Ingwersen

Documento: não falam em documento, mas em informação

Abordagem do documento: substituída por abordagem mentalista da informação

Pressuposto: informação é intangível; destaque para os processos cognitivos individuais

Produto: busca de eficiência na recuperação; pulverização da interpretação entre os indivíduos.

Capurro e Hjørland

Documento: não falam em documento, mas em informação;

Abordagem do documento: informação é signo, conceito subjetivo mas não individual

Pressuposto: comunidades discursivas respondem pela pré-compeensão; balizam a oferta de sentido balizam a oferta de sentido (mensagem) e criam referência para a seleção de sentido (informação).

Produto: mensagem como oferta de sentido.

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
informação objetiva a ser buscada; linguagem ideal; organização universal, usuário universal; cooperação e centralização; universalização do acesso para a paz mundial.	informação como signo	capacidade informativa jamais é esgotada; relação entre informação, significação, recepção (comunicação)	materialidade física da informação (documento)	informação é intangível; destaque para os processos cognitivos individuais	comunidades discursivas respondem pela pré-compeensão; balizam a oferta de sentido balizam a oferta de sentido (mensagem) e criam referência para a seleção de sentido (informação)

Quadro 3 – Pressupostos relativos ao entendimento do documento e da informação

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
registro em diferentes graus de elaboração; padrões; potencialização do acesso	modelo descentralizado de documentação; documento secundário como signo simbólico; diversidade de documentos secundários	---	arranjo das coisas, das evidências; descrição dos atributos físicos.	busca de eficiência na recuperação; pulverização da interpretação entre os indivíduos	mensagem como oferta de sentido

Quadro 4 – Produto do trabalho documentário-informacional

Otlet é um positivista que, em nome da racionalidade, buscou imprimir objetividade aos produtos documentários via assepsia da produção subjetiva dos autores em prol de uma síntese que levaria ao Livro Universal. A assepsia que propõe pode explicar sua ideia de significação como algo que deve ser fixada a partir do trabalho documentário colaborativo, que inclui os cientistas. Tem uma visão ampla do que pode ser um documento, persegue a transmissão universal do conhecimento a partir da fragmentação. Não se pode afirmar que essa fragmentação vise uma multiplicidade de pontos de vista já que, mais à frente, postula sua síntese com base naquilo que se supõe que a ciência afirme como verdade. A representação dessa síntese por uma linguagem universal, uma grande narrativa, contribuiria para a fixação dos significados e a disseminação da verdade.

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
suporte de dados, receptáculo de ideias, meio de transmissão do pensamento	evidência física; base material do conhecimento fixado; signo físico ou simbólico.	função icônica/ suporte material; função discursiva/ instrumento de comunicação; função documental e garantia de estabilidade / durabilidade	não fala em documento, mas em informação	não falam em documento, mas em informação	não falam em documento, mas em informação

Quadro 1 – Noção de documento

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
Fundo: observação da realidade para separar o verdadeiro, o importante, o novo (não repetido); Forma: fragmentação e síntese dos documentos em um novo documento; níveis de tratamento; análise e síntese; dedução e indução.	distinção entre documento primário e secundário; documento secundário é interpretação subjetiva.	importância da recepção: o uso faz o documento; documento por intenção, documento por atribuição (Meyriat)	informação como coisa, categoria central; informação como processo, informação como conhecimento	abordagem mentalista da informação	informação é signo, conceito subjetivo mas não individual

Quadro 2 – Abordagem do documento e da informação

Briet, embora siga de perto Otlet, visualiza o processo que pode ser desencadeado pelo signo que, seguindo Peirce, é individual. Embrionariamente, há no discurso de Briet uma menção a referências coletivas e à necessidade de considerar os diferentes pontos de vista consubstanciados na diversidade dos documentos. Essa percepção apóia-se, também, na sua proposta de descentralização da documentação.

Escarpit e Meyriat apresentam convergências no que tange à necessidade de observar as relações entre informação, significação e recepção. A proximidade dos autores com Roland Barthes, conforme atesta Couzinet (citada por ORTEGA, 2009b), confirma a preocupação dos autores com as relações que unem Documentação e Comunicação. O entendimento de Meyriat sobre a inesgotável capacidade informativa de um documento, mostra que o uso também faz o documento, ou de outro modo, que o documento tem de ser analisado no seu caráter semiótico.

Buckland reivindica a materialidade física da informação como sustentação da Ciência da Informação, o que justifica sua inserção sob o 'paradigma físico', conforme sugere Capurro (2002). A semelhança de sua visão com a da Teoria da Informação não corrobora uma abordagem mais ampla, muito embora a tríade aponte para relações da Ciência da Informação com outras áreas, em particular, com a Comunicação. Esta é uma proposta que, por sua vez, orienta a um visão mais social na qual, entretanto, ele não investiu.

A abordagem de **Belkin, Brookes, Wersig e Ingwersen** é cognitiva, portanto, mentalista. Esses autores preferem falar em informação porque é o ponto de vista do usuário que deve ser considerado como parâmetro para avaliar o sistema de recuperação. A informação, como algo intangível, depende de subjetivação, processo que se desenvolve na mente de cada usuário particular. Não se trata, aqui, da mesma preocupação com a recepção tal como ocorre em Meyriat – e depois, em Capurro. Mais do que o usuário, a vertente cognitiva visa a eficiência do sistema de recuperação. As referências para avaliação do sistema são, então, pulverizadas entre os indivíduos, ignorando os sujeitos sociais.

Capurro e Hjørland também não falam diretamente em documento, mas em informação. Com uma abordagem semiótica e hermenêutica, compreendem a informação como signo, portanto, como conceito subjetivo. A diferença em relação às propostas cognitivistas é que essa subjetivação não é individual, mas coletiva, uma vez que remete a universos de pré-compreensão que se consubstanciam nas diferentes comunidades de discurso. A relação interpretação-comunidades

discursivas põe em relevo a existência de uma multiplicidade de visões sobre os fenômenos da realidade. Nota-se, no entanto, que é Capurro, mais do que Hjørland, quem aborda melhor a interpretação com base nas referências sociais.

A síntese comparativa realizada indica variações e proximidades entre os discursos dos autores sobre o documento. Pode-se afirmar, no entanto, que a tônica dos discursos e as ênfases conferidas pelos autores encaminham uma vinculação cada vez maior entre a concepção de documento e de informação, sugerindo que os dois termos não podem ser definidos de modo isolado, mas um relativamente ao outro. Ao conceber a informação como construção, a face concreta do documento, sem perder sua importância, põe em evidência sua insustentabilidade fora do contexto da interpretação, quando o documento passa a ter existência e permite desencadear relações de significação.

REFERÊNCIAS

- BRIET, S. (1951). **Qu'est-ce que La documentation?** Trad. E Ed. Por Ronald E. Day, Laurent Martinet e Hermina G.B. Anghelescu. Lanham: Scarecrow. Disponível em: <http://martinet.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/>
- BUCKLAND, M. (1991). Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p.351-360.
- BUCKLAND, M. (s.d.). **Information as thing**. Preprint: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>
- CASTRO, E. (2009). **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica.
- CAPURRO, R. (1999). **Epistemology and information science**. Disponível em: <http://www.capurro.de/trita.htm>
- CAPURRO, R. (2003). Epistemologia e ciência da informação. **Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: informação, conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte, 10-14 de nov. (Publicação em cdrom). Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm Acesso em 02/2009.
- CAPURRO, R. (2006). **Knowledge map of information science: Rafael Capurro's responses to Chaim Zins**. Disponível em: <http://www.capurro.de/zins.html>
- CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. (2003). The concept of information. **Annual Review of Information Science & Technology**, v.37, p.343-411, 2003.
- CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. (2007). O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207.

CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. (2007). O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47>

CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. (2009). **The concept of information**. Disponível em: <http://www.capurro.de/infocconcept.html>

COUZINET, V.; RÉGIMBEAU, G.; COURBIÈRES, C. (2001). Sur le document: notion, travaux et propositions. In: COUZINET, V. & RAUZIÉ, J.-M. (org.). **Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation**. Paris: ADBS Ed., p.467-506.

ESCARPIT, R. (1991). **L'information et la communication: théorie générale**. Paris: Hachette Superieur. (Publicado originalmente em 1976).

FOUCAULT, M. (1987). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense- Universitária.

FROHMANN, B. (2008). O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L.; MARTELETO, R.M. & LARA, M.L.G. (org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Editora. p.13-36.

HARVEY, D.(2002). **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola.

HJØRLAND, B. (2002). Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n.4. p. 422-462.

HJØRLAND, B. & ALBRECHTSEN, H. (1995). Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n.6, p. 400-425.

HJØRLAND, B. Document. In: ____ (s.d.) **Epistemological Lifeboat**. Disponível em: <http://www.db.dk/jni/lifeboat>. Acesso em 10/04/10.

LARA, M.L.G. (2009). **Linguística documentária: seleção de conceitos**. São Paulo: ECA-USP (Tese de Livre-Docência).

LUND, N.W. (2009). Document theory. **ARIST: Annual Review of Information Science and Technology**, v.43.

MEYRIAT, J. (1981). **Document, documentation, documentologie**. Schéma et Schématisation, 2o. trimestre, n.14, p.51-63.

ORTEGA, C.D. (2010b). Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n.esp., 2009.

ORTEGA, C.D. & LARA, M.L.G. (2010). A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **Datagramazero: revista de Ciência da Informação**, v.11, n.2, abr.

OTLET, P. (1934). **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, Palais Mondial.

OTLET, P. (1996). **El tratado de documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Trad. Por María Dolores Ayuso García. Murcia: Universidade de Murcia.

Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação

Cristina Dotta Ortega
UFMG

Introdução

Este trabalho discorre sobre o documento enquanto objeto informacional, em especial na perspectiva da Documentação,¹ de modo a subsidiar sua discussão no âmbito estrito da Ciência da Informação na contemporaneidade.

Partimos da hipótese de que a noção² de documento relaciona-se às suas possibilidades de informar, e de que operações sobre o documento visando a satisfação de necessidades de informação, incluindo suas implicações e motivações, são preocupações da Ciência da Informação. A capacidade de um documento ser informativo implica o aspecto pragmático do objeto informacional à medida que revela o caráter social e simbólico da informação e, conseqüentemente, os ambientes e as situações concretas de uso. Embora várias abordagens pragmáticas sejam pertinentes para a noção de documento, trata-se aqui de considerar informacionalmente certos objetos e os procedimentos sobre eles que orientam o acesso à informação e seu uso efetivo por públicos determinados.

Como metodologia, procedemos à recuperação histórica do conceito de Documento e de Documentação, visando identificar sua relação com a delimitação contemporânea do conceito. Em seguida, buscamos definir o documento na atualidade a partir de categorias que configuram sua produção na perspectiva sistêmica, buscando caracterizá-lo como elemento para a promoção da circulação social do conhe-

1 Adotamos a grafia 'Documentação' para tratar do conjunto de fundamentos teórico-metodológicos que sustentam os procedimentos de organização e recuperação da informação, visando acesso e uso. A forma 'documentação', embora seja utilizada em geral para indicar o conjunto dos procedimentos, e não seus fundamentos, foi adotada aqui segundo consta na fonte original. O mesmo vale para os termos bibliografia, bibliologia e documentologia.

2 'Conceito' e 'noção' são termos que correspondem, respectivamente, às designações em língua inglesa (*concept*) e francesa (*notion*), conforme a norma ISO 1087:1990. Na versão de 2000 da mesma norma (ISO 1087-1:2000 - E/F), a designação *concept* figura também como entrada principal, em francês, acompanhada do sinônimo *notion*. Não há tradução da norma para o português, mas observa-se que os termos são tratados como sinônimos.

cimento. O texto foi organizado a partir da síntese e reformulação de textos anteriormente produzidos sobre o tema, especialmente Ortega e Lara (2010), além de Ortega (2008) e (2009).

A construção histórica da noção de documento

A noção de documento na versão clássica

A construção histórica da noção de documento em Documentação foi tratada em Ortega e Lara (2010).

Obra básica para compreensão da noção de documento em Ciência da Informação é o *Traité de Documentation*, publicado por Paul Otlet (1868-1944), na Bélgica, em 1934.

Para Otlet, livro e documento constituem “suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (OTLET, 1996, p. 43). Como o livro, na sua perspectiva, não abarca outros tipos de documentos, Otlet adota a forma ‘livro ou documento’, mantendo a primeira palavra apenas em regime de conservação dos usos” (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1983, p. 305).

Segundo Otlet (1996, p. 43), os livros constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as ideias, as ações, sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que tem impressionado a razão do homem. Para ele, os livros se converteram, por excelência, nos órgãos da conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considerá-los como instrumentos de pesquisa, de cultura, de ensino, de informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transportes das ideias.

A proposta de Otlet parte da ideia de um termo genérico (*biblión* ou bibliograma ou documento) que cobriria todos os tipos: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes. Afirma que *biblión* é a unidade intelectual e abstrata, “que se pode encontrar concreta e realmente, mas revestida de modalidades diversas”. Compara esta unidade “ao átomo na Física, à célula na Biologia, ao espírito na Psicologia e à admissão humana na Sociologia”. A unidade intelectual seria o pensamento e o livro um meio de produzir utilidades intelectuais (OTLET, 1996, p. 43, 44 e 46).

Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 308, 309, 311) esclarecem a acepção otletiana ao afirmar que o termo *pensée* é constantemente utilizado no sentido mais amplo adotado por Descartes e os primeiros racionalistas, ou seja, como um conteúdo da consciência ou ideia, abarcando tanto o aspecto intelectual quanto o afetivo: o que interessa no documento não é somente seu conteúdo puramente intelectual. Além disso, trata-se do que é projetado sobre o suporte documental, assim como de compreender o que foi depositado nele. Como decorrência, posto que documentos são construídos e utilizados, a Documentação ou Documentologia seria a teoria que se ocupa dos problemas colocados por tal produção e uso, devendo responder a ambos os propósitos: tratar do modo de produzir e tratar do modo de usar os documentos. Esta teoria não se preocupa, portanto, apenas com a extensão do conteúdo do documento, mas também com a atribuição hermenêutica (ou interpretativa) no sentido de buscar meios e métodos que deem conta da mensagem do autor do documento de modo rápido e preciso. Segundo estes autores, Otlet também atenta para o fato de que a atribuição hermenêutica não se refere ao individualismo documental: os documentos isolados devem ser levados à unificação no momento de serem produzidos e compreendidos.

Otlet (1996, p. 9) afirma que necessitamos não apenas de bibliografia (descrição de documentos), mas de bibliologia, ou seja, de uma ciência e uma técnica gerais do documento. A bibliologia incluiria, entre outros, a conservação, circulação, atualização, catalogografia, descrição e análise desses documentos (OTLET, 1996, p. 10).

Quanto à terminologia adotada para a área que propõe, nos artigos publicados entre 1905 e 1917, Otlet foi abandonando a palavra bibliografia em proveito das palavras documentação e informação. Posteriormente, no Tratado de Documentação, ele faz uso de documentologia para designar o campo do conhecimento ao qual ele se consagra ultrapassando as palavras bibliografia, bibliologia e documentação (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 52).

Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 309) demonstram e, por fim, afirmam, que o objeto da Documentologia otletiana é muito mais rico do que foi a história posterior da disciplina.

Suzanne Briet (1894-1989), funcionária da Biblioteca Nacional da França, foi uma das principais continuadoras de Otlet ao recolocar, após a Segunda Guerra Mundial, muitos dos princípios estabelecidos por ele, em especial por meio da obra clássica: *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951.

Briet parte da definição de documento da UFOD (*Union Française des Organismes de Documentation*) (adotada em 1935, segundo FAYET-SCRIBE, 2001, p. 281): toda base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. Propõe, em seguida, outra definição que julga mais atual e abstrata: o documento é todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual (BRIET, 1951, p. 7). Adota a expressão 'produção documentária' (1951, p. 24-25) para indicar a produção dos 'documentos secundários' pelas organizações de documentação, a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e apenas conservados pelas organizações de documentação). Considera como documentos secundários as traduções, análises, boletins de documentação, arquivos, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfilmes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação.

A abordagem de documento que marcou o nome de Briet é, no entanto, aquela que trata do que pode vir a ser um documento: ela exemplifica ao tratar de um antílope africano de uma espécie nova que é encontrado e levado à Europa, e o fato divulgado nos meios de comunicação. O fato também se torna objeto de uma comunicação na Academia de Ciências e tema de atividades de ensino de um professor de Museu. Adicionalmente, o animal vivo é enjaulado e catalogado (no Jardim Zoológico), quando morto é dissecado e conservado no Museu, emprestado para uma exposição, passando, assim, a ser registrado em documentos impressos (e sob outros suportes) como livros e enciclopédias, os quais compõem bibliotecas e seus catálogos, entre outros. Para Briet, o antílope catalogado é um documento inicial; os outros são documentos secundários ou derivados (BRIET, 1951, p. 7-8).

As propostas de Otlet e de Briet já enunciavam os aspectos do acesso à informação. Os termos documento e Documentação tinham em germe a noção de informação, assim como a de produção de documentos a partir dos documentos originais, relativamente como são compreendidas contemporaneamente.

A noção de documento dos discípulos da versão clássica

A abordagem sobre documento iniciada por Otlet foi consolidada por ele e seus discípulos, em especial em solo francês, de tal modo que a história da Documentação na França até a metade do século XX pode ser considerada a história da Documentação (como constatamos em FAYET-SCRIBE, 2001). Esta corrente passou por um período de relativo esquecimento durante a Segunda Guerra Mundial, sendo retomada nos anos 1960 no país. Neste contexto, teve início movimento que foi legitimado nos anos 1970, a partir das pesquisas do Comitê de Ciências da Informação e Comunicação, formado por Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes, entre outros (COUZINET, 2004, p. 23).

Na Espanha, a Documentação repercutiu, em particular, a partir de Lasso de la Vega (1947, 1969), preocupado com os fundamentos e métodos do tratamento da massa documental, considerado por ele como necessário para a produção científica e, especialmente, a partir de López Yepez (1978, 1995, entre outros).

A relação entre Ciências da Informação e Ciências da Comunicação observada na Espanha foi provavelmente decorrente da influência francesa da pesquisa realizada pelo Comitê de Ciências da Informação e Comunicação.

A noção de documento dos discípulos franceses da versão clássica

Escarpit (1991, p. 123-126), em obra originalmente publicada em 1976, define o documento como um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia – que se refere à independência interna da mensagem, concebida não como uma sequência linear de eventos, mas justaposição multidimensional de traços –, e a estabilidade – independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido.

Para o autor, a estabilização da informação no tempo poderia a princípio parecer paradoxal, já que transformar o evento em documento seria despojá-lo de sua imprevisibilidade. Explica que enquanto um evento se produz, um documento é produzido, existe, e por isso é definido, inteiramente conhecível e previsível. Afirma que estabilização não é regressão: trata-se de compensar o efeito temporal, não de o anular. O tempo, cujo efeito é compensado durante a constituição do documento, deve ser reintroduzido sob a forma de movimento para que a informação seja restituída ao destinatário. Passa-se então de uma justaposição multidimensional e sincrônica a uma sucessão linear e diacrônica, produtora de informação. Deste modo, o documento, meio de constituição de um saber, supõe que os traços fiquem disponíveis para uma leitura, ou seja, para uma exploração livre de toda restrição baseada em eventos ou cronologia e em função de um projeto a realizar. Escarpit refere-se não apenas a uma reativação do evento, mas a uma produção informacional nova.

Para Meyriat (1981, p. 51-53, 55), a definição de documento não se impõe como uma evidência inicial, mas depende dos pontos de vista e dos métodos da Documentação e da Documentologia, pois necessita, para ser efetivada e compreendida, das noções que recobrem seus termos derivados, como segue.

Recolocando conceitos desde Otlet, os quais são tratados de modo semelhante por Escarpit, Meyriat afirma que o documento pode ser definido como um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável. Para ele, esta definição opera por meio de duas noções conjuntas e inseparáveis uma da outra: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte), e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação). Deste modo, segundo Meyriat, toda mensagem possui uma significação, e não se pode definir um documento sem ter em conta o significado da mensagem que ele tem a função de transmitir.

Uma das questões centrais de que trata Meyriat é a de como um objeto pode tornar-se um documento. Documentos escritos são, para ele, um caso privilegiado, por ser a escrita o meio mais comumente utilizado para comunicar uma mensagem. Mas pondera que os escritos não são os únicos objetos que têm por função transmitir uma informação, do que decorre que a noção de documento é muito mais ampla que a noção de escrita.

Por este motivo é que Meyriat considera que a vontade do emissor não é suficiente. Um jornal cotidiano é feito para servir de suporte e para transmitir informações, mas se o comprador o usar para embrulhar legumes, por exemplo, o jornal não é mais um suporte de informação. Mas este objeto pode transformar-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias. A vontade de obter uma informação é por isso um elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, apesar de a vontade de seu criador ter sido outra. É no momento em que se busca informação em um objeto, cuja função original é prática ou estética, que 'se faz um documento'.

Meyriat dá então o exemplo de sua bicicleta, comentando que ela poderá um dia ser objeto de interrogação quanto às informações sobre o lazer da burguesia da metade do século XX, ou sobre as técnicas empregadas pela construção mecânica. Deste modo, nem todo objeto tem por função normal ser suporte de informação, mas esta pode ser uma de suas funções, embora sua função principal seja outra. O documento tem uma dupla origem: ele pode ou não ter sido criado como tal.

Este papel ativo do receptor pode modificar no tempo a função de informação de um mesmo objeto. Como decorrência, um objeto leva a muitos documentos diferentes. Quando uma firma industrial produz e difunde um catálogo, ela o faz para comunicar para sua clientela informações sobre produtos, sua qualidade, seu preço, e esse documento é imediatamente reconhecido como tal. Mas ele pode posteriormente tornar-se o objeto de uma nova leitura por outros usuários, que buscarão outras informações, como a história dos preços, das técnicas de fabricação, dos hábitos de consumo etc. Estes usuários são tão legítimos quanto os primeiros, ainda que não tenham sido previstos pelo autor do documento. Generalizando esta observação, Meyriat entende que a capacidade informativa de um documento não é jamais esgotada pelos usos de informações já realizados. É sempre possível colocar questões novas a um documento já explorado com a esperança de obter informações novas como resposta.

Assim, para Meyriat (1981, p. 54), o documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar, a segunda ao menos sendo sempre necessária. Segundo ele, a noção de uso é central, do que entende que se poderia dizer que o 'usuário faz o documento'.

Em síntese, para Meyriat os escritos não são os únicos tipos de documentos e nem todo escrito é documento, pois um objeto pode ser produzido para ser documento ou não, mas seu uso como documento é que irá determiná-lo como tal, o que pode modificar-se com o tempo, dependendo dos diversos usos do mesmo documento.

Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001) mostram que para Meyriat (1981) o documento tem uma função de prova e de suporte de informação que a fixa, podendo ser ‘produzido intencionalmente’ e/ou ter uma função atribuída. A questão que ‘faz o documento’ é a de que o documento por intenção cedeu lugar ao documento por atribuição. O ‘documento por atribuição’ não é criado como tal: o objeto pode vir a ser um documento do fato de que aquele que busca a informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, erige o mesmo em suporte de mensagem.

Objetivando retomar e homenagear Meyriat, os pesquisadores Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001) afirmam que esta reflexão sobre a noção de documento religa informação, significação e processos de recepção e coloca as bases de toda a pesquisa sobre o assunto. Segundo eles, a distinção entre ‘documento por atribuição’ e ‘documento por intenção’ foi revista e desenvolvida por Hubert Fondin (1995), mas de uma forma geral esta noção foi pouco trabalhada na França nos últimos anos. Para eles, os pesquisadores de Ciência da Informação dos Estados Unidos, como Buckland e Day, têm desenvolvido esta concepção de ‘documento por atribuição’. Entendem que, ainda que estes pesquisadores conheçam os pioneiros europeus como Otlet e Briet, ignoram os trabalhos dos pesquisadores franceses das Ciências da Informação e Comunicação – como Escarpit e Meyriat – que contribuíram para precisar o termo ‘documento’.

A noção de documento dos discípulos espanhóis da versão clássica

A produção espanhola sobre Documentação foi iniciada por Lasso de la Vega, autor espanhol que mais escreveu sobre este conceito em obras publicadas entre 1947 e 1980 (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 262). Contudo, sua consolidação e desenvolvimento deu-se efetivamente na Espanha a partir dos anos 1970, tendo como marco sistematização única realizada por López Yepes em obra histórico-conceitual sobre as diversas correntes teóricas documentárias intitulada *Teoría de la Documentación*, de 1978,

e atualizada em 1995, sob o título *La Documentación como disciplina: teoría e historia*. Também é da Espanha a tradução para o espanhol do Tratado de Documentação (OTLET, 1996), por Maria Dolores Ayuso García, sendo a única tradução identificada desta obra.

Segundo Salvador Bruna (2006) em trabalho de análise qualitativa da literatura, a introdução e difusão da concepção otletiana forneceu a base teórica na qual foi edificada a teoria documentária enquanto disciplina acadêmica espanhola.

Desantes Guanter (1978), em prólogo à obra de López Yepes, faz uma associação entre o documento e a informação, quando afirma que a documentação seria um dos possíveis objetos da informação. Segundo este autor, documentação e informação estariam amputadas em boa parte de seu campo de atuação, de estudo e de solução de problemas se fossem mantidas afastadas uma da outra. Também afirma que a possibilidade de informação cresce com a documentação, torna-se mais potente, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. A documentação só se justifica se existe para ser informada, e todos os processos a que a documentação se submete se justificam somente se desembocam em um processo informativo, atual ou potencial. Para Desantes Guanter, a documentação que não é informação constitui uma contradição conceitual.

Para Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 265) e, de modo similar a Meyriat, um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental. O documento é em si um objeto manufaturado (quanto ao registro em um suporte) e ‘mentefaturado’ (quanto ao conteúdo significativo gerado pela mente) que pode funcionar como documento propriamente ou como um objeto qualquer: um cartão-postal não é em si um documento na mente e/ou intenção do autor, mas poderá passar a sê-lo se for utilizado como tal.

O mexicano Rendón Rojas parte da obra de López Yepes para tratar da noção de documento, afirmando que a definição apresentada por Briet (que citamos anteriormente) possui um sentido amplo, a partir da qual pode-se considerar documento tudo que possua uma expressão material e represente certo fenômeno, não só o escrito, como manuscritos e impressos, folhas soltas de propagandas, como também gráficos, fotografias, desenhos, filmes, discos, estatísticas e qualquer coisa natural

ou os monumentos e objetos da vida cotidiana produzidos pelo homem (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 120-121). Considera a necessidade de restringir o uso do termo documento, realizando assim a decomposição explicativa que segue abaixo. Sua proposta se aproxima daquela de Briet sobre como um objeto se torna documento no contexto da área, a despeito das diferenças que aponta (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 127-128):

- em um primeiro nível, têm-se os objetos tal qual são, sem que tenha havido para sua aparição uma intencionalidade de torná-lo documento;
- em um segundo nível, estes mesmos objetos são transformados em documentos pelo e para o trabalho dos especialistas de determinadas disciplinas, deixando de ser um objeto em si para ser um objeto para outro. Estes especialistas estudam estes objetos-documento e atribuem mensagens a eles, conscientemente objetivando a informação;
- no terceiro nível, os documentos que, após a ação dos especialistas adquiriram outra natureza cuja função é transmitir esta informação adicional, passam às mãos do profissional da informação documentária.³ Este profissional insere o documento em um sistema de informação documentária,⁴ agregando-lhe informação ao representá-lo e prepará-lo para ser recuperado por um usuário. É neste último nível que o documento toma a dimensão *bibliotecológica*.⁵

Deste modo, deve-se considerar, segundo Rendón Rojas (2005, p. 129), a ação intencional executada pelo profissional da informação como baseada em estruturas de análise que permitam ao produto inte-

3 Abordamos as informações documentárias como aquelas apreendidas, registradas e armazenadas em sistemas (de informação documentária) a fim de que sejam passíveis de recuperação e uso.

4 Sistemas de informação documentária, ou sistemas documentários, como adotamos no texto.

5 Para Moreiro González (1998, p. 135-137), há uma relação estreita entre Bibliotecologia e Documentação. Para tratar desta relação, apresenta diferenças e equivalências entre *Bibliotecología*, forma usada nos países de língua espanhola da América Latina, e *Biblioteconomía*, adotada na Espanha. Em termos gerais, a Bibliotecologia seria o conjunto sistemático de conhecimentos relativos ao livro e à biblioteca, enquanto a Biblioteconomia seria uma de suas partes, aquela voltada à gestão de bibliotecas. Segundo ele, os que consideram os dois termos como sinônimos referem-se ao fato de que o uso do termo Biblioteconomia na Espanha supera grandemente a referência à gestão de bibliotecas.

lectual produzido pelo autor converter-se em um documento no sentido específico traçado. A ação deste profissional dá um novo sentido ao documento inicial porque o coloca em um contexto em que não estava antes. Esta ação dá personalidade ao documento dentro do sistema de informação documentária, a qual não se reduz a ter uma etiqueta e encontrar-se em um determinado lugar (o que pode ser alcançado por ações irrefletidas e empíricas), mas a estruturas mais profundas, produto de uma atividade intelectual, teórica e criativa.

Para López Yepes e Sagredo Fernández (1981, p. 116, citados por GARRIDO ARILLA, 1996, p. 22), o resultado desta metamorfose que o documento sofre nas mãos do documentalista culmina quando a informação liberada é difundida e transformada em fonte seletiva de informação. Então a mensagem documentada se faz mensagem documentária, informação atualizada.

Podemos afirmar que o papel significativo que a Espanha deflagra na história da Documentação só é comparado ao da França, país que foi berço (junto com a Bélgica) e continuador deste movimento. Enquanto discípula da versão clássica de documento, a produção espanhola evidencia abordagem peculiar sobre Documentação, da qual enfatizamos a obra dos pesquisadores Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo que, publicada em 1983, trata profundamente do Tratado de Documentação de Otlet, possibilitando leitura contextualizada do mesmo. López Yepes também é citado por ser o principal responsável pela ‘escola espanhola’ a que nos referimos.

Constatamos que a noção de documento proposta pelos primeiros documentalistas foi aprofundada e atualizada pelos pesquisadores franceses e espanhóis nas décadas seguintes, em especial no que tange aos aspectos comunicacionais das ações documentárias. Os traços iniciais foram mantidos mas são ressaltados elementos que se relacionam com o signo e a comunicação da informação, e a própria palavra informação e derivadas são introduzidas.

A noção de documento em versões anglo-saxãs

Buckland (1991, p. 43, 44, 46 e 47) trata da ‘informação como coisa’, ‘informação como conhecimento’ e ‘informação como processo’ e propõe a primeira como noção de informação pertinente à Ciência da Informação. Frente à pergunta ‘o que é informativo?’, o autor

sugere abandonar a busca por objetos candidatos a serem considerados ‘informação como coisa’ e inverter a abordagem perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas.

Buckland afirma que o significado de documento foi tratado por bibliógrafos e documentalistas no movimento da Documentação preocupados com os problemas recentes de armazenamento e recuperação da informação no século XX. Apresenta a solução adotada por este movimento no uso de ‘documento’ como termo genérico para indicar qualquer recurso informacional físico, em vez de limitá-lo a objetos do tipo texto em meios físicos específicos como papel, papiro, microforma. Segundo ele, Otlet, Briet e outros documentalistas afirmam que:

- a documentação deve estar preocupada com objetos potencialmente informativos;
- nem todos os objetos potencialmente informativos são documentos no sentido tradicional de textos sobre papel; e,
- outros objetos informativos como pessoas, produtos, eventos e objetos de museu não devem ser excluídos.

Buckland cita que Otlet enfatiza a necessidade de definição de documento e documentação que inclua objetos naturais, artefatos, objetos apontando pistas de atividades humanas, objetos tais como modelos designados para representar ideias, e obras de artes, assim como textos.

Cita também o exemplo da ideia de documento desenvolvida a partir de um antílope por Briet, questionando qual seria o termo genérico o suficiente para incluir todas as coisas informativas de que tratamos. Sugere ‘discurso’ como um termo melhor para indicar textos no sentido geral ou artefatos com intenção de representar coisas. Apresenta como possibilidade dividir objetos em:

- artefatos com intenção de constituir discurso (como livros);
- artefatos que não tinham esta intenção (como barcos); e
- objetos que não são artefatos (como os antílopes).

De outro modo, podemos dizer que se trata, respectivamente, de artefatos que convencionalmente chamamos de documentos, artefatos produzidos com função utilitária ou estética, e seres vivos e elementos da natureza em geral. Buckland cita também eventos como objetos informativos, mas se refere a registros destes eventos, e não aos próprios.

Assim como os franceses e espanhóis discípulos da versão clássica de documento, Buckland apresenta exemplos explicativos das origens dos objetos informacionais e suas funções posteriores, como no caso do livro que pode ser usado como um peso para portas.

Também Frohmann (2004, p. 405-406) ressalta que os estudos contemporâneos devem muito ao movimento documentalista do final do século XIX e início do século XX, salientando a importância de recuperar e repensar as profícuas práticas documentárias dos primeiros documentalistas. Frohmann baseia-se nas ideias de L. Wittgenstein, para quem o estudo de práticas com documentos (ou inscrições), em toda sua variedade, leva a um conjunto de conceitos fundamentais para pensar filosoficamente sobre informação, mais que estudos centrados em uma abordagem teórica e filosófica da natureza da informação. Entende, por isso, que a documentação cobre um terreno maior que o dos estudos de informação (*information studies*) e que uma implicação do foco sobre práticas documentárias para uma filosofia da informação é a de que esta filosofia é subordinada à filosofia da documentação.

Em texto posterior, Frohmann (2006), ao criticar a rejeição dos estudos de informação que envolvem os documentos, retoma a ideia de que o conceito de materialidade traz uma compreensão mais rica do caráter social e público da informação na atualidade. Os estudos de Frohmann voltam-se ao documento como informação materializada que, portanto, apresenta peso, massa, inércia e estabilidade a tal ponto que pode configurar a vida social.

Frohmann (2004, p. 387) trata também do documento enquanto objeto que apresenta informatividade, a qual se dá segundo sua materialidade, seus lugares institucionais, os modos pelos quais é socialmente disciplinado e sua contingência histórica. Para ele, informatividade refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos. Considerando que documentos só o são de fato se forem informativos, diríamos que informatividade refere-se a como objetos tornam-se informativos, constituindo-se como documentos.

A noção de informatividade remete àquelas apresentadas pelos autores discípulos da versão clássica de documento, citadas anteriormente, cuja ênfase está no uso. Traços que se distinguem, no entanto, referem-se à noção de documentação, a qual não evidencia a ideia das práticas do-

cumentárias no sentido do conjunto dos procedimentos de representação para recuperação da informação, como tratado pelos outros autores.

Os dois autores da versão anglo-saxã analisados referem-se aos primeiros documentalistas (Otlet e Briet, explicitamente), divulgam suas ideias em idioma inglês, e as consideram fundamentais para a área, assim como atuais em suas bases. Deste modo, também aqui constatamos a continuidade e atualização da versão clássica da noção de documento.

A noção de documento em Ciência da Informação

Implicações das diversas noções de documento

Fondin (2005) discorre sobre a história da Ciência da Informação surgida nos anos 1950 e 1960 nos Estados Unidos como aquela constituída por pesquisadores do tratamento automático da informação em um contexto técnico e científico. A esta origem marcadamente estadunidense, este autor denomina de visão histórica e considera a corrente dominante em Ciência da Informação.

Fondin afirma que esta visão levanta problemas, inclusive nos Estados Unidos, em função da confiança em um progresso técnico que permitiria conceber e realizar um sistema de informação documentária ‘perfeito’, ou seja, capaz de fornecer toda ‘boa informação’ (destaque nosso), e só esta, àqueles que têm necessidade, e sob uma forma adequada. O interesse de pesquisadores em técnicas de tratamento, armazenamento, busca e difusão de documentos e seus conteúdos para ‘fornecer informação à...’ partiu para abordagem mais global sobre informação que acabou por gerar indefinição e ambiguidade.

O autor observa que houve um movimento de abandono da noção de documento como recurso para difusão da informação a públicos específicos que contribuiu para diluir a especificidade desta atividade. Para ele, essas contradições são evidentes no começo do século XXI, tendo sido iniciadas na década de 1990, e explicam as divergências de pontos de vista expressos por um número cada vez maior de pesquisadores em Ciência da Informação.

Ao tratar da convivência de diversas abordagens em Ciência da Informação, Fondin questiona a ideia de dupla abordagem sobre um objeto de estudo, ao propor tratar, simultaneamente, dos fenômenos primários e dos fenômenos secundários de produção e difusão do conheci-

mento. O autor acredita que, de fato, trata-se de justaposição de fenômenos e seus sistemas correspondentes, pois a única dependência entre eles é cronológica e sua única ligação é o documento em sua materialidade.

Sendo os fenômenos secundários aqueles relacionados com a produção e difusão de informação no âmbito de sistemas, entendemos que tanto os fenômenos primários quanto os secundários são pertinentes à área, mas não ocupam o mesmo papel: os secundários não podem ser compreendidos sem os primários, já que estes conformam os ambientes sociais que recebem a intervenção intencional daqueles, mas não se configuram por si mesmos como objeto da Ciência da Informação.

Observamos que o foco na produção e difusão dos saberes assemelha-se àquele explorado por Frohmann, já que não evidencia o processo documentário propriamente. Este foco distancia-se da análise da obra de Otlet, que dissemos anteriormente, de que a Documentologia não seria uma teoria de transmissão dos saberes, mas de intervenção na produção e uso dos documentos, por meio da busca de meios e métodos que deem conta da mensagem do autor do documento de modo rápido e preciso.

Fondin comenta ainda que muitas ciências estudam os fenômenos da vida e do movimento, integrando a palavra ‘informação’ em seu vocabulário explicativo, como a Física, Biologia, Direito, Ciência da Comunicação e Ciência da Informação (diríamos também Psicologia e Sociologia). Como a informação é objeto de estudo de todas estas ciências, pois um objeto social não pertence de direito a nenhuma delas, pergunta qual especificidade científica a Ciência da Informação reivindica em torno do objeto informação.

A ideia apresentada por Fondin relativa a um sistema que funcionaria por si mesmo, dando conta de fornecer a informação de interesse, está presente na literatura tanto sobre os sistemas do tipo biblioteca, quanto sobre os sistemas de recuperação da informação segundo modelos computacionais (aqueles cuja funcionalidade deve ser garantida computacionalmente). Mesmo considerando a validade do pragmatismo destas abordagens e a tendência de revisão das mesmas, observamos que manifestam visão histórica parcialmente constituída e fundamentos teóricos e metodológicos de baixa capacidade de generalização.

Afirmamos anteriormente (ORTEGA, 2008) que os avanços da Documentação desde o final do século XIX, em especial na Europa, promoveram o entendimento da informação como o objeto de estudo

e de trabalho de documentalistas e bibliotecários. Ao refinar as técnicas para a representação do conteúdo dos documentos (e de suas partes), este movimento deflagrou a noção de informação nos processos de tratamento e recuperação, em detrimento das práticas de descrição formal do objeto físico informacional. Depois da predominância do termo ‘livro’ (na literatura sobre bibliotecas) e do termo ‘informação’ (nas pesquisas em Ciência da Informação), volta a necessidade do uso do termo ‘documento’, já proclamada pelos primeiros documentalistas. Por representar o registro (instância física) e a informação (instância simbólica), o termo ‘documento’ melhor caracteriza os diversos tipos de informações, registradas em qualquer suporte, e abordadas segundo os mais variados contextos. Apesar de esses pontos já terem sido preconizados pela Documentação, a sua efetivação e desenvolvimento ainda estão em processo.

Constatamos que a construção histórica do conceito de documento no âmbito da Ciência da Informação é anterior ao surgimento desta denominação para a área. Dada a abrangência do termo ‘informação’, a retomada da noção de documento, originada na corrente denominada Documentação, parece promissora para fundamentação do conceito de informação que identifica nossa área de interesse.

Exploração da noção contemporânea de documento

Considerando as categorias históricas traçadas, elegemos e desenvolvemos algumas delas visando o acercamento do conceito de documento na atualidade (segundo tratamos anteriormente em ORTEGA, 2009, p. 30-50).

A categoria ‘necessidades de informação’ é abordada como aquela que conduz ao esquema documento-sistema-usuário⁶ em Ciência da Informação. As categorias ‘produção de documentos’ e ‘uso de documentos’, em suas diversas manifestações, demonstram caráter generalizante, assim como aspectos diferenciadores. Estas duas categorias são consideradas no âmbito dos sistemas documentários que, por sua vez, são construídos a fim de promover a satisfação das necessidades de informação de usuários em contextos determinados. Diferentes modos de abordar informacionalmente os objetos conduzem a diferentes documentos,

no sentido de produtos documentários. Aspectos relacionados com a produção e uso de documentos, incluindo os modos de construção dos produtos documentários, contribuem para a discussão sobre a noção de documento na atualidade. A síntese descrita é desenvolvida a seguir.

Para Rendón Rojas (2005, p. 59-60), o objeto da *Bibliotecología*⁷ se dá na inter-relação documento-biblioteca-usuário, e na busca deste último – o usuário – em satisfazer suas necessidades de informação. O autor afirma que o usuário é o ser humano (ideal) que, por sua estrutura ontológica, exige ou pode exigir satisfazer certas necessidades que emanam de seu ser específico. Estas necessidades não são inventadas ou criadas artificialmente, embora possam ser mais educadas ou sofisticadas de modo a serem satisfeitas de maneira correspondente.

No entanto, a informação por si mesma é essencialmente volátil, decorrendo daí uma das motivações para a elaboração dos seus primeiros registros. Abadal e Codina (2005, p. 29-30), ao tratar da recuperação da informação em bases de dados, destacam que mesmo sendo comum apresentar a informação como se fosse algo imaterial ou intangível, a mesma requer sempre um suporte material para ser explorada, ou seja, para poder render sua máxima utilidade. Para eles, assim como algumas formas de energia são mais úteis que outras segundo a forma em que se apresentem, as informações mais úteis do ponto de vista de sua exploração econômica e cultural são aquelas que estão registradas em documentos.

Partindo das necessidades de informação e do esquema documento-sistema-usuário que as contempla, observamos que a informação de que tratamos é informação registrada. Esta se manifesta em Ciência da Informação como o objeto concreto a que se denominou ‘documento’. Até aqui, não há novidade quanto ao já proposto pelos primeiros documentalistas, e o que segue é seu desenvolvimento e atualização.

Retomando a proposta de Meyriat (1981) para a noção de documento, baseada nas noções de ‘documento por intenção’ (documentos produzidos para serem informativos) e de ‘documento por atribuição’ (o uso é determinante para a função informativa do documento), inferimos que:

⁶ Conforme adaptação do esquema documento-biblioteca-usuário, proposto por Rendón Rojas (2005), já que a biblioteca é um dos tipos de sistemas documentários.

⁷ Consultar nota 5.

- o documento é objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento);
- um objeto pode ou não funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que ele assim o seja (uso do documento); e
- a função de informação de um mesmo objeto pode modificar-se com o tempo, dependendo dos diversos usos deste objeto como documento (diversos usos do documento no decorrer do tempo).

Observamos que a proposta de Meyriat pauta-se nas categorias ‘produção do documento’ e ‘uso do documento’. A articulação entre estas categorias é a base para a compreensão da noção de documento, já que este não existe em separado da noção de informação, enquanto objeto que pode vir a receber a atribuição de informar.

Quanto à categoria ‘uso de documentos’, há que se considerar os problemas teóricos causados pelo deslocamento arbitrário em direção à figura do usuário, com o fim de enfatizar seu papel. O ‘usuário de informação’, segundo terminologia que compõe a área, assim se constitui quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é abordado a partir de um contexto social e sistêmico de uso real ou potencial de informação. Trata-se de distinguir ‘indivíduos que usam informação’ e ‘usuários de informação’: ambos compõem os interesses da área mas os primeiros são observados para que os últimos sejam constituídos. Deste modo, há questões pragmáticas da informação relativas à prestação de serviços que são mais complexas que a afirmação reiterada sobre a relevância da figura do usuário para a Ciência da Informação, e se apresentam de modo autônomo (mas não isolado), distinguindo-se de abordagens sociológicas, psicológicas e outras sobre ‘indivíduos que usam informação’. Este deslocamento arbitrário pode conduzir à descharacterização da figura do usuário.

Quanto à categoria ‘produção de documentos’, refere-se à produção de significações sobre objetos ou dados selecionados para que se tornem documentos e, portanto, exerçam a capacidade de informar a um segmento de usuários. Não está em questão a produção material do documento, mas a elaboração de significações, a qual se realiza por diferentes modos de produção material. Trata-se de noção de documento que se refere a algo que é configurado como tal no âmbito do sistema documentário e que é, portanto, produto da prática documentária. A questão que define a abordagem sistêmica refere-se a que a significação

ocorre em um determinado contexto e segundo a relação estabelecida entre um objeto e outro.

Disto decorre que a Ciência da Informação se explica por ações informacionais que, necessariamente, ocorrem em espaços institucionalizados. A noção de instituição adotada pela área se dá quanto à elaboração do que se denomina como informação institucional. Para Smit (2000, p. 34), ‘institucionalização da informação’ é o fruto dos processos de estocagem e registro de informações, uma vez que estes decorrem de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Para ela, a informação é organizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída no contexto dos objetivos institucionais. Contudo, observamos que se trata de necessidades de informação consideradas em uma instituição no sentido de instituição social, e não quanto a sua figura jurídica, a qual nem sempre é existente.

Dois elementos que, de modo complementar e articulado, definem os sistemas documentários são: coleção, ou seja, o conjunto de documentos selecionados que se relacionam entre si, configurando-se como algo coerente e com personalidade própria; e o aspecto indicial ou referencial, o qual se evidencia a partir de registros que promovem o acesso aos documentos dos quais se informou a existência, ou registros que fornecem, eles mesmos, a informação de interesse (caso das informações cadastrais, por exemplo). O aspecto referencial orienta o acesso à informação e seu uso.

Como resultado dos diferentes modos de abordar informacionalmente objetos no contexto de um sistema, temos os seguintes documentos, no sentido de produtos documentários:

- objetos tomados como documentos;
- registros de informação que representam estes documentos no nível do todo, de suas partes ou de seus conjuntos; e
- registros de informação constituídos a partir de dados esparsos.

Exemplificando, temos registros de informação que representam documentos no nível do todo (monografia), de suas partes (artigos de periódico) ou de seus conjuntos (fascículos de periódicos), além de registros de informação constituídos a partir de dados esparsos relativos a um evento ou assunto, tendo como fim a construção de uma ficha cadastral, entre outras.

Há também registros de informação constituídos a partir de transações (ou seja, operações administrativas), os quais não tratamos aqui.

Como tratamos em Ortega (2008), a produção de documentos secundários a partir de documentos originais, a que se refere Briet, compreende a produção do documento, no sentido documentário, e não a produção do conhecimento registrado pelo autor. Ou seja, trata-se da transformação do texto do autor em documento, por meio da produção de formas de apresentação e de representação da obra, assim como de seus pontos de acesso em sistemas documentários.

Segundo Tálamo e Smit (2007, p. 41), considerando-se que a recuperação da informação seja o objetivo do processo documentário, a informação não se apresenta como objeto, mas como um ponto de vista adotado para analisar os processos e objetos do mundo. Os documentos de que tratamos estão circunscritos ao que enunciam as autoras como objetivo da Ciência da Informação: formulação de sistemas significantes dos conteúdos registrados, constituídos enquanto informação qualificada para recuperação e uso dos conteúdos originais.

Considerações finais

A teoria social do documento pode ser definida de dois modos, segundo Lund (2009, p. 416): mais amplamente, quando enfoca o papel social do documento, e sob menor amplitude, abrangendo principalmente mensagens linguísticas escritas ou faladas. O autor afirma que esta diferença apresenta-se como um importante desafio para a Ciência da Informação, uma vez que a primeira atende aos interesses científicos gerais de estudo de como documentos funcionam na sociedade, mas a segunda é mais relevante para o desenvolvimento de fundamentos teóricos para gestão profissional de documentos.

Concordamos com Lund quanto à relevância da segunda abordagem, embora seja necessário considerar que as discussões sobre o papel social do documento são pertinentes à fundamentação da gestão profissional de documentos e, ao mesmo tempo, que os estudos em Ciência da Informação devem levar em conta sua especificidade enquanto ciências sociais aplicadas, o que não os reduz à necessidade imediata de fornecer soluções às atividades profissionais. Neste sentido, apontamos a improdutividade da ideia de segmentação entre abordagens epistemológicas e abordagens pragmáticas para a constituição de uma área

do conhecimento. Considerando as diversas abordagens pragmáticas sobre o documento, tratamos de discuti-las no âmbito da Ciência da Informação para o que, a elaboração epistemológica constitui-se intrínseca ao fazer científico. Importa, no entanto, identificar e caracterizar as diversas vertentes de pesquisa em Ciência da Informação, de modo a criar condições para confrontação e debate.

Observamos que as definições iniciais de documento e Documentação já continham, em germe, a noção de informação tal como entendida contemporaneamente, assim como a reiteração das afirmações sobre o documento como instância física e informativa corrobora seu caráter pragmático. Sob essa perspectiva, a organização da informação não se dissocia dos contextos culturais de produção e uso de conhecimento. As propostas apresentadas reforçam a ideia de que este objeto seja constituído das ações que visam a promoção do acesso e uso da informação, as quais se dão pela construção da informação institucional: trata-se da construção intencional de registros que possam ser informativos, considerando as características do documento original (do autor) e sua possibilidade de recepção (vínculos de adesão).

Dito de outro modo, tais registros procuram otimizar a possibilidade de uso e de interpretação, caracterizando-se, assim, como produtos que, elaborados por meio de procedimentos metodológicos específicos, permitem à Ciência da Informação exercer sua função social. Ressaltamos, no entanto, que a intencionalidade da atividade documentária não implica automaticamente seu uso efetivo, ou seja, a apropriação da informação.

A revisão de propostas em torno do documento para a Documentação, e posteriormente para a Ciência da Informação, tende a mostrar que o objeto desta área não seria a informação – registrada ou não –, do que decorre que também não seria o documento, nem o sistema documentário, ou o usuário da informação. Ao tratar de informação, a área o faz sob abordagem específica, a despeito de a denominação Ciência da Informação supor o oposto. Esta abordagem não se confunde – embora se articule – com a ‘informação’ dos diversos estudos sobre memória, fenômenos sociais, ação cultural, discursos atribuídos aos textos, tecnologias de informação e comunicação, comunicação de massa e gestão de empresas.

Como conclusão, podemos afirmar que a recuperação histórica da discussão sobre a noção de documento e de Documentação permite afirmar a especificidade da Ciência da Informação, cuja função é a de construir novos documentos a partir de documentos originais, visando realizar a mediação (no sentido efetivo de intervenção) entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação. Deste modo, cabe formular a ideia de modo inverso do usual: as necessidades de informação motivam a construção de sistemas documentários a partir de objetos que são transformados em documentos, por meio dos quais são realizadas ações para o acesso e apropriação.

REFERÊNCIAS

- ABADAL, E. ; CODINA, L. **Bases de datos documentales**: características, funciones y método. Madrid: Síntesis, 2005. (Biblioteconomía y Documentación).
- BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzanne-briet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2010.
- BUCKLAND, M. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991.
- COUZINET, V. ; RÉGIMBEAU, G. ; COURBIÈRES, C. Sur le document: notion, travaux et propositions. In: COUZINET, V. ; RAUZIER, J.-M. (Col.). **Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation**. Paris: ADBS Éditions, 2001. p. 467-506.
- COUZINET, V. Olhar crítico sobre as Ciências da Informação na França. In: WORKSHOP EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11 e 12 nov. 2004, Niterói. **Anais...** Niterói: ANCIB ; UFF, 2004.
- DESANTES GUANTER, J. M. Prólogo. In: LÓPEZ YEPES, J. **Teoría de la Documentación**. Pamplona: Ed. Universidad de Navarra (EUNSA), 1978. p. XVII-XXV.
- ESCARPIT, R. **L'information et la communication**: théorie générale. Paris: Hachette Supérieur, 1991. (Hachette Université Communication). Publicado em 1976 pela mesma editora.
- FAYET-SCRIBE, S. **Histoire de la documentation en France**: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris: CNRS Éditions, 2001. (CNRS Histoire).
- FONDIN, H. L'information documentaire: théorie et pratique. In: BENOIT, D. (Dir.) **Introduction aux sciences de l'information et de la communication**. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1995. p. 281-326.
- FONDIN, H. La science de l'information ou le pois de l'histoire. **Les enjeux de l'information et de la communication**, Grenoble, 2005. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/home.html>. Acesso em: 4 abr. 2010.
- FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, 2004.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 19 a 22 nov. 2006, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB ; UNESP, 2006. (Publicação em CD-ROM).
- ISO 1087:1990. **Terminology - Vocabulary; Terminologie - Vocabulaire**. Genève: ISO, 1990.
- ISO 1087-1:2000 (E/F). **Terminology work - Vocabulary - Part 1: Theory and application; Travaux terminologiques - Vocabulaire - Partie 1: Théorie et application**. Geneva: ISO, 2000.
- LASSO DE LA VEGA, J. **Cómo se hace una tesis doctoral o Manual de técnica de la documentación científica y bibliográfica**. San Sebastián: Internacional, 1947.
- LASSO DE LA VEGA, J. **Manual de documentación**: las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería. Barcelona: Labor, 1969.
- LÓPEZ YEPES, J. **La Documentación como disciplina**: teoría e historia. 2. ed. Pamplona: Ed. Universidad de Navarra (EUNSA), 1995. 2. ed. atual. e ampl. de: Teoría de la Documentación. Pamplona: Ed. Universidad de Navarra (EUNSA), 1978.
- LÓPEZ YEPES, J. **Teoría de la Documentación**. Pamplona: Ed. Universidad de Navarra (EUNSA), 1978.
- LUND, Niels W. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 43, p. 399-432, 2009.
- MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63, 1981.
- MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 1998. (Colección Medios y Mensajes).
- ORTEGA, C. D. ; LARA, M. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr10/F_I_aut.htm>. Acesso em: 11 abr. 2010.
- ORTEGA, C. D. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 7-15, 2008.
- ORTEGA, C. D. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP).
- OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por María Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Versão original disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2010.

RENDÓN ROJAS, M. A. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad).

SAGREDO FERNÁNDEZ, F. ; IZQUIERDO ARROYO, J. M. **Concepción lógico-lingüística de la Documentación**. Madrid: IBERCOM, 1983.

SALVADOR BRUNA, J. Recepción de la obra otletiana en España a través del análisis cualitativo de citas. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v. 29, p. 25-69, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00008570/01/otletiana.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

TÁLAMO, M. de F. G. M.; SMIT, J. W. Pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 1, n. 1, p. 33-57, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/30/29>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

O sentido e o significado do documento para a memória digital

Vera Dodebei
UNIRIO

O gosto da composição geometrizar, de que podemos traçar uma história na literatura mundial a partir de Mallarmé, tem como fundo a oposição ordem-desordem, fundamental na ciência contemporânea. O universo desfaz-se numa nuvem de calor, irremediavelmente num abismo de entropia, mas no interior desse processo irreversível podem aparecer zonas de ordem, porções do existente que tendem para uma forma, pontos privilegiados nos quais podemos perceber um desenho, uma perspectiva.

Italo Calvino

Seis propostas para o próximo milênio

O tema da Mesa-redonda: *Ciência da Informação, origens, contexto e trajetória epistemológica; relações com a Documentação* é denso; mas, certamente o debate levantará algumas questões fundamentais para a compreensão da relação ‘informação e documento’ ou ‘Ciência da Informação e Documentação’. Da construção histórica do conceito de documento, ao caráter híbrido das mídias que compõem as “nuvens” de memórias virtuais e suas linguagens, buscaremos o sentido (processo) e o significado (produto) que a ideia de documento possa ter para uma memória social digital.

Meu desejo pessoal de memória me leva outra vez a visitar minha tese de doutoramento,¹ defendida no ano de 1997, da qual tomo emprestado o título com a única diferença relativa ao acréscimo da palavra digital (leia-se social digital). Essa palavrinha desafiadora reorganiza o discurso sobre as relações entre o mundo documental e o mundo virtual no qual já estamos imersos. A ideia de documento, no âmbito da Ciência da Informação e da Memória Social, é a matéria de discussão da primeira parte desta comunicação (DODEBEI, 1997), seguida de comentários sobre as mudanças do cenário tecnológico na cultura

1 Cf. *Construindo o conceito de documento para a memória social: comentários de atualização*, comunicação efetuada no Centro de Altos Estudos em Ciência da Informação e Inovação (CENACIN), vinculado à Coordenação de Ensino e Pesquisa em Ciência e Tecnologia da Informação do IBICT, em 30 de março de 2010.

digital da modernidade para a pós-modernidade (HAND, M. 2008) e dos objetos informacionais representados pelas mídias híbridas que modificam a trajetória da Ciência da Informação e formatam a memória social, finalizando-se a discussão com a apresentação do estado-da-arte das ações de constituição de arquivos, bibliotecas e museus digitais virtuais e a questão do documento/patrimônio (nascido) digital (DANTAS, C. e DODEBEI, V., 2010).

Documento e a questão conceitual

A razão de questionar o conceito de *documento* lá pelos idos de 80 do século passado, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), deveu-se às discussões acadêmicas para a concepção de um programa de pós-graduação que pudesse incorporar alunos egressos das Escolas de Arquivologia, Biblioteconomia e Arquivologia, já que a UNIRIO era a única universidade brasileira que oferecia os três cursos que tiveram origem no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Museu Histórico Nacional.

Tomando-se o conceito clássico de *documento* como sendo o suporte físico da informação, idealizamos o objeto museológico, o dossiê arquivístico e o livro como objetos isolados de estudo da Museologia, da Arquivologia e da Biblioteconomia, os quais poderiam ser observados por suas semelhanças e diferenças, tanto no plano conceitual, quanto nos processos de organização institucional e em sua relação com a sociedade.

Talvez tivesse sido mais fácil admitir que estávamos nos ocupando do objeto errado: se invertêssemos conteúdo e continente, teríamos a *informação* como objeto de estudo das três áreas. Isto certamente resolveria, em parte, a questão interdisciplinar; por outro lado, ampliaríamos o universo da observação, devendo-se incluir aí a Comunicação, a Genética, a Informática, a Arqueologia, só para citar as mais evidentes. A alternativa poderia ser a de considerar o espaço institucional como o objeto principal de estudo, o que nos levaria a identificar *locus* com objeto. E, ainda, reconhecer os conjuntos documentais (arquivo, acervo ou coleção) como sendo o objeto disciplinar, o que nos conduziria novamente ao *documento*.

Permanecer no documento, entretanto, seria regredir às discussões de décadas passadas, nas quais o termo *Documentação* se identificou com o processo de ruptura no âmbito da Biblioteconomia, após a cria-

ção do Instituto Internacional de Documentação por Paul Otlet. A UNESCO (GOMES, H. E. 1980, p. 91)² e Lasso de la Vega (1969, p. 109)³ apresentam trabalhos clássicos sobre esse processo de ruptura. Os dois trabalhos, no entanto, pressupõem a criação de uma nova disciplina designada 'Documentação', ao considerar o isolamento da 'Bibliografia' como uma disciplina emergente do seio da Biblioteconomia. Assim, nas discussões sobre a gênese e a evolução da Biblioteconomia, *documento* e *documentação* estariam definitivamente ligados ao passado, uma vez que a Ciência da Informação, pela sua própria denominação, optou pela *informação* como seu objeto de estudo. Mostafa (1985),⁴ em sua tese de doutorado sobre a epistemologia da Biblioteconomia, apresenta uma rica discussão sobre esse tema. E, ainda, podem ser consultados Mendonça de Souza e Dodebei (1992).⁵

2 Em fins do século XIX, Otlet e La Fontaine começaram a preparar a sua bibliografia universal utilizando os catálogos de biblioteca do tipo tradicional e escolheram o Sistema Decimal de Dewey como base de sua classificação. No entanto, não só se preocuparam em fazer um trabalho completo, mas também em submeter os materiais bibliográficos a uma análise de conteúdo mais profunda do que a até então feita pelos bibliotecários e, para diferenciar sua atividade da Biblioteconomia, deram-lhe o nome de Documentação. Desse modo começou, na Biblioteconomia, um cisma que ainda não terminou. (GOMES, H. E., 1980, p. 91).

3 En el campo internacional, la palabra surge en virtud de propuesta presentada por los fundadores del Instituto Internacional de Bibliografía, Paul Otlet y Henry Lafontaine, en la X Conferencia Internacional, celebrada el año 1931, en la que se acordó sustituir la palabra bibliografía por la de documentación. No se conservan las actas de la sesión en que dicha propuesta fue presentada ni de la forma, por lo tanto, en que se planteó y llevó a término la discusión (LASSO DE LA VEGA, Javier, 1969, p. 109).

4 A Ciência da Informação pretendeu revitalizar o processo de comunicação formal e para isso teve de penetrar também nos mecanismos da comunicação informal. Contudo, toda essa revitalização do próprio objeto agora entendido mais em termos de conteúdo do que de forma (veja-se, por exemplo, a alegria dos bibliotecários ao reconhecerem que o objeto da biblioteconomia não é mais o livro mas a informação), restringiu a informação em ciência e tecnologia na fase da criação (MOSTAFA, Solange Puntel, 1985, p. 58).

5 Este trabalho, dividido em três partes, aborda na primeira a gênese e a evolução da Biblioteconomia. Na segunda, enfoca os aspectos da evolução da formação profissional, analisando os currículos das escolas de formação, no Brasil, desde 1911, data da criação do primeiro curso na Biblioteca Nacional. A terceira parte apresenta os modelos pelos quais a Biblioteconomia se valeu para explicar todas as suas transformações. O texto conclui com a suposição de que a Ciência da Informação é um grande "guarda-chuva" que abriga várias disciplinas, as quais têm na informação a sua preocupação de estudo (MENDONÇA DE SOUZA, A., DODEBEI, V., 1992).

Há muito se vem discutindo modelos teóricos e conceituais de interseção entre os lugares tradicionais de memória, notadamente os museus, as bibliotecas e os arquivos, principalmente com a criação dos chamados centros culturais, posteriormente designados por casas de cultura ou por centros de memória, em substituição às configurações institucionais criadas a partir da década de 1950 do século passado em que a memória do conhecimento era organizada e disseminada em “centros de documentação” e “centros de informação”. Traçar um percurso histórico sobre a evolução dessas “casas” é trabalho já desempenhado com louvor, desde Suzanne Briet (1951) com o texto *Qu'est-ce la documentation?*, atualizado por pesquisadores que demonstraram a preocupação com o confronto dos pares conceituais documento/informação, ciência/técnica, como Pinheiro (1997), até a reflexão epistemológica de Rafael Capurro (2005).

É bem verdade que havia uma separação, nem sempre muito nítida, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental. Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos. Mas quando os centros culturais ou centros de memória surgiram (GUNBERG, 2005)⁶ e se multiplicaram, esses tipos de “bem” foram absorvidos pelo que hoje se pode chamar de patrimônio cultural. Todas essas casas passam a ser “casas de patrimônios”, quer dizer, um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais. Na década de 90 do século passado, alguns estudos foram empreendidos na tentativa de compreender o processo pelo qual a sociedade enfrentaria o desafio da informatização na esfera dos registros organizados da memória social. A busca de traços identitários entre essas instituições que abrigavam objetos com conteúdo cultural obrigou os especialistas a estudar os procedimentos teóricos, conceituais e metodológicos de cada uma das disciplinas tradicionais que tinham a memória como centro de estudo (DODEBEL, 1997). O núcleo da interseção entre as três áreas ora se inclinava para o caráter de *valor* documental de seus objetos ora para os *processos* de identificação, descrição e comunicação de seus conteúdos informacionais. Não

⁶ Segundo Grunberg, o Centro George Pompidou, em Paris (França), é considerado modelo de organização informacional e inspirou a criação de similares em todo o mundo. Essa vem sendo a razão pela qual seus organizadores avaliam o decréscimo de público que visita a instituição, pois ela divide com outros o serviço informacional que outrora era singular para a população (GRUNBERG, Gérald, 2005).

há dúvida de que, naquela época, já havia indicações da importância dos estudos informacionais para a sobrevivência não só das instituições como, principalmente, dos meios de circulação dos bens culturais.

As evidências de busca de interação entre os três campos – Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia – estão presentes na literatura técnica dessas áreas e o fato de haver conflitos na conceituação é, seguramente, um indicador das interfaces existentes entre as práticas disciplinares. Para um modelo que se estabelece em bases interdisciplinares, verificamos que o núcleo de interseção mais forte, sem excluir outras interfaces ou fronteiras, era, certamente, o objeto de estudo de cada uma das disciplinas.

Figura 1 – DOCUMENTO – Representação e preservação da memória social

A/B Guarda, manutenção e disseminação de documentos textuais, representando diretamente a intelectualidade de seus autores

B/M Práticas organizacionais semelhantes: coleções formadas por escolhas de objetos

A/C Fontes primárias para os estudos históricos, entre outros

Mas isto não seria suficiente para repensar o conceito de documento, uma vez que nos veríamos no círculo vicioso do objeto-documento/documento-objeto, como afirma Edgar Morin (1977, p. 17), um círculo infernal. Parafraseando Morin, a missão era cada vez mais difícil e a demissão era, naquele momento, impossível. Na tentativa de escapar do paradigma binário, o esforço se concentrou na identificação de outro atributo comum, ou melhor, adjacente ao objeto de estudo, que permitisse acrescentar novo referencial ao binômio objeto/documento. O comprometimento institucional foi o forte indicador de que, se por um lado não havia a intenção de anular as instituições Arquivo, Biblioteca e Museu (situação em que resgataríamos a ideia de *informação* como objeto de estudo), por outro lado, a existência e a permanência de tais instituições implicava a noção de preservação, o que nos levou ao sentido de *memória*.

Materialidade e reprodutibilidade

Como pressupostos à nossa tese, relatamos algumas discussões emergentes, à época, no campo da conceituação de *documento* que permitiram estabelecer a problemática levantada acerca de seu conceito. Uma delas defende a divisão do universo dos documentos em *tangíveis* e *não tangíveis*. A dicotomia visa, primordialmente, explicar a existência do documento fora de sua materialidade, entendendo-se por tangibilidade não só a visibilidade mas, sobretudo, a ação de registro material (OCAMPO, 1991, p. 2). Em defesa dessa corrente de pensamento, Ocampo conceitua documento como *tudo aquilo a que se atribui determinados significados* e afirma que:

[...] existem documentos registrados nos mais diferentes suportes (o que dá origem ao conceito de bem cultural tangível), por outro lado existem também documentos que não se encontram registrados em suportes materiais e que nem por isso deixam de ser resultado de manifestações culturais significativas, tais como mitos de criação, lendas, superstições, músicas (bens culturais intangíveis).

Outro conjunto de discussões coloca ênfase na propriedade de reprodutibilidade. Buscamos, a título de exemplo, na literatura de ficção, a opinião de Rubem Fonseca (1994, p. 66-67), quando ele comenta as apresentações de Carlos Gomes, na Itália do século XIX:

Vamos por um instante fixar na tela esta imagem de conagraçamen-
to no ensaio de *O Guarani*, para conversar, em voz baixa, como se deve fazer na sala escura do cinema, sobre a História e a Memória. As vozes de Maurel, de Tamagno, que ainda são jovens e terão longas carreiras, e a de alguns outros grandes artistas destes dias, não muitos, serão preservadas para a posteridade. A maioria se perderá. Ainda faltam alguns anos para que surja a invenção de Edison, que aqui será chamada de *macchina parlante*; não há ainda disco, cilíndrico ou chato circular, nem o de amberol, nem o de acetato; e não há o cinema – já inventaram o **zoetrope**, e um monte de sonhadores trabalha em novas tecnologias, mas ainda é um pouco cedo – nem há o videoteipe, nem o CD-ROM e a multimídia computadorizada. Este mundo da música, do qual vemos um pequeno fotograma congelado na nossa tela, não está sendo preservado, suas belas manifestações nos concertos, nos espetáculos – e nas tertúlias lítero-musicais, vá lá – são evanescentes, como

os ectoplasmas dos fantasmas. Dele apenas permanecerão libretos, partituras e as palavras, as palavras dos que viram e ouviram. Jamais terá esse mundo sua emoção e seus prodígios virtuosísticos recuperados: perderam-se para sempre as vozes, como se perderam os gestos dos maestros, os sons específicos daqueles instrumentos musicais, os movimentos dos bailarinos, o arrebatamento das plateias, os sonhos de todos.

A reprodutibilidade parece também ser necessária à permanência de uma memória que é, nada menos, que um recorte momentâneo do social. E a tecnologia, embora tenha contribuído para a fixação material de momentos importantes da ação social, desde a pintura rupestre, os papiros e os pergaminhos até a imprensa, o disco, o cinema e o *ship* eletrônico, atualmente vem contribuindo para aumentar a complexidade no jogo do concreto e do virtual. As mudanças comportamentais na virada do século XX para o século XXI nos deixam, às vezes, sem fôlego para compreender de que maneira poderemos controlar, acessar e preservar as ações sociais representativas das culturas existentes, diante da dualidade do tradicional, materialmente palpável, e do virtual, concretamente imaterial.

Nesta abordagem, as evidências de insuficiência teórico-metodológica nas ordens de leitura para a existência e convivência do objeto no campo cultural conduzem, portanto, à tarefa que retomei em meu trabalho de tese de doutoramento e que é, de fato, complexa. Em todo caso, se os olhares singulares só enxergam problemas singulares, o que não é, absolutamente, nosso caso, teremos que encontrar um caminho que nos permita enfrentar o múltiplo, o variável, o circunstancial, na tentativa de relacionar objeto-documento-memória. E ainda, enfrentar um espaço-tempo, ou, nas palavras de Maffesoli (1994), *um tempo que se torna espaço*.

Figura 2 - OBJETO + VALOR DE MEMÓRIA = DOCUMENTO

OBJETO = OBJETO
MEMÓRIA = MEMÓRIA

Unicidade, virtualidade e significação

A tese principal da qual me ocupei naquele momento era a de que os conceitos de *documento* apresentados pelos vários campos do saber não eram adequados à preservação memória social. O documento não pode representar, ao mesmo tempo, tanto a memória instituída quanto a memória em criação. O conceito de documento deve, sim, ser apreendido como um “constructo” que reúna as seguintes proposições:

Primeira proposição: UNICIDADE – Os documentos que são os objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência ou seja, não se agrupam em categorias específicas, tal como os exemplos tradicionais: o livro para bibliotecas, o objeto tridimensional para museus e o manuscrito para arquivos.

Segunda proposição: VIRTUALIDADE – A atribuição de predicáveis ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva, o que proporcionará, arbitrariamente, uma classificação desse objeto.

Terceira proposição: SIGNIFICAÇÃO – A transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, constituindo estes uma categoria temporária e circunstancial.

O conceito tradicional de documento – *Todo o suporte material da Informação* – deve ser revisto, uma vez que não encontraremos seu sentido e seu significado tomando, apenas, sua forma e seu potencial informativo, sem considerar a interlocução e, mais especificamente, a intenção de preservação no âmbito da memória social.

A dinâmica do documento e o cenário tecnológico da cultura digital

Martin Hand, em seu livro *Making digital cultures: access, interactivity, authenticity*, editado em 2008, nos convida a pensar a relação entre cultura e tecnologia e propõe que devemos refletir sobre a possibilidade de desenvolver uma ontologia ou uma *teoria da tecnologia*, tomando-a como um objeto ou como uma dimensão separada dos demais campos do conhecimento e não apenas como um instrumento de produção, acesso e uso da informação. A tecnologia seria um dos modos possíveis de olhar o mundo. Quais seriam os pontos de contato desses modos de ver o mundo se considerarmos a evolução ou talvez a revolução causada às culturas e à sociedade pela informatização dos objetos? A tecnologia desenvolvida até o início do século XX pode ser, grosso modo, deno-

minada de tecnologias de propriedades físicas – tecnologia moderna. Poucas décadas depois as tecnologias são explicitamente relacionadas com a manipulação da informação – tecnologia pós-moderna (HAND, 2008, p. 52).

Os quadros a seguir são adaptações da proposta de Hand, como resultado da **soma** (e não da síntese) de discursos de muitos autores sobre a cultura digital, com destaque para Lev Manovich, Manoel Castells, Pierre Levy, Mark Poster.

Tecnologias Modernas	Tecnologias Pós-Modernas
<i>Material</i>	Discursiva
<i>Contínua</i>	Discreta
<i>Objetos</i>	Espaços
<i>Determinada</i>	Indeterminada
<i>Instrumental</i>	Cultural
<i>Atual</i>	Virtual
<i>Centrada</i>	Descentrada
<i>Fixa</i>	Móvel
<i>Governável</i>	Ingovernável
<i>Efeitos</i>	Performances

Figura 3 – Conceitos da Cultura Digital

Discurso Moderno <i>Públicas</i>	Bibliotecas <i>Discurso Pós-Moderno</i>	
COLEÇÃO		INTERFACES
Repositórios de artefatos culturais valorizados (documentos), conhecimento universal e cultura legitimada		Difusão de informação e artefatos culturais por todos os campos sociais coletores de conhecimento
PEDAGOGIA		EMPODERAMENTO
Sítios de informação direcionados à instrução e edificações públicas		Provisão baseada na igualdade de direitos de cidadania; da instrução à autoeducação

LEGITIMAÇÃO	DEMOCRATIZAÇÃO
Prover capital simbólico e cultural legítimo	<i>Fomentar múltiplos patrimônios culturais e tradições</i>
GUARDA	COMPARTILHAMENTO
Guardiões da história e da memória coletiva	<i>Da legitimação às práticas de partecimento comunitárias</i>

Figura 4 – Cenário das Bibliotecas Públicas

Se observarmos as mudanças que ocorrem nesta representação da inserção da Biblioteca Pública na sociedade contemporânea em dois momentos que não são sucessivos, ao contrário, coexistem na sociedade, vemos que o conceito de *documento* não ganha muito espaço no cenário esquematizado para a era pós-moderna. Essa perda de espaço pode explicar, assim como ocorre com a *memória*, a preocupação das instituições em afirmar a importância tanto do documento como da memória para as gerações futuras. Desse modo, a pós-modernidade ganha uma metavalorização do documento quando o eleva à condição de patrimônio cultural, no sentido de ampla apropriação das tradições. Ora, se o patrimônio é também um valor, assim como o é o documento em relação aos materiais da História, isto implicaria em legitimação. E é exatamente neste ponto que encontramos pouquíssimas instâncias que estejam discutindo *o quê, quem e como* preservar os patrimônios nascidos digitais. Talvez esse seja nosso próximo desafio: lidar com o paradoxo da manutenção de bens patrimoniais quando o *default* social é o consumo e o esquecimento (Mayer-Schönberger, Viktor, 2007).

A produção ubíqua e a memória digital

A passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, com a criação dos museus virtuais, das bibliotecas digitais e dos documentos eletrônicos (de arquivo) implicou a mudança das mídias tradicionais para mídias digitais, o que resultou numa convergência que passa a ser a do objeto informacional. A obra coletiva intitulada *Le document à la lumière du numérique : forme, texte, médium: comprendre*

le rôle du document numérique dans l'émergence d'une nouvelle modernité organizada em três partes: 1- o documento como forma, signo e mídia; reformulações a partir da era digital; 2- o texto em ação: permanência e as transformações do documento na web semântica, a questão da ontologia e “neutralidade” da tecnologia; 3- a desconstrução do documento, os significados, a diferença, nos convida a pensar sobre os desafios que já estamos enfrentando nessa passagem para uma nova modernidade.

En rencontrant le numérique, ce qu'on appelle *document* connaît de profonds bouleversements. Texte, support ou mémoire sont largement redéfinis et auteur, éditeur, lecteur ou bibliothécaire se trouvent repositionnés. Les formes contemporaines de production, de circulation et d'usage du document numérique accompagnent l'émergence d'une nouvelle modernité analysée et mise en perspective avec style et clarté par Roger T. Pédauque. Les trois textes réunis ici constituent ainsi le premier « classique » des humanités de cette ère numérique. « Que peuvent dire les linguistes devant un octet et les sémiologues devant un pixel ? [...] Si la quête à laquelle nous invite Roger doit être orientée vers les sciences humaines qui étudient les conditions sociales de validité du document, plus que la matière des supports ou la forme des signes, la connaissance des moyens techniques mis en oeuvre et des économies qui les portent n'en est pas moins indispensable. Si l'on veut aller plus loin vers une maîtrise équitable des nouvelles technologies, il faut traquer les stratagèmes qui rendent leurs processus opaques. » Michel Melot (*préface*). (PÉDAUQUE, 2006).

Recentemente temos acompanhado as ações relacionadas com as políticas públicas para acervos digitais por meio do Fórum Brasileiro de Cultura Digital, criado em setembro de 2009, com a cooperação do Ministério da Cultura (Minc) e da Rede Nacional de Pesquisa – RNP. A missão dessa rede social é reunir no curso de um ano uma variedade de opiniões relacionadas com a “cultura digital”, a fim de orientar futuras políticas públicas. O Fórum em si não é uma interface cujo objetivo é propor mudanças legais, mas os documentos que são gerados por ele podem potencialmente servir de conteúdo para as futuras discussões sobre políticas governamentais (DANTAS, C. e DODEBEI, V., 2010).



Figura 5 – Visualização da distribuição geográfica dos usuários do fórum.⁷

O mapa acima mostra que a distribuição dos participantes nesta interface digital é geograficamente desigual. Em 15 de janeiro de 2010 existiam 3.692 usuários, dos quais 1.045 foram localizados no estado de São Paulo, a área mais industrializada do Brasil. Apesar desta discrepância, notamos que pessoas de todo o país estão envolvidas no Fórum.

Os grupos de discussão se organizaram em temas como a música na web, a digitalização de documentos ou a difusão do conhecimento por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação. Cada grupo envolvido na discussão usava suas próprias redes, que poderiam ser criadas por qualquer cidadão brasileiro. Ao mesmo tempo, os proponentes do Fórum criaram cinco grupos de trabalho, cada um deles com coordenadores encarregados de elaborar um relatório final. Esses grupos são: Memória Digital, Comunicação Digital, Cultura Digital/Infraestrutura, Arte Digital e Economia na Cultura Digital. Além desta rede virtual, o Fórum organizou uma conferência em novembro de 2009 para promover novas discussões e debate dos trabalhos em curso.

O Grupo de Trabalho Memória Digital tinha, em janeiro de 2010, 197 membros. Embora já tenham sido iniciados debates sobre os temas relacionados com a preservação da informação na web, im-

portantes instituições no campo da tecnologia da informação no Brasil não estavam envolvidas nesta iniciativa (Lourenço, 2010). Esta foi uma fonte de reclamações entre os ciberativistas que tentaram usar o Fórum como uma oportunidade de fazer suas declarações sobre o tema da preservação da memória. É importante ressaltar que, embora em 2004 o Conselho Nacional de Arquivos (CONARC) tenha elaborado uma versão nacional da Carta da UNESCO sobre a Preservação do Patrimônio Digital (2003), não houve iniciativas anteriores ou paralelas relacionadas com este tópico.

A fim de tentar mapear o conceito de “memória digital” que circulou no Fórum, nosso objetivo foi responder a esta pergunta: o que é exatamente entendido por “memória digital”? Em primeiro lugar, a categoria parece ser muito amplamente definida, assemelhando-se a definição de abordagens antropológicas de cultura (Geertz, 1973). Basicamente, qualquer coisa na Internet pode caber nesta categoria, que se configura como um grande guarda-chuva. No documento sobre o patrimônio digital há uma descrição sobre o estado da arte no Brasil, em que se aponta que o país está envolvido em importantes movimentos internacionais, como o Movimento de Software Livre, e projetos de patrimônio, como a World Digital Library. No entanto, existe uma falta de coordenação por parte das instituições comprometidas com esses projetos e não há protocolos nacionais específicos relacionadas com a preservação e o acesso a dados digitais, ou seja, infraestrutura e metadados.

Por um conceito aberto de patrimônio digital

As indicações de que o conceito de *documento* vem se deslocando do positivismo que abrigou os estudos históricos para o culturalismo que conforma os discursos da memória digital nos levam a refletir sobre a preservação desses objetos valorizados culturalmente não mais como documentos, mas como patrimônios, digitalizados ou nascidos digitais. No GT – Memória Digital, do Fórum Brasileiro de Cultura Digital, não foram feitas menções sobre o conceito de patrimônio nascido digital (*born-digital heritage*) nem no Brasil, nem em outros países. Mais do que um conceito, o termo “memória digital” foi usado como uma categoria ampla, como já mencionado, que não nos pareceu incluir o patrimônio nascido digital.

⁷ Disponível em: <http://culturadigital.br/blog/2010/01/19/culturadigital-br-um-mapeamento-dos-usuarios-da-rede/> Acesso em 02 de março, 2010

O documento final do Fórum defende a criação de um protocolo para a preservação da “memória digital” usando *softwares* de acesso livre (fonte aberta). Ao mesmo tempo, ele postula que, sem um nível mínimo de comunicação entre as instituições do país sobre o tema, existe o risco de ineficácia: o mesmo manuscrito pode ser digitalizado duas vezes, ocasionando a duplicação dos gastos em processamento de dados do mesmo arquivo em código binário. Assim, como é improvável e até mesmo indesejável que a preservação digital seja centralizada, é interessante refletir sobre os possíveis meios de coordenação e como assegurar o uso eficiente dos recursos. O documento, assim como as discussões no Fórum, revela o estado atual da questão no Brasil e, levando-se isto em consideração, a ausência de qualquer referência explícita à preservação do patrimônio nascido digital se torna mais compreensível. Percebemos que, se por um lado, o Brasil incorporou rapidamente ferramentas de redes sociais (Orkut e Facebook), ou ferramentas de microblogging (Twitter), por outro, há poucas experiências relevantes no que diz respeito à incorporação de ferramentas de compartilhamento como Omeka ou Archive-it.

Patrimônio nascido digital não tem rastro analógico e, portanto, pertence à memória digital processual. Assim, embora a discussão do Fórum tenha sido guiada pela utilização de tecnologias emergentes, as hipóteses em causa pertencem ao paradigma analógico em que os ativos do patrimônio correspondem a um objeto estático e não a páginas web ou coleções de “tweets” que são narrativas digitais. Com isso, cinco questões merecem atenção nessa transformação da sociedade analógica para a sociedade digital:

1. Salvar ainda a produção intelectual armazenada nas memórias documentárias?
2. Fazer os patrimônios digitais conversarem entre si?
3. Considerar a leitura hipertextual dos recursos organizados em páginas, sites e portais na web?
4. Indexar e recuperar os recursos informacionais com auxílio de programas lógicos e manter arquivos reprodutíveis?
5. Proteger ou disseminar (como forma de preservação dinâmica) as memórias que circulam na web?

REFERÊNCIAS

- BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.
- CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio:** lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. (ENANCIB), Belo Horizonte (Brasil) 10 de novembro de 2003.** Trad. de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/enancib>. Acesso em: 24 de julho, 2005.
- DANTAS, C. DODEBEI, V. Research notes on the emerging concepts of digital heritage in brazil. In: **Proceedings of the second conference on cultural attitudes towards technology and communication.** Vancouver, Canadá: University of British Columbia, 2010.
- DODEBEI, Vera. **O sentido e o significado de documento para a memória social.** Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, UFRJ, 1977.
- FONSECA, Rubem. **O selvagem da ópera.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da Informação ou informática?** Organização e tradução de Hagar Espanha Gomes. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 112 p. (publicado em UNESCO Bulletin for Libraries, v. 22, n. 2, p. 58-63, mar./abr. 1968.)
- GRUNBERG, Gérald. TIC e bibliotecas: o exemplo da Bpi do Centro Georges Pompidou. In: **Sociedade da Informação: novo paradigma para as bibliotecas.** Rio de Janeiro: Goethe-Institut; Aliança Francesa; CRB-7, 19-20 de maio de 2005.
- HAND, M. **Making digital cultures: access, interactivity, and authenticity.** England; USA, Ashgate Publishing, 2008.
- LASSO DE LA VEGA, Javier. **Manual de documentación:** las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería. Barcelona : Labor, 1969. 829 p.
- MAFFESOLI, Michel. O poder dos espaços de celebração. **Rev. Tempo Brasileiro,** Rio de Janeiro, n. 116, p. 59-70, jan./mar. 1994. p. 61.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo, DODEBEI, Vera Lucia. **Três seminários em Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: IBICT/CNPq/ECO/UFRJ, 1992. (Trabalho apresentado à disciplina Linguagem e Ciência da Informação III: gerenciamento, economia e marketing em Ciência da Informação, curso de doutorado em Ciência da Informação)
- MORIN, Edgar. **La méthode: la nature de la nature.** Paris: Éditions du Seuil, 1977.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da biblioteconomia**. São Paulo: PUC, 1985. (Tese de Doutorado em Filosofia da Educação).

OCAMPO, Liana T. R. Curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais: esquema conceitual. **Apontamentos Memória & Cultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 1-8, 1991.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **A ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

Linguagem e Documento: externalização, autonomia e permanência

Carlos Henrique Marcondes
UFF

Introdução

Em trabalho anterior (MARCONDES, 2009), procurou-se compreender os problemas teóricos envolvendo a noção de informação a partir de uma perspectiva que via as funções cumpridas pelos documentos em nossa e em outras sociedades do passado, como relacionadas com a evolução humana, a vida social, a cultura e à linguagem. No trabalho mencionado, argumentação baseada em visões recentes da evolução humana oriundas de descobertas recentes em áreas como Psicologia Evolutiva, da Antropologia Social, da Biologia Evolutiva, sustentava esta possível relação.

Segundo esta perspectiva, o homem é um ser profundamente dependente da vida social; esta dependência assume um *caráter estrutural* para o homem enquanto espécie. Manter os vínculos sociais era questão de vida ou morte para os frágeis bandos de ancestrais humanos (DUNBAR, 1993). No contexto evolutivo humano a emergência do pensamento simbólico tem seus primeiros indícios remontando a mais de 100.000 anos (WONG), conforme indicam os desenhos, ossos e as conchas perfuradas como contas, encontradas na África do Sul. É de se esperar que a linguagem tenha emergido na mesma época ou até antes. Anatomicamente, o surgimento da linguagem está associado à evolução e desenvolvimento da mesma região do cérebro responsável por nossas habilidades manuais (NEUWEILER, 2010), confirmando o palpite de Engels (1977).

A emergência da linguagem representou para a espécie humana um diferencial evolutivo decisivo (ENARD et al., 2002), (KNIGHT, 2000). Nowak e Komarova (2001, p. 288) resumem o significado da emergência da linguagem para a espécie humana:

A linguagem permitiu aos nossos ancestrais compartilhar ideias e experiências e resolver vários problemas simultaneamente. O significado adaptativo da linguagem humana é óbvio. É vantajoso falar. Cooperação nas caçadas, coordenação de atividades,

compartilhamento de tarefas, manutenção de vínculos sociais, manipulações e trapaças, todas estas atividades se beneficiam de um crescente poder expressivo da linguagem. A seleção natural (incluindo a seleção sexual) pode certamente demonstrar consequências da comunicação.¹

A tese defendida no trabalho anterior era de que mecanismos para enfrentar a chamada “explosão informacional” que caracterizaria a sociedade atual, aparentemente um fenômeno tão contemporâneo, tem raízes nos mecanismos de articulação social que remontam às sociedades humanas mais primitivas. A evolução histórica da sociedade humana para formas cada vez mais complexas, ao ser um imperativo evolutivo e de sobrevivência da própria espécie humana, demanda *pari passu* mecanismos de articulação social e de reuso do conhecimento cada vez mais complexos; estes são providos num primeiro momento pela linguagem e, posteriormente, por documentos.

No homem, a cultura transcende os instintos e independe dos seus corpos, se materializa e se autonomiza em *artefatos*, os produtos da cultura. As sociedades humanas vivem e sobrevivem na cultura. Manter e desenvolver a Cultura é uma questão de sobrevivência. A autonomia dos produtos da cultura humana já havia sido destacada por Popper (1992) que na sua ontologia a denominou de Mundo 3. Documentos enquanto artefatos ampliam as funções da linguagem e seu papel na cultura humana: viabilizar a intersubjetividade, transmitir mensagens que visam: 1 – articulação, cooperação, coordenação de atividades; 2 – registro de experiências, utilização, reutilização, recontextualização do conhecimento. A sobrevivência da espécie humana e sua história social vêm obrigando ao desenvolvimento de ambas as funções.

No documento estas funções da linguagem se ampliam; o documento representa um avanço sobre as potencialidades da linguagem para a consecução destas funções. O documento enquanto artefato sociocultural ganha em relação à linguagem, além das capacidades de externalização e intersubjetividade, também autonomia, registro/permanência e portabilidade – capacidade de atravessar o tempo e o espaço. Em função disto, o documento foi definido como:

(...) um objeto discreto,² que se constitui num artefato sociotécnico, artificial; uma descoberta tecnológica, correlata à descoberta

da escrita, que permite viabilizar a intenção de seu criador de transferir significados (para alguém) através do tempo e do espaço (MARCONDES, 2009).

O surgimento de documentos resulta em mais e maiores possibilidades de armazenamento, recuperação, reuso em larga escala, funcionando como base sólida para a cultura, para articulação de sociedades cada vez mais complexas e mais dependentes de articulação e conhecimento para se manterem.

Hoje as tecnologias da informação – TIs – permitem facilidades para a criação, uso, acesso e transferência de diferentes tipos de documentos. Esta multiplicidade cada vez maior de gêneros e tipos documentais usados socialmente, o que têm de comum?

À primeira função dos documentos corresponde *grosso modo* às atividades da Arquivologia tradicional; à segunda, às da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação tradicionais. Pelo lado da Ciência da Informação, esta sempre esteve preocupada com “informação enquanto conhecimento” (BUCKLAND, 1991). Esta, até recentemente, vinha negado seu legado com a Documentação e menosprezado o papel do documento nas práticas informacionais; ao documento era relegado um lugar menor, como se as questões relativas ao documento representassem um estágio *embrionário* da Ciência da Informação, encerrado definitivamente com a reificação da “informação” – um “objeto” diferente, que pode ser processado por computador. Só pouco a pouco aportes recentes da Ciência da Informação esboçam visões que privilegiam documentos não como portadores de conhecimento, mas que têm uma função social e um funcionamento definido dentro de contextos sociais específicos (FROHMANN, 1995), (BROWN e DUNGUID, 1996). Hoje este legado vem sendo cada vez mais reconhecido. Lund (2009, p. 399) identifica na literatura de Ciência da Informação recente “*a renaissance for the document approach*”.

As funções dos documentos esboçadas anteriormente têm sido tratadas tanto teoricamente quanto praticamente no campo da Ciência da Informação, como *separadas*. Hoje a Ciência da Informação, em especial no Brasil, nos tempos dos Comitês de Assessoramento, Comitês de Área e Programa REUNI, é um guarda-chuva sob o qual se abrigam visões distintas, oriundas da própria Ciência da Informação de matriz americana, da Biblioteconomia, da Documentação, da Arquivologia e

1 Tradução nossa.

2 *Discreto* é aqui usado em oposição a contínuo; o documento não é um processo, tem limites definidos.

mesmo da Museologia, que estariam juntas porque mais ou menos reivindicam, de maneira confusa, um vínculo comum dado pela questão do documento. Estas visões são, no entanto, parciais, estranhas entre si, aplicáveis a contextos específicos, com pouco ou nenhum cimento teórico que as una, em movimento centrífugo, à espera de uma teoria geral que as unifique. A Ciência da Informação não é, como na Tabela de áreas do Conhecimento CAPES/CNPq,³ uma “super” arquivologia, biblioteconomia ou museologia; aliás, isto já foi reconhecido por vários autores (FONSECA, 2005). Entendemos que ver ambas as funções dos documentos a partir de uma origem comum com base na cultura e na linguagem pode contribuir para uma visão mais abrangente e integrada da Ciência da Informação, tendo por base documentos e ajudar a identificar as interfaces e diferenças desta com a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, a partir de sua base comum nos documentos.

O texto está organizado da seguinte maneira: após esta Introdução, na seção 2 são discutidas as funções sociais dos documentos, para reafirmar sua continuidade e relação com a evolução humana, vida social, cultura e linguagem. Na seção 3 as relações entre informação e documentos, com base em diferentes autores e visões da CI, são discutidas. Finalmente, na seção 4 são apresentadas conclusões que procuram relacionar Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

As funções dos documentos: documento e conhecimento, documento e ação

Buckland (1997), fazendo um retrospecto das definições de documentos desde os primórdios da Documentação até os documentos digitais atuais, chama atenção para o fato de que, antes de qualquer outra caracterização, documentos devem *funcionar* como documentos:

The evolving notion of “document” among Otlet, Briet, Schürmeyer, and the other documentalists increasingly emphasized whatever functioned as a document rather than traditional physical forms of documents. The shift to digital technology would seem to make this distinction even more important. Levy’s thoughtful analyses have shown that an emphasis on the technology of digital documents has impeded our understanding of digital documents as documents (e.g. Levy 1994). (BUCKLAND, 1997, p. 6).

Na seção anterior chegou-se a identificar essas funções dos documentos, em seu caráter mais geral, como relacionadas e tendo continuidade com as funções mais básicas e primitivas da linguagem: registro de experiências, utilização, recontextualização e reuso do conhecimento; e articulação social, cooperação, coordenação de atividades. Nesta seção ambas as funções são aprofundadas a partir de uma análise com base na filosofia da linguagem.

O desenvolvimento da Filosofia vem mostrando um interesse crescente com a questão do conhecimento e da linguagem como mecanismo de acesso a este. Dummett, citado por Marcondes (2004, p. 9), divide a tradição filosófica desde os gregos em três grandes períodos:

O primeiro vai da filosofia antiga (séc. VII a.C.) até o final do pensamento medieval (séc. XIV), é marcado pelo interesse central pela *ontologia*, ou seja, pela questão sobre o Ser, sobre no que consiste a realidade, qual sua natureza última, sua essência. O segundo caracteriza-se por uma ruptura radical com o primeiro e marca o surgimento da filosofia moderna (séc. XVI-XVII), tendo como questão central a *epistemologia*, a investigação sobre o conhecimento. A resposta à questão sobre o Ser depende, segundo esta nova visão, da resposta sobre algo mais fundamental: o conhecimento do Ser, a natureza desse conhecimento e sua possibilidade. O terceiro período marca a ruptura, por sua vez, da filosofia contemporânea (final do séc. XIX – início do séc. XX) com a filosofia moderna. Essa nova ruptura introduz a questão *lógico-linguística*, ou seja, o conhecimento não pode ser entendido independentemente de sua formulação ou expressão em uma linguagem. A questão primordial passa a ser assim a análise da linguagem, da qual dependerá todo o desenvolvimento posterior da filosofia.

A filosofia da linguagem que se delineia a partir do fim do século XIX e início do século XX pode ser dividida em duas vertentes: a filosofia da linguagem ideal e a filosofia da linguagem ordinária (COSTA, 2003, p. 8). A primeira, preocupada com o uso lógico-semântico da linguagem como instrumento para o conhecimento, em especial, para a ciência; a segunda, com o uso da linguagem para fins pragmáticos, como instrumento de interação social, como seu uso no dia a dia.

Na vertente lógico-semântica temos as contribuições importantes de Frege, de Carnap, de Bar-Hillel, de Russel, do primeiro Wittgenstein e dos positivistas lógicos de uma maneira geral. Estes pensadores

³ Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>.

tinham como preocupação comum instrumentar a linguagem com vistas à precisão de significados necessária para se atingir a verdade, necessária à Ciência. Ao primeiro uso da linguagem corresponde à função do documento enquanto registro de conhecimento.

O uso da linguagem, por permitir a externalização de mensagens e sua intersubjetividade, coloca a questão da subjetividade, da interpretação de uma mensagem. Quando a linguagem é utilizada para transferir mensagens através de documentos, que atravessam o tempo e o espaço, esta questão torna-se mais dramática, pois os interlocutores não estão mais cara a cara para tirar as ambiguidades da mensagem. O uso da linguagem na Ciência, com sua pretensão à universalidade e necessidade, impõe o controle da subjetividade, o controle dos significados. As propostas fundadoras da Documentação de Otlet, passando pela proposta inicial do que seria denominada Ciência da Informação, se vinculam a este uso da linguagem. Buscam o controle dos significados necessário à Ciência, o controle terminológico, a construção de instrumentos para fixar significados, como tesouros e tabelas de classificação.

Os documentos típicos são o artigo científico, mas também os tratados, enciclopédias, manuais, etc.; incluem-se aí também as ontologias computacionais como novos tipos de documentos que tem como intenção fixar formalmente significados acordados por uma comunidade.

O segundo uso da linguagem, o uso pragmático no dia a dia, tem como representantes na Filosofia da Linguagem o segundo Wittgenstein, Austin, Searle, Habermas, com sua proposta de pragmática universal. A este uso corresponde a função do documento como meio e instrumento de interação social *mediada*, em correspondência às funções da linguagem de articulação, cooperação, coordenação de atividades. Neste uso documentos (só) “funcionam” dentro de contextos sociais bem definidos: aos atos da fala (SEARLE, 1971) correspondem os assim denominados atos dos documentos (SMITH, 2005). Documentos instauram e são instaurados por protocolos sociais; seu uso é referendado/institucionalizado/validado por uma rede de acordos explícitos ou implícitos a que o documento se refere.

Os documentos típicos são os documentos administrativos em geral.

Informação e documento

Esta seção vai discutir as condições em que se dá a informação, o que é informativo e sua relação com os documentos.

Buckland, no seu trabalho “Information as thing”, ao buscar a chegar a um conceito de informação, identifica três perspectivas sob as quais a informação pode ser vista: 1- *Information-as-process*, 2- *Information-as-knowledge* e 3- *Information-as-thing*. Ao analisar e relacionar estas perspectivas propõe como caminho, ao invés de responder o que seria informação, investigar que coisas são informativas, e sob que circunstâncias. Chega à seguinte conclusão:

We conclude that *we are unable to say confidently of anything that it could not be information.*

This leads us to an unhelpful conclusion: If anything is, or might be, informative, then *everything* is, or might well be, information. In which case calling something “information” does little or nothing to define it. If everything is information, then being information is nothing special. (BUCKLAND, 1991).

A conclusão de Buckland nos deixa perplexos. Se qualquer coisa pode ser informação, em que circunstâncias isto se dá, quando não temos informação? Buckland responde a esta questão afirmando que:

Being information is situational

Information-as-process is situational. Therefore, evidence involved in information-as-process is so situationally also. Hence, whether any particular object, document, data, or event is going to be informative depends on the circumstances, just as the “relevance” of a document or a fact is *situational* depending on the inquiry and on the expertise of the inquirer (Wilson, 1973) (BUCKLAND, 1991).

No seu texto Buckland destaca o papel e as habilidades do usuário (o “inquirir”). Se informação é *situacional*, como afirma Buckland, a pergunta anterior pode então ser recolocada: em que situações qualquer fenômeno pode ser informação? A Semiótica, a ciência dos signos, fornece elementos para responder a questão deixada por Buckland, a partir da relação que estabelece entre percepção, pensamento e signo:

Qualquer coisa que esteja presente à mente está no lugar de alguma outra coisa. (SANTAELLA, 2008, p. 58).

Perceber é se defrontar com algo. (SANTAELLA, 2008, p. 60).

É no homem e pelo homem que se opera o processo de alteração dos *sinais* (qualquer estímulo emitido pelos objetos do mundo) em *signos* ou *linguagens* (produtos da consciência). (SANTAELLA, 1990, p. 15).

Assim, a própria percepção humana dos mais variados fenômenos seria um processo sógnico. Umberto Eco define assim os componentes de um processo sógnico ou semiótico, ressaltando sua especificidade de ser típica dos seres humanos:

A semiótica é o fenômeno, típico dos seres humanos (e, segundo alguns, também dos anjos e dos animais), pelo qual – como diz Peirce – entram em jogo um signo, seu objeto (ou conteúdo) e sua interpretação. (ECO, 1989, p. 11, nota).

O aporte da Semiótica na conceitualização de informação já tem sido observado por vários autores no campo da Ciência da Informação, como Raber e Budd (2003) e Huang (2006). Os primeiros afirmam:

... and the word information” is forced to do double duty, signifying both speech (regardless of its medium) and thought, both text and content. This contributes to theoretical confusion in information science... (RABER e BUDD, 2003, p. 3).

... text, regardless of its medium, is the tangible form of information. Information is a kind of sign that unites text and content. (RABER e BUDD, 2003, p. 3).

À colocação de Buckland (1991) de que tudo pode ser informação (“*everything is, or might well be, information*”), preferimos o conceito de *potencialidade informativa*, para não referendar o uso corriqueiro do termo informação como “coisa”. Ou seja, a realidade é plena de fenômenos *potencialmente informativos*, um fenômeno é informativo quando é interpretado por alguém, quando algo faz algum sentido para alguém. Floridi (2006), no seu trabalho “the logic of being informed”, reconhece claramente que *informar(-se) é um processo*, no qual alguém é informado por algo. Isso coloca as questões da interpretação, dos intérpretes, ou seja, dos usuários da informação para usar um termo mais comum em nossa área, como central para a Ciência da Informação. Capurro (2003) coloca esta questão com todas as letras, ressaltando o débito da CI com a Hermenêutica. Nos grandes processos reflexivos por que tem passado a CI desde sua constituição enquanto disciplina, o hoje chamado “paradigma cognitivo” e, posteriormente, o “paradigma sociocognitivo” (HJÖRLAND, 2004), a questão do usuário vem se tornar central para a Ciência da Informação.

No entanto, ao mesmo tempo em que oferece uma saída satisfatória para o problema de conceitualizar o fenômeno informativo, relacio-

nando-o com interpretação, o aporte da Semiótica levanta dois outros problemas que devem ser discutidos e contextualizados para que a Semiótica possa ser apropriada e utilizada em nossa disciplina. Primeiro, na Semiótica esta implícito que a “interpretação” é somente do intérprete, que para nós seria o usuário; nada é dito sobre o produtor do signo, de suas intenções ao fazê-lo. Segundo, ao introduzir a questão da interpretação, conduz necessariamente a um subjetivismo, inerente aos processos humanos de interpretação. Não que a CI não possa lidar com processos subjetivos, esta é uma característica de todas as ciências sociais. Mas a CI é uma ciência social aplicada, que tem como campo de aplicação empírico os sistemas de informação, aos quais é cobrado um alto grau de eficácia e eficiência. Como lidar com o subjetivismo na gestão de sistemas de informação, nas aplicações práticas de nossa disciplina?

É novamente Buckland que oferece um aporte fundamental nesta questão, com suas noções de “information-as-thing” and “information by consensus”: “... and we noted that information systems can deal *directly* only with “information-as-thing” (BUCKLAND, 1991). Além disso:

Where there is a consensus of judgement, the consensus is sometimes so strong that the status of objects, especially documents, being information is unquestioned, e.g. telephone directories, airline timetables, and textbooks. In these cases arguments are only over niceties such as accuracy, currency, completeness, and cost. As a practical matter some consensus is needed to agree on what to collect and store in retrieval-based information systems, in archives, data bases, libraries, museums, and office files. But because these decisions are based on a compounding of different judgements, as noted above, it is not surprising that there should be disagreement. Nevertheless, it is on this basis that data are collected and fed into databases, librarians select books, museums collect objects, and publishers issue books (BUCKLAND, 1991).

Segundo Belkin (1976, p.198), um dos pais da visão cognitiva na Ciência da Informação, “Information is that which is capable of *transforming* structure”. O que é capaz de transformar estruturas é um processo; o aporte da Semiótica permite identificar informação com o *processo de interpretação de um fenômeno por alguém*. Um processo de interpretação bastante complexo no entanto, em que entram em jogo, por parte do intérprete ou usuário, a necessidade de informar-se, a capacidade de interpretar, entre outras questões, e por parte do produtor ou autor do signo,

sua intencionalidade, entre outras questões. Entram em ação também diferentes processos de intermediação nos quais, tanto o contexto original é mantido, como novas recontextualizações são produzidas.

Informação assim é um processo, não uma coisa, é o processo de informar(-se) através de coisas que são potencialmente informativas, em especial, de artefatos criados com a intenção precípua de informar(-se) de modo *mediado* (através do tempo e do espaço), os documentos. Entre estas coisas, há muito que a sociedade humana criou um artefato, informativo por excelência, o documento. Na verdade, o mecanismo que a humanidade vem utilizando para informar(-se) mediadamente e em larga escala se dá através de documentos. Documentos têm potencialidades sociais e culturais muito mais amplas que simplesmente a linguagem, uma vez criados são independentes do produtor, diferentes mecanismos de mediação (armazenamento, transferência, recuperação) podem ser criados entre o produtor e o usuário. Como informar(-se)? Através de documentos, artefatos criados especificamente para este fim.

Briet (2006, p.10) em 1951, no seu famoso texto “O que é documentação”, já havia observado esse caráter sógnico dos documentos, ao definí-los como : “any concrete or symbolic indexical sign (índice), preserved or recorded towards the ends of representing, of reconstituting, or of proving a physical or intellectual phenomenon”. No entanto, este caráter sógnico não está *sempre* na mensagem em si, no conteúdo, como a CI tradicional enxerga. O caráter sógnico ou significado varia entre *dois polos*, o da mensagem em si e o do contexto onde o documento funciona; pode-se empregar aí as noções de denotação e conotação; sua denotação seria seu significado literal, o significado da mensagem em si, do seu conteúdo; sua conotação seria o significado que adquire ao ser empregado em determinado contexto, que *extrapola sua mensagem*.

Em determinados usos sociais, na maioria das vezes, o contexto é mais informativo que o conteúdo do documento em si; isto pode ser exemplificado se pensarmos numa senha como as distribuídas nas agências bancárias para ordenar o atendimento como um “documento”; o conteúdo ou mensagem em si praticamente não tem significado; o significado está no contexto em que a senha é utilizada. Na maioria dos usos de documentos no que a Arquivologia tradicional chama de uso corrente, o caráter sógnico do documento funciona desta maneira.

Em outros usos dos documentos o polo da mensagem em si predomina, nos usos relacionados como na leitura de um “paper” por um pesquisador, nas aplicações em que priorizam e praticamente identificam um documento com seu conteúdo, como a Biblioteconomia e CI tradicionais. Nestas, a relação informação (via documentos) e conhecimento é direta.

Uma grande contribuição da Ciência da Informação para além da manipulação de documentos em si, como é o caso da Biblioteconomia e também da Arquivologia, é a preocupação com o processo cognitivo do usuário de informação, que surge com o que é conhecido como “paradigma cognitivo”. Na verdade a relação mais genérica e fundamental, capaz de unificar as diferentes visões de documentos analisadas anteriormente seria entre *o documento e o informar(-se)*, o documento como mecanismo para informar(-se) com vistas a um *agir informado* de alguém, de um usuário. Esta talvez seja uma ponte sólida entre documento e informação (e possivelmente, entre Ciência da Informação).

Algumas conclusões

A necessidade do agir informado foi e é essencial para a espécie humana. A problematização do agir informado mediado por documentos, da qual se ocupam de forma ampla o que poderiam ser chamadas de Ciências da Documentação, remota, como foi visto, às origens da humanidade, à sua evolução, à cultura e à linguagem.

As visões oriundas da Ciência da Informação e da Documentação ainda hoje relutam em enxergarem outros usos dos documentos que não sejam os de registro de conhecimento, numa visão talvez iluminista. O uso pragmático dos documentos em funções de articulação, cooperação, coordenação de atividades, têm pouco a ver com a questão do conhecimento como é privilegiado pela Ciência da Informação (a não ser, talvez, quando falamos numa pragmática informada, num agir informado).

A Ciência da Informação, ao superar o assim chamado “paradigma físico” dos primórdios de sua constituição, incorpora, pelo menos em parte, a visão do informar(-se) como um processo cognitivo. No entanto, esta incorporação é inconsistente, por não ser consensual (ainda hoje, mesmo entre autores da CI, usa-se ordinariamente o conceito de informação como coisa e não como o processo de informar(-se)) e por não incorporar e não trabalhar a intencionalidade do produtor do documento.

“Informação” enquanto processo informativo é, sim, trabalhado em autores da CI como Frohman (1995) e Gómez (2003) sob o conceito de regimes de informação, um conceito por sua vez oriundo de Latour.

Assim, um processo informacional é um processo de transmissão intencional de mensagens – ou conteúdo de documentos – mediadas, isto é, através do tempo e do espaço. Este processo informacional é desencadeado por um produtor (algumas vezes, um autor) segundo uma determinada intencionalidade ou significado pretendido. De um modo muito geral, este significado está ligado à intenção do produtor de coordenar suas atividades com a de usuários a quem o produtor dirige a mensagem ou a permitir transmitir-lhe conhecimento para que estes possam reutilizá-lo. Este significado tanto pode estar ligado ao conteúdo em si da mensagem quanto ao contexto em que a mesma é emitida ou que o destinatário/usuário a encontra.

A invenção de documentos, com sua autonomia em relação ao produtor, permite que este processo seja mediado através do tempo e do espaço. Permite também manipular de diferentes maneiras, documentos.

Dada a superoferta de mensagens, as sociedades organizam sistemas de intermediação, onde documentos e seus contextos são disponibilizados. Numa sociedade complexa como a atual, a mediação é também um processo complexo.

Os usuários interpretam contextos intencionalmente e potencialmente (mas não necessariamente) informativos para (eventualmente) informar-se e para um agir informados no mundo.

Documentos são assim os artefatos e os objetos (mesmo que digitais) através dos quais a sociedade pode se apropriar em larga escala – produção, armazenamento, transferência, recuperação – de potencialidades informativas que ela utiliza para seu agir informado. Documentos, entendidos como o cerne de contextos sociais potencialmente informativos são, portanto, a base para o estudo dos mesmos.

REFERÊNCIAS

- BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, July-August 1976.
- BRIER, Suzanne. What is documentation? Scarecrow Press, 2006. Disponível em <<http://ella.slis.indiana.edu/~roday/briet.htm>>. Acesso em 29 jun. 2009.
- BROWN, John Seely; DUNGUID, Paul. The Social Life of Documents. **First Monday**, v. 1, n.6, May 1996. Disponível em <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/466/820> . Acesso em 05 mar. 2009.
- BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, 1991. p. 351-360. Disponível em <<http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em 9 nov. 2003.
- BUCKLAND, Michael, What is a “document”? **Journal of the American Society of Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, Sept 1997. Disponível em <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>>. Acesso em 2 de jun. 2010.
- COSTA, Cláudio. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003. (Filosofia – Primeiros Passos, 5).
- DUNBAR, R. I. M. Coevolution of neocortical size, group size and language in humans. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 16, n. 4, 1993. p. 681-735. Disponível em <http://www.bbsonline.org/documents/a/00/00/05/65/bbs00000565-00/bbs.dunbar.html?rel=nofollow> . Acesso em 14 julho 2009.
- ECO, Umberto. **Sobre os espelhos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ENARD, Wolfgang, et al. Molecular evolution of FOXP2, a gene involved in speech and language. **Nature**, v. 418, 22 August 2002. Disponível em <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em 22 jan. 2009.
- ENGELS, Fredrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Textos**. São Paulo. Edições Sociais, 1977. p. 61-78.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FREGE, Gottlob. Sense and reference. **The Philosophical Review**, v. 57, n. 3, p. 209-230 May, 1948. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/2181485>>. Acesso em 1 dez. 2009.
- FROHMANN, Bernd. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, **Proceedings**... Edmond, Alberta. Disponível em: <<http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann>> Acesso em: 1 out. 2008.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. **Comunicação-Informação-Cognição**: Interfaces. Comunicação apresentada no Seminário Informação, Comunicação, Cognição: na Complexidade dos Sistemas de Saúde, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 26 de março de 2003.
- HJÖRLAND, Birger. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, feb/mar. 2004. Disponível em <<http://www.asis.org/Bulletin/Feb-04/hjorland.html>> . Acesso em 23 mar. 2009.
- HUANG, Sheng-Cheng. A Semiotic View of Information: Semiotics as a Foundation of LIS Research in Information Behavior. In Grove, Andrew, Eds. Annual Meeting of the American Society for Information Science and Technology (ASIST) 43, **Proceedings**... Austin (US), 2006. Disponível em <http://eprints.rclis.org/archive/00008436/01/Huang_Semiotic.pdf>. Acesso em 4 nov. 2008.

KNIGHT, Chris; STUDDERT-KENNEDY, Michael; HURFORD, James R. Language: a Darwinian adaptation? In: KNIGHT, Chris; STUDDERT-KENNEDY, Michael; HURFORD, James R. (Eds.). **The evolutionary emergence of language: social functions and the origins of linguistic form**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em <http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam031/00020471.pdf>. Acesso em 13 fev. 2009.

FLORIDI, Luciano. The logic of being informed. **Logique & Analyse**, v, 196, 2006. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.105.7807&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 8 ago. 2009.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. In: Cronin, Blaise (ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. Silver Spring, MD, EUA: ASIS&T; Meford, NJ, EUA: Information Today, 2009. p. 399-432.

MARCONDES, Carlos Henrique. Linguagem e Documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n. 2, 2010. Disponível em <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci>. Acesso em 14 julho 2010.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia analítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Filosofia passo a passo, 45).

NEUWEILER, Gerhard. A origem do nosso entendimento. **Scientific American Brasil**, n. 37, edição especial, 2010.

RABER, Douglas; BUDD, John M. Information as sign: semiotics and information Science. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 5, 2003. p. 507-522. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 15 ago. 2004.

SANTAELLA, Lúcia; VIEIRA, Jorge Albuquerque. **Metaciência: como guia da pesquisa**. São Paulo: Ed. Mérito, 2008.

SEARLE, John R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SMITH, Barry. **Document Acts**. [s.l.],[2005]. Disponível em http://ontology.buffalo.edu/document_ontology/document_acts.doc. Acesso em 20 mar. 2007.

Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais

Luciana Quillet Heymann
FGV

Um evento de natureza interdisciplinar, cujo objetivo é confrontar visões sobre o documento – uma categoria em si mesma ampla e múltipla – para que desse confronto surja a possibilidade de intercâmbio entre distintas dimensões analíticas exige que comecemos pela explicitação do nosso lugar de enunciação, o lugar de onde cada um de nós parte para o encontro proposto. Seguindo uma abordagem antropológica, tenho investido nos processos sociais de transformação de documentos em fontes históricas. De maneira mais específica, tenho analisado processos de constituição de arquivos pessoais, desde a etapa de acumulação dos documentos no domínio privado até a sua associação à categoria de “patrimônio”, movimento no qual está em jogo o investimento na dimensão histórica desses acervos, a sua valorização como “legado” que merece ser preservado e, de maneira geral, a expectativa de sua transferência para o espaço público, processo que nunca se faz de forma automática, na medida em que conjuntos documentais de natureza privada estão fora da tutela do Estado.¹

Para que meu lugar de enunciação seja totalmente explicitado, é importante dizer que meu interesse pelos arquivos e pelos processos de patrimonialização de que são objeto nasceu de minha atuação como pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), instituição criada em 1973 a partir do recebimento de um conjunto de arquivos pessoais e cujo capital social, ainda hoje, está em grande medida associado à recepção, preservação e abertura à consulta desse tipo de acervo documental.

A transferência de conjuntos de natureza privada para o espaço público implica, portanto, negociações, seja no caso da doação a uma instituição arquivística já existente, pública ou privada, seja no caso da fundação de uma instituição com o propósito de abrigar o acervo. Nessa

¹ Vale lembrar que mesmo fundos documentais que estão sob a tutela do Estado, cujo recolhimento às instituições arquivísticas e prazos de comunicação estão previstos em lei, nem sempre têm o seu destino assegurado de forma automática. É o caso, por exemplo, de arquivos relativos à repressão política durante o período da ditadura militar de 1964-1985.

segunda situação, um projeto institucional se estrutura e tem sua justificativa ancorada no “valor” desses documentos e em seu significado para a “memória nacional”. No caso da entrega dos documentos a uma instituição já existente, a passagem do domínio privado ao público implica o oferecimento do arquivo e sua aceitação no mercado de bens culturais, gesto que será tão mais legitimador do seu capital simbólico quanto mais prestígio tiver a instituição de guarda. Ou os documentos podem ter sua doação ou compra solicitadas por uma instituição, evidenciando-se assim o capital de que o próprio arquivo é dotado. Neste caso, opera-se uma valorização que vai do arquivo à instituição, já que possuir determinados conjuntos documentais confere prestígio, funcionando como elemento de legitimação institucional.

Assim, podemos dizer que os arquivos circulam em espaços que os dotam de significado ao mesmo tempo em que os arquivos qualificam e legitimam esses espaços. Vale a pena assinalar ainda que as negociações envolvidas na passagem do arquivo pessoal para o espaço público dizem respeito não apenas ao destino do acervo, à definição de seu domicílio, mas também à definição, por parte do proprietário, do que vai ou não integrar o arquivo-fonte, processo que pode envolver seleções e ordenamentos configuradores da documentação. Além disso, as condições de depósito, de consulta e de divulgação dos arquivos muitas vezes também são objeto de definições particulares, com efeitos na visibilidade e na monumentalidade que os documentos adquirem, bem como na atualização e valorização das trajetórias a que se referem.²

Uma primeira dimensão a ser destacada na reflexão sobre usos e representações do documento diz respeito, portanto, ao capital simbólico dos documentos de natureza arquivística na estruturação de projetos que têm como objetivo recuperar determinada trajetória ou determinada “memória”, categoria constantemente mobilizada e empregada como equivalente aos próprios acervos: estes *são* a memória, vale dizer, o caminho possível para acessá-la. A aproximação entre memória e documento de arquivo tem como fundamento atributos associados a esse último, entre os quais merecem destaque a autenticidade (a ideia de

² Lambert (2005) chamou atenção para essa dimensão ao analisar a doação do arquivo do escritor Alain Robbe-Grillet ao Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (IMEC). Segundo ela, a doação do arquivo teria selado um “pacto de vitalidade” da sua obra literária, na medida em que o titular negociou uma série de ações de valorização do arquivo quando da transferência dos documentos – entre as quais, uma exposição acompanhada da publicação de um catálogo – movimento que deu origem de uma fase de atualização da sua obra, marcada por reedições e uma grande projeção midiática.

documento original) e a singularidade (a ideia de documento único). Tais atributos funcionam como recursos importantes na construção do discurso da “necessidade” de sua preservação e tratamento, movimento no qual, simultaneamente, ganham legitimidade os agentes responsáveis por essas iniciativas.

A partir da etnografia de processos de construção memorial com base em arquivos pessoais, sugeri que estes deveriam ser tomados como artefatos dotados de historicidade e marcados por interferências configuradoras, tanto na esfera da acumulação documental quanto na de seu tratamento. Sugeri ainda investir nas associações que aproximam os arquivos pessoais de categorias como “memória”, “patrimônio” e “legado”, categorias que lhes conferem sentidos e apontam para usos e estratégias de apropriação. Não se trata apenas dos usos que deles fazem os pesquisadores que se debruçam sobre os documentos, mas, também, dos usos que deles fazem os seus proprietários, sejam os titulares ou seus herdeiros, no caso de arquivos pessoais, sejam indivíduos ou grupos, no caso de outros fundos privados; sejam ainda as instituições que venham a abrigá-los, ou mesmo o Estado.

Arquivos resultam das funções desempenhadas e das atividades desenvolvidas pelas entidades produtoras dos conjuntos documentais, de acordo com a Arquivologia. Em uma perspectiva sociológica, porém, é possível pensá-los, também, como artefatos que estão na origem de diversos processos sociais – justificam projetos de natureza memorial, legitimam empreendimentos institucionais, são objeto de políticas que visam à preservação e à valorização da “memória” e seus agentes. Minha reflexão, desenvolvida a partir do campo das ciências sociais, caminha no sentido de sugerir que os *legados* documentais, ou seja, os conjuntos aos quais se atribui valor (histórico, patrimonial, cultural, cívico) resultam de processos sociais nos quais a memória e o passado são objetivados em documentos. Estes processos estão na origem de distintos contextos de uso, daqueles mais evidentes, relativos à pesquisa, aos menos visíveis, que remetem ao mercado de bens simbólicos no qual circulam os arquivos, suas representações e os agentes responsáveis por sua gestão.

Arquivos como objeto das Ciências Sociais

O interesse mais sistemático das ciências sociais pelos arquivos é relativamente recente, datando do início dos anos 1990. Nessa época, trabalhos desenvolvidos, sobretudo, nos campos da antropologia e dos

estudos culturais – herdeiros de uma inspiração que remonta à *Arqueologia do saber*, de Foucault – começaram a propor novas abordagens com relação aos arquivos, questionando visões tradicionais que os associavam a depósitos de “provas” que permitiriam acessar o passado. Segundo as novas abordagens, os arquivos deveriam ser vistos como parte do processo de construção dos discursos sobre o passado. Nesse sentido, uma série de trabalhos começou a pensá-los como espaços de produção – e não apenas de guarda – de conhecimento, como mecanismos de exercício do poder.³

De maneira geral, as reflexões que marcaram as ciências humanas e sociais nas últimas décadas do século XX operaram uma mudança no que diz respeito à própria ideia de verdade, com rebatimentos em distintos campos disciplinares. Essas mudanças produziram impactos nas formas de perceber os arquivos e as fontes: de uma perspectiva na qual a verdade estaria depositada no arquivo, esperando ser acessada ou “descoberta”, passa-se a afirmar que o arquivo constitui a verdade que guarda, assim como aquela que omite. Antes, mais importante do que o arquivo eram as fontes nele reunidas. Nos últimos anos, embora esta leitura não esteja excluída, o questionamento com relação à estrutura por meio da qual as fontes são acumuladas e disponibilizadas ganhou visibilidade – o arquivo deixa de ser meio para a consecução de um fim, ou seja, deixa de ser visto, apenas, como repositório de informações, para se tornar, também, objeto de pesquisa.

Na origem do longo silêncio das ciências sociais em relação aos arquivos encontra-se uma das representações a eles associadas – aquela que remete à “naturalidade” que caracterizaria a acumulação documental resultante das transações e do funcionamento das instituições. Essa representação se estenderia ao arquivo como instituição, ou seja, ao local responsável pela custódia, processamento técnico e acesso aos fundos documentais. A “naturalidade” associada aos arquivos justifica o seu relativo alijamento de debates que, já há algum tempo, têm movimentado

3 Esse novo estatuto teórico dos arquivos deve muito ao trabalho de Michel Foucault, mas também a Jacques Derrida, cuja obra *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*, publicada originalmente na França, em 1995, a partir de uma conferência proferida no ano anterior em um colóquio intitulado “Memória: a questão dos arquivos”, inspirou diversas reflexões. De maneira geral, podemos dizer que Foucault e Derrida instituíram o “arquivo” como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; como construto político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento; como “lei do que pode ser dito” (Foucault, 2008 [1969], p. 147).

o universo de outros construtos e instituições sociais, como as coleções e os museus.⁴ Em relação a esse outro tipo de documento, o objeto de coleção, a “intenção” de exibir, os circuitos de exibição, as narrativas veiculadas por meio dos recursos museológicos, entre outras questões, já vinham sendo objeto de questionamento há mais tempo, com um rebatimento importante no próprio universo dos museus. No mundo dos arquivos esse debate segue uma dinâmica própria, e só recentemente começou a configurar um campo de referências sobre a questão.

O esforço para “desnaturalizar” os arquivos e seus enquadramentos metodológicos e institucionais, para dar visibilidade às narrativas produzidas em torno e por meio deles começou a ser desenvolvido por estudiosos do campo da antropologia interessados, sobretudo, nas “narrativas nacionais” que os arquivos ajudam a produzir, nas conexões entre arquivos e dominação colonial, entre arquivos e poder, o foco de atenção da maioria dos trabalhos tendo sido colocado sobre os acervos públicos. A antropóloga Ann Laura Stoler (2002), que se debruçou sobre os arquivos coloniais holandeses, se insere nessa corrente de trabalhos. Para ela, muitos *insights* sobre o empreendimento colonial podem ter origem na atenção às modalidades particulares de arquivamento, e não apenas ao conteúdo dos registros: as formas de classificação e de descrição dos documentos configurariam estratégias de dominação semântica aplicadas a contextos culturais distintos. Para Stoler, essa nova forma de apreender o objeto “arquivo” levaria o pesquisador a repensar o imaginário que preside à constituição das coleções documentais, bem como as afirmações de verdade que nelas repousam, convergindo com uma série de estudos recentes no campo da história da ciência, com os quais tem em comum a preocupação com o estabelecimento de critérios de validação do saber e com dispositivos institucionais que os disseminam.

4 No caso dos museus é preciso levar em consideração a estreita relação que sempre mantiveram com a antropologia, já que funcionam, há muito tempo, como espaços privilegiados para a exposição de coleções etnológicas, para a apresentação de culturas consideradas diferentes e “exóticas”. No tocante às relações entre antropologia e museus, algumas referências são: Stocking Jr., G. (Ed.). *Objects and Others: essays on museums and material culture*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985; Karp, Ivan; Lavine, Steven D. (Ed.). *Exhibiting Cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington, London: Smithsonian Institution Press, 1991; Bouquet, Mary. *Academic Anthropology and the Museum. Back to the Future*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2001, e Daniel J. Sherman (Ed.). *Museums and Difference*. Bloomington: Indiana University Press, 2007. Para que a antropologia se interessasse pelos arquivos, porém, foi preciso que a própria disciplina se modificasse, passando a se interessar por processos diacrônicos e temas históricos, mudança que levou os antropólogos a fazerem trabalho de campo em arquivos.

Um seminário ocorrido em 1998, ano da entrega do relatório final da Comissão de Verdade e Reconciliação (TRC) da África do Sul, denominado “Refiguring the Archive” e do qual resultou uma publicação coletiva, talvez seja o melhor exemplo dos questionamentos aos quais foram submetidos os arquivos em um contexto político e social de intensa transformação (Hamilton et al., 2002). O debate, que reuniu antropólogos, historiadores, arquivistas, críticos literários e ativistas, partiu do entendimento de que um componente essencial para a transformação do regime de *apartheid* era a identificação das distorções e esquecimentos perpetrados pelos arquivos do colonialismo, um debate que tinha por base a análise da sua natureza contingente e política, e que também pretendeu discutir as condições de produção e de “arquivamento” dos documentos produzidos pela própria TRC. O poder sobre os arquivos e o poder dos arquivos – de dominação, mas também de subversão, de produzir esquecimento, mas também de construir identidade – constituem o cerne dessa reflexão. Voltaremos à questão das conexões entre arquivos e produção de identidades.

É possível afirmar, portanto, que os últimos dez anos viram surgir trabalhos que buscam não apenas analisar as histórias que os arquivos contam, mas investigar as histórias que eles encarnam; deslindar os discursos que produzem no campo da história, mas também os efeitos que deles decorrem em outras dimensões da vida social. Nesse sentido, vem ganhando espaço a adoção de uma abordagem etnográfica por parte dos cientistas sociais, em sua maioria interessados tanto nas dimensões textual e simbólica dos arquivos quanto no seu significado como lugar de encontro – e de violência – entre culturas e entre saberes; interessados, ainda, nas relações que se estabelecem entre, de um lado, documentos e arcabouços institucionais e, de outro, o próprio pesquisador.

Esse último ponto, o das relações entre arquivo e pesquisador, especialmente no caso da disciplina histórica, remete a outra dimensão do poder dos documentos. Ainda que o positivismo que via nos documentos o caminho de acesso às “vozes do passado” já tenha sido bastante questionado, o *status* simbólico do arquivo para a pesquisa não pode ser negligenciado e vem sendo discutido tanto no campo da disciplina histórica como no dos chamados estudos culturais. Carolyn Steedman (2002) parte de sua experiência nos arquivos governamentais ingleses

e franceses para focalizar não as articulações entre arquivos e poderes instituídos, mas a força simbólica da pesquisa em arquivos para os historiadores, seu caráter “fundador” e paradigmático. O questionamento da historiadora inglesa diz respeito à crença na existência de um mundo “objetivo” que teria existido no passado e que poderia ser recuperado por meio dos traços preservados nos arquivos. Steedman retoma a reflexão de Derrida e sua crítica à ideia de que os documentos armazenados remetam a uma “originalidade” e a uma “autenticidade” legitimadoras, assumindo que o passado não existe fora de representações, não podendo, por isso, ser “encontrado” no arquivo. Para a autora, antes de um repositório de memórias e discursos, o arquivo seria um espaço habitado pela ausência, contendo apenas relíquias silenciosas do passado. Seria exatamente essa ausência que permitiria ao historiador imaginar o passado vivo, um passado que o historiador traria com ele e que o contato com o arquivo legitimaria aos olhos dos outros.

Ainda que possamos questionar o relativismo extremo que permeia essas reflexões, pode ser interessante chamar atenção para uma dimensão da sua crítica: aquela que remete ao fato do arquivo engendrar um modo de ler e de escrever – repleto de referências, citações e notas remetendo aos documentos – que confere autoridade à narrativa historiográfica. Voltamos, portanto, por outros caminhos, às relações entre documento e poder, nesse caso, o poder do discurso acadêmico baseado em documentos de arquivo. Para nosso propósito, interessa sublinhar o jogo de legitimação engendrado por essa relação, pois se o arquivo confere autoridade ao texto acadêmico, esse, por sua vez, “legítima” o arquivo, já que o uso acadêmico, ainda que sempre passível de contestação, faz emergir o documento, dota-o de visibilidade e confirma a sua condição de “evidência”. No cerne desse debate se encontra mais uma vez a questão das representações associadas aos documentos de arquivo, representações que fundam o valor da pesquisa documental para o universo acadêmico.⁵

5 Uma reflexão interessante nessa linha foi desenvolvida por Osborne (1999), ao sugerir pensar o arquivo como o “princípio de credibilidade” da produção historiográfica. Segundo esse autor, o arquivo reuniria um fundamento epistemológico, por constituir um espaço de saberes específicos, e um fundamento ético, já que o conhecimento que advém do contato com os documentos seria dotado de autoridade. Osborne aproxima a pesquisa em arquivos do trabalho de campo desenvolvido pelos antropólogos, pois este também configuraria uma forma específica de conhecimento à qual é atribuída autoridade para falar de realidades distintas e distantes da do pesquisador.

Quais as fontes do encantamento exercido pelos documentos de arquivos? Por um lado, a referida ilusão de recuperação do passado, de outra maneira irremediavelmente perdido, uma ilusão que se alimenta ainda do caráter eminentemente textual dos registros, como se as “vozes” que povoaram esse passado se tornassem acessíveis por meio da consulta aos documentos. Por outro, como sugere Helen Freshwater (2003), a “função autenticadora” do arquivo seria alimentada pela inconsciência histórica dos seus produtores, ou seja, pela imponderabilidade que estaria na base dos processos que transformam registros documentais em fontes de pesquisa, um ponto sobre o qual vale a pena que nos detenhamos brevemente.

Se é verdade que os documentos de arquivo não têm como primeira destinação a consulta pelo pesquisador, mas o uso prático daqueles que os constituíram, não se deve perder de vista que esse uso, em muitos casos, já carrega a preocupação com a guarda e a permanência dos registros, sobretudo daqueles dotados de valor probatório. Não se trata de confundir “uso original” com “uso histórico”, mas apenas de chamar atenção para o fato de que o gesto de arquivar, seja, em um primeiro momento, nos contextos de produção documental, seja, posteriormente, nos contextos de gerenciamento e tratamento de acervos ditos históricos, dá acesso a práticas sociais, a visões de mundo, a ordenamentos jurídicos e a padrões disciplinares que emergem dos universos socio-históricos nos quais estão inseridos.

Assim, a indeterminação que estaria na base dos processos de consolidação do passado histórico não deve levar a uma visão ingênua que ignore mecanismos, estratégias e valores que informam a seleção – física e intelectual – que preside à constituição dos conjuntos documentais de natureza arquivística. O contato com o arquivo não deve obscurecer o fato – óbvio quando enunciado – de que ele não contém o registro completo do passado ou da trajetória a que se refere, completude que, de alguma maneira, parece sugerida pela sua própria designação: arquivo do ministério *x*, do partido *y* ou do personagem *z*.

Além disso, o processamento arquivístico da documentação também deve ser levado em consideração como instância configuradora da fonte. Essa questão é discutida por Anheim e Poncet (2004), que sugere

que as fontes arquivadas são produzidas em dois tempos: um primeiro enquanto documentos e um segundo enquanto arquivo, ou seja, documentos conservados, classificados e inventariados. Nesse sentido, a dimensão de escolha no tratamento dos arquivos, dentro de um quadro de possibilidades aberto pela própria documentação, faria do arquivista não um mero conservador, mas um “produtor” de saber obrigado a lançar mão de categorias e ferramentas intelectuais de natureza semelhante àquelas utilizadas na prática histórica, ainda que com objetivos distintos do historiador.

No caso dos arquivos pessoais, a ilusão de completude, de acesso à totalidade da trajetória do titular, bem como a ilusão de acesso à sua intimidade parecem ser os principais obstáculos a uma apreensão crítica desses conjuntos documentais. O senso comum associa os arquivos pessoais à “memória individual”, vendo neles registros que ora documentam as atividades desenvolvidas pelos titulares, devendo corresponder às suas biografias, ora revelam dimensões menos visíveis de sua personalidade, aproximando-se de uma forma de escrita de si. Tais representações obscurecem o caráter construído desses arquivos, tanto no sentido da multiplicidade de interferências a que podem estar submetidos no processo de acumulação documental, como no sentido das configurações que adquirem nos ambientes institucionais onde são organizados, disponibilizados e divulgados, assumindo o estatuto de fontes de pesquisa.⁶

Iluminar o caráter construído dos arquivos, institucionais ou pessoais, investir na sua historicidade, não equivale a negar a sua legitimidade, mas a examinar as práticas e os discursos através dos quais o “monumento”, o arquivo-fonte, encobre o “fragmento”, os gestos – múltiplos, diacrônicos, descentralizados – que constituíram concretamente esses conjuntos documentais.

A proliferação de memórias e o “desejo de arquivo”

A atenção ao caráter histórico e contingente dos arquivos, bem como ao seu *status* simbólico, parecem ainda mais pertinentes no contexto contemporâneo de “culto à memória”, expressão que remete ao fascínio que as últimas décadas viram surgir com relação ao passado

⁶ A dimensão coletiva de produção dos arquivos pessoais foi explorada anteriormente em dois artigos. Cf. Heymann (1997 e 2005).

e às origens, fascínio que estaria ligado, por um lado, à aceleração do tempo vivido e à intensificação da capacidade de esquecer (Nora, 1984; Huyssen, 2000) e, por outro, à emergência de novos grupos sociais na cena pública que, ao afirmarem a sua identidade, constroem uma memória para a qual buscarão reconhecimento. Com efeito, entre as lutas por direitos que marcam a emergência desses grupos, ganha lugar a luta por manter viva uma memória particular, por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar em livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que têm como objetivo, muitas vezes, reparar o silêncio e a invisibilidade que marcam a trajetória dessas coletividades.

Quais os efeitos dessa dinâmica no mundo dos arquivos e das instituições de memória? Por um lado – talvez aquele mais evidente – os arquivos se tornaram objeto de reivindicações coletivas com relação ao acesso a determinados documentos. Nos últimos anos, em diferentes contextos nacionais, assistiu-se a uma demanda crescente de consulta a arquivos do período contemporâneo que poderiam embasar demandas por parte de grupos submetidos a situações de dominação e conflito, bem como alimentar novas pesquisas acadêmicas. Tais documentos, quer pela sua “temporalidade” quer pelos temas que abordam, estão muitas vezes submetidos a normas que definem prazos dilatados para sua comunicação, além de terem seu acesso obstaculizado mais ou menos abertamente pelos poderes constituídos sob o argumento de comprometerem a “segurança do Estado”.⁷

Por outro lado, a valorização de novas memórias e dos registros a elas associados produziu o que um historiador chamou de “desejo de arquivo” (Artières, 2005, p. 6), um desejo que aponta não apenas para uma multiplicação e uma especialização de locais de arquivamento, alterando a paisagem arquivística, como também para uma nova relação da sociedade com os arquivos, uma relação que, doravante, não envolve apenas historiadores e arquivistas, mas sinaliza para uma inserção maior do mundo dos arquivos na cena social. Na verdade, estaria

em jogo um duplo movimento, ou uma dupla “abertura”. De um lado, cada grupo minoritário interessado na afirmação e na preservação da sua memória estaria começando a investir na criação de seu próprio espaço de arquivamento e, de outro, os arquivos, mesmo os já existentes, estariam se tornando objeto de um interesse mais disseminado, atraindo públicos distintos dos tradicionais especialistas.

Uma dimensão importante do processo, no entanto, residiria no fato dessa “reconfiguração” do arquivo no espaço público – que inclui uma dimensão de democratização dos espaços de arquivamento e também das entidades produtoras –, não significar a sua dessacralização. Ao contrário, em torno do arquivo, como em torno da memória, novos cultos estariam se desenvolvendo a partir da ideia de que “tudo é documento” e deve ser conservado. Segundo esse historiador, essa nova configuração faz do menor papel, um arquivo; não conservar, não recolher seus arquivos se tornou uma falta grave e toda resistência ao arquivamento um desejo de subtrair e de mentir.

As distintas e cada vez mais frequentes iniciativas que têm no arquivo a sua justificativa e motivação configuram-se como um vasto campo de investimento intelectual. Ao associarem o arquivo à possibilidade de “resgatar” e “preservar” determinada memória, individual ou coletiva, tais iniciativas contribuem para a sua naturalização, por um lado, e para sua sacralização, por outro, reinvestindo nos seus atributos, ao mesmo tempo em que mobilizam e dotam de visibilidade os agentes envolvidos na sua guarda e preservação.

Para pesquisadores como eu, interessados na sociologia dos processos de construção da memória e dos empreendimentos memoriais, projetos que têm os arquivos como objeto atualizam diversas conexões possíveis entre os termos que animam essa mesa – documento e poder. Algumas delas podem ser examinadas nos temas abordados nessa comunicação: o lugar dos arquivos em processos de patrimonialização de trajetórias, seu papel na legitimação de práticas e discursos acadêmicos, seus usos em situações de dominação colonial, bem como suas apropriações em contextos de empoderamento de grupos que emergem na cena social. Essa breve enumeração sugere uma pauta de pesquisa da qual o arquivo emerge como foco de investimento e, sobretudo, como ponto de encontro entre diversos campos disciplinares. Aliás, tal como esse seminário oportunamente anuncia.

⁷ Uma referência com relação às questões que envolvem o acesso aos arquivos da história recente da França é o livro de Sonia Combe, *Archives interdites. Les peurs françaises face à l'histoire contemporaine*, publicado em 1994. Os processos de transição democrática que marcaram a história de vários países sul-americanos também geraram demandas por consulta aos chamados “arquivos da ditadura”. Com relação ao contexto brasileiro, ver Costa (2004).

REFERÊNCIAS

- ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier. Fabrique des archives, fabrique de l'histoire, **Revue de Synthèse**, 5e. série, t. 125, p. 1-14, 2004.
- ARTIÈRES, Philippe. Présentation: Espaces d'archives, *Sociétés & Représentations*, n. 19, avril, p. 5-11, 2005.
- COSTA, Célia. Acervos e repressão. In: FICO, Carlos (Org.) **1964-2004: 40 anos do Golpe** – ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro, 7 Letras, p. 263-269, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 236 p. 2008 [1969].
- FRESHWATER, Helen. The allure of the archive, **Poetics Today**, v. 24, p. 4, Winter, 2003.
- HAMILTON, Carolyn et al. (Eds.). **Refiguring the Archive**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 368 p., 2002.
- HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-66, 1997.
- _____. Os *fazimentos* do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 43-58, 2005.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano. 116 p., 2000.
- LAMBERT, Emanuelle. Alain Robbe-Grillet et ses archives. **Sociétés et Représentations**, **CREDHESS**, n.19, avril, p. 197-210, 2005.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: _____. (Ed.) **Les lieux de mémoire**. Paris, Gallimard, v. 1, 1984.
- OSBORNE, Thomas. The ordinariness of the archive, *History of the Human Sciences*, v. 12, n. 2, p. 51-64, 1999.
- STEEDMAN, Carolyn. **Dust: The Archive and Cultural History**. New Brunswick: Rutgers University Press. 195 p. 2002.
- STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the Arts of Governance, **Archival Science**, n. 2, p. 87-109, 2002.

Documento e instituição: produção, diversidade e verdade

Eduardo Ismael Murguía
UFF

Este trabalho pretende ser uma reflexão sobre o documento, inserindo-se assim, numa discussão que, nos últimos anos, começou a emergir dentro da área da Ciência da Informação: o deslocamento de um olhar privilegiado sobre a informação, para a materialidade do documento.

Com a finalidade de contribuir para essa discussão, apresentamos, num primeiro momento, o percurso desse deslocamento do interesse da Ciência da Informação e da Arquivologia para o documento enquanto informação materializada. Seguidamente, é mostrada a sustentação interpretativa, baseada no conceito de dispositivo de Foucault, enfatizando a questão da institucionalização do documento.

Num segundo momento, consideramos oportuno discutir alguns aspectos do documento desde essa perspectiva. Dentre esses aspectos, foram escolhidos: a construção do documento e suas associações; a diversidade dos documentos e seus agenciamentos institucionais; e o documento como dispositivo de produção da verdade

Demarcações

Dentre as mudanças vindas da tecnologia, uma mereceu especial atenção: a possibilidade de difusão e reprodução do conhecimento. A chamada “explosão da informação” nada mais é que a consequente circulação da informação que esses meios permitirem. Ainda, o próprio conceito de informação aparece como uma resposta para explicar um fenômeno que, embora já se anunciasse no século XIX, adquire proporções inimagináveis no século passado.

Mas, nem todo nascimento de uma ciência, ou de uma atividade socialmente produtiva, é tranqüilo. Na verdade, trata-se de construções históricas, edificadas e modificadas de acordo com as mudanças sociais. Assim, num primeiro momento, a informação foi vista como um objeto associado às tecnologias de transmissão, para as quais as mensagens podiam ser decompostas em impulsos que permitissem sua circulação. Por essa perspectiva, a informação deveria ser quantificada como propunham Shanon e Weaver (SHERA, 1968).

Num artigo pioneiro e atual, Shera (1968) aponta os inícios da Ciência da Informação, destacando sua dissociação da Documentação, proposta por Otlet, e da Biblioteconomia. Na mesma perspectiva, Borko (1968) descreve as bases da Ciência da Informação, sistematizando seu objeto, importância e aplicações. Ainda, Saracevic (1996) enfatiza o caráter multidisciplinar dessa nova ciência. Menciono esses três artigos, entre tantos, devido à sua repercussão na área, como artigos pioneiros na busca de um objeto. Essa questão é relevante porque ela demonstra a busca de uma definição sustentada na diferenciação entre a Biblioteconomia e a Documentação, embora se mencione a relação intrínseca delas.

Recentemente, diversos estudiosos, desde o lugar da Ciência da Informação, iniciaram uma releitura da Documentação de tradição francófona. Otlet e Briet ocupam, cada vez mais nitidamente, um lugar central das preocupações (RAYWARD, 1995). Essa nova tendência conceitual é representada pelo que chamaríamos de uma “teoria do documento”. Propostas como as de Frohmann (2004 e 2009) envolvem a procura de uma reflexão que priorize a questão epistemológica do documento e as imbricações sociais de objetos usados de forma corriqueira que, não obstante, determinam a vida social do indivíduo.

As propostas deste autor também repercutiram em áreas tradicionalmente adversas a este tipo de discussão, como a Arquivologia, a qual começa também a se preocupar com o documento na busca de uma redefinição teórica e profissional (SCHWARTZ e COOK, 2002). Ou da questão das determinações sociais que o documento causa, analisadas em casos concretos (TRACE, 2002).

Um caso especial, entre os autores recentes, é Buckland (1998) que, ao longo dos últimos anos, traça uma trajetória muito interessante. Embora não numa ordem estritamente cronológica (já que existe uma simultaneidade e retomada constantes dos temas que aborda), percebemos que o percurso do autor principia com sua preocupação pela recuperação da informação e uma abordagem sistêmica da administração de recursos informacionais, para logo passar para a história da Ciência da Informação, até chegar à preocupação com o documento e os documentalistas europeus. Cabe mencionar que, no meio de sua profícua obra, aparece o artigo *Information as Thing* (1991).

Nesse relevante artigo, Buckland diferencia três conceitos de informação: informação como processo (ato de comunicar), informação como conhecimento (entendido não como ação, mas como objeto, ca-

paz de modificar). Esses dois conceitos têm como característica serem intangíveis. Porém existe um terceiro conceito que é a informação como coisa, este sim, tangível. A informação como coisa não é o processo nem o conhecimento em si mesmo, mas a representação física deles.

Consideramos que a proposta de Buckland é um questionamento a um modelo de informação. A influência das novas tecnologias, no que diz respeito às possibilidades de circulação e percepção de realidades, ditas virtuais, levou a uma sobrevalorização daquilo que seriam as novas realidades imateriais, representadas pela escola de filosofia francesa da década de noventa. Nesse sentido, a leitura que Buckland faz de Pearce (1992) é fundamental para contextualizar sua resposta.

Conforme nossa exposição, vemos que a Ciência da Informação manteve, até a década de 1980, um diálogo mais próximo da Biblioteconomia do que da Arquivologia. Enquanto esta última é no século XIX que adquire um estatuto disciplinar, embora nascida como uma disposição burocrática, assinada por Natalis de Wailly, em 1841, para ordenar os arquivos franceses (CRUZ MUNDET, 2008). Posteriormente, e ainda no século XIX, diversos manuais, portanto práticos e normativos, aparecem para guiar os trabalhos documentais em arquivos.

Curiosamente, em 1956, quatro anos depois da publicação do artigo de Briet, Schellenberg (2002) publica seu livro *Arquivos Modernos...* Embora careçamos, neste momento, de elementos para afirmar a influência de Briet sobre Schellenberg, ele separa os arquivos dos *records*, propondo um tratamento específico para este tipo de documentos, muito similar à concepção da documentação francesa, aproximando-se também da separação entre Biblioteconomia (Escola de Chicago) e Ciência da Informação (no caso, *Special Libraries*).

A separação entre os arquivos tradicionais e o *records management*, proposta por esse autor, tratará de ser reconciliada pela chamada Escola Canadense nos finais da década de 1980 e, notadamente, na década de 1990, em torno das publicações da revista *Archivaria*. Esta publicação serve como palco das novas ideias na Arquivologia, representado por uma reflexão aprofundada sobre a informação. Assim, o documento arquivístico que, num primeiro momento, teve um valor administrativo e posteriormente histórico, nesta nova fase terá um valor informativo, aproximando-se da Ciência da Informação. Paralelamente, conforme já mencionamos, as propostas de Frohmann chegaram também à Arquivologia.

Percorremos esse breve percurso com a finalidade de chegar ao parecer de que existe uma preocupação atual dessas duas áreas com o documento, destacando-se seu valor material. Um retorno à materialidade *versus* a imaterialidade da informação, pelo documento. Preocupação, dentro da qual este artigo pretende ser uma contribuição.

Porém, a questão da materialidade do documento não se basta a si mesma, o avanço das tecnologias defrontaram essa materialidade com os produtos eletrônicos. Não é nosso intuito entrar nessa discussão, mas pelo contrário, tratamos de apontar para os agenciamentos e associações que se tecem em volta dele e a partir do documento.

Até poucas décadas atrás, as Ciências Sociais construíram seu objeto a partir de fenômenos observáveis, eles eram os fatos e posteriormente os acontecimentos. Fatos e acontecimentos tinham como telão de fundo as formações econômicas, culturais e políticas. Determinações e determinantes da longa, média e curta duração da história, essa visão do social centrava seu interesse na objetividade, dando lugar a um entendimento estático que colocava num segundo plano a fluidez das relações.

As condições históricas, após a Segunda Guerra, sobretudo devido à avassaladora intromissão e introdução da tecnologia, requereram uma visão do social que precisasse de instrumentos interpretativos mais dinâmicos. Assim, de forma muito adequada, hoje podemos designar o social como agenciamentos associativos.

O agenciamento, em primeiro lugar, rompe com uma visão iluminista do social como projeto dotado de uma finalidade redentora, teleológica. O agenciamento pressupõe um devir no qual as concretudes agem numa trajetória articulada em si mesma. Eles se formam por associações de todo tipo, dentro de um possível. Quando um agenciamento deixa de receber associações, ou de se associar com outros agenciamentos, simplesmente deixa de existir.

O agenciamento é concreto. Ele está composto de: agentes (pessoas ou objetos); e dispositivos: discursos e enunciados (linguísticos e textuais); e o visível (lugares e instituições).

Num esclarecedor artigo, *O que é um dispositivo?*, Agamben (2009) trata de esclarecer esse conceito na obra de Foucault. Assim, embora esse conceito seja fundamental para entender a obra do pensador francês, ele não declara explicitamente o seu significado. No entanto, numa entrevista, Foucault fala brevemente sobre o assunto:

- Entendo por dispositivo, uma espécie de formação que teve por função principal, a emergência de um determinado momento. O dispositivo tem uma função estratégica dominante. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder.
- O que chamo de dispositivo é um caso maior do que a episteme. Ou, eu diria, a episteme é um dispositivo especialmente discursivo, diferentemente do dispositivo que é discursivo e não discursivo.

Foucault toma partido a respeito de um problema decisivo que também é seu próprio problema: a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico. Entendendo, como elemento histórico, o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras que se concretizam nas relações de poder. No entanto, o objetivo último de Foucault não é reconciliar esses elementos, nem enfatizar o conflito entre eles. Ele trata de pesquisar os modos concretos nos quais as positivities ou os dispositivos agem nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder (AGAMBEN, 2009).

Seguidamente, Agamben (2009) recorre ao significado etimológico do termo dispositivo, destacando seus sentidos jurídico, tecnológico e militar, para os quais existe sempre a indicação de dispositivo, como as regras ou prescrições que têm o objetivo de alcançar um efeito ou fazer frente a uma situação que requer medidas práticas:

Conjunto resolutamente heterogêneo que inclui discursos, instituições, instalações, arquitetônicas, decisões regulamentais, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, brevemente, aquilo que é dito e também aquilo que não é dito, esses são os elementos do dispositivo. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. (AGAMBEN, 2009 p. 29).

Desse modo, acolhemos a proposta de considerar o documento como dispositivo de validação. Isso não quer dizer que seja o único, a Ciência, o Direito etc. também são dispositivos de validação. Como todo dispositivo, o documento é sustentado e sustenta os discursos que o incluem, se materializa nos objetos e age institucionalmente.

A construção do documento e suas associações

Começamos a discussão sobre as associações que se aderem ao documento com um exemplo, com a finalidade de podermos visualizar melhor a dinâmica inerente ao processo de sua constituição enquanto

tal. Extraímos esse exemplo de um artigo de Carlo Ginzburg “Sinais, raízes de um paradigma indiciário” que aparece no livro *Mitos, emblemas e sinais* (1990). Mencionamos que o exemplo é uma apropriação particular, já que as intenções do Ginzburg com ele são totalmente outras.

A assinatura foi, ao longo dos séculos, o melhor sistema de identificação e autenticação da vontade de alguma pessoa realizar, ou querer realizar, um ato institucional como, por exemplo, casamentos, contratos comerciais etc. Apesar de algumas falsificações pouco correntes, a sociedade europeia nunca sentiu necessidade de substituir esse meio até o século XIX.

As relações sociais, industriais e capitalistas demandavam um novo sistema legislativo, que atendessem a uma nova forma de propriedade e à repressão da classe trabalhadora. Assim, aumenta o número de delitos, o valor das penas, e também o número de prisões.

Por sua vez, as prisões, longe de coibir o crime, aumentavam o número de delinquentes, e a quantidade de reincidentes alcançava proporções enormes. As práticas antigas e correntes de marcar os corpos dos presidiários tinham desaparecido e novas formas de controle tinham que ser inventadas.

Aparece a fotografia em primeiro lugar, mas foi descartada devido a não se achar uma classificação que pudesse dar conta de um enorme arquivo fotográfico. Propôs-se o método antropométrico (medições do corpo em fichas) e o retrato falado, mas ambos eram trabalhosos demais e não ofereciam evidências contundentes.

Em 1888 Galton propõe um novo método, fundamentado nas impressões digitais. Porém Galton reconhece que seu método já tinha sido descoberto por um pesquisador e um funcionário colonial inglês. Quanto ao pesquisador, ele era médico, e como parte de suas pesquisas (1823), descobriu que não existiam dois indivíduos que tivessem impressões idênticas. Mas os resultados da tese seriam direcionados para discussões filosóficas, deixando de lado qualquer aplicação prática da descoberta. Dessa forma a tese ficaria durante décadas no total esquecimento.

As sociedades indianas, durante milênios, exercitaram a leitura do futuro em muitos tipos de objetos, entre eles, as mãos. Em Bengala, existia o costume de deixar uma impressão do dedo, borrado de piche, nas cartas. Não com finalidade estritamente identificatória, mas também adivinhatória. Assim, em 1860, o administrador-chefe do governo

inglês observa esse costume, adaptando-o à administração local devido ao fato prático de que a grande população não sabia escrever. Note-se que essa tecnologia milenar voltou-se para o maior controle por parte dos ingleses sobre a população que a tinha inventado.

Em 1880 o administrador inglês anuncia, na revista *Nature*, o resultado dessa experiência que ele já vinha usando na administração de Bengala. Em 1888, baseando-se na teoria do pesquisador e no uso do administrador, Galton escreve um livro sobre o uso das impressões digitais, sendo que seu trabalho seria rapidamente difundido e aceito em todos os países do mundo.

Impressão digital é o nome que damos a um ato corriqueiro, profundamente humano, profundamente biológico, que consiste em nos relacionarmos com o mundo através das mãos: impressões, rastros, traços feitos com nossas mãos são inúmeras, incontáveis. Entretanto, só uma será enquadrada, arquivada. As impressões, como qualquer outro documento serão sempre um objeto institucional. O exemplo aponta ainda a necessidade de observar os documentos nos quais o corpo é inscrito.

Desse modo, entendemos por que a pesquisa médica, apresentada num meio acadêmico e com suposições filosóficas, encobre sua posterior aplicação. Uma prática milenar de outras culturas, na Europa do século XIX, adquire novos usos, novos significados. Essa prática, associada a uma ciência que a valida e a instituições que a legalizam, se torna não somente um meio de controle, mas também, justamente devido a esse controle, uma forma de identidade legal e social. A impressão digital, enquanto prova, enquanto verdade, se transforma num documento no sentido de que as associações discursivas e institucionais haverão de sustentá-la para seus agenciamentos.

Também, sustentada na ciência médica e nas instituições de governo, a impressão digital é uma inscrição do corpo na matéria que lhe é exterior e lhe permite acesso. Porém, uma inscrição manipulável, enquadrada, controlável.

Conforme afirma Marc Bloch, do campo da história, no início da Escola dos Annales:

...os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo eleito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma al-

guma à análise, e aos problemas postos pela transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem de recordação através das gerações. (BLOCH apud LE GOFF, p. 544).

Essa afirmação reforça a idéia de que o documento, mais do que uma produção natural, é uma construção. Ele reconhece os percursos pelos quais o documento pode se agenciar para descobrir ou não o passado, coincidindo com o exemplo inicial na questão da construção social, produto de diversas associações.

A diversidade dos documentos e seus agenciamentos

A problemática da diversidade de documentos é muito ampla, sendo que, nos últimos anos, começa a configurar-se como uma preocupação a mais subsidiada pelos estudos da Cultura Material. Assim começamos chamando a atenção com nosso descaso para com os objetos:

O pensamento ocidental moderno e a moral tradicional cristã valorizam muito pouco o mundo material e seus produtos; ambas estranhamente mixadas ao capitalismo ocidental, para o qual é imprescindível a posse do material. Este é um dos principais paradoxos da sociedade ocidental. Estamos-nos referindo ao papel que a filosofia outorgou à cultura material. Um papel que pode ser descrito como subordinado ou secundário, no qual os objetos são entendidos como produtos, ou inclusive detritos, de um pensamento, de um sentimento ou de uma ação. (PEARCE, 1992, p.17).

Ou, como menciona Latour:

Tal como ocorria com o sexo no período victoriano, os objetos não devem mencionar-se, mas sua presença há de sentir-se em todos os lados. Existe, naturalmente, mas nunca se pensa neles em termos sociais. (LATOURE, 2008 p.109)

Na década de 1980, um americano médio tinha possuído, ao longo de sua vida, pelo menos 400 objetos eletrônicos. Esses dados, como vemos, referem-se unicamente a eletrônicos e com uma defasagem de 20 anos. Esse dado isolado demonstra o quanto estamos imersos no meio de objetos, de matéria.

Os objetos não somente nos rodeiam no dia a dia como também determinam nossas ações. Objetos podem criar agenciamentos como no caso dos acidentes e mudar as ações de forma totalmente imprevista

e impensada (como foi o caso do acidente do *Challenger*), sobre os quais os sujeitos não tiveram nenhuma interferência.

Os objetos materializam e subjetivam o ser: nossos pensamentos através dos livros, nossos medos e incertezas pelos fetiches e nossos afetos nos *souvenirs* etc. Nesse sentido, eles são a própria inscrição do ser-no-mundo. Eles nos presentificam e nos remetem a tempos e espaços irrecuperáveis. Eles determinam nossa existência, no sentido de que eles assim o permitem.

Por outro lado, os objetos também são finitos. Quando eles não mais agem, não mais interatuam, ou se pensa que assim será, eles são destruídos, descartados, reciclados. Enquanto eles se inserem nos agenciamentos, ou se pensa que em algum momento o farão, eles serão preservados.

Eles circulam como mercadorias : venda, troca, dádiva, herança, roubo; sendo que, cada uma dessas modalidades de circulação é uma das condições do agenciamento do objeto. Essas vias de circulação possibilitam os percursos e as trajetórias dos objetos num momento, no tempo, nos lugares e nos espaços. Cada uma dessas modalidades de circulação, como mostra Appadurai (1986), se realiza devido a um valor político sustentado na negociação, e do qual o preço, em alguns casos, é uma consequência da negociação.

Coisas, objetos, artefatos, utensílios, ferramentas, máquinas, instalações, acessórios, *semióforos* são palavras de uso preciso e ao mesmo tempo elástico (umas mais ou menos elásticas do que outras). Dependendo do momento, da língua, do contexto no qual circulam, essas palavras adquirem significados diversos, mas nunca excludentes. O que têm de comum esses termos, é o fato de que eles se articulam naquilo que poderíamos chamar de intencionalidade ou de antecipação no momento de sua criação ou sua produção.

Simultaneamente, existe outro agrupamento de palavras com significados diversos, que somente encontram uma articulação quando se vinculam aos objetos. Assim, comumente distinguimos objetos estéticos, históricos, religiosos, utilitários – sendo que, dentre eles, observamos uma amplíssima gama que vai do pedagógico até os objetos descartáveis. Aquilo que agrupa os objetos nas suas diversas nomeações é uma finalidade, um valor. Mas, esses valores não são estáticos nem únicos. Diversos objetos podem ser artísticos, religiosos e históricos ao mesmo tempo, por exemplo.

Fizemos essa introdução sobre os objetos para tratar de recuperar nossa principal preocupação: o documento. Resumindo em poucas palavras, destacamos não unicamente o caráter textual do documento, colocando qualquer objeto em igualdade de condições na sua constituição como documento. Qualquer objeto pode vir a ser documento.

Até relativamente pouco tempo atrás, documento era um termo consensual que se referia unicamente a uma escrita registrada num papel. Pensava-se que era produto, reflexo de uma ação, pensamento; o fato é que, como tal, remetia a alguma coisa objetivamente verdadeira, instaurando assim um regime de validação pela escrita.

O cuidado com a verdade, dentro do regime da escrita, leva, num primeiro momento, ao aparecimento da crítica textual logo no início do cristianismo, para estabelecer os textos canônicos; e ao estabelecimento da diplomática no século XVII, para detectar a falsidade de documentos.

Comumente acreditamos que o que diferencia um documento escrito de um objeto documento é sua intencionalidade de registro. O primeiro foi feito para informar algo, enquanto o segundo foi feito para qualquer coisa (embora possa vir a informar posteriormente). Por outro lado, estelas, arcos do triunfo, quipos, ábacos são objetos feitos propositalmente para informar, e no entanto não são textuais. Poderíamos afirmar, então, que objetos são documentos porque um processo institucional assim o decide. Se assim for, como é decidido?

Também estamos acostumados a pensar que foi a moderna historiografia que expandiu as diversidades dos documentos. Mas, se a história estende a visão de documento, outras disciplinas do século XIX já tinham apresentado as condições para isso devido a suas práticas.

Citamos como exemplo a Etnografia. As viagens comerciais que deram lugar ao expansionismo europeu do século XVIII, concomitantemente com o espírito iluminista do Século das Luzes, permitiu que a civilização europeia se interessasse pelos costumes de outras culturas.

Inúmeros viajantes europeus percorreram todos os cantos do mundo, observando e registrando tudo aquilo que pudesse alimentar seus interesses científicos. Essas viagens deram lugar a um fluxo enorme de artefatos e objetos naturais, possibilitando a criação de importantes coleções etnográficas, muitas das quais seriam o embrião dos museus de artes e ofícios, dos museus etnográficos, dos jardins botânicos e das exposições universais (misto de comércio e curiosidade).

Falando sobre a História Natural no século XVIII, Foucault aponta que pela primeira vez se instaura um olhar minucioso sobre as coisas para, em seguida, transcrever aquilo que se vê. No caso de uma história da natureza, *a visão das coisas* era sua razão de ser.

O documento dessa história nova não são outras palavras textos, ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins [...] Diz-se frequentemente que a constituição dos jardins botânicos e das coleções zoológicas traduzia uma nova curiosidade para com as plantas e os animais exóticos. De fato, já desde muito eles haviam suscitado interesse. O que mudou foi o espaço em que podem ser vistos e donde podem ser descritos. No Renascimento, a estranheza animal era um espetáculo; figurava nas festas, nos torneios, nos combates fictícios ou reais, nas reconstituições lendárias, onde quer que o bestiário desdobrasse suas fabulas sem idade. O gabinete de história natural e o jardim, tal como são organizados na idade clássica, substituem o desfile circular do “mostruário” pela substituição das coisas em quadro. O que se esgueirou entre esses teatros e esse catálogo não foi o desejo de saber, mas um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. (FOUCAULT, 1992, p. 145).

A ideia do arranjo das coisas num “quadro”, como o texto menciona, pressupõe uma classificação: uma disposição relacional, na qual os objetos não ficam mais isolados na sua curiosidade, mas adquirem significação pelos vínculos que se querem mostrar na sua proximidade ou afastamento. Desse modo, nas ciências naturais, os textos não são mais a única fonte de saber. Através da disposição que a observação, o olhar das coisas permite, podemos falar de outro tipo de documento. Embora, na época, esses objetos não fossem nomeados como tais.

Um animal, uma planta, uma pedra não existem para serem observados, aliás, eles simplesmente existem. O que já não acontece com as coisas, com os objetos, com os artefatos; eles existem para algo: permitir nossa existência. No entanto, esses dois tipos de entes podem ser documentos.

Contudo, uma ressalva deve ser feita. O fato de trazer para a discussão a cultura material, supõe a presença dos nossos corpos, também materiais. Não pensemos num entorno ou um continente material que abriga o corpo. A relação age na intervenção do corpo na matéria e vice-versa. Se a produção e criação de objetos é uma extensão das nossas po-

tencialidades corporais, eles agem não somente como mediadores entre o corpo e o mundo circundante, mas também como a única maneira de agir no mundo, fora da linguagem.

Somos o mundo porque percebemos o mundo com nossos sentidos. Mas, que aconteceria então com aqueles seres que sabemos que existem e não os percebemos? As invenções do microscópio e do telescópio permitiram que enxergássemos seres antes desconhecidos devido à precariedade de nossa visão. A necessidade de uma mediação técnica faz desses seres documentos?

Uma possível resposta pode ser encontrada nos três famosos exemplos de Suzanne Briet (2006). Um antílope e uma rocha podem ser documentos desde que estejam num zoológico e num museu, respectivamente. Já a estrela não é documento, mas a fotografia dela é. Na perspectiva de Foucault (1992), assinalada anteriormente, a estrela seria, sim, um documento.

Nos dois primeiros exemplos de Briet (2006), fica claro que está se referindo à institucionalização que faz de alguns objetos documentos. No último exemplo, a fotografia é documento porque representa a estrela, ela media a relação entre nós e a estrela. Seria então o documento uma mediação? Sim, mas não unicamente.

A natureza e as relações sociais são fenômenos e processos. Eles existem na sua efemeridade. Mas, para poder apreendê-los, precisamos estabilizá-los. Estabilidade não é necessariamente movimentação, um antílope num zoológico se movimenta, no entanto é necessário que exista uma estabilidade relacional para apreender seu comportamento. Um micróbio é um ser vivo instável, mas num laboratório se torna um objeto estável. Estabilidade, no caso, é o oferecimento de possibilidades que permitam a observação (em determinadas condições) e as ações às quais dá lugar.

Um terremoto é um fenômeno instável, ele simplesmente acontece. Mas, os gráficos produzidos por sensores registram sua intensidade, portanto são documentos. O movimento telúrico se converte em documento porque, embora sintamos seus efeitos, ele é inapreensível. Estabilizado num gráfico, podemos quantificá-lo, prevê-lo e proteger-nos de sua ação devastadora.

Talvez por esse motivo, Briet (2006) não considerou a estrela um documento. Na época em que escreve sua obra, a corrida espacial não

tinha começado, portanto, a astronomia lidava ainda com objetos instáveis que precisavam de documentos para sua apreensão.

Uma última observação: todos os objetos produzidos pela ação humana são estáveis, não obstante seu ciclo de vida. Motivo pelo qual todos possam vir a ser documentos. Mas, se recorremos à estabilidade para intentar explicar o exemplo da estrela, não devemos esquecer que essa categoria é uma atribuição quando inserida dentro de um dispositivo de validação da verdade.

O documento como dispositivo de produção da verdade

No caso específico dos documentos textuais, acreditamos, de comum acordo, que eles provam alguma coisa: a intencionalidade da sua existência. Eles atuam e têm serventia porque são verdadeiros no sentido da sua indicialidade enquanto vestígios. Por exemplo, o livro de ficção é verdadeiro a respeito da literatura, e o de física a respeito da ciência. Concordemos ou não com seu estilo, no caso da literatura, ou com seus resultados, no caso da física. Uma certidão de nascimento é verdadeira a respeito de uma legalidade, podendo haver ou não um nascimento. E, um ingresso de cinema, a respeito de uma possibilidade de assistir ou não a um filme.

Desde essa perspectiva, o documento é verdadeiro porque ele prova, e prova demonstrando. O agenciamento da prova aparece com o pensamento grego, substituindo assim a autoridade. Vinda do direito, a prova desempenhará também um importante papel para a filosofia e o pensamento científico.

Mas o ser do documento provatório não é uma abstração. Assim por exemplo, para a linguística a prova é uma fixação e controle do significado textual permitido pelo documento e referendado pela instituição que o gera e na qual ele se agencia.

Observemos um exemplo das associações que se realizam para a fixação de significados, no caso verdadeiros, do direito:

A história da cultura escrita consistiu em parte em aprender a construir documentos que possam servir como continentes e árbitros de significado” [...] Os documentos legais ilustram a formação de textos documentais que devam ser interpretados estritamente. No direito inglês aparecem os autos judiciais do direito consensual.

Esses enunciados escritos explícitos que expunham uma demanda e supunham uma contestação. Eles foram o primeiro tipo de documento feito para informar o júri [...] Esses autos judiciais contribuíram não unicamente para a padronização da demanda mas, dos próprios demandantes [...] Cada auto conservado servia como precedente; o número de tipos de autos se restringiu, e a maneira de interpretá-los se tornou uma rotina. A matriz do significado era sacrificada em prol da conveniência burocrática; por outro lado, um grande número de casos podia resolver-se graças a suas formas padronizadas, e a sua interpretação rotineira. Ainda, qualquer um podia preencher um auto, nivelando-se assim as diferenças sociais que tinham dominado a justiça feudal. (OLSON, 1998, p. 213, tradução nossa)

Continua o autor:

O uso de autos e de provas escritas são exemplos recentes de processamentos de registros escritos como representações adequadas de significado; não são empregados simplesmente como recordatórios das lembranças pessoais, ou manifestações dos desejos dos seus autores. O fato de serem formulários permitiu controlar o significado literal e o ato de fala envolvido, reduzindo-se assim a variabilidade de sua interpretação. A intenção original do demandante se perde perante a interpretação do significado do documento. O documento será o supremo. O que se torna motivo de disputa não é a intencionalidade do demandante mas a interpretação do documento. Dessa forma esses textos tornam-se representações. Cabe destacar que alguns termos de atos de fala como “afirmar”, “demandar”, “provar”, “testemunhar”, tiveram um uso sistemático na redação desses autos. Termos que em si mesmos ajudam a determinar o modo pelo qual devem tomar-se esses enunciados. (OLSON, 1998, p. 213-214, tradução nossa)

No campo da história também existe uma discussão muito antiga sobre a questão do documento como prova. Foucault, na *Arqueologia do saber* (1987) tece algumas reflexões sobre documento e verdade a respeito da história:

...é claro que, desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que queria dizer, mas se eles diziam a verdade. O documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rosto frágil mas, por sorte, decifrável. Porém o documento não é mais,

para a história, essa matéria inerte através da qual ela intenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram. A história é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. (FOUCAULT, 1987, p. 7-8)

Esse contexto pode ser chamado de instituição. Mas, instituição não significa unicamente aquilo que é instituído pela lei ou pela tradição. A instituição também é o lugar onde a ordem ou a tradição se atualizam pelos seus agentes, com suas práticas e suas representações. Sempre em contínuas associações e montagens, dando lugar ao coletivo.

No caso do documento, ele se relaciona com as instituições além dos valores, usos e apropriações que estabelecem através dos seus acoplamentos em torno da verdade. A leitura, a informação inferida do documento estarão também sempre dentro de um ambiente institucional.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2005, p.12)

A verdade sempre foi considerada o fim último da filosofia. Basicamente, dentro dela, uma visão idealista propunha que a verdade somente poderia ser alcançada pela indução e dedução da razão. A outra visão, empírica, indicava que a verdade poderia ser conseguida unicamente pelos sentidos e a experiência.

No âmbito do documento, quando abordado pelo direito, história, ciência, medicina etc. o entendimento implícito do mesmo oscilava indistintamente entre a visão idealista e a visão empírica. Motivo pelo qual se faz impossível uma resposta verdadeira sobre a questão da verdade. De fato, a verdade do documento se constitui enquanto tal, dependendo do lugar e da época em que se enuncia.

Sem intentar respostas, mas sim explicações, essa aparente relatividade da verdade existe porque ela é uma construção que obedece

a um fato político, entendido este como manifestação do poder. A verdade do documento é um agenciamento do poder que produz e sobre a qual se sustenta:

...somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade ou a encontrá-la. O poder não para de questionar, de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade; ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos que produzir a verdade como, afinal de contas, temos que produzir riquezas, e temos que produzir a verdade para produzir riquezas. E, de outro lado, somos submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma: é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto: regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade. Ou ainda: regras de poder e poder dos discursos verdadeiros. (FOUCAULT, 2005, p. 29)

A razão de ser de um documento é a verdade. A prova, a demonstração e a autoridade são os critérios que definem a veracidade do documento. Devido a essas características, ele se insere nos agenciamentos sociais. Porém, esses critérios são válidos dentro de um dispositivo do poder.

Resumindo

Fizemos um percurso, optando por apresentar um estado da questão para depois abordar alguns aspectos que consideramos relevantes para a construção do documento como objeto de reflexão. Consideramos também que este é um ponto inicial de uma reflexão que requer de maior aprofundamento, embora obedeça à intenção de um primeiro exercício de sistematização.

Intuímos que, inevitavelmente, dentro do pensamento de Foucault, haveríamos de chegar à questão do poder, lugar de começo de chegada das suas reflexões. Reiteração do mesmo? O que o autor propõe não é uma busca de definições, mas uma explicação da forma como ele age através dos discursos e das instituições numa sociedade normativa.

Dentro dessa perspectiva, não tratamos de definir o documento mas, pelo contrário, tratamos de observar e de mostrar os agenciamentos nos quais se inscreve, seja como dispositivo ou como o lado visível de outros dispositivos, no caso de verdade e de poder.

Seja como for, o documento é um objeto/agente que se associa com outros objetos e/ou agentes e em torno do qual, associações são realizadas. O que significa, em última instância, não sua justificativa social, mas seu ser em si – no qual essa justificativa se expressa.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- APPADURAI, A. (Org.). **The social life of things**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**. v. 19, n. 1, p. 3-5, 1986.
- BRIET, S. **What is documentation?** Toronto: The Scarecrow Press., 2006.
- BUCKLAND, M. Information as thing. **JASIS**. v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.
- CRUZ MUNDET, J.R. **Manual de arquivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2008.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FROHMANN, B. Documentation redux: Prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**. v. 52, n. 3, p. 387 – 4-7, 2004.
- _____. Revisiting What is a document? **Journal of Documentation**. v. 65, n. 2, p. 192-303, 2009.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- LATOURE, B. **Reensamblar lo social**. Uma introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994).
- OLSON, D.R. **El mundo sobre el papel**. El impacto de la escritura y la lectura em la estructura del conocimiento. Barcelona: Gedisa, 1998.
- PEARCE, S. M. **Museums, objects and collections: a cultural study**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

RAYWARD, W. B. E. R. ARNAN. **Hasta la documentación electrónica**. Madrid: Mundana. 1995.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da informação**. Belo Horizonte, v.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHWARTZ J. M. e T. COOK. Archives, Records and Power: The making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, p. 1-19, 2002.

SHERA, J. H. Sobre bibliotecología, documentación y ciencia de la información. **Boletín de la UNESCO**. v. XXII, n. 2, p. 81-89, Marzo-Abril, 1968.

TRACE, C. B. What is recorded is never simply “What happened”: Record keeping in modern organizational culture. **Archival Science**, n. 2, p. 137-159, 2002.

O dispositivo de arquivo: a construção histórico-discursiva do documento e do fato

Lídia Silva de Freitas

UFF

Exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um lugar de autoridade (o arconte, o arkheion, isto é, frequentemente o Estado e até mesmo um Estado patriárquico ou fratriárquico), tal seria a condição do arquivo. Isto não se efetua nunca através de um ato de anamnese intuitiva que ressuscitaria, viva, inocente ou neutra, a originalidade de um acontecimento.

(DERRIDA, 2001, p. 8)

Introdução: bases da construção do objeto de estudo

Serão apresentados resultados de estudo bibliográfico¹ que, através da análise da escrita em suas densas relações com a produção e reprodução de poderes de diversas ordens – políticos, culturais, econômicos – nas sociedades ocidentais, buscou os fundamentos das práticas sociais com documentos em suas repercussões nos saberes teóricos e práticos do que aqui designamos como campo informacional – cobrindo as áreas disciplinares da Documentação, da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Fundamentado nas concepções de *sociedades de história e sociedades de memória* (NORA, 1993); do papel da estratificação social na invenção da escrita (GOLDBERG, 1990)²; do entrecruzamento inscri-

1 Apresenta resultados de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ – Museu Nacional, Linha de Lingüística, sob supervisão da Profa. Dra. Marília da C. Facó Soares e cossupervisão da Prof^a Dra. Tânia C. Clemente de Souza. Resultados parciais do estudo foram apresentados nos eventos: *I Seminário de Pesquisa em Documento e Memória: materialidade e discurso e V Seminário em Linguagens e Memória*, Rio de Janeiro, UNIRIO/UFF, 2008; *III Jornada de Análise do Discurso na Ciência da Informação*, São Carlos, UFSCar, 2008; e *II Seminário Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro/Niterói, UFF/FBN/ABL, 2009. Uma primeira versão do presente artigo foi apresentada ao X ENANCIB, João Pessoa, 2009.

2 GOLDBERG, J. *Writing matter: from the hands of the English renaissance*. Stanford: Stanford University Press, 1990. *apud* Frohmann (2004b)

ção/instituição na representação social do *documento* (LE GOFF, 2005³ e COSTA, 1997); da distinção entre *saberes* e *conhecimento* (FOUCAULT, 1974); e da crítica à representação imaginária da imanência dos sentidos textuais, através da Teoria do Discurso (PÊCHEUX, 1995), é formulado para o estudo, o conceito de *modo de acreditação e distribuição social dos saberes*.⁴

Abordado o *documento* como efeito básico do funcionamento social da escrita, seus acúmulos tornam-se imprescindíveis a este mesmo funcionamento. Nos termos de Nora (1993), a *memória verdadeira*, transformada por sua passagem em *História*, dá lugar a uma memória arquivística, levando à *constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar*, o que aqui será tratado genericamente de *Arquivo*.

Assim, através do marco divisório do advento e disseminação da escrita, as sociedades ocidentais incluem-se entre as *sociedades de história*, marcadas pelo que passamos a denominar de *modo de Arquivo*⁵ como forma dominante de acreditação e distribuição/repartição social de *saberes*, que, no caso, assumem a representação de *conhecimento*, já que envolvidos em determinado *regime de verdade* (FOUCAULT, 1974).

O Arquivo, como *dispositivo histórico significativo* (SOUZA, 1996), exige que os registros passem pelo crivo da *arquivabilidade*: “precisam ser submetidos aos cuidados de quem tem competência tanto para interrogá-los como para defendê-los, mantê-los seguros e assistidos” (RICOEUR, 2000, p. 213). Tais procedimentos historicamente também levaram à produção de saberes técnicos, teórico-conceituais e epistemológicos do que tratamos como campo informacional.

A noção que aqui é entendida como capaz de representar o conjunto do funcionamento do Arquivo – seus meios, saberes e suas formas de acreditação – é a desenvolvida por Derrida (2001), que abarca desde a escrita até a leitura/interpretação como constitutivas de seus efeitos socio-históricos, também envolvendo o que aqui será abordado como efeito-informação.

3 A legitimidade circular entre documento e instituição é assim tratada em Le Goff (2005): “o documento é produto de um centro de poder. [...] é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o.”

4 Problematização, marcos teóricos e formulação conceitual estão aprofundados em Freitas (2008a, 2008b e 2009).

5 *Versus ‘modo de memória’*, predominante entre as sociedades sem escrita ou sem significativa disseminação social da mesma.

[...] o arquivo, como impressão, escritura, prótese ou técnica hipomnésica em geral, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável *passado*, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação. (DERRIDA, 2001, p. 29. Grifos do autor)

Capurro e Hjørland (2007) apontam, como outros autores, o que entendem como uma “negligência [por parte do campo informacional] com os conceitos de texto e documento, de um lado, e de significado (ou semântica), de outro” (p.182).

De nossa parte, considera-se que tal lacuna, antes de uma ‘negligência’, é resultado das dificuldades inerentes ao gesto de tomar como objeto a escritura e suas relações de poder. Tal gesto implica o que Derrida (1973) qualifica de ‘monstruosidade’. Refletindo sobre as bases do que entende por uma verdadeira ciência ou história da escrita⁶ – que intitula de Gramatologia –, o autor afirma temer que tal empreendimento

corre o risco de nunca vir à luz como tal [... porque] as ideias de ciência e escritura – e por isso também a de ciência da escritura – têm sentido para nós apenas a partir de uma origem e no interior de um mundo a que *já* foram atribuídos um certo conceito de signo [...] e um certo conceito das relações entre fala e escritura (DERRIDA, 1973, p. 5 e 6).

Analisa que romper com essas relações é romper “absolutamente com a normalidade constituída”, uma “espécie da monstruosidade” (p. 6). Para a definição de um campo científico para a escritura, nota que tal campo colocará em xeque as condições mesmas de sua existência, pois:

1. a própria ideia de ciência nasceu numa certa época da escritura; [...]
5. a escritura não é somente um meio auxiliar a serviço da ciência – e eventualmente seu objeto – mas, antes de mais nada, [...] é a

6 Derrida critica os estudos históricos da escrita: “Todas as obras que tratam da história da escritura são compostas da mesma forma: uma classificação de tipo filosófico e teleológico esgota os problemas críticos em algumas páginas, passando-se em seguida à exposição dos fatos. Contraste entre a fragilidade teórica das reconstruções e a riqueza histórica, arqueológica, etnológica, filológica da informação.” (1973, p. 33)

condição de possibilidade dos objetos ideais, e portanto, da objetividade científica. Antes de ser seu objeto, a escritura é a condição da *episteme*;

6. a própria historicidade está ligada à possibilidade da escritura: [...] antes de ser objeto de uma história – de uma ciência histórica – a escritura abre o campo da história – do devir histórico. (DERRIDA, 1973, p. 33-34)

Por isso, questiona: “Ciência da possibilidade de ciência? Ciência da ciência que não teria a forma da *lógica* mas sim da *gramática*? História da possibilidade da história que não mais seria uma arqueologia, uma filosofia da história ou uma história da filosofia?” (DERRIDA, 1973, p. 34. Grifos do autor). Reconhece aí a origem da ‘monstruosidade’ e as razões de seu apagamento:

As ciências *positivas* e clássicas da escritura não podem senão reprimir este tipo de questão. Até certo ponto, essa repressão é até mesmo necessária para o progresso da investigação positiva. [A questão da origem da escritura] não poderia, sozinha, senão paralisar ou esterilizar a pesquisa histórica e tipológica dos *atos* (DERRIDA, 1973, p. 34. Grifos do autor).

Reconhecem-se também aqui as dificuldades enfrentadas por tentar ‘estranhar’ alguns dos fundamentos do próprio campo informacional, estabilizados e invisibilizados enquanto tal em suas práticas empíricas e teóricas. Para tanto, é necessário romper com as interdições estabelecidas do interior do funcionamento do dispositivo do Arquivo.

Nesta comunicação, após item que problematiza a chamada ‘redocumentalização’ em nosso campo e constrói a concepção de documento que embasa este estudo, estão relatados os resultados do estudo ligados à abordagem linguística e textual da constituição do que abordamos como ‘efeito-documento’ e ‘efeito-informação’. A abordagem linguística pauta-se principalmente pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa para a análise da relação entre a escrita, o processo socio-histórico da gramatização e seus desdobramentos na constituição do ‘fato’ e pela abordagem textual, que sistematiza as contribuições de Frohmann à análise da historicidade da estrutura e estratégias retóricas do texto científico na construção do mesmo efeito.

A retomada temática da centralidade do documento: do interior ao exterior dos dispositivos de Arquivo

A recondução da temática do documento, após décadas de seu apagamento teórico no campo informacional anglófono,⁷ como ‘velharia’ teórica em favor da noção de ‘informação’ como objeto teórico-prático do campo informacional, se inicia nos anos 1980. Entre os principais promotores desta reviravolta disciplinar estão Buckland, Rayward, Frohmann, e Day.

Entretanto, nem sempre tem ficado claro que tal movimento se produz sobre bases diferenciadas quanto às motivações, aos problemas levantados e às formas pelas quais a abordagem teórica do documento pode respondê-los.

Podemos subdividir a produção sobre o tema, basicamente em:

- Abordagens pragmáticas ou operacionais: esforços conceituais de sistematização dos objetos que efetivamente vêm sendo socialmente produzidos ou mobilizados como documento e considerados como *veículos* de informações socialmente relevantes;
- Abordagens filosóficas ou epistemológicas: esforços teóricos, analíticos e críticos tanto dos usos socio-históricos que produzem e mobilizam objetos como documento, quanto dos esforços conceitual-pragmáticos de sistematização sobre tais objetos.

Na recente revisão da literatura empreendida por Lund (2009) do que intitula de “Teoria do Documento”, abordando a ‘redocumentalização’, ou ‘movimento de neodocumentação’ (PEDAUQUE, 2007⁸), o autor reconhece tal divisão.

As comunidades da Biblioteconomia e da Ciência da Informação enfrentam uma tensão inerente entre um interesse pragmático em como lidar na prática com documentos (em um crescente número

7 Lund (2009) e Ortega; Lara (2008 e 2009) sublinham que o abandono da temática do documento se deu principalmente pela literatura anglófona do campo informacional entre os anos 1960 e 1970, tendo sido mantida especialmente por autores franceses e espanhóis da Documentação. Lund também relata que o período do descenso do *documento* na produção anglófona do campo informacional coincidiu com o desenvolvimento de abordagens sobre o tema por autores dos campos da filosofia e das ciências sociais, como Mannheim, Garfinkel & Smith, Foucault, Latour & Woolgar, entre outros (cf. LUND, 2009, p. 407-410).

8 PEDAUQUE, R. T. *La redocumentarisation du monde*. Toulouse: Cepaduès, 2007. *apud* Lund (2009).

de formatos e uma diversidade de tecnologias em rápida transformação) e um interesse crítico geral em compreender o papel dos documentos na sociedade e na cultura em geral. (LUND, 2009, p. 425. Tradução nossa)

Entende-se aqui, da mesma forma, duas motivações históricas fortemente diferenciadas para as grandes vertentes indicadas, que parecem se identificar apenas quanto ao foco no documento.

O primeiro grupo reclama atenção para as atividades documentárias que permanecem lidando com objetos documentários crescentemente diversificados e produzindo documentos secundários para mediação em seus usos sociais. Como resposta às demandas sociais por tratamento e disseminação de diferentes suportes e tipos de mensagens – informação –, há um esforço de adequação teórico-prático do campo informacional.

Buscando abordagens que ultrapassem os circuitos operacionais e seus dispositivos teóricos, os autores do segundo viés apresentado, através de questionamentos filosóficos ou epistemológicos dos construtos representacionais ‘informação’ e ‘documento’, passam a focar analiticamente tanto suas ‘demandas’ e ‘usos’ sociais, quanto sua constituição conceitual e dispositivos operacionais enquanto funcionamentos socio-históricos disciplinares e institucionais inseridos em intensos jogos de linguagem, legitimidade e poder.

Note-se que, apesar da aparente identificação em torno do documento, renova-se a tensão indicada por Lund (2009) que, nos termos de González de Gómez, emergem da “dupla orientação [do campo] à *explicação* e à *intervenção* [...] na esfera das práticas organizacionais e sociais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000. Grifos nossos). Tal separação parece distante de superação, pois, ainda para González de Gómez (2000), “se enfraquecem as zonas intermediárias, de conversão e hibridação entre a teoria e a prática”.

Entretanto, entendemos que o intercâmbio entre as esferas de reflexão teórica e prática enfrenta dilemas intrínsecos de delicada composição.⁹

Da esfera pragmática predominantemente emergem aportes conceituais que trabalham a partir de e inseridos nos próprios processos de

9 Em Nunes (2008) depreende-se algumas das fontes políticas da dificuldade de comutação entre os lugares do “intérprete autorizado” e o trabalho teórico-crítico no dispositivo de arquivo.

estabilização, institucionalização e objetivação do documento, seus acúmulos e tratamento. A partir desta perspectiva, alguns autores reclamam operacionalidade das abordagens histórico-sociais ou, por vezes, chegam a explicitar os ‘riscos’ da reflexão teórico-crítica sobre seus objetos e metodologias. Matienzo (2004) aborda essa tensão no âmbito da Arquivologia, citando autores como Roberts (1990 e 1997¹⁰) e Burke (1981¹¹), que consideram haver uma incompatibilidade entre a prática arquivística e os esforços teóricos, existindo mesmo os que recomendam que a migração da iniciativa teórica apenas para o espaço acadêmico, já que a prática pode ser ‘desconfortavelmente desafiada’ pelas ‘transgressões teóricas’.¹² Tais investimentos maculariam a ‘inocência’ dos arquivos, que adviria da ‘não intencionalidade, imparcialidade e autenticidade’ da produção documental, além da ‘naturalidade’ de seu acúmulo, como evocam muitos autores da Arquivologia (como DURANTI, 1994). Na literatura de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, a “divisão de tarefas” reflexivas entre teoria e prática historicamente já foi mais diretamente explicitada (como em SHERA; EGAN, /1961/ e relatada em BOWLES, 1998, e BUCKLAND, 1996), assumindo hoje principalmente o formato mais sutil do apagamento das atividades teórico-críticas nas insistentemente repetidas “novas tarefas do profissional da informação” (FREITAS, 2004).

Na perspectiva pragmática, a retomada da centralidade do documento se dá grandemente em função da multiplicação dos formatos e suportes dos objetos passíveis de tratamento documentário, através da retomada dos clássicos da Documentação, permanecendo a reflexão nos limites do funcionamento do dispositivo de Arquivo.

Da esfera filosófico-epistemológica – através da crítica ao chamado ‘paradigma informacional’ dominante – emergem aportes conceituais do constructo *documento* a partir de relações históricas e institucionais que o constituem enquanto objeto sociocultural. Assim, também

10 ROBERTS, John W. Archival theory: much ado about shelving. *American Archivist*, n. 50, p. 66-74, 1997. e _____. Archival theory, myth or banality? *American Archivist*, n. 53, p. 110-120, 1990. *apud* Matienzo, 2004.

11 BURKE, Frank G. The future course of archival theory in the United States. *American Archivist*, n. 44, p. 40-46, 1981. *apud* Matienzo, 2004.

12 Matienzo (2004) parafraseando MENNE-HARITZ, Angelika. Archivfachliche Ausbildung: den Anforderungen der Gesellschaft des 21. *Archivum*, n.39, p. 273-274, 1994.

releem os clássicos da documentação; entretanto, como sublinha Lund (2009), o fazem buscando em suas construções teórico-pragmáticas as marcas do funcionamento social e cultural do Arquivo como dispositivo. Isto é, retomam a produção dos primórdios da Documentação, mas como objeto analítico.

Em suas análises recorrem teórico-conceitualmente a reflexões oriundas de outros campos disciplinares, como a Sociologia, a Antropologia Cultural, a História, a Filosofia etc.

Das definições clássicas e atuais de documento, no esforço de englobar suportes, formatos e tipologias documentais crescentemente diversificados, chega-se praticamente a um núcleo comum, que poderia ser sintetizado como *o que funciona como documento, isto é, assume um caráter evidencial do interior de assertivas, para fins de consulta, estudo, referência, prova ou autoridade*.¹³

Buckland (1998), como outros autores do campo informacional, sublinha a possível abordagem do documento pela antropologia social e pela semiótica: enquanto objeto da cultura material e ‘objeto-signo’ – percebido socialmente como ‘evidência’.

Em nosso estudo, partimos da inserção discursiva do documento, como abordado em Meneses (1998): *objetos materiais mobilizados como documentos*.

Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos (MENEZES, 1998, p. 91)

É, pois, da natureza retórico-discursiva da ‘operação documentária’ em suas relações com as representações de *fato* e de *informação* que iremos tratar aqui.

13 Síntese das definições revisadas em Buckland (1998), Lund (2009) e Ortega; Lara (2008 e 2009).

Caminhos trilhados: a constituição discursiva e textual do fato e da informação – o funcionamento do documento

Aqui são apresentadas separadamente as duas perspectivas assumidas na análise proposta.

A escrita e o controle linguístico nas condições de produção do fato

Pela via da Teoria do Discurso buscamos as condições de produção do que chamamos de discurso da informação/fato, inicialmente pela análise e história dos processos de gramatização (AUROUX, 1992); pelos processos de determinação / desambigüização / objetivação da língua, via controle dos sentidos (HAROCHE, 1992); e pela análise da distinção discurso oral/discurso escrito (GALLO, 1992). Tais abordagens, ao lado da compreensão da constituição do efeito-informação, auxiliarão na desnaturalização e opacização¹⁴ dos objetos, práticas, teorias, metodologias e produtos do campo informacional.

Auroux, em livro que condensa sua reflexão sobre a trajetória do saber linguístico após longo estudo histórico, sustenta duas teses principais: (a) a escrita é um dos fatores necessários ao aparecimento do saber metalinguístico; e (b) o processo de “gramatização”¹⁵ transformou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. Com relação à primeira tese, constata que não há na história das culturas orais o que chama de ‘verdadeiro saber metalinguístico’, isto é, este saber tomando a seu cargo as manipulações efetúáveis sobre a linguagem. A etimologia da palavra gramática já indica: *gramma*, letra. (cf. p.19)

Entretanto, Auroux não estabelece uma relação de estrita causalidade entre escrita e saber gramatical. Se, com Jack Goody, concorda que a emergência desse saber depende da “razão gráfica”, dele se distancia ao apontar variados fatores socio-históricos envolvidos no processo de gramatização. Indica o Renascimento europeu como ponto de

14 Entendido como o processo de desconstrução do efeito de evidência, da ilusão de transparência dos aspectos em foco.

15 O autor conceitua gramatização como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Diferencia sua conceituação do termo mais antigo “gramaticalização”, anteriormente utilizado pelos linguistas designando a fixação de um procedimento discursivo na gramática de uma língua. (AUROUX, 1992, p. 65 e 95, nota nº 12).

inflexão nesse processo, levando à construção massiva de dicionários e gramáticas das línguas conhecidas – especialmente as ameríndias –, juntamente aos vernáculos europeus, padronizados com base na tradição greco-latina. Relaciona, com diferentes ênfases, aspectos político-econômicos que fundamentam uma nova política de expansão linguística interna e externa, no contexto do capitalismo mercantil: acesso a uma língua de administração, cultura e textos sagrados; exploração do globo e expedições militares com o estabelecimento de relações comerciais e políticas; a colonização; a organização de uma língua literária; o aparecimento da imprensa. O autor apresenta dados que demonstram não apenas a concomitância histórica da gramatização das línguas do ‘mundo conhecido’, mas também sua coincidência com o aparecimento dos tratados de lógica – o que, através de articulações que estabeleço com o texto de Haroche (1992), será aqui retomado.

Auroux sublinha os efeitos do que chama de ‘segunda revolução tecno-linguística’ – sendo a primeira o advento da escrita:

Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos linguísticos, a mesmo título que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo. (p. 35) [...] Constituíram-se [com a gramatização das línguas] *espaços/tempos de comunicação*, cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, uma sociedade sem gramática. [...] Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade. [...] As línguas pouco e menos “instrumentalizadas” foram, por isso mesmo, mais expostas ao “linguicídio”, voluntário ou não (AUROUX, 1992, p. 70. Grifo do autor).

Haroche (1992) igualmente aborda questões envolvidas com a gramática, entretanto, com motivação diversa dos aspectos indicados por Auroux. A autora, tendo por foco a constituição do sujeito em sua historicidade, diferentemente de outros autores da Análise do Discurso, não se satisfaz com as afirmações genéricas de uma “interpelação do indivíduo em sujeito” ou de seu “assujeitamento pela ideologia” ou ainda de que “o sujeito é efeito do discurso”. No texto analisado, Haroche busca na relação concreta do sujeito com a linguagem, “nos próprios

mecanismos sintáticos, os efeitos de interpelação e de assujeitamento” (p. 180). Tem como foco analítico a passagem do sujeito-religioso medieval para o sujeito-de-direito burguês e como objeto – ainda que apenas por vezes explicitado no texto – as mutações no funcionamento socio-histórico da linguagem escrita. Analisa a transformação da escrita medieval – que trata como *Letra* – do “signo fechado e enclausurante do ritual mnemônico [da religião na Idade Média]” para sua caracterização como *as Letras*, representada como “signo aberto, combinável, racional, e ‘objeto de escolha’ e de arranjo por parte do sujeito” da sociedade burguesa (p. 70).

A autora indica a indissociabilidade entre *as Letras* capitalistas e “a própria possibilidade do contrato, da troca de mercadorias, permit[indo] a circulação monetária”, “marcando a preponderância da língua” (p. 70) – escrita, sublinho. Trata-se do estabelecimento de uma escrita – “em seu caráter explícito, determinado e fixo”, controlável, *contra* o sujeito – “lugar de todas as restrições, ambiguidades, mentiras, contradições”. (p. 98)

Trazendo a análise histórica do processo de gramatização para o nível da constituição do sujeito, Haroche indica seu projeto político como o do controle do sentido e, por conseguinte, da interpretação.

O ideal da gramática seria, assim, um ideal de completude que participa de um ideal do sujeito mestre de suas palavras, para constituí-lo em definitivo em sujeito jurídico (p.13) [...] As práticas jurídicas funcionam assim silenciosamente na história da gramática. Uma figura específica da subjetividade se desenha sob sua influência: o sujeito é individualizado, isolado, responsabilizado na gramática e no discurso (p. 23) [...] a determinação é um efeito inscrito no cerne da gramática como uma coerção, uma exigência de ordem, mas também um privilégio, acessível a alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio da interpretação (HAROCHE, 1992, p. 26)

A busca da determinação do discurso, através da formalização e de construções textuais, exige dos gramáticos a elaboração de uma verdadeira teoria da desambiguização (p. 101), controlando o sentido *na escrita* e criando o efeito de literalidade: a ilusão de representação da “ideia clara e distinta, desligada de contexto” (p. 99). Note-se que, paralelamente ao processo de individualização, de responsabilização do sujeito assim autonomizado, está colocada uma ideologia jurídica de centralização administrativa ligada à constituição do aparelho de Estado, definindo-se pela “imposição da literalidade”, banindo o implícito e a indeterminação (p. 189).

E a fim de que não haja dúvida sobre a inteligência dos ditos decretos, nós queremos, ordenamos, que eles sejam feitos e escritos tão claramente que não possa haver nenhuma ambiguidade, ou incerteza, nem dê lugar a interpretação.” (Mandato de Villers-Cotterets, 1539, apud HAROCHE, 1992, p. 86)

A constituição do sujeito responsável por suas decisões, a construção da literalidade especialmente através do controle da linguagem escrita e a aparente transparência dos referentes vêm concretizar a separação entre sujeito e objeto: a constituição da objetividade. Quanto ao tema, Haroche analisa que, após a “abertura” pós-medieval entre direito e saber, permitindo a curiosidade e o “direito de saber”, instaura-se novo fechamento: a precisão da técnica constitui um novo assujeitamento, “caracterizado pelo rigor e pela cifra” (p. 84), concretizando a já citada análise foucaultiana da separação “hostil” entre sujeito e objeto. Tal concretização envolve fortemente a identidade apontada por Pêcheux (1995) entre operadores jurídicos e mecanismos lógicos. Sobre esta questão, articulo o texto de Auroux (1992) – que demonstra a concomitância histórica da gramatização e do aparecimento dos tratados de lógica – com Haroche, que chama a atenção para o fato de que, na própria lógica, há algo de prescritivo, normativo, coercitivo, em suma jurídico, que contribui para a construção do objeto isolado do sujeito. A autora sublinha a “Lei” do direito e da ciência como um indicador dessa relação, que qualifica de “simulação constitutiva”.

Gallo (1992), em texto em que trabalha sobre os funcionamentos do que chama de Discurso Escrito (DE) e Discurso Oral (DO), chama a atenção para o fato de que “a circularidade é produzida sempre que se mobiliza a ‘evidência das coisas’, porque a evidência é sempre uma construção” (p. 110). A circularidade do poder entre documento e instituição, analisada por Le Goff (2005) e aqui citada anteriormente, é igualmente discutida em Gallo (1992, p. 33) pelo viés discursivo: o “domínio de circularidade” do dizer institucionalizado, escrito, se garante e se legitima, garantindo a instituição em que se origina.

Gallo (1992), contribuindo para a análise da textualidade do documento – que considero abarcar tanto o burocrático quanto o acadêmico-científico – na construção do efeito de objetividade, traz para

sua análise tipologia discursiva estabelecida por Orlandi (1996).¹⁶ Demonstra como o DE, como o discurso autoritário, diferentemente do discurso lúdico ou do polêmico, produz o efeito de evidência pela ilusão da completude e do fechamento. O ‘fim’ é um ‘fecho’ – sempre arbitrário – que, via efeitos de sentido regulados pela história do sujeito e pela materialidade do texto, parece ‘único’ e ‘absoluto’ (p. 104). A autora sublinha que o ‘fecho’, apesar de ser um entre tantos possíveis, “produz para o texto um efeito de sentido único, pelo efeito ideológico produzido pela ‘instituição’ onde o texto se inscreve: efeito que faz parecer ‘único’ o que é ‘múltiplo’ e ‘transparente’ o que é ‘ambíguo’”.

Em sua análise da produção de evidência no DE, reconhece que historicamente nas sociedades nas quais houve a hegemonização da escrita sobre a oralidade, esta se dá sobre uma variedade linguística trabalhada por uma metalinguagem formal e gramatical que constrói um domínio de objetividade. “Por esse motivo é explicável o longo processo que se inicia na Idade Média de associar a uma determinada variedade linguística o poder da *Escrita*: um poder capaz de instituir um único sentido, verdadeiro e cabal” (GALLO, 1992, p. 49). Em contrapartida, a oralidade – e mesmo sua transcrição – irá conservar sua condição de forma ilegítima: sentidos múltiplos e inacabados. O texto do DE institui a ‘norma’ e o ‘modelo’, e não a ‘norma’ e o ‘modelo’ instituem o texto do DE, como o discurso pedagógico – seu foco de análise – faz parecer (p. 108).

Outro aspecto importante trabalhado por Gallo diz respeito ao ‘princípio da autoria’, do qual advém – no imaginário e na lei... – o efeito discursivo de unidade do texto. O autor, ocupando essa posição, sob a forma da identidade e do ‘eu’, é colocado na origem da textualidade, como analisado em Foucault, limitando e ‘conjurando’ o acaso no discurso.¹⁷ “A própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria” (ORLANDI; GUIMARÃES, 1993,¹⁸ apud GALLO, 1992).

¹⁶ Gallo sublinha que a tipologia trabalhada por Orlandi em *A linguagem e seu funcionamento* (Campinas: Pontes, 1996) refere-se a *discurso* e não a *texto*. A AD não tem o texto como objeto e sim como *corpus* de análise, através da qual pode-se chegar às condições de produção do discurso.

¹⁷ Um aspecto apontado por Gallo que diz respeito aos documentos jurídico-administrativos está por ser aprofundado. Citando Orlandi; Guimarães em *Discurso e Leitura* (1993), reproduz: “Decretos e contratos necessitam de quem os assine, mas não de autores”.

¹⁸ ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Unicamp, 1993. apud Gallo, 1992.

A historicidade da estrutura textual na constituição do fato

Frohmann, em artigos publicados ao longo de vários anos, vem abordando criticamente as conceituações implícitas ou explícitas de *informação* e *documento* hoje dominantes no campo informacional, trazendo para sua análise questões envolvidas com a escrita, muitas vezes através da Análise do Discurso foucaultiana.

Enfatiza a escrita e a totalidade do aparato que a acompanha como fonte do poder gerativo e formativo do documento, que não se situa no conteúdo que pode registrar (cf. FROHMANN, 2004a, p.150). Inserindo os enunciados na ordem da instituição, afirma: *Um texto não pertence às Escrituras porque seu conteúdo é sagrado; antes, seu conteúdo é sagrado porque pertence às Escrituras* (p.153). Também pontua a dupla materialidade do documento: além do engajamento institucional – passível de migração interinstitucional, como a relação textual entre a academia e o aparato jurídico – mescla enunciação e práticas sociais e públicas, por seu poder de gerar efeitos (FROHMANN, 2008a).

Apoiado em análises de Numberg (1996),¹⁹ Frohmann (2004b), reconhecendo que grande parte da força e autoridade da noção de informação advém de suas ambiguidades e contradições, desloca o foco do questionamento ‘o que é informação?’ para ‘como se constitui a impressão de informação?’, apontando na análise os processos de reificação das noções construídas historicamente pelas próprias práticas sociais com a organização material de formas documentais, predecessoras das concepções de informação.

Após recusar a representação de informação como ‘nobre substância’ mental, imaterial e intencional que independeria de seu suporte, aponta quatro aspectos de observação às práticas sociais com documentos: sua materialidade, seus locais institucionais, suas formas disciplinares e sua contingência histórica (2004a). Em diferentes textos aborda alguns desses aspectos.

Exemplo de análise das práticas literárias da ciência – suas formas disciplinadoras do texto em suas contingências históricas – é a comparação que estabelece entre estratégias de estruturação textual e retóricas para construção da ‘informatividade’ nas narrativas documentais de

experimentos científicos. Em sua análise, apresenta as características da retórica escolástico-aristotélica dominante entre os filósofos da natureza no continente europeu entre os séculos XVI e XVIII – premissas axiomáticas reconhecidas como ‘evidentes’, repetições do experimento, generalizações dedutivas derivadas de princípios universais, ‘essências’ ou ‘natureza’ dos fatos – e as características baconianas da retórica de seus congêneres ingleses do mesmo período – sem as ‘essências’ dedutivas, buscavam credibilidade via descrição detalhada do experimento, ocorrências certificadas por testemunhos confiáveis, generalizações indutivas e de *modesto* caráter probabilístico (FROHMANN, 2004a).

Em texto de 1998, o mesmo autor já analisava a retórica do atual artigo de periódico científico que, como constatado nos vários estudos citados, não se constituindo efetivamente como fonte para o *front* de pesquisa, torna-se fundamentalmente um recurso discursivo de objetivação do ‘mundo natural’. Demonstra como hoje predominam as regras disciplinares do discurso preconizadas nos primórdios do texto científico: estilo descritivo e detalhista do problema de pesquisa, materiais e métodos, e fatos ocorridos, e relutante e modesto para as interpretações e conclusões.

Tal tecnologia literária da confiança na correspondência entre os experimentos e sua documentação é uma forma particular de literatura, que assume o papel de produtora, validadora e protetora de ‘matérias de fato’: “o relato da experiência [...] é o correlato discursivo de uma estratégia teatral de objetividade” (1998, p. 69).

Frohmann, em texto publicado em 2008b, persegue a trajetória da construção discursiva da informação pela concepção de ‘fato’ – e sua proliferação – em Otlet, precursor do pensamento e das práticas documentárias europeias. Detecta que em muitos escritos de Otlet o fato funciona como um forte *atrator*, ligando e organizando sua visão de ciência, documentos, classificação e bibliografia, principalmente através da concepção do *princípio monográfico*, método de detecção de fatos nos textos e sua documentação – expurgando-os de quaisquer ‘especulação’ e ‘interpretação’ autorais, encaradas como “neblina semiológica”. Na perspectiva de escrever o Livro Universal, o trabalho documentário, através de um rigoroso e organizado sistema de signos, deveria disciplinar técnicas para revelar claramente o fato, reinscrito “em sua própria identidade” e em sua ‘natural’ rede de fatos.

19 NUMBERG, G. Farewell to the information age. In: NUMBERG, G. (Ed.). *The future of the book*. Berkeley: University of California Press, 1996. p. 103-138. *apud* Frohmann (2004b).

O autor sublinha o papel assim reservado aos documentalistas: verdadeiros estabilizadores de fatos, já que a classificação bibliográfica dos fatos documentados é a única ordem de signos verdadeiramente estável.

Tais investimentos analíticos de Frohmann corroboram a centralidade do funcionamento do documento na construção social da informação-fato, recusando a própria empreitada de definição de documento, já que escolhe “forjar conceitos no espírito deleuziano, buscando realçar seu poder e força, que se relacionam mais ao que eles fazem do que ao que eles significam ou representam” (FROHMANN, 2009, p. 301).

Conclusão: pontos de chegada e de novas partidas

Após este trajeto, pode-se indicar algumas das questões que, longe de se fechar, se abrem com as análises empreendidas.

Em primeiro lugar, sublinhamos o esvaziamento das relações de “causalidade” entre a escrita e formas societárias culturais, políticas e econômicas defendidas pelos chamados sociólogos do letramento. Os dados históricos coletados e refletidos por Auroux não apenas invertem, mas ‘implodem’ as tradicionais articulações estabelecidas entre escrita, formas de racionalidade e de gestão da memória social, introduzindo fatores socio-históricos que inserem o saber/normalização metalinguísticos da escrita nos circuitos político-administrativos de uma verdadeira política – interna e externa – da língua.

Conduzindo as análises de Haroche para nossas reflexões, encontramos a objetivação de referentes – “literalidade de Estado” – e a contrapartida da constituição do sujeito-de-direito do Estado burguês como condições para a construção discursiva da ‘informação’. A teoria do discurso, através da abordagem dos funcionamentos da linguagem escrita e seus controles sintáticos e lexicais, permite a reconstrução das condições histórico-políticas que instituem o documento e a informação como importantes fatores na construção do efeito de evidência em modo social de acreditação, ao lado do pleno apagamento de tais processos pelo viés psicoideológico²⁰ da constituição de sujeitos autonomizados e responsabi-

20 Aqui, o ‘psico’ refere-se à abordagem psicanalítica da constituição do sujeito, e não à psicologia do indivíduo (baseado em HAROCHE, 1992). A expressão utilizada busca indicar os processos de subjetivação via memória discursiva e outros mecanismos fundamentalmente inconscientes.

lizados – lógica e juridicamente. Dito de outra forma: os processos socio-históricos de construção do dizer institucionalizado – especialmente pela via do documento, em sua eficácia legal e principalmente simbólica – naturalizam e invisibilizam tanto tal processo quanto produzem a ilusão de transparência de seus artefatos e ‘conteúdos informacionais’, que são igualmente insumo das relações institucionais de poder. O fundamento do poder do documento (instância institucional) invisibiliza-se através da reificação do registro escrito que, por sua vez, é invisibilizado pela sobre-reificação do imaginário da informação: o efeito-informação/fato. Tais camadas de recobrimentos envolvidas na hegemonização do funcionamento do Arquivo como dispositivo, implicam a constituição da representação imaginária da informação com a própria constituição do sujeito-de-direito.

A análise isolada da textualidade do documento, sua materialidade de linguística, que ao lado de outras materialidades passíveis de análise diplomática, paleográfica etc., claramente não esgotam sua caracterização. O próprio conceito de documento, que anteriormente se pautava principalmente na ‘autenticidade’ institucional ou autoral em sua relação com a ‘verdade’, vem sendo desafiado por correntes historiográficas que não apenas abandonam uma postura ingênua e formalista quanto ao documento, mas passam a considerar enquanto tal tudo aquilo que seja incorporado como fonte para construção de narrativas históricas (LE GOFF, 2005; FEBVRE, s/d; ROUSSO, 1996). Apesar do reconhecimento da ligação entre textualidade e discursividade, a ampliação do conceito de documento aponta para sua condição de efeito discursivo, envolvido em redes de sentido estabelecidas em situações enunciativas marcadas institucionalmente. A partir deste estudo, considera-se que um conceito discursivo de documento poderá emergir de análise crítica de cruzamentos de definições formuladas pelos campos disciplinares que o focalizam, como a Documentação, a Ciência da Informação, a Diplomática, a História e mesmo o Direito, assim como da análise de manuais e normas de redação administrativa e acadêmico-científica. Esse é um dos caminhos que se abrem.

Se pudermos pensar o dispositivo Arquivo abarcando a totalidade das práticas sociais com documentos, incluindo suas práticas teóricas, constatamos que o mito fundador do campo informacional se mescla aos mitos fundantes da própria civilização ocidental – sociedades de Arquivo. Daí a extensão da ‘monstruosidade’ e interdição de sua análise?

A abordagem de Gallo (1992) sobre a circularidade dos processos de construção de evidência e de seu possível rompimento através da crítica, servirá de ‘fecho’ para essas reflexões, e possível abertura para outras. A análise do discurso, que recoloca a dimensão material e histórica do sentido, rompendo com a ilusão da transparência da linguagem – fundamento do efeito-informação/evidência, mito fundador do campo informacional, pode auxiliar a romper tal circularidade. E, de fora do círculo, é possível observar como esse campo vem participando – por ação ou omissão – nos próprios funcionamentos do Arquivo como dispositivo.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- BOWLES, Mark D. The information wars: two cultures and the conflict in information retrieval, 1945-1999. In: BOWDEN, M.E. et al. (ed.) **Proceedings of the 1998 Conference on the History and Heritage of Science Information Systems**, p. 156-166.
- BUCKLAND, Michael. Documentation, Information Science and Library Science in the USA. **Information Processing & Management**, Elmsford (NY), v. 32, p. 63-76, 1996.
- _____. What is a document? In: HAHN, T. B.; BUCKLAND, M. (Eds). **Historical Studies in Information Science**. Medford, NJ: Information Today, 1998. p. 215-220.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_arttext&tlng=ES
- COSTA, Icléia T.M. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Convênio IBICT-UFRJ, 1997.
- DAY, Ronald. **The modern invention of information: discourse, history and power**. Carbondale: Southern Illinois University, 2001.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf>.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. **O que é um autor?**. Lisboa: Veja, 2002.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC**, Rio de Janeiro, n. 6, p.1-102, 1974.
- FREITAS, L. S. Documento e poder: uma arqueologia da escrita / The document and power: an archeology of writing. **Morpheus**, Rio de Janeiro, n. 7, 2008a. (Edição especial bilíngue – em preparação)
- _____. Entre o público e o privado: trajetos temático-discursivos da área de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 1, 2004.
- FREITAS, L. S. A escritura e o fato: o documento como efeito discursivo e textual. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Rio de Janeiro. **Anais... LIHED**, 2009. (CD-Rom)
- _____. Tematizando o objeto da Ciência da Informação: uma arqueologia da escrita. *In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. **Anais...** São Paulo, 2008b. (CD-Rom)
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In: FUJITA, M.L.S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M.L.G. de (Orgs.). A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Fundepe, 2008a. p 19-34.
- _____. **Deflating information: from science studies to documentation**. Toronto: University of Toronto Press, 2004a.
- _____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n.3, p.387-407, 2004b. Também disponível em: <https://www.ideals.uiuc.edu/bitstream/2142/1683/2/Frohmann387407.pdf>
- _____. Revisiting “what is a document?”. **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.
- _____. The role of facts on Paus Otlert’s modernist project of Documentation. *In: RAYWARD, W. Boyd. European modernism and the information society: informing the present, understanding the past*. Londres: Ashgate, 2008b. p. 75-88.
- _____. The role of the scientific paper in science information systems. Conference on the History and Heritage of Science Information Systems. *Proceedings...* Medford, 1998, p. 63-73.
- GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Ed.Unicamp, 1992. (Momento)
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: http://dgz.org.br/dez00/Art_03.htm
- GOODY, J.; WATT, I. **As consequências do letramento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

LE GOFF, Jacques. Documento, monumento. *In: História e Memória*. Campinas, Unicamp, 2005.

_____. Memória. *In: Enciclopédia Einaud*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.11-50. (Brasil: História e Memória, Campinas, Unicamp, 2005.)

LUND, Niels W. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology, Medford**, v. 43, p. 399-432, 2009.

MATIENZO, Mark. A. **Uncovering our tracks: ideology and the archival enterprise**. Paper. 2004. Disponível em:

<http://dlist.sir.arizona.edu/1313/01/UncoveringOurTracks-IdeologyAndTheArchivalEnterprise.pdf>

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arc/238.pdf.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, José H. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**, São Paulo, v. 52, n. 2, 2008. Disponível em: www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v52-1/05-Nunes.pdf.

ORTEGA, Cristina D.; LARA, Marilda L. G. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. *In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais...* São Paulo, 2008. (CD-ROM)

_____. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. IX Congreso ISKO-Espanha, **Anais...**, 2009. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2924562&orden=0.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. *In: ORLANDI, Eni P. Gestos de Leitura: da história do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. (Repertórios) p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Editions du Seuil, 2000.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. *In: BRADFORD, S.C. Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, /1961/. p.15-60.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. O arquivo como espaço de discursividade. *In: Anais do 1º Seminário de Estudos de Informação*, set. 1996, Niterói, set. 1996. (anexo)

Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho

Heloísa Liberalli Bellotto
USP

A indissolubilidade entre a informação, o meio documental no qual ela está vinculada, o suporte, a proveniência e, sobretudo, o vínculo entre os documentos do mesmo contexto genético, é um dos pilares da doutrina arquivística.

O tema proposto, o de abordar a gênese e as funções do documento de arquivo, é bastante amplo e requer que sejam analisados, desde a sua razão de ser até o seu destino final na sociedade. Requer que sejam feitas reflexões sobre a trajetória do documento nessa mesma sociedade e sobre a relação dos profissionais de arquivo com o seu principal objeto de trabalho. Para tanto, é conveniente decodificar esse enunciado: gênese, função, informação e testemunho, partindo da premissa de que a qualidade primordial do documento de arquivo, a sua função primeira, que é a de ser prova. E consegue ser prova justamente por causa da simbiose indivisível entre produtor – contexto – gênese – função.

Da conceituação clássica de documento de arquivo, que muito resumidamente pode ser a daquele que é produzido/recebido/acumulado por entidade pública ou privada ou pessoa física no exercício das funções que os identificam e que justificam sua presença em determinada sociedade, podem ir surgindo outras facetas que, na medida em que se abrem e se esclarecem, facilitam a fluência na compreensão e no cumprimento das tarefas arquivísticas: classificação, avaliação, descrição, difusão e ação educativa.

O documento de arquivo, não importa o suporte, inclusive o eletrônico, é um produto social. É “ferramenta comunicativa de uma determinada sociedade. Por isso, as formas do documento evoluíram segundo a função que cumprem e segundo os progressos políticos, econômicos e, inclusive, tecnológicos de cada época” (ROMERO TALLAFIGO, 2002, p.27). E, em cada época, no bojo dos respectivos meios materiais disponíveis, não deixou – e não tem deixado – de ser parte de um processo de comunicação, seja testemunhal ou meramente informativa. Para o professor da Universidade de Sevilha, Manuel Romero

Tallafigo, há que se entendê-lo como “uma realidade semiótica, com significantes e significados, com signos de textos, com símbolos retóricos e icônicos, com signos de cortesias com intenções de seu autor e reações suscitadas em seu destinatário. O documento é uma presença a mais na grande coreografia contemporânea dos signos...” A verdade é que o documento de arquivo “acompanha e envolve o homem, mais do que nunca, não só como ferramenta de constância e testemunho de atos e fatos, mas também como ferramenta eficaz de comunicação para a estruturação social no tempo e na distância...” (Idem). E trata-se de documento escrito:

A preponderância do escrito na vida cotidiana produz-se até hoje, apesar da aparição recente do documento eletrônico, que, curiosamente busca, pretende e afiança em suas novas e artificiosas formalidades, as mesmas virtualidades de autenticidade, confiabilidade, integridade e permanência do tradicional documento escrito conhecido há cinco milênios, junto com as outras estratégias de comunicação e representação na distância (Idem, p.29).

Autenticidade, confiabilidade, integridade, permanência, é o que se espera dos documentos de arquivo como garantia de cidadania, de governabilidade, de entendimento e permanência do respeito aos direitos e deveres entre governantes e governados, na esfera pública, ou mesmo, dentro dos microcosmos das organizações e entidades privadas.

Qual a especificidade do documento de arquivo? O que o difere dos demais? Evidencia-se à partida, o seu caráter probatório e testemunhal, o seu vínculo originário e necessário com os demais documentos de seu conjunto e com a entidade produtora. No dizer de Blanca Rodriguez Bravo, a precisão do conceito de arquivo está em duas grandes premissas: a primeira, a de “descobrir sua alma orgânica, seu vínculo com os demais do seu conjunto, seja este uma série, um fundo, um processo; a segunda, a de ter sido recebido ou expedido no exercício de funções administrativas, jurídicas ou de outra qualquer espécie de função que exerça uma entidade...” (RODRIGUEZ BRAVO, 2002, p.143).

As duas características do documento de arquivo, a de ser prova e a de ser informação/testemunho acabam por serem paralelas e inseparáveis. Ele nasce como prova, permanece como informação/testemunho. O documento de arquivo tanto resulta como registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações. Enfim, “o documento de arquivo nasce para dar vida à razão de sua origem”

(RODRIGUEZ BRAVO, 2002, p. 142). E ao nascer, se se trata de documento público, é “concebido estruturado e produzido regularmente sob normas precisas por órgãos administrativos encarnados em funcionários (autoridades delegadas) que declaram e materializam atos e fatos” (Idem).

Normalmente são documentos escritos com linguagem de natureza jurídica, mas acompanhados de outras mensagens simbólicas muito importantes, redigidos com o fim de fixar e fazer constar/acontecer atos e fatos que respondem a atuações sujeitas à jurisdição administrativa e o de ser um veículo importante de comunicação entre órgãos, funcionários e cidadãos. Afinal, “o documento de arquivo, no âmbito governamental, é um instrumento de constância, mais ou menos permanente, de atos e fatos de gestão administrativa, com todas as mensagens paralelas e necessárias da comunicação do poder” (ROMERO TALLAFIGO, 2002, p. 37).

As mais importantes características identificadoras dos documentos de arquivo relativamente aos outros tipos de documentos são o princípio da proveniência (vínculo ao órgão produtor/recebedor/acumulador) e o princípio da organicidade (a coerência lógica e orgânica no contexto de produção, o vínculo aos outros documentos do mesmo conjunto). Aliás, o decantado vínculo arquivístico é pedra de toque dos estudos arquivísticos. Trata-se da conexão lógica e formal que une os documentos de um mesmo conjunto.

Se o vínculo arquivístico é mais facilmente individualizável entre os documentos de um arquivo que tenha uma estrutura complexa e uma articulação pré-constituída com a base de critérios jurídicos e formais mais rígidos, ele é presente, como conexão lógica e forma (mesmo que de modo rudimentar) em cada complexo de documentos que foram juntados pela finalidade prática de alguma questão (CARUCCI, 1983, p. 20).

Na feliz expressão de Luciana Duranti, é o vínculo arquivístico o que transforma o documento em um verdadeiro “documento de arquivo”. Documentos que expressam atos não são documentos arquivísticos até que eles “entrem em contato” com os outros documentos relativos à mesma atividade (DURANTI, 1997, p. 216).

De outro lado, o vínculo entre o documento e seu produtor existe patenteia-se no princípio da proveniência. Ele “fixa” a identidade do

documento relativamente ao seu criador. Por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos. Arquivos originários de uma mesma entidade ou mesma pessoa devem manter a respectiva individualidade, dentro do seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados a outros de origem distinta (BELLOTTO, 2002, p. 20-21). Na verdade, a tendência geral dos arquivistas tem sido a de acatar a forma mais simples e linear desse princípio, considerado básico para os estudos arquivísticos e que, surgindo na França, foi sistematizado por Schellenberg, nos Estados Unidos. Princípio esse, agora totalmente revitalizado em razão da organização dos documentos eletrônicos. Por vezes, surgem interpretações interessantes e que valeria a pena explorar pela pesquisa em arquivística. Por exemplo, a ideia aventada pelo inglês Trevor Livelton. Ele encontra ambiguidade simplista na palavra “proveniência” porque, significando “origem” ou “fonte”, ela passa a representar algo bem mais complexo na arquivística. Vê ele pelo menos três sentidos para esse princípio: o primeiro, poderia ser a “proveniência custodial” para a entidade ou entidades que mantivessem um corpo de documentos todo o tempo; o segundo, seria a “proveniência transmissiva, para a entidade que entregasse algum fundo para outra custodiar; o terceiro, a “proveniência diplomática”, realmente a entidade “autora” dos documentos” (LIVELTON, 1996, p.121). Virtualidades a considerar. Campo aberto à investigação.

A conexão entre origem/nascimento dos documentos e o decantado “respect des fonds” dos franceses, ou seja, o princípio da proveniência é inerente. E é preciso levar em conta a importância desse princípio tanto no seu “classicismo”, como na relevância que readquire hoje. Isto porque, diante da “informática arquivística”, ele tem sido quase que unanimemente tomado como indispensável pelos teóricos e usuários do documento eletrônico. David Bearman pergunta se os arquivistas estão preparados para o manejo da informação, agora, com toda a tecnologia nas grandes organizações, cada vez mais complexas. E afirma que a resposta está no princípio da proveniência, naquilo que concerne à atividade organizacional, especialmente em como as organizações criam, usam e descartam informação. O arquivista americano esclarece e pede dos arquivistas um papel de maior liderança no manejo cada vez mais estendido dos mais diversos recursos informacionais (BEAR-

MAN, 2000, p. 34). Esses recursos podem incluir, não só os “documentos administrativos” (os relativos às atividades-meio institucionais), tomados em seu sentido mais amplo, como os coloca o canadense Michel Roberge, mas também abrangendo concernentes às atividades-fins. De outro lado, ele nomeia como “documentos de referência” todos os demais, os próprios de biblioteca, de bancos de dados, de centros de documentação, indiferentemente de ser a produção interna ou externa. Enfim, são documentos administrativos todos os que possam se constituir em informações de toda a sorte, aquelas das quais a organização faça uso, podendo todos esses “documentos” conviverem, evidentemente desde que devidamente identificados, em um grande sistema de informação corporativa informatizado (ROBERGE, M., 1992, p. 28-29). De forma semelhante pensam o francês Pelou e o espanhol Cruz Mundet ao analisarem “informação” e “documentação administrativa”, distinguindo a “documentação administrativa” de “documentação da administração” e de “documentação na administração” (PELOU, 1988 e CRUZ MUNDET, 1998, p.15). A primeira, é produzida/recebida (inclusive incluindo as publicações); a segunda é a primeira, mas acrescentada de outros documentos externos, relativos à política, economia etc., enfim, tudo o que possa ser útil para as decisões do Estado e, finalmente, a terceira, a “documentação na administração” que reúne todos documentos internos e mais outros que lhe são alheios, mas úteis às suas decisões. Em todas as vertentes há um uso memória e um uso funcional corrente, a busca cotidiana e necessária da informação, assim como há o uso estratégico, isto é, documentos de toda sorte necessários para a preparação dos atos decisórios. Cruz Mundet oferece uma categorização entre documentos de decisão (resoluções, acordos, atos dispositivos, normas); documentos de transmissão (notificações, comunicados); documentos de constância (atas, certificados, assentamentos); documentos de juízo (informes, laudos, pareceres); documentos ditos “do cidadão” (recursos, solicitações, alegações) (CRUZ MUNDET, 1998, p. 171). Estes, evidentemente, têm uma conotação diplomática e portanto, tradicionalmente arquivística. Mas, os três teóricos, ao oferecerem um leque tão amplo de recursos informacionais, criam um novo quadro em perspectiva. Seria esse realmente o futuro dos arquivos, isto é, dos genuínos documentos de arquivo, considerados lado a lado com todo tipo de documento, em benefício da excelência e de uma maior amplitude da informação? E obtida essa por meios eletrônicos que a

vão buscar onde estiverem? O futuro dirá. No entanto, ao que parece, ainda que haja muitas novas conotações, nem no atual e nem no futuro mundo dos arquivos, os princípios da proveniência e o da organicidade não poderão ser desprezados.

Podemos afirmar com a arquivista alemã Angelika Menne Haritz que o

conceito de arquivo, que está na base do princípio da proveniência, significa que nenhum documento pode ser totalmente compreendido e interpretado sem se conhecerem as razões que estão na origem de sua criação. Para utilizar concretamente os documentos de arquivo é necessário compreender as condições dentro das quais os documentos foram escritos, a razão pela qual alguém o redigiu e por que foi expedido por alguém a outro alguém. As respostas a estas perguntas encontram-se, de um lado, no texto dos outros documentos pertencentes ao mesmo conjunto; de outro lado, no lugar do documento no conjunto e no lugar do conjunto no complexo da documentação de uma administração (MENNE HARITZ, 1992, p. 263).

Isso é a organicidade, isso é a valorização do que se passa no contexto de produção, como se dá a adequação entre atribuições, funções e atividades do produtor, em detrimento da valorização do conteúdo propriamente dito. Aliás, como bem coloca Charles Dollar, “entender a proveniência requer o entendimento das funções e atividades da entidade produtora que estão no âmago do sistema de informação que gerou aquele documento” (DOLLAR, 1992, p. 49).

Deixar de lado, ou, ao menos, relegar a segundo plano, o conteúdo dos documentos, colocando no centro da questão o contexto, tem sido objeto da atenção dos teóricos da arquivística, e cada vez mais. Vejam-se os trabalhos de David Bearman, de Terry Cook, Michel Roberge e outros – voltados, principalmente para a discussão em torno da confiabilidade nos sistemas eletrônicos de arquivo. E, “os novos documentos, que pareciam vir pôr em causa os tradicionais princípios da arquivística, acabam por contribuir para a sua consolidação e para uma fundamentação teórica mais consistente” (SILVA, 1999, p. 167-168).

O conceito tradicional de arquivo, sendo o da informação registrada em um suporte físico, de modo a fornecer uma “prova de primeira mão” ou uma prova contemporânea a um fato (JENKINSON apud DOLLAR, 1992, p. 45), tornou-se estreito demais diante das novas

tecnologias. Surgiram os imperativos das mudanças na forma dos documentos, nos métodos de trabalho e as adaptações das transformações rápidas na própria tecnologia. Só o assenhoreamento da proveniência e do contexto é que asseguram resultados satisfatórios contra a confusão e a perda do que realmente interessa saber dos documentos de arquivo. Sim, porque o conhecimento do contexto inclui: o quê? para quê? por quem? quando? como? (DUCHEIN apud DOLLAR, 1992, p. 48).

Identificar e manter o contexto dos documentos eletrônicos cria difíceis desafios para os arquivistas porque os documentos eletrônicos não existem como entidades físicas e muito da informação contextual sobre os documentos eletrônicos não estão visíveis aos usuários e não são rotineiramente capturados [... e a] separação entre as relações físicas e as relações lógicas dos documentos eletrônicos traz ainda mais complexidade à questão.

Identificar e manter a proveniência/o vínculo dos documentos eletrônicos é um desafio que só pode ser resolvido pela presença dos arquivistas no desenho dos sistemas de metadados, assegurando assim que eles realmente contenham a informação contextual essencial para a compreensão desses documentos, é o que analisa o mesmo arquivista norte-americano (DOLLAR, 1992, p. 50-51). Para ele, tudo isso é necessário, porque o “computador dissolve as fronteiras tradicionais entre as organizações, entre as subunidades de produção, enfim, as instituições que antes se mostravam claramente e nos forneciam a certeza da proveniência”.

A abordagem da gênese e função não podia prescindir das reflexões acima, pois não ocorre nascimento de documento algum, senão dentro do seu lugar de proveniência e de organicidade. Assim, vejamos. A gênese, isto é, o nascimento do documento de arquivo: implica a “relação entre a natureza da ação jurídica (ou administrativa) e a forma da configuração do ato e tende a evidenciar, nesse primeiro momento, e até prescindindo do conteúdo pontual, repito, tende a evidenciar os caracteres formais do documento, pois esses são, na realidade, os seus identificadores” (CARUCCI, 1994, p. 63). Para essa autora, “cada documento singular deve ser considerado em relação funcional com os outros que fazem parte do iter [itinerário] burocrático, [isto é, da tramitação de determinado processo decisório]” (Idem, p. 63).

Na criação do documento destacam-se três elementos: o fato, a natureza jurídica do ato, a forma da redação. É da relação entre o ato

jurídico e o que se pretende dele, que teremos a conotação formal do documento. Tomando-se a definição clássica e estrita de Cesare Paoli (1942), relativa ao documento público, pode-se esclarecer melhor a questão: “O documento é um testemunho escrito de um fato de natureza jurídica, escrito em observância a determinada configuração (estrutura semântica), as quais se destinam a dar-lhe fé e dar-lhe força de prova” (PAOLI apud CARUCCI, 1987, p. 28). Esse é o conceito clássico da Diplomática, mas, mesmo que o ampliemos, na dimensão mais aberta da Arquivística, a gênese do documento não vai fugir das suas premissas básicas. Isto porque, no caso dos documentos em geral, ainda que não partamos de um “ato de natureza jurídica”, estaremos sempre dentro do quadro de terem sido produzidos/recebidos/acumulados no exercício das funções da entidade a qual pretende o arquivo.

Ora, um fato, um acontecimento (em geral administrativo, tomando essa palavra no sentido mais lato, acima referido) pode dar origem a um ato, uma ação (também jurídica ou administrativa) que, para efeitos de validação e publicitação vai ser consubstanciada em um documento. Este, portanto, reflete ações, talvez, até mais, reflete transações, definidas como “declaração de vontade voltada a obter efeitos reconhecidos e garantidas por um sistema jurídico” (DURANTI, 1995, p. 54).

Em geral, o documento, quando gerado, vai refletir o resultado do cumprimento de uma atividade (o comprobatório) ou a ordem para que ela se efetue (o dispositivo). As atividades das organizações (públicas ou privadas) e os seus desdobramentos, as operações é que produz a maior parte da massa documental. Mas, elas não são aleatórias dentro das entidades. Elas estão sob a égide de uma função e esta, por sua vez, está sob as competências. Função, tomada como o “conjunto das atividades que apontam para um objetivo”, competência, como a “autoridade e a capacidade de levar a cabo uma determinada esfera de atividades, dentro de uma função e que se atribui [daí as atribuições] a um órgão ou a indivíduo em concreto” (DURANTI, 1995, p. 111, nota 10, cap. III).

Partindo-se do fato de que, em geral, na origem de um documento, está uma necessidade da sociedade ou de um sistema corporativo, ou há uma rotina a ser cumprida, é preciso buscar a ação que lhe provocou a sua elaboração. Da ação ao ato, e daí à gênese do documento, cuja divulgação atingirá os públicos a que se destina. O que a Diplomática define como a união entre *actio* (a ação) e a *conscriptio* (a passagem para o documento escrito) significa o nascimento do documento. Luciana Du-

ranti denomina o “momento da ação” o primeiro passo e “momento da documentação”, o segundo. A gênese do documento é um procedimento e, como tal, é uma sequência de passos. Há todo um sistema lógico de produção, há normas ou sistemáticas estabelecidas para isso, que podem ir sofrendo mudanças e adaptações, tanto na rotina jurídico-administrativa, como na conseqüente rotina burocrático-documental no correr do tempo, no interior dos órgãos públicos e/ou das entidades privadas. Os passos podem ser diferenciados, já que há especificidades em cada ente produtor e em cada contexto de produção. Tudo depende da própria tipologia da entidade produtora, sua competência, funções e atividades.

Grosso modo, o *iter* da gênese documental pode ser dividido em etapas: nasce de uma iniciativa, seguida das devidas pesquisas e consultas; depois, de uma deliberação [momento da ação], do controle dessa deliberação para que o documento produza as conseqüências esperadas (criar, manter, extinguir, mudar situações etc. etc. etc.). Isso implica, obviamente, a escolha do tipo documental adequado e, finalmente, chega-se ao momento da execução [momento da documentação]. Esta será conseguida pela construção da escrita formal ou informal, em obediência à configuração própria do tipo documental adequado, para o que há modelos, mais ou menos fixados pelo direito administrativo, pela burocracia ou pelas sistemáticas internas (DURANTI, 1995, p.124-127). A próxima etapa será a de tornar o conteúdo do documento conhecido, divulgado, seja por meio de Diário Oficial, de editais ou de comunicação direta ao/aos interessado/os. Segue-se a tramitação, cumprindo-se, assim, a criação e difusão do documento. Segue-se a tramitação (que pode ser ou não, anterior à publicitação, dependendo da ação implicada). Todas essas etapas são pré-arquivísticas. Só aí e também dependendo das sistemáticas da entidade e das características da ação e do documento, terá início o arquivamento. Nas diversas fases da elaboração do documento, o arquivista não toma parte. Mas, na medida em que melhor conhece o processo de criação do documento, melhor executado será o seu trabalho de classificação, avaliação, descrição e difusão.

É bem verdade que, no tocante à gênese do documento, as coisas mudam na esfera do documento eletrônico. Mas não totalmente. Na acepção de Romero Tallafigo

as mudanças tecnológicas da nossa idade contemporânea influenciaram, tanto nos modos de apropriação da escrita, como na escolha de suas formalidades e garantias materiais de autenticidade, na

integridade e confiabilidade do documento e seus modos de circulação. A industrialização dos instrumentos referentes ao mundo da escrita tornou-se fácil e aumentou, entre outras coisas, o rendimento da gestão administrativa e a conformação da memória social dos arquivos [...] O tecnicismo tem tido vital importância nas funções de constância e capacidade comunicativa do documento contemporâneo e no grau de apropriação da escrita pelas administrações.

Vem acontecendo uma revolução tecnicista desde a introdução de ferramentas da escrita manual fabricadas por máquina e em série (como as penas de aço), passando pela máquina de escrever, o computador, as impressoras, o documento virtual, a assinatura eletrônica etc. (ROMERO TALLAFIGO, 2002, p. 47).

Chega-se a uma certa “socialização documental”, com produção, cada vez mais consistente e numerosa, uma “avalanche” mesmo de documentos administrativos, consequência do aumento da população, das exigências das constâncias escritas e do incessante processo de proliferação e de [complexidade] de organismos, entidades e organizações” (Idem, p. 51).

Passada a fase da gênese e da tramitação, o documento passa ao arquivo. Ele está no arquivo, tanto em forma real, como virtual. Ele está no arquivo, mas será que é um “documento arquivístico”, tal qual comumente todos nós o denominamos? A informação nele contida está no arquivo, não há dúvida, mas, na realidade, ela não poderia ser mesmo denominada “informação arquivística”? A expressão “informação arquivística” é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum. O emprego do termo já adquiriu proporções incontroláveis e, portanto, de erradicação quase impossível. Não temos outra expressão melhor do que “documento de arquivo”, por enquanto, com todas as características que lhe são inerentes. Mas, a verdade é que aquele documento, aquela informação, a que está no arquivo segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística etc. etc. Não é arquivística! Posso dar um exemplo esclarecedor. Um livro ou um artigo de revista científica sobre, por exemplo, o tratamento do câncer, por acaso é uma informação bibliográfica ou biblioteconômica porque está na biblioteca? Ou ela é uma informação médica, oncológica, científica? E se o mesmo livro ou um documento estiver na minha casa? Será informação domiciliar? Mas, esse é apenas um parêntesis para fazer pensar nessas e em muitas outras imprecisões terminológicas...

Vista a gênese, passemos à função. O documento, já arquivado, passa a ser incorporado ao seu respectivo conjunto (processo, série, classe, grupo, fundo), e pode ser estudado em três planos, que tem a ver com o princípio da proveniência, com o vínculo arquivístico e com a sua gênese: 1. em relação às funções e à organização interna da entidade produtora/recebedora/acumuladora; 2. em relação à atividade e o caso específico a que se refere; 3. em relação à sua própria posição no arquivo da entidade produtora/recebedora/acumuladora.

Se, portanto, é essencial saber-se quem produziu o documento, em que circunstâncias, dentro de que procedimento, com que finalidade, a quem se destina e como chegou até nós, “tal conhecimento não é possível, a não ser que o conjunto dos documentos do qual ele faz parte se conserve intato, perfeitamente individualizado e sem confusão possível com os documentos de outras procedências, ainda que relativos ao mesmo objeto” (ROMERO TALLAFIGO, 1994, p. 109). Assim era e assim terá de prosseguir, mesmo no mundo digital, desafio que vem pouco a pouco sendo resolvido pelos arquivistas, sem arranhões às concepções teóricas.

Qual a função do documento de arquivo, ele, que traduz uma ação, um ato, um meio, um suporte e um conteúdo informacional específico? Que é um “suporte que contém um texto que é o resultado da atividade de uma entidade, no cumprimento de seus objetivos e finalidades”? (TANODI, 1961). É prova, é informação, é testemunho. Essas são as funções do documento de arquivo. “O arquivo é suporte e prova material da ação”. E na feliz aceção de Marie Anne Chabin o “documento de arquivo tem a vocação de servir de prova da ação que ele registra” (CHABIN, 1999, p. 40). E para cumprir a sua função ele tem um suporte, tem um meio diplomático em que está vasado e a informação que contém, isto é, a sua estrutura e substância, de que nos fala Schellenberg na introdução do seu essencial *Modern Archives* (SCHELLENBERG, 1956, p. 13-14). A estrutura, relativa ao físico, o formal, o palpável, o espaço, o volume, o suporte, o formato, a forma, o gênero. A substância, ligada à proveniência, ao contexto, à atividade que o determina a datação. Podendo aqui também ser incluído o tipo documental, em obediência à natureza jurídico-administrativa do ato e da finalidade que motivou o documento (muito embora o tipo possa ser considerado um elemento intermediário, entre a estrutura e a substância).

Com sua estrutura e substância bem definidas, o documento de arquivo já gerado, legitimado e tramitando ou vivenciando seu valor/uso primário, e posteriormente o seu valor/uso secundário, passa a cumprir a sua função: prova e testemunho, em ambos os casos, informação. Prova, no sentido que visa a demonstrar, a estabelecer “verdades”. Essa função é ligada à criação do documento, ao seu valor primário, podendo ser prova jurídica, administrativa, financeira. Serve ao produtor e aos interessados, em primeira instância. Testemunho, no sentido do valor secundário, do que já foi prova. Serve ao organismo produtor, mas também à sociedade, ao pesquisador à sociedade (COUTURE, 1996, p. 13-14). Esta prova, este testemunho tem um conteúdo, uma informação ali consignada, orgânica e pertencente a um contexto relativo ao conjunto das atividades do produtor. E o contexto, amarrado ao princípio da proveniência, é que dá sentido ao conteúdo.

Bruno Delmas, citando Dominique Perrin, aponta como a função tradicional dos documentos institucionais a de provar e a de lembrar, mas acrescenta que, na sua expansão hoje, essa função também é a de entender e comunicar. E acrescenta que “as duas primeiras prolongam o papel inicial fundamental dos documentos, as duas seguintes, introduzem uma noção mais vasta de informação, que expande o sentido do papel do documento” (DELMAS, 1996, p. 443). O notável arquivista e professor da *École des Chartes* vê também a importância e o crescimento dos estudos ligados à gênese e à elaboração dos documentos e, com isso a expansão da Diplomática junto à Arquivística.

Como reflexão final, e diante de tudo isso, podemos colocar uma questão, reiterando o já exposto: para que, afinal, se produzem os documentos que estão nos arquivos? Para a gestão administrativa e para as provas jurídicas, onde quer que se necessite delas, nunca por capricho ou fantasia. Como reitera Angelika Menne Haritz, os documentos não são criados para serem lidos nos arquivos. Não são informações e sim, são fontes de informação. Sua capacidade de transferir informação é um “a mais”. O documento é a ação posta no suporte para que cause os efeitos que é preciso causar (MENNE HARITZ, 1998, p.10).

Enfim, o documento de arquivo tem a sua gênese dentro de um processo natural, surgindo como produto ou como reflexo das atividades do produtor, materializando atos (princípio da proveniência). Ele tem as qualidades de exclusividade (princípio da unicidade), da inter-

relação (princípio da organicidade), da indivisibilidade (princípio da integridade arquivística), da constância (já que garante a conservação dos dados e da comunicação). Todos os documentos de arquivo são eivados dessas qualidades, sejam eles de que categoria e natureza forem, desde a gênese à função e ao uso.

Compreender muito bem o seu objeto de trabalho – documento – antes de realizar qualquer tarefa arquivística deve ser a preocupação do profissional. E estar atento a que a finalidade dos arquivos não é outra senão a de oferecer serviços à sociedade, materializados nas informações prestadas às entidades, aos cidadãos, aos estudiosos. E para que ele, arquivista, possa levar seu trabalho a cabo, deve adquirir uma bagagem de conhecimento de princípios e métodos que partem do pressuposto de que o documento é parte de um todo que, isolado, não tem sentido (HEREDIA HERRERA, 1988, p. 13). Da mesma forma, ele deve compreender que “o arquivo é mais do que a soma dos documentos que o compõem. É o complexo orgânico daqueles documentos mais o complexo orgânico de todas as relações recíprocas que existem entre os próprios documentos, cada um dos quais tem um – e um só – papel daquele complexo” (LODOLINI, 1984, p. 140).

REFERÊNCIAS

- BEARMAN, David & LITTLE, Richard. The Power of Principle of Provenance. In: JIMMERSON, Randall C., Ed. **American Archival Studies: readings on theory and practice**. Chicago, The Society of American Archivists, 2000, p. 345-360.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**. Objetos, princípios e rumos. São Paulo, Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo**. *Diplomatica e criteri di edizione*. Roma, La Nuova Italia Scientifica, [1987].
- _____. **Le fonti archivistiche**: ordinamento e conservazione. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1983.
- _____. Genesis del documento: redacción, clasificación y valor jurídico. In: _____. et al. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: Universidad Internacional Menendez Pelayo, 1994, p. 61-78.
- CHABIN, Marie Anne. Tout est archive. In: **Je pense, donc j’archive**: l’archive dans la société de l’information. Paris: Montreal, l’Harmattan, 1999.
- COUTURE, Carol. |Les fondements théoriques de l’évaluation des archives. In: **3 eme. Symposium en Archivistique**: évaluation des archives: des nécessités de la gestion aux exigences du témoignage. Université de Montreal, 27 mars 1998. Montréal, Université de Montreal, Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique, 1996, p. 7-26.

CRUZ MUNDET, José Ramón y MIKELARENA PEÑA, Fernando. **Información y documentación administrativa**. Madrid, Editorial Tecnos, 1998.

DELMAS, Bruno. Manifesto for a Contemporary Diplomatics: from institutional documents to organic information. **The American Archivist**, Chicago, v. 59, n. 4, p. 438-452, 1996.

DOLLAR, Charles. **Archival Theory and Information Technologies: the impact of information technologies on Archival Principles and Methods**. Macerata, University of Macerata, 1992.

DURANTI, Luciana. The Archival Bond. **Archives and Museum Informatics**, n.11, p. 213-218, 1997.

_____. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Trad. De Manuel Vazquez. Córdoba, 1995.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación Provincial, 1988.

LIVELTON, Trevor. Public records. In: **The Archival Theory, records and the public**. Lanham/London, The Society of American Archivists/ The Scarecrow Press, 1996.

LODOLINI, Elio. **Archivística: principi e problemi**. Milano, Franco Angeli, 1984.

MENNE-HARITZ, Angelika. L'informatica applicata agli archivi: Le esperienze tedesche. In: **Conferenza Internazionale l'Archivística alle soglie Del 2000**. Macerata, 1992, p. 263-264.

_____. **What can be achieved with Archives? The concept of records: report from the Second Stockholm Conference of Archival Science and the concept of records**, p.30-31, may 1996. Stockholm Riksarkivet, 1998, p. 11-24.

PELOU, P. **Introduction a la documentation administrative**. Paris, La Documentation Française, 1988.

ROBERGE, Michel. **La gestion de l'information administrative: application globale, systémique et systematique**. Québec, Documentor, 1992.

RODRIGUEZ BRAVO, Blanca. **El documento entre la tradición y la renovación**. Madrid, TREA, 2002.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. El documento. In: **Archivística y archivos: soportes, edificios y organización**. Carmona, Asociación de Archiveros de Andalucía, 1994.

_____. **Historia del documento en la Edad Contemporánea: la comunicación y la representación del poder de la nación**. Carmona, S & C Ediciones, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

TANODI, Aurélio. **Manual de archivología**. Buenos Aires: Asociación Bonaerense de Archiveros, 1994.

Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura

Ana Célia Rodrigues
UFF

Por definição, *documento* é a “unidade constituída pela informação e seu suporte” e o *documento de arquivo*, aquele que “independentemente de sua natureza ou suporte físico são reunidos por acumulação natural, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, no exercício de suas atividades”, caracterizando o conjunto de documentos acumulado pelo arquivo (DICIONÁRIO, 1986, p. 28 e 5).

Nessa definição se verifica uma característica essencial dos documentos de arquivo, sua natureza probatória, pois conservam registros de ações e de fatos como prova da gestão que os produziram, dos quais são produtos naturais. Isto indica que

(...) a origem do arquivo obedece a imperativos de ordem prática, corresponde à necessidade de constituir e conservar registros das ações e de fatos, a título de prova e de informação. (...) Esse é o sentido original e primário da acumulação de documentos em toda e qualquer entidade, pública ou privada. Produzidos no decorrer de ações administrativas e conservados a título de prova, os documentos são capazes de refletir, como um espelho fiel, o próprio curso dos atos que lhes deram origem. Atos e registros são elementos inseparáveis (CAMARGO; MACHADO, 2000).

Etimologicamente o termo *documento* provém do latim *documentum*, derivado do verbo *docere*, que significa “ensinar, instruir”, significado que evoluiu até o de *prova*, como é utilizado no vocabulário legislativo, como informam Cruz Mundet e Mikelarena Peña (1998, p. 171). Do ponto de vista do direito, a *prova* expressa uma relação entre “o fato a ser provado e o fato que prova”, que é registrada no documento (DURANTI, 1997).

Do conjunto dos fatos humanos aqueles que estão contemplados no sistema jurídico, se consideram juridicamente relevantes. Os fatos que ocorrem devido a uma determinada vontade de produzi-los se denominam atos juridicamente relevantes e para que estes existam, devem manifestar-se e perceber-se conseqüentemente. Por consenso, a manifestação destes atos em uma forma objetivada, constituem os documentos de arquivo (MENA MUGICA, 2007).

Esta perspectiva é compartilhada também pela diplomática e pela arquivística ao se referir ao documento.

Para a diplomática, concebida com a finalidade de provar através dos documentos a existência de direitos patrimoniais da igreja, um documento “é a prova mais conclusiva de um fato jurídico quando esse se dá (documento dispositivo) ou quando constitui prova requerida de um fato (um documento probatório)”. A força probatória do documento se revela a partir de elementos que o configuram, perspectiva da diplomática clássica para analisar a autenticidade do documento medieval, retomada por estudiosos contemporâneos para compreender a gênese do documento produzido hoje, como resultado de procedimentos. São esses os elementos que o caracterizam: o fato que deve tratar-se de um testemunho escrito; a natureza jurídica do ato contido no documento e a forma da redação que confere ao documento determinados requisitos (CARUCCI, 1987, p. 28).

Para a arquivística, o estatuto probatório do documento de arquivo reside na relação estabelecida com o seu produtor, depende desta “natureza contextual”, como afirma Ana Maria Camargo (2003, p. 12). A contextualização deve ser compreendida na dimensão da busca por uma genealogia do documento, estabelecendo um “padrão de relações de parentesco entre eles, a partir de estruturas organizacionais e/ou funções”. Esta característica, própria do documento de arquivo, que o distingue de todos os demais documentos, reside no “vínculo natural e necessário que mantém a título de prova, com o produtor/acumulador” (CAMARGO, 2000, p. 5).

Documento de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer – e decorreram – as relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, sejam com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que lhe são, hierarquicamente, superiores ou inferiores (BELLOTTO, 2002, p. 197).

O arquivo se forma por um processo de acumulação natural, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu contexto mais amplo de produção, às suas origens funcionais.

O documento de arquivo é a expressão de um tipo de consenso, estabelecido previamente na sociedade, a partir do qual os homens pactuaram desenvolver suas relações por meio de documentos escritos que lhes sirvam de evidência de suas atuações e nos quais, eles podem confiar e lhes servem de memória, prova ou evidência. Como todo consentimento implica o consentimento das partes, a materialização das relações entre os homens mediante documentos escritos, requer regulação, mediante um conjunto de regras, que se estabelecem por meio do sistema jurídico. Este sistema abrange necessariamente todos os aspectos da vida dos homens, sejam suas próprias atuações ou os eventos naturais que os afetam (MENA MUGICA, 2007).

O documento de arquivo é produzido de forma involuntária, naturalmente, no sentido de necessário para o funcionamento do sistema jurídico, pois é criado no decurso de uma atividade. É o resíduo material da ação que lhe dá origem ou a “própria ação autodocumentada”, como o define Angelika Menne-Haritz (1998). “Uma ação é qualquer exercício de vontade que objetiva criar, mudar, manter ou extinguir situações” e constitui o núcleo do documento, ressalta Heather Mac Neil (2000, p. 93). Dessa característica essencial, inerente a sua gênese, decorre sua natureza probatória.

Se analisarmos cuidadosamente um documento arquivístico escrito, descobrimos que há muito mais nele do que um suporte, uma forma e um conteúdo. A circunstância do escrito implica tanto a presença de um fato e uma vontade de manifestá-lo, como a vontade de dar origem ao ato.¹ Também indica um propósito (...). Por isso quando um documento é criticamente analisado, a diplomática estuda: o fato e a vontade que o origina, enquanto se relacionam ao propósito e a consequência; o desenvolvimento de seu processo genético e o caráter de sua forma física e intelectual (DURANTI, 1995b, p.19).

O conjunto é orgânico porque refletindo o procedimento administrativo que lhe dá origem, como parte integrante do processo, revela que os documentos estão relacionados entre si (RODRIGUES, 2003). A organicidade é uma qualidade, “segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”. (DICIONÁRIO, 1996, p. 57).

¹ Luciana Duranti (2005) esclarece que “um *fato* é um acontecimento que não precisa do desejo para ocorrer (ex. terremoto), enquanto o *ato* sim precisa da determinação para que ocorra. Todo *ato* é *fato*, mas nem todo *fato* é *ato*. A *ação* é originada pelo desejo de realizá-la”.

Luciana Duranti (1994) utiliza o conceito de inter-relacionamento para definir as relações estabelecidas entre os documentos como produto das transações administrativas, uma característica atribuída ao seu conteúdo, onde

cada documento está intimamente relacionado com outros, tanto dentro como fora do grupo no qual está preservado e seu significado depende dessas relações. Estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado (DURANTI, 1994).

Esta capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento tem com o órgão que o produz, o vínculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada, que constitui o núcleo de sua identidade.

O conceito de *vínculo arquivístico*, discutido por Luciana Duranti (1997), refere-se “a rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto”, é a “relação que liga cada documento ao anterior ou posterior e a todos aqueles que participam da mesma atividade”, explica MacNeil (2000, p. 94). Surge no momento em que um documento se liga a outro no desenvolvimento de uma ação e aumenta, “até que o conjunto do qual o documento pertence não seja mais objeto de expansão, ou seja, até que a atividade que produza tal conjunto esteja completa”. Expressa o próprio desenvolvimento da atividade da qual o documento participa, “e não o ato que o documento personifica, *porque contém nele mesmo a direção da relação causa-efeito*” (DURANTI, 1997, grifo da autora).

O que define e diferencia o documento entendido como sendo arquivístico dos documentos que estão “fora” de um contexto arquivístico, é principalmente a relação que tem com o resto do conjunto documental, denominado vínculo arquivístico.

Os documentos de um arquivo, por que estão inseridos em uma ordem formal que responde às necessidades lógicas e funcionais, são ligados por um vínculo arquivístico. Isto significa que a leitura de cada documento singular, não pode ser dissociada da sua localização dentro de uma rede de relações. O documento de arquivo “vive” em um contexto e no conhecimento de ambos – do documento e seu contexto – que reside a base para se construir a informação (D’ARCANGELO, s/d).

O vínculo arquivístico, conceito cunhado na tradição arquivística italiana, foi formulado inicialmente por Elio Lodolini:

O arquivo nasce espontaneamente, como uma sedimentação documental de uma atividade prática, administrativa e/ou jurídica. É, portanto, um conjunto de documentos ligados entre si por vínculo original, necessário e determinado, onde cada documento condiciona o outro e é por ele condicionado (LODOLINI, 1990, p. 14).

O vínculo arquivístico é uma parte essencial do documento e, portanto, seu principal componente identificador, que tornam documentos idênticos em distintos, depois que o adquire. Esta relação que se manifesta no conteúdo do documento, “que o transforma em documento de arquivo”, como afirma Luciana Duranti (1997) pode ser revelada na ordem física dos documentos, estabelecida pelo procedimento; em anotações feitas no mesmo; no código de classificação e também pelo número de protocolo, “desde que ele reflita as relações entre todos os documentos que entraram e saíram da agência” (MACNEIL, 2000, p. 94).

Esta é uma premissa fundamental para compreender a gênese do documento de arquivo.

A identidade² pode ser definida como o conjunto das características que são próprias do documento de arquivo, que lhe confere a qualidade de único,³ distinto de outros. Através da identidade e da integridade, obtém-se a autenticidade, um atributo que “diz respeito ao documento em si, ao documento como documento”, uma responsabilidade atribuída ao gestor do documento e que deve ser protegida pelo controle do arquivamento. Integridade significa que o documento está intacto, “é a totalidade e a solidez de um documento. Um documento tem integridade se está intacto e incorrupto”. A integridade é garantida pela estabilidade da substância, se não for alterada sua identidade (DURANTI, 1995b, p. 10).

É na análise destas características peculiares que possuem o documento de arquivo, na sua natureza intrínseca de “prova documental”,

2 Segundo Luciana Duranti (2005), “nos documentos tradicionais a identidade está na face dos mesmos, onde estes elementos são identificados. Nos documentos eletrônicos, estas características não aparecem na imagem do documento, pois estão configuradas nos metadados” (informação oral).

3 Os atributos que o documento deve ter para ser qualificado de único são: número de registro, data, autor, destinatário, assunto/ação, código de classificação, forma (formulário – espécie), suporte (DURANTI, 1995, p.10).

que reside a razão de sua produção e a justificativa de sua utilização, pois sendo a “transação petrificada ou congelada e preservada (...) torna possível o retorno a elas posteriormente” (MENNE-HARITZ, 1998).

É nos anos 80, a partir dos modernos estudos arquivísticos que a diplomática ressurgiu, “reinventada”, para alguns, ou “adaptada”, para outros, com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos aos documentos de arquivo, que em seu contexto de produção são por excelência, coletivos. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, a qual deu origem a um novo campo de estudos, a tipologia documental.

O documento diplomático, na abordagem clássica da diplomática, é o documento indivíduo, escrito, o qual os diplomatas analisam do ponto de vista da tradição ou transmissão, dos elementos da forma e do processo de elaboração, para se chegar a sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente. O documento produzido pelas administrações atuais é, muitas vezes, desprovido de “requisitos formais e de determinados caracteres extrínsecos e intrínsecos exigidos pela lei ou pelos usos e costumes com valor de norma, que afetam a sua estrutura, teor, conteúdo, solenidade, validade, categoria e tipologia” (RIESCO TERRERO, s/d, p. 91).

Hoje o conceito do documento é mais amplo do que no passado, porque se passou a entender que ele reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção, e que para analisá-lo é necessário compreender a lógica de funcionamento do órgão que o produziu.

Quais elementos considerar na análise para caracterizar a natureza deste documento?

Nesta perspectiva, as competências, funções e atividades desempenhadas, que se articulam no procedimento de gestão, são elementos inovadores, introduzidos na metodologia da diplomática contemporânea para identificar o documento de arquivo. Permite que o olhar do pesquisador – diplomata ou arquivista – vá além da decomposição das partes do documento jurídico, para determinar sua autenticidade ou valor como fonte para a história. A finalidade desta análise agora é revelar estes vínculos de proveniência que o documento apresenta com sua origem, base de sustentação e perspectiva da crítica para a arquivística.

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contêm elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da diplomática e também da arquivística, por autores como Luciana Duranti, Schellenberg e Vicenta Cortés Alonso, entre outros.

A estrutura do documento está relacionada com sua aparência externa, enquanto a substância refere-se ao seu conteúdo, elementos necessários para que o documento possa cumprir seus objetivos. “Um documento não existe enquanto seus componentes não estiverem juntos, e seu conteúdo não estiver articulado em uma forma fixa” (MACNEIL, 2000, p. 92).

Os elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a forma de apresentação do documento. De outro lado, os elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo do documento, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza de sua proveniência e função (BELLOTTO, 2004, p. 54).

Para Luciana Duranti (1997), “todo documento pode ser analisado, entendido e avaliado em termos de um sistema de elementos formais que são universais em sua aplicação e descontextualização na natureza”. O documento de arquivo, para Duranti (2005), apesar do seu conteúdo, apesar do seu contexto administrativo, contém os mesmos componentes fundamentais: ação; autor (produtor), escritor (responsável pela circulação) e destinatário (para quem é enviado), que são as pessoas; procedimentos e forma (estrutura). A ação para ser manifestada tem que recair sobre alguém. Deve haver, portanto, um destinatário. A forma (estrutura) deve reunir as ações, pessoas e procedimentos.

Esta estrutura formal, de acordo com a qual são formulados os documentos, é formada por três partes: protocolo, texto e protocolo final, as quais se subdividem e onde “se encontram fórmulas e elementos constantes”, que são estudados pela diplomática, clássica e contemporânea (CARUCCI, 1994, p. 68). Existe uma sequência lógica destes elementos, agrupados nas referidas partes que integram a estrutura física do documento, mas nem sempre aparecem todos os elementos. Estas

partes, ou seções “devem ser vistas como caixas, quando não apresentam os elementos, é porque está vazia”, ressalta Luciana Duranti (2005).

Os documentos se distinguem uns dos outros pelos elementos, ou caracteres, que se referem à sua estrutura física, os *caracteres externos*, e os que se referem à essência do escrito, que são chamados caracteres *internos*.

Para Paola Carucci (1994, p. 68), os *caracteres intrínsecos*, relevantes do ponto de vista jurídico, podem ser divididos em três grupos:

1. O primeiro compreende elementos que caracterizam o documento no momento da sua formação: autor, destinatário, texto, subscrição e data. No texto, podemos encontrar a premissa – que compreende preâmbulo, motivações e narração – e o dispositivo.
2. O segundo grupo compreende elementos eventuais que são adicionados ao documento em uma fase posterior à sua redação, por parte de oficinas distintas da responsável pelo ato: envio e outras anotações.
3. O terceiro grupo compreende elementos inerentes ao funcionamento do registro e do arquivo, que são identificados em cada documento e o integra na série correspondente: classificação, registro e assinatura.

Luciana Duranti (2005) detalha os *elementos intrínsecos*, ressaltando sua importância para a identificação da ação na qual participa o documento no seu contexto de produção. Divide em três grupos de elementos, denominados *seções* do documento, os quais apresentam as respectivas subdivisões:

1. Protocolo: pessoas relacionadas com o conteúdo.
 - Titulação (nome, endereço e título; autor do documento ou pessoa jurídica para quem o autor trabalha).
 - Título (nome do documento).
 - Data (tópica e cronológica).
 - Autor (subscrição: nome do autor no alto do documento; aparece na primeira pessoa, ex. Eu... certifico que).
 - Inscrição (nome do destinatário: pode ser nominal, com endereço ou pode ser geral, a quem interessar possa). A inscrição aparece sempre em documentos dispositivos, nunca probatórios.

- Saudação (ex. querido amigo).
- Assunto
- Apreciação (nos documentos novos pode estar em qualquer lugar do documento).
- Estes dois últimos costumam aparecer no protocolo.

2. Texto: é a parte central (*identificação da ação*).

- Preâmbulo (declaração de princípios, formalidades, varia no tempo e de acordo com a especificidade das culturas).
 - Exposição (justificativa).
 - Notificação (ex. todos sabem que...).
 - Dispositivo (é a ação, razão de ser do documento, é precedida de um advérbio) (grifo nosso).
 - Cláusulas (acompanham o dispositivo, advertências).
 - Corroboração (encontrado ou na cláusula do texto ou no início do escatocolo). É a descrição dos meios utilizados para validar o documento.
- Apreciação (pode aparecer mais de uma vez no documento).
 - Saudação
 - Cláusula complementar
 - Atestação (validação do documento, nome do autor ou do escritor que pode ser constituída por uma subscrição; menção do nome, não é sempre assinatura).

3. Escatocolo (partes relativas à validação).

Os *elementos extrínsecos* podem ser examinados sem leitura do conteúdo. Devem ser avaliados no original, pois na cópia há perdas de muitos elementos. São eles, para a autora:

- Suporte (colabora para atestar a autenticidade, ex. cores na borda, como era dobrado o pergaminho, marcas d’água, tamanho, elementos importantes no passado).
- Texto (paleográfico: importante para compreender o ambiente cultural onde foi produzido o documento).
- Linguagem (fórmulas estabelecidas de acordo com regras de ditame. ex. expressões, alguns tipos de saudações). “Cada profissão

tem suas formulas de linguagem. Não se trata de análise linguística, mas de observação de expressões padronizadas, cuja redação obedece a fórmulas específicas” (DURANTI, 2005).

- Sinais especiais (símbolos que identificam os documentos, ex. selos; carimbos, que indicam o produtor).

No campo da arquivística, Schellenberg (1980, p. 230-233) definiu os caracteres a serem identificados nos documentos para efeitos de descrição, elementos que se referem tanto à estrutura física (caracteres externos), como ao conteúdo substantivo (caracteres internos), dos documentos de arquivo. Com relação à *estrutura*, ou natureza física dos documentos, os atributos são:

- Classe e tipo (espécie e tipo)
- Composição (unidade de arquivamento: pasta, livro etc.)
- Quantidade (volume)
- Forma (tradição documental: original ou cópia)
- Os que se referem à *substância*, ou conteúdo dos documentos, são:
- Unidades da organização: proveniência (quem?).
- Origens funcionais (como?).
- Função: atos executados por entidade coletiva ou pessoa no desempenho de um projeto ou objetivo.
- Atividade: classe de ações praticadas no exercício de uma função determinada.
- Ato: operações específicas.
- As atividades e operações particulares se refletem nos documentos.
- Lugar e data da produção (quando e onde?).
- Assunto (tempo, pessoas, lugares, coisas, naturais, fenômenos).

Vicenta Cortés Alonso (1986, p. 31), tomando por referência a proposta de Schellenberg (1980), relaciona melhor os caracteres externos à estrutura e os caracteres internos à substância do documento, elementos que o definem e o distinguem dos outros. O primeiro dos caracteres externos é o da classe e do tipo, o segundo é o formato (livro ou documento), o terceiro a quantidade (número de unidades, metros lineares ou cúbicos) e o quarto a forma (originais ou cópias). Os caracte-

teres internos se referem à entidade produtora (proveniência), às origens funcionais (função, atividade, operações), à data (data e lugar de produção) e ao conteúdo substantivo (assunto: tempo, pessoas, lugares, coisas, acontecimentos).

Cruz Mundet & Mikelarena Peña (1998, p. 174-175) explicam os elementos que integram o esquema de identificação do documento de arquivo, proposto por Vicenta Cortés Alonso (1986a)

I. Caracteres Externos

- *Classe*:⁴ está determinada pelo procedimento empregado para transmitir a informação (textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais, eletrônicos ou informáticos).
- *Tipo*: é uma característica que vai além do meramente físico ou externo, pois revela tanto o conteúdo como sua estruturação no documento, e deriva da ação representada.
- *Formato*: está em função da forma e do suporte de como se reúnem os documentos.
- *Quantidade*: refere-se ao número de unidades e ao espaço que ocupam os documentos.
- *Forma*: mais conhecida como o termo diplomático de *tradição documental*, consiste na ingenuidade, quer dizer, a condição de original ou cópia e suas diferentes variantes.
- II. Caracteres Internos
- *Entidade produtora*: quer dizer, o autor do documento, que pode ser uma pessoa física ou moral, pública ou privada.
- *Origens funcionais*: as razões pelas quais os documentos foram produzidos, levando em conta, e nesta ordem, a função, a atividade e o trâmite pelos quais foi realizado.
- *Data e o lugar de produção*: também denominada datação crônica e tópica do documento, que o situa no tempo e no espaço.
- *Conteúdo substantivo*: o assunto ou tema do qual trata o documento, ou seja, os fins e objetivos perseguidos com a sua redação.

Heloisa Bellotto (1988, p. 67) analisando o quadro dos caracteres

⁴ No Brasil é denominado *gênero*, “configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo (audiovisual, fonográfica, iconográfica, multimeios, textual)” (DICIONÁRIO, 1996, p. 41).

internos e externos proposto por Schellenberg para identificação de documentos, insiste que “pode ser utilizado não só para efeitos de descrição, como o fez o autor, (...) mas para documentos de primeira idade”. As razões são didáticas, enfatiza a autora, pois

Quer-se evidenciar que estrutura e substância são fatores fundamentais a serem analisados, qualquer que seja a idade, a situação, a classe e a espécie do material de arquivo. Se são evidências a serem levadas em conta na primeira idade, também o serão nas seguintes. As metamorfoses quanto aos documentos só se dão sob o ângulo do uso e não no das características externas e internas (Idem, 1988, p. 67).

Schellenberg (1980, p. 76), chama a atenção para o fato de que os documentos de arquivo “se revelam significativos em relação à atividade e só secundariamente quanto ao assunto”. Os documentos são “as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar”. A partir desta prova, as “intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados”, ressalta Luciana Duranti (1994, p. 2).

O documento só é de arquivo se os vínculos de proveniência e organicidade se preservarem autênticos em seu conteúdo. Esta estreita relação que mantém com o contexto onde foi produzido, se traduz nos elementos externos e internos que o caracterizam. “Será preciso identificar estes elementos que revelarão o perfil do documento, ou melhor, o perfil dos conjuntos documentais. Estrutura e substância, não são assuntos (...)”, enfatiza Heloisa Bellotto (1988, p. 68, grifo nosso).

Se estas premissas foram inicialmente norteadoras dos parâmetros da descrição nos arquivos permanentes, será igualmente a base de uma forte discussão em torno da necessidade de pesquisar as características do documento de arquivo para a realização das demais tarefas arquivísticas, sobretudo da avaliação.

Este conjunto de informações encontradas no documento de arquivo, que refletem o contexto onde foram produzidos, é o somatório dos elementos componentes da estrutura física e do conteúdo (substância) e permite a definição das séries documentais, o objeto da arquivística. A série, “unidade intermediária entre a peça documental e

o seu conjunto orgânico maior”, é considerada como a “sequência de documentos da mesma tipologia e/ou da mesma função”. Revela significativos elementos substantivos que sustentam o conceito de documento de arquivo, pois na identificação de tais elementos se ressaltam “as funções, atividade e operações levadas a cabo por uma instituição para cumprir a competência com a qual foi criada e que justifica sua existência” (BELLOTTO, 1988, p. 69-70).

Isto remete ao próprio conceito de documento de arquivo e a necessidade de um parâmetro científico para identificá-lo, em qualquer situação que se apresente ao longo do ciclo vital. Por esta razão, não podem ser reconhecidos pelo *assunto*, mas pela *ação* que determinou sua produção em determinado contexto. O *tipo documental*, denominação dada ao documento de arquivo, sintetiza esta perspectiva.

Os *tipos documentais* se distinguem também pelos caracteres externos e internos que apresentam, os quais dependem da atividade que determinou sua produção. *Tipo* é um termo que significa “modelo, referência”. No campo da arquivística seu uso vem sendo aplicado para designar o modelo de documento de arquivo, criado como resultado do exercício de uma atividade, o *tipo documental*. O termo aparece na literatura em 1961, utilizado por Schellenberg para referir-se “ao primeiro dos caracteres físicos que deve ser levado em conta na descrição dos documentos”. Na Espanha, Vicenta Cortés Alonso ao usar o termo *tipologia documental* para designar o conjunto dos documentos de arquivo, iniciou uma tradição em torno do assunto. A partir dos trabalhos de Vicenta Cortés, o conceito passa a ser utilizado por Aurélio Tanodi e Manuel Vázquez, na Argentina; Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, Antonia Heredia Herrera e Maria Luiza Conde Villaverde, na Espanha e por Heloísa Bellotto, no Brasil, entre outros.

A tipologia documental, também chamada por alguns teóricos de diplomática contemporânea, é uma área nova, produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica.

A finalidade deste estudo de tipologia documental é “fixar os modelos de unidades documentais, dando-lhes nome próprio e a partir deles, poder conhecer as unidades documentais semelhantes”, permitindo ainda “reconhecer e formar as respectivas séries documentais de qual-

quer fundo e representá-las, no momento da descrição, com o nome no plural do tipo das unidades documentais correspondentes”. O termo *tipo documental*, cujo uso é próprio da diplomática, está muito presente na arquivística espanhola “bastante ligada em suas raízes” a esta ciência. O “estudo do termo e do conceito tipo, referido aos documentos nos remete necessariamente à diplomática”. Este nome não pode ser subjetivo, exige consenso e para isto “são necessários os conhecimentos de diplomática e dos procedimentos administrativos”,⁵ destaca Antonia Heredia Hererra (2006).

A análise das características formais e substanciais dos documentos é indispensável para identificar as séries, para reconduzir documentos singulares aos arquivos de origem, para entender em quais relações se encontram os documentos referentes a um mesmo procedimento conservados em séries distintas. A análise diplomática do documento contemporâneo tem também, quando comparado ao documento mais antigo, o objetivo de contribuir para a história da administração (CARUCCI, 1987, p. 30).

A identificação do tipo documental, processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, é a base para a definição das séries documentais e, portanto, fundamento para o desenvolvimento de tarefas arquivísticas de planejamento de produção, classificação, avaliação e descrição documental.

A necessidade de identificar documentos em seu contexto de produção conduziu a área à reflexão sobre a identificação como processo arquivístico e às discussões sobre a posição que ocupa no contexto das metodologias arquivísticas.

A *identificação*, função que ainda prescinde de sistematização, se caracteriza como uma tarefa de pesquisa, que consiste em estudar analiticamente o órgão produtor e a tipologia documental por ele produzida e que antecede e fundamenta as demais funções (produção, avaliação, classificação e descrição).

O procedimento de identificação de documentos, uma das tarefas realizadas no momento da identificação arquivística, encontra na

⁵ No século XIX, ocorre uma importante transformação no que tange ao processo documental com a introdução do procedimento administrativo, cujo resultado documental é o *proceso*, uma peça documental composta, que na arquivística espanhola é denominado *expediente* (Cf. HEREDIA HERRERA, 2006). Procedimentos são os passos, as etapas para realizar as atividades.

abordagem da diplomática contemporânea, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística.

Considerações finais

Dos anos 80 aos 90, o tema que ocupou o centro dos debates teóricos da área foi a normalização. A adoção de procedimentos normalizados, requisito indispensável exigidos pelo ambiente tecnológico, passou a preocupar os teóricos da área. Na Espanha, as discussões sobre a normalização dos processos de identificação de documentos de arquivo, para o controle da acumulação ou planejamento da gestão, abriram perspectivas que influenciaram a arquivística ibero-americana e, neste contexto, a do Brasil.

No campo da ciência arquivística, a diplomática tem sido reinventada, adaptada como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Com a ampliação do campo da arquivística, que passou a olhar para o documento em todo o seu ciclo de vida, e as necessidades de desenvolvimento de metodologias para sustentar os novos programas arquivísticos, incluindo a avaliação e o planejamento da produção documental, “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e volta à diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos” (DURANTI, 1995, p. 36).

O procedimento de identificação de documentos, uma das tarefas realizadas no momento da identificação arquivística, permite ao arquivista o reconhecimento das características do seu objeto de estudos. E foi na diplomática que a arquivística encontrou as bases para a formulação de seu método de pesquisa para identificar os documentos de arquivos a partir de parâmetros normalizados, conferindo cientificidade ao fazer arquivístico. A formulação do método está estreitamente associada a um conceito de documento que o fundamenta.

Por compartilharem de objetos comuns – o documento de arquivo – a diplomática e a arquivística sempre mantiveram um diálogo profícuo, razão pela qual a discussão sobre o conceito de documento

e a metodologia da análise documental permeia o debate teórico de diplomatas e arquivistas no cenário internacional.

A identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística.

Torna-se, portanto, imprescindível que o ensino em arquivística se utilize destes parâmetros para a formação profissional e que passem a integrar as agendas de pesquisa no âmbito das universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Descrição sumária: solução de acesso. **Arquivo**, boletim histórico e informativo. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, v. 9, n. 2, p. 65-71, 1988.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Diplomática e tipologia documental. In: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 45-63.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências x Letras*. Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, **Ciências e Letras**, n. 31, p.167, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MACHADO, Helena Correa. **Como implantar arquivos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado / Associação de Arquivistas de São Paulo, 2000 (Projeto Como Fazer, v. 3).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**: Revista do Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, n.1, p. 11-17, 2003.

CARUCCI, Paola. Génesis del documento: redacción, clasificación y valor Jurídico. In: _____ et al. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: S&C Ediciones / Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994, p. 61-78.

CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo**: diplomatica e criteri di edizione. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1987.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Génesis documental. In: **La escritura y lo escrito**: paleografía y diplomática de los siglos XVI, XVII y XVIII. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986.

CRUZ MUNDET, José Ramón; MIKELARENA PEÑA, Fernando. Los documentos administrativos. In: **Información y documentación administrativa**. Madrid: Tecnos, 1998. p. 171-222.

D'ARCANGELO, Paola. **Glossario dei termini archivistici di riferimento**. Disponível em: <http://www.retelilith.it/sito/glossa.htm>. Acesso em 21 abr. 2010.

DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. Ana Maria de Almeida Camargo, Heloisa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2008. DURANTI, Luciana. **Ciência Arquivística**. Córdoba (Argentina), s/ed, 1995a. (digitado)

DURANTI, Luciana. **Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais**. Rio de Janeiro: Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos / Conselho Nacional de Arquivos / Arquivo Nacional, 2005 (Anotações de aula em curso).

DURANTI, Luciana. **Diplomática**: nuevos usos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (España): Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995b.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**. Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, v.11, p. 213-218, 1997.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **En torno al tipo documental**. 2006. Publicação eletrônica (mensagem pessoal). Mensagem recebida por hbellotto@yahoo.com.br, em 4 nov. 2007.

LODOLINI, Elio. **Archivistica**: principi e problemi. Milano (Itália): Franco Angeli ed., 1990.

MACNEIL, Heather. **Trusting records**: legal, historical and diplomatic perspectives. Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, 2000.

MENA MUGICA, Mayra M. Utilidad de las soluciones archivísticas para la gestión de información en los sistemas electrónicos del sector de la salud. **ACIMED** 2007, v. 15, n. 3, Disponível em: http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol15_3_07/aci04307.htm. Acesso em: 28 abr 2010.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: **The concept of record**: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record, 30-31 May 1996. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p.11-24.

RIESCO TERRERO, Ángel. **La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de documentación**. Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación. Universidad Complutense de Madrid, s/d. p. 88- 91. Disponível em: <http://wotan.liu.edu/doi/data/papers/juljuljut3558.html>. Acesso em: 28 nov. 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/>. Acesso em: 26 jun. 2007.

RODRIGUES, Ana Célia. Revisando el concepto y las funciones de los archivos municipales. In: **El archivo, los archivos:** textos archivísticos panamericanos. Lima (Perú): Instituto Panamericano de Geografía y Historia y Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001, p. 67-75.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados:** arranjo e descrição. 2. ed. (Trad. Manoel A. Wanderley). Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1980.

Longa caminhada no tratamento semântico de documentos

Hagar Espanha Gomes
UFF

Muito se fala hoje em dia sobre *Web* semântica, taxonomia, classificação automática e outros tópicos que visam resultados mais inteligentes das buscas na Internet. Organizar informação está no cerne dessas preocupações, ou seja, desenvolver ferramentas e tecnologias para tratar documentos (atualmente recursos), sem falar em políticas de formação de acervos, para citar os dois aspectos que consideramos de maior relevância para atingir aqueles objetivos.

Atendendo ao que nos foi solicitado, procuramos mostrar as áreas que desde sempre se ocuparam com a organização da informação e suas contribuições, mostrando a longa caminhada no tratamento semântico dos documentos, o surgimento de base teórica própria e, sobretudo, o entrelaçamento das diversas áreas do conhecimento na busca de soluções para conferir mais inteligência às atividades de recuperação de informação.

Procuramos abordar de modo muito sucinto as iniciativas no tempo, sem a preocupação de classificá-las em sistemas e linguagens documentárias pré e pós-coordenados, notacionais ou não notacionais, ou qualquer outra classificação.

Naturalmente, os modelos pré-coordenados são os primeiros, porque ligados a catálogos e repertórios impressos. A introdução de novos mecanismos e tecnologias de recuperação produziu sistemas e linguagens pós-coordenados, mas isso não significa exclusão ou abandono dos modelos anteriores. Pelo contrário, o que se pode observar é o movimento dialético conceitos *versus* palavras, arranjo alfabético *versus* sistemático, desde os primeiros momentos até e inclusive a introdução do computador.

Organização de repertórios bibliográficos

A primeira área de organização da informação é a bibliografia.

O livro, a cultura, o pensamento sempre andaram juntos. Mesmo antes da invenção da imprensa, quando a produção de textos dependia exclusivamente de copistas, houve alguma preocupação em difundir a produção existente: surgem os primeiros bibliógrafos, homens de cultura e saber.

O repertório bibliográfico mais antigo de que se tem notícia é do médico grego Galeno que, no século II, produz *De libris propriis*, uma autobiografia, em que organiza sua obra (cerca de 500 tratados) em 17 capítulos, com uma classificação própria (MALCLÈS, 1956).

Não podemos nos esquecer que o surgimento das universidades – grandes escolas que reuniam ‘universidade de estudantes’ – a partir do século XI teve grande relevância, pois provocou grande demanda de acesso a textos e isso levou, por sua vez, o grande aumento na atividade dos copistas e também à utilização do papel, em substituição ao pergaminho, de alto custo e difícil produção em massa para atender à nova clientela de mestres e estudantes.

Estamos na Idade Média, naquele momento que alguns autores chamam de Renascimento medieval – séculos XII e XIII – em que a presença da Igreja Católica controla ainda o ensino e daí a produção de textos principalmente religiosos. Com o surgimento das universidades, “a página monástica se fecha e abre-se a página escolástica” (ILLICH, apud LE GOFF, 2007): além das discussões teológicas – Aristóteles à frente –, vemos surgir mais tarde os demais Clássicos, resgatados via traduções do árabe. Agora, o número de pessoas capazes de ler não está mais limitado aos monges formados nos conventos, onde se encontravam as únicas bibliotecas da época. “Surgem novos grupos de ofícios especializados na prática escrita como os juristas e os artesãos” (LE GOFF, 2007). É preciso aprender a ler e a contar. A cultura popular, com seu teatro de rua, suas canções, ainda não tinha visibilidade e, em muitos casos, era condenada pela Igreja, mas o início de produção bibliográfica em língua vernácula produz, também neste campo, grandes mudanças. Por fim, a imprensa com seus tipos móveis de metal vai democratizar o acesso e com o Renascimento do final do século XIV, marcado, entre outros fatores, pelo rompimento da ciência com a religião, outros assuntos são publicados, principalmente como resultado de grandes navegações, descobertas de novas terras, expedições científicas etc., com um número crescente de leigos entrando no mundo da leitura com os desenvolvimentos dos dois séculos anteriores. O formato do livro ainda manuscrito já estava ‘formatado’ em códices, desde o século XIII, com títulos, capítulos, índices. Mas a grande disseminação do livro se tornou possível com a introdução do papel, que “só se imporá no século XV, quando custará 13 vezes menos do que o pergaminho” (LE GOFF, 2007). Naquele momento aumenta o interesse pela coleta de livros, atividade de iniciativa de eruditos e estudiosos. Embora

Tritheim seja considerado o pai da bibliografia, relacionando já então obras impressas – ainda voltada para escritores religiosos (1494), creditamos tal título a Conrad Gesner (1516-1565), responsável pela organização sistemática das informações sobre obras examinadas quase todas por ele em suas andanças pelas principais bibliotecas da Europa. Cito Mlle. Malclès:

A Bibliotheca universalis sive Catalogus omnium scriptorum locupletissimos in tribus linguis, latina, graeca et hebraica de Gesner, aparece em 1545, em Zürich, editado por Froschover, num in-fólio de 631 folhas e analisa cerca de doze mil obras nas três línguas mortas indicadas no título, classificadas alfabeticamente pelos prenomes de autores...[A obra] é seguida, em 1548 de um quadro sistemático em que as mesmas obras são distribuídas segundo vinte rubricas de ciências: *Pandectarum sive partitionum universalium libri xxi*, in-fólio de 374 fls. Este sistema de classificação, diga-se de passagem, é uma criação original de Gesner que rompe com as sete divisões das *artes liberales*¹ da Idade Média (MALCLÈS, 1956, p. 26).

A necessidade de organização temática nas bibliografias encontrará seguidores nos repertórios especializados em especial nos periódicos de resumos bibliográficos (*abstracts journals*). Apesar do periódico científico ter nascido no século XVII, é a partir do final do século XIX que os periódicos de resumos ganham impulso, organizados, em geral, segundo esquemas próprios de classificação.

Outros suportes de informação são produzidos a partir daquele período, o que leva Paul Otlet a pensar num Repertório Universal, que reuniria livros, plantas, filmes, fitas sonoras e outros materiais, segundo uma organização sistemática, para a qual desenvolveu a Classificação de Bruxelas, conhecida hoje como Classificação Decimal Universal.

Organização alfabética

A tradição alfabética tem início nas bibliografias nacionais e segue nos catálogos de bibliotecas.

Para caracterizar o assunto em serviços correntes – não mais num grande volume de informação retrospectiva como o repertório de Gesner – algo se inicia no mesmo período: é a bibliografia corrente. Voltemos um pouco no tempo, para entender sua forma de divulgação.

¹ *Trivium* (gramática, lógica, retórica) e *quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia) constituíam as *artes liberales*.

Na Idade Média, o comércio se realizava nas Feiras, em geral na primavera e no outono, desde o século VII ou VIII; as casas comerciais surgem somente no final do século XIII. A Feira que nos interessa é a Feira de Leipzig, iniciada no século XII. O livro, como qualquer outra mercadoria, estará presente na Feira de Leipzig ao final do século XV e vai prosseguir ininterruptamente até a divisão da Alemanha no século XX.² Naquele momento começa a Bibliografia corrente: os livros comercializados nas Feiras eram registrados em listas (catálogos) e as palavras-chave do título determinavam o assunto. Esta iniciativa consolida os formatos de descrição dos livros e o arranjo alfabético nos repertórios bibliográficos nacionais.

A Revolução Francesa, que, para Le Goff (2008), marca verdadeiramente o fim da Idade Média, é um marco no surgimento de bibliotecas públicas. Sob Napoleão são confiscadas as bibliotecas de organizações religiosas, mas as bibliotecas eram ainda, sobretudo, guardiãs. É nos Estados Unidos que a influência da Revolução Francesa se manifestará de forma radical: o livre acesso às estantes, o empréstimo domiciliar. Esses fatos vão levar, na segunda metade do século XIX, não apenas ao desenvolvimento de princípios para a organização dos assuntos nos catálogos, mas também ao desenvolvimento de esquemas de classificação para o arranjo físico dos livros nas estantes e à instituição de serviços de referência, necessários a guiar o leitor nas inúmeras convenções, no dizer de Ranganathan.

Nos catálogos de biblioteca, em relação ao vocabulário utilizado para a representação do assunto, a orientação era usar palavras-chave do título, talvez ainda uma influência das bibliografias nacionais. De fato, esta orientação podia ser positiva, visto que era grande a produção de tratados e manuais, em geral de caráter monográfico. Parece que tal princípio foi reforçado no século XIX, com a declaração de Panizzi, futuro *Principal Librarian* do British Museum, segundo a qual a informação sobre o assunto de um livro poderia ser obtida a partir da página de rosto, pois se trata de um catálogo de biblioteca e não de um índice de informação (METCALFE, 1959). Em contraponto, Margaret Mann (1950) pergunta: qual a função do catálogo? Relacionar as obras do acervo ou ser uma fonte de informação? Isto pode ser entendido como uma função da biblioteca moderna, que deveria deixar de ter função apenas

depositária. E isto implicará o abandono daquela prática de basear o assunto nas palavras-chave dos títulos.³ Esta prática parece perdurar até o século XX, como demonstra Metcalfe, já em 1959, registrando sua falência com muitos exemplos retirados de catálogos de bibliotecas.

Isto não resultou, evidentemente, numa linguagem documentária. Naquele momento discutia-se a estrutura dos catálogos alfabéticos-por-classes (por exemplo, Animais – Cavalos; Animais: Cães), usados nas bibliotecas públicas da Inglaterra, estrutura que Cutter rejeitou nas bibliotecas norte-americanas, por considerar de difícil acesso para o público comum, visto que então as bibliotecas se abriam para todos. Ele defendia a entrada direta, pois a biblioteca pública deveria atender público dos mais variados níveis, e a organização por classes era um tanto artificial para o público comum.

Mas, talvez inconscientemente, ele sentiu a ausência de alguma lógica, apesar de defender a organização alfabética, pois logo introduziu nos catálogos alfabéticos inversão das palavras do cabeçalho, visando reunir os assuntos. É bem verdade que os catalogadores da *Library of Congress* não trabalham com conceitos, mas com frases manipuladas sem princípios declarados, o que dificulta a identificação de um modelo.

De qualquer forma, há um avanço, com o surgimento da Lista de Cabeçalhos de assuntos da *Library of Congress*. Mas esta, também, não se configura como uma linguagem documentária. De fato, a ausência de princípios para a criação de cabeçalhos de assuntos pode ser observada em sua página na Internet. No entanto, alguns fatores contribuem para que seja uma linguagem padrão nas bibliotecas norte-americanas, ressaltando-se o serviço de vendas das fichas impressas desde o início do século XIX e, atualmente, sua divulgação em alguns serviços *on-line*.

A tradução pura e simples dos cabeçalhos apresenta vários problemas, dentre eles: a criação dos cabeçalhos é fortemente influenciada pela língua (no caso, a sintaxe da língua inglesa); ausência de critérios para a criação de subdivisão de assunto, apresentado por vezes por meio de inversão de elementos, separados por vírgula, às vezes separados por hífen, tampouco para a ordem dos termos. Mas a característica mais assustadora da LCSH é sua ‘transformação’ em tesouros, o que de fato pode ser

³ Embora em direção oposta ao que queremos focalizar aqui – o tratamento semântico – o FRBR (*Functional Requirements for Bibliographical Records*) parece contribuir, também, para a ‘nova’ visão da função dos catálogos não mais como simplesmente registro de obras depositadas nas bibliotecas.

² No primeiro momento desta divisão houve tentativas para a continuação, em conjunto, da bibliografia nacional alemã.

considerado como uma aberração. De fato, a literatura não considera as listas de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress* como uma linguagem documentária: ela é sempre referenciada como Lista, simplesmente.

Uma tentativa de sistematização dos cabeçalhos no Brasil, nos anos 80 do século passado, teve a iniciativa do IBICT para a Biblioteca Nacional, mas não prosperou. Um grande projeto merece ser citado a respeito de tentativa de sistematização dos cabeçalhos de assunto: a Biblioteca Nacional Central de Florença⁴ desenvolve um grande projeto para a criação de cabeçalhos de assunto a partir de princípios lógicos, enfatizando que seu vocabulário pode ser utilizado em sistemas pós-coordenados. (...)

Esquemas e Sistemas de classificação

Mas a abertura das bibliotecas foi responsável pela criação de um novo instrumento: os esquemas de classificação bibliotecária.

A organização física dos livros – necessária para permitir o acesso do público às estantes – provocou o surgimento de vários esquemas de classificação, atualmente classificadas como linguagens documentárias notacionais: possuem um vocabulário – expresso por notação – e regras para representação do assunto via notação. Dentre as várias iniciativas, podemos citar a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Expansiva de Cutter, de Brown, em geral no final do século XIX e início do século XX, que foram estruturadas com base em disciplinas canônicas e buscaram apoio em propostas de classificação do conhecimento, entre elas a classificação do conhecimento adotada nas universidades medievais, com seu *quadrivium* e *trivium*, adaptadas e ajustadas por pensadores posteriores.

A Classificação Decimal de Melvil Dewey se tornou bastante popular nos Estados Unidos e principalmente fora dele – é talvez a mais difundida no mundo ocidental –, apesar da desvantagem que a estrutura de 10 classes gerais representa para a representação de novas áreas do conhecimento. Neste esquema, a construção do número de classificação está cada vez mais sofisticada, o que não significa necessariamente um progresso: atualmente, a CDD busca flexibilização através da adoção de mecanismos para a construção dos números de classificação para representação mais exata dos assuntos dos livros, buscando uma aproximação com esquemas facetados, sem, contudo, adotar princípios

gerais. A impressão que se tem é que as decisões sejam *ad hoc*. Apesar da ‘facetação’, os números assim construídos não são decodificáveis pelo computador dada a inexistência de indicadores de facetes.

Podemos compreender o sucesso de algumas classificações bibliotecárias à política de atualização constante por parte de seus editores, mais do que a suas potenciais virtudes.

De um modo geral, não são esquemas puros de classificação, mas antes esquemas hierárquico-enumerativos, pois as classes dos esquemas representam assuntos e, no seu interior, visam uma estrutura hierárquica, nem sempre possível. O esquema que se popularizou nos Estados Unidos foi o da *Library of Congress*, que é praticamente um esquema enumerativo baseado no acervo e não em qualquer sistema lógico de classificação.

Uma iniciativa que merece registro é a *Bibliographic Classification* desenvolvida por Bliss, na primeira metade do século XX. Ao contrário das demais, buscou desenvolver seu esquema em princípios lógicos de classificação. Mas outros esquemas estavam já amplamente adotados e sua proposta não vingou. Ironicamente, foi no Reino Unido que ela teve repercussão. Adotada por vários serviços especializados, tem sua continuidade na *Bliss Classification Association*, criada em 1962 em Londres,⁵ sob responsabilidade de renomados classificacionistas e é um modelo de classificação inteiramente facetada. É conhecida atualmente como BC2, comporta 27 classes, algumas delas já publicadas.

Ainda neste período, duas iniciativas merecem destaque: a CDU e a *Colon Classification*.

A Classificação Decimal Universal tomou como base a classificação de Dewey, mas foi desenvolvida para repertórios bibliográficos e não para bibliotecas, ou seja, não visa a organização física dos livros. Seu objetivo é organizar as informações contidas nos documentos de sorte a recuperá-las por qualquer aspecto – esta a grande novidade. Além da tabela principal tem várias tabelas auxiliares para representar aspectos tratados num documento como pontos de vista, língua, período. Seu esquema pode ser considerado uma linguagem documentária, porque explicitou todos os aspectos que podem estar presentes na representação de um assunto, embora sua sintaxe não seja rígida, pois permite que uma referência, num repertório bibliográfico, possa ser listada pelos vários aspectos tratados no documento.

⁵ <http://www.blissclassification.org.uk/> Criada por Jack Mills, é coordenada atualmente por Vanda Broughton.

⁴ <http://www.bncf.firenze.sbn.it/pagina.php?id=183>

Ela tem sido alvo, tanto como a CDD, de pesquisas visando a classificação automática dos recursos. Sua notação permite manipulação pelo computador, pois cada aspecto tem codificação própria, passível, portanto, de reconhecimento pelo computador, o que não ocorre com a CDD.

A *Colon Classification* traz uma abordagem inteiramente nova, porque cada aspecto ou faceta no interior de uma área do conhecimento é constituído de unidades conceituais estruturadas sob princípios lógicos e reunidos em categorias com uma codificação própria para cada faceta. Uma base de documentos classificada pela *Colon Classification* potencialmente permite recuperação bem-sucedida pois a notação reflete as categorias, as facetas e subfacetadas. E a ordem das categorias revela uma sintaxe universal, ou absoluta (NEELAMEGHAN 1975).

Mas o que nos interessa aqui não é tanto a *Colon per se*, mas os princípios estabelecidos por Ranganathan que vão muito além da criação de um esquema: seus estudos levam à uma Teoria de Classificação para o ambiente informacional.

Embora elaborada na primeira década do século XX, a *Colon* é, ainda, mal conhecida no mundo ocidental, mas as bases teóricas estabelecidas por ele e desenvolvidas e popularizadas pelo *Classification Research Group*, em Londres, são hoje amplamente conhecidas e têm-se mostrado apropriadas a diversos serviços, desde sistemas de classificação na *Web* até a organização de portais e taxonomias. Em seus *Prolegomena* (RANGANATHAN, 1967) estabeleceu os cânones e princípios para estruturas hierárquicas lógicas, sem descurar de princípios para estruturas todo/parte. Dentre as características importantes da classificação facetada para seu uso na *Web* é sua multidimensionalidade, que tem mostrado sua força inclusive nos modelos de arquitetura de informação.

Atualmente, ou seja, neste século, está em curso um projeto de pesquisa na Itália, em associação com grupos externos, para o desenvolvimento da *Integrative Levels Classification* que, como diz o nome, se baseia na Teoria dos Níveis Integrativos, visando, não o desenvolvimento de um esquema para fins bibliotecários, mas para a organização do conhecimento. Esta classificação adota diferente abordagem: até aqui as tabelas de classificação estavam centradas em cortes canônicos de domínios. A Teoria dos Níveis Integrativos busca desenvolver um aporte teórico e metodológico voltado para o desenvolvimento de uma classificação que se ajuste a campos interdisciplinares.

Sistemas de indexação, tesouros, palavras, conceitos, estruturas conceituais: a TI como fator convergente

Outra vertente merece atenção: o avanço científico e tecnológico provocado pela Segunda Guerra Mundial levou engenheiros norte-americanos atuando em laboratórios de pesquisa ao desenvolvimento dos chamados sistemas de indexação manuais, de início mecânicos e semimecânicos, e depois inteiramente computadorizados.

O modelo de organização dos assuntos adotado pelas bibliotecas – tanto os sistemas de classificação como as listas de cabeçalhos de assunto – não atendiam às especificidades dos documentos produzidos pelos institutos e laboratórios de pesquisa, tais como relatórios, patentes, artigos. Além disso, era preciso encontrar os documentos por vários aspectos e de forma rápida: surgem iniciativas diversas de sistemas de indexação com base nas palavras da língua natural que, combinadas no momento da busca com auxílio de operadores booleanos, recuperariam os documentos desejados, mas tal princípio logo se mostrou inadequado. Pode-se afirmar que, nesse momento, se estava dando um passo para o conceito como unidade de representação, a unidade não seria mais a palavra, mas um termo (termo técnico), embora princípios para identificação e sistematização destes termos estivessem ausentes na literatura.

A introdução do computador repetiu o modelo manual e a produção de um catálogo com a reprodução automática das fichas *Uniterm* levou à produção de um *Dual Dictionary*, impresso, para facilitar a busca, ainda manual. O conceito de sistema de recuperação de informação ainda iria surgir.

A grande contribuição deste período de desenvolvimento de sistemas de indexação é a criação de um vocabulário controlado alfabético nas atividades de indexação que continha, em cada entrada, ideias associadas, como no dicionário analógico de Roget. O primeiro surge nos Estados Unidos, no final dos anos 50 início dos anos 60. Nos primeiros tesouros documentários, a unidade ainda é a palavra, único elemento passível de manipulação pelo computador. E, estranhamente, se apresenta alfabeticamente, enquanto o *Thesaurus* de Roget está organizado segundo um complexo sistema, ordenando conceitos abstratos em direção aos concretos.⁶

⁶ Em muitos casos, a palavra é – até os dias de hoje – o objeto de tratamento, ao lado do conceito/termo, como se pode observar na norma inglesa para construção de tesouros a qual prevê fatoração sintática, morfológica e semântica; o mesmo se observando na norma norte-americana que aceita até adjetivos como unidades de representação. O conceito como centro da discussão surge em ambiente distinto e distante – em termos de área

Na década de 1950, Aitchison, membro do *Classification Research Group*, já citado, criado para desenvolver estudos de classificação a partir da Teoria de Ranganathan, utiliza seus princípios para elaborar o *Thesaurifacet*, ficando demonstrado que hierarquias mais rígidas, a partir dos cânones e princípios estabelecidos por Ranganathan poderiam ser estabelecidas na criação de tesouros documentários; mas ainda não havia princípios para o estabelecimento de relações associativas, apenas listas de possibilidades. A Teoria do Conceito de Dahlberg – embora pouco discutida no País – desenvolvida em outro contexto, com outro objetivo, vem trazer orientação segura para as relações nos tesouros, tanto hierárquicas como associativas.

Classificação e recuperação automática

Para alguns cientistas da computação, a recuperação automática partia, igualmente, do princípio semelhante ao do *Uniterm*, ou seja, a linguagem dos especialistas – autores ou leitores – seria a mesma e, portanto, não haveria necessidade de intervenção humana na indexação. Muitos bibliotecários ficaram assustados. O tempo mostrou que não era bem assim...

O volume de literatura produzida em ambiente digital tem levado a pesquisas sobre indexação automática, empregando complexa tecnologia como processamento de linguagem natural, bibliometria, *clustering and clumpings*. As dificuldades ligadas ao tratamento de textos têm levado pesquisadores a associarem esquemas de classificação, tesouros e outras estruturas de conceitos, como instrumentos complementares para potencializar a indexação/recuperação automáticas. Mas os esquemas de classificação bibliotecária utilizados nestes experimentos são instrumentos impuros, ou seja, as estruturas hierárquico-enumerativas carecem de lógica rígida, e estas características precisam ser levadas em conta pelos cientistas da computação, pois os auxiliariam a entender que, em alguns casos, o mau desempenho do sistema se deve, antes, à ‘impureza’ dos esquemas de classificação empregados.

Mas pesquisadores da área da Classificação no Reino Unido (SLAVIC & BROUGHTON, 2007) procuram contornar estas questões, construindo um esquema facetado notacional, com codificação para cada categoria conceitual, bem como um *software* para permitir busca via notação como um sistema pós-coordenado.

de conhecimento – ou seja, na Teoria Geral da Terminologia, de Wüster, e na Teoria do Conceito, de Dahlberg – teorias que nem sempre são incorporadas à discussão da questão da sistematização de um ‘vocabulário’ para fins de representação de conteúdos.

Estruturas de informação

A classificação está novamente no centro das pesquisas a partir dos propósitos da *Web* semântica. Ela requer taxonomias (que são esquemas hierárquicos) estabelecidas sob princípios rígidos e podemos afirmar, sem dúvida, que os cânones e princípios estabelecidos por Ranganathan são inteiramente adequados para a construção de estruturas hierárquicas. O uso das Categorias Fundamentais possibilita a representação de assuntos através de uma sintaxe absoluta, ou seja, a partir de princípios lógicos que podem auxiliar a ‘compreensão’ do computador. Pesquisas recentes enfatizam a propriedade do método facetado para a criação de estruturas passíveis de manipulação pelo computador e, neste contexto, o atual campo de conhecimento designado por ‘organização do conhecimento’ traz de volta uma sólida base teórica desenvolvida pela Biblioteconomia/Documentação, numa área que é vista, por alguns pesquisadores, como uma disciplina autônoma: a classificação tem grande população de pesquisadores, cursos, periódicos, congressos, sociedades científicas, aspectos que justificam tal caracterização.

Uma nova onda está agitando o ambiente, as tais folksonomias, criadas por alguns jovens, desinformados, talvez, de iniciativas malsucedidas por aqueles que acreditavam no uso de palavras-chave e ausência de controle de vocabulário. Usada por grupos de interesse comum, surge, aqui e ali, alguma proposta de controle de vocabulário. É preciso aprender com a História, para não repeti-la como farsa, já dizia algum pensador.

Para terminar

Como se pôde observar neste *vol d’oiseau* despretenso, existe um movimento cíclico palavra *versus* conceito, ordem alfabética *versus* estrutura sistemática. Vimos que a classificação de assuntos foi utilizada para organização de grande massa de informação (GESNER) e atualmente temos o mesmo problema na organização dos inúmeros recursos digitais disponíveis. A organização de assuntos em esquemas hierárquico-enumerativos deu vez a modelos de organização capazes de inúmeros arranjos e combinações, possíveis desde que baseados em unidades (conceituais), aplicáveis em diferentes circunstâncias, como, por exemplo, recuperação ou navegação.

Mais importante, no entanto, é que palavras *versus* conceitos, índices alfabéticos *versus* índices classificados devem ser vistos como complementares. No entanto, é preciso um pouco de sabedoria para utilizar com propriedade as possibilidades.

Esperamos ter demonstrado que a Biblioteconomia e a Documentação⁷/Ciência da Informação têm uma longa tradição de tratamento semântico da informação, com desenvolvimento de teoria e método próprios, e essa experiência não pode se perder sob pena de estarmos descobrindo a roda.

REFERÊNCIAS

- LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007. Edição original de 2003.
- LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro, 2008. Edição original de 2006.
- MALCLÈS, L-N. **La Bibliographie**. Paris: Presses Universitaires de France. Edição original de 1956.
- MANN, Margaret. **Catálogo e classificação de livros**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. Edição original de 1950.
- METCALFE, J. **Subject classifying and indexing of libraries and literature**. New York: Scarecrow, p. 39. Edição original de 1959.
- NEELAMEGHAN, A. (Ed.). **Ordering systems for global information networks**: Proceedings of the Third International Study Conference on Classification Research. Bangalore, p. 165-176. Edição original de 1975.
- RANGANATHAN, S.R. **Prolegomena to Library classification**. 3rd. ed. Bombay; Calcutta: Asia Publishing House. Edição original de 1967.
- SLAVIC, Aida & BROUGHTON, Vanda. **Building a faceted classification for the humanities**: principles and procedures. *Journal of Documentation*, v. 63, n. 5, p. 727-754. Edição original de 2007.

⁷ Nos Estados Unidos as atividades de informação especializadas foram nomeadas, durante algum tempo *documentation*, mas o termo não ‘pegou’. Remanescente desse período é o *Department of Documentation* (DoD) da NASA.

O espectro dos *Knowledge Organization Systems*: uma proposta de tipologia

Renato Rocha Souza
UFMG | FGV

Douglas Tudhope
University of Glamorgan, UK

Maurício Barcellos Almeida
UFMG

Representação e Sistemas de Organização do Conhecimento

Embora esteja presente nos processos de muitos campos científicos, ou mesmo por esta razão, a atividade de representar o conhecimento não é tarefa simples. Há diversas e distintas teorias, modelos, metodologias e produtos; cada um deles influenciado por aplicações específicas, pressupostos e propósitos. Os artefatos para representação do conhecimento são produzidos em campos relacionados como a Inteligência Artificial, Semiótica, Ciência da Computação e Ciência Cognitiva; mas também em uma miríade de áreas mais independentes entre si, como a Educação, Administração, Matemática, Linguística, entre outras.

O campo da Ciência da Informação (CI), no entanto, considera esses artefatos representacionais como uma questão primordial. Na verdade, a CI toma para si a tarefa de organizar e facilitar a recuperação dos registros de informações que surgem a partir do conhecimento produzido em todos os outros campos, e isso envolve a criação de representações epistemológicas e ontológicas, corporificadas nos sistemas de informação bibliográfica. Grande parte das teorias, processos e instrumentos da CI são dependentes de produtos deste processo de representação, modelada por meio de abstrações sucessivas sobre as características relevantes de um domínio escolhido, ou sobre a informação pertinente a este, registrados em sistemas de informação e documentos. Essas representações, conhecidas como Sistemas de Organização de Conhecimento – ou, mais propriamente, e doravante denominados *Knowledge Organization Systems* (KOS) – variam enormemente em formato e modo de visualização, mas compartilham a característica geral de contribuir para a elicitación do conhecimento e organização da informação, visando promover a recuperabilidade de informações.

O conceito de KOS não constitui novidade para os bibliotecários, ou biólogos, que os vem utilizando ao longo dos últimos séculos, em catálogos, sistemas de classificação bibliográfica e taxonomias. No entanto, eles têm recebido atenção especial nos dias de hoje, em contextos como a Web Semântica, dada a necessidade de desambiguação de vocabulário, e de estruturas altamente formalizadas, necessárias para permitir o processamento automatizado de informações semanticamente ricas (Almeida e Souza, 2010). Além das bem conhecidas padrões do W3C, como RDF e OWL, pode-se citar, como exemplo, o padrão SKOS (W3C, 2009), criado pelo W3C com o objetivo de preencher a lacuna existente entre os KOS utilizados na Ciência da Informação e as ontologias formais, permitindo a expressão de tesouros e outras linguagens documentárias no ambiente digital.

O conhecimento dos KOS e de suas características é necessário para a concepção responsável de SRIs ou de qualquer base de conhecimento do sistema, especialmente no ambiente digital, permitindo aos arquitetos de sistemas tomarem decisões fundamentadas sobre o projeto.

Numa perspectiva global, existem literalmente centenas de tipos de KOS. A partir de instrumentos tradicionais, como tesouros e mesmo as ontologias, passando pelos índices invertidos de SRIs; e de vários sistemas conceituais, KOS são difíceis de comparar e avaliar, em um único espaço ou estrutura. No entanto, muitas tentativas têm sido realizadas, embora raramente abordando o assunto de forma holística. O objetivo deste trabalho é analisar algumas das tentativas de classificação de KOS anteriormente realizadas, expondo os seus pontos fortes e fracos, e propor um novo modelo de classificação, permitindo a geração de espectros e tipologias. Também discute como e por que os KOS devem ser classificados sob um diferente ponto de vista. Com base na literatura disponível e os trabalhos anteriores dos autores sobre o assunto, pretende-se i) apresentar uma taxonomia compilada de KOS, ii) propor um conjunto de dimensões para classificá-los e iii) cotejar as dimensões anteriores como propriedades emergentes daquelas presentemente propostas.

Uma taxonomia de KOS

Talvez a primeira pergunta que se deve tentar responder seja: o que é um KOS? Não importa o quão extensas sejam as listas, todas as tentativas de enumerar os KOS falharão sob a perspectiva do olhar alheio, pois diferentes interpretações sobre o que pode ser chamado de KOS leva a resultados diferentes. Muitas taxonomias têm sido propostas (HODGE, 2000, BERGMAN, 2005, TUDHOPE et al., 2006; WRIGHT, 2006 e 2008; BSI, 2007) sem que haja fechamento conceitual. Segundo Hodge (2000), os KOS estão no fulcro da biblioteconomia. Ela os define a partir de uma visão ampla:

[...] Abrangem todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento. Os KOS incluem sistemas de classificação e categorização que organizam os materiais em níveis gerais, cabeçalhos de assunto que propiciam acesso mais detalhado, e arquivos de autoridade que controlam versões variantes de informações essenciais, tais como locais geográficos e nomes de personalidades. Os KOS também incluem vocabulários altamente estruturados, tais como dicionários e esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias.

Wright (2006, 2008) distingue os KOS de outros Recursos para Representação do Conhecimento (KRR) e os nomeia, alternativamente, como “Esquemas de Organização do Conhecimento”. Como aponta Hodge (2000), a “terminologia relativa à terminologia” é muitas vezes confusa, como também o é o “conceito de conceito” (KLEIN e SMITH, 2005), o que torna mais difícil a tarefa de representação do conhecimento.

Em relação a esta questão, adotamos uma abordagem abrangente e *lato sensu*, considerando como KOS “todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento” (Hodge, 2000), englobando as taxonomias apresentadas nos trabalhos anteriores. A discussão aqui apresentada se baseia em tipos gerais de KOS e exclui qualquer instância específica de um tipo de KOS. Estas serão tratadas em um trabalho futuro. A Figura 1 mostra o resumo do KOS mapeados pelos autores em um trabalho recente:

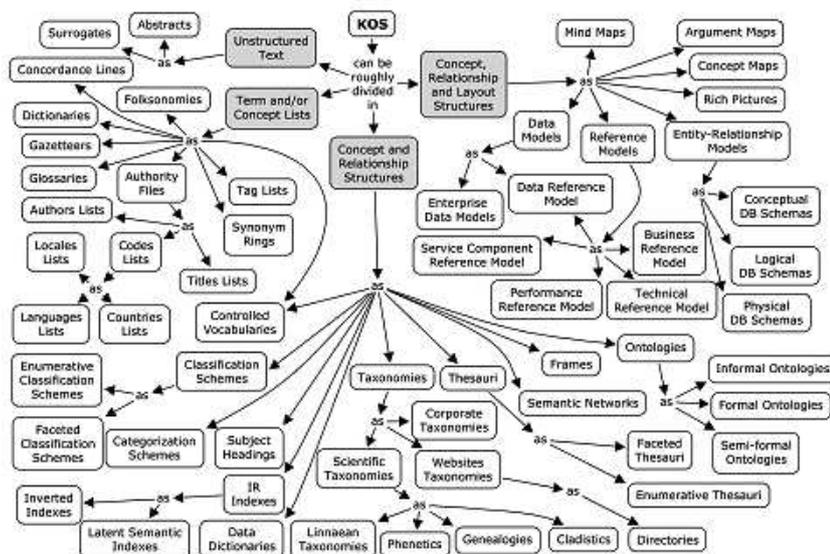


Figura 1: KOS por tipo.

Fonte: Souza; Tudhope; Almeida (2010).

Como pode ser visto no mapa, o primeiro critério para a divisão é a estrutura do KOS, tendo como divisão secundária os diferentes domínios de aplicação e os casos de uso. Os tipos variam de KOS baseados em texto não estruturados (*unstructured text*), chegando-se aos KOS que compreendem Conceitos, Relacionamentos e Layout (*concepts, relationships and layout*) como parte da estrutura. No intervalo, temos aqueles classificados como “listas de termos ou conceitos” (*term and/or concept lists*), que apresentam estruturas simples, utilizando principalmente critérios alfabéticos de ordenação, mas geralmente sem apresentar hierarquias; e aqueles baseados em conceitos e relacionamentos (*concept and relationship structures*), compreendendo uma grande variedade de estruturas que apresentam algum grau diferente de expressividade nos relacionamentos. Os mais simples apresentam hierarquias com relacionamentos exclusivamente do tipo hipônimo/hiperônimo, mas tesouros incluem relacionamentos do tipo meronomia/holonomia, de equivalência e relacionamentos de associação não especificados. As ontologias formais permitem a representação de virtualmente todos os tipos de relacionamento, variando somente em função da expressividade

de da linguagem utilizada para representá-las. É evidente, neste ponto, que não se pode escapar da arbitrariedade na tentativa de classificar entidades de uma forma geral, e esta classificação de KOS não é uma exceção. Por isso, é útil para comentar as principais diferenças para as taxonomias de KOS propostas por Hodge (2000) e Wright (2008).

Em primeiro lugar, apesar da heterogeneidade de tipos, decidiu-se pela abordagem inclusiva. Portanto, resumos, linhas de concordância (como KWIC e KWOC) e índices invertidos foram incluídos como KOS, pois: i) são utilizados para organização do conhecimento e recuperação da informação; ii) promovem a gestão do conhecimento; iii) são estruturas de representação do conhecimento. Usando o mesmo raciocínio, excluímos linguagens de marcação (como HTML, SGML etc.) e instâncias específicas (como a *Wordnet*), porque os primeiros são ferramentas para representar os KOS e a *Wordnet* é apenas uma instância específica de uma rede semântica baseada em termos.

Por último, é importante ressaltar que muitas estruturas (como vocabulários controlados) poderiam ter sido classificadas de outra forma, de acordo com o sentido escolhido e exemplo tomado. Além disso, a representação na Figura 1 não permite o detalhamento e desdobramento de todos os conceitos, como seria possível, por exemplo, com as redes semânticas, devido aos limites do espaço do mapa conceitual.

Espera-se que muitas outras estruturas podem ser sugeridas e incluídas no modelo. Como a maioria das taxonomias, este será sempre um trabalho em andamento.

Dimensões para comparação e avaliação

Apesar da importância do assunto, há pouco consenso sobre como se devem avaliar os KOS e também sobre quais seriam os parâmetros ou dimensões através dos quais eles seriam classificados. Alguns trabalhos vêm tentando posicionar os diferentes tipos de KOS em algum sistema de classes, ou em um espectro, e alguns exemplos representativos destas tentativas são revistos nesta seção. Tais espectros geralmente tendem a considerar pequenos subconjuntos das estruturas aceitos como KOS, e tendem a se concentrar em uma única característica ou elemento como base de comparação, deixando muitas questões fundamentais inexploradas.

No primeiro dos exemplos, a dimensão empregada por (OBRST, 2004; DÁCONTA et al., 2005) é a “força semântica” (*semantic strength*), como podemos ver na Figura 2 e na Figura 3 a seguir:

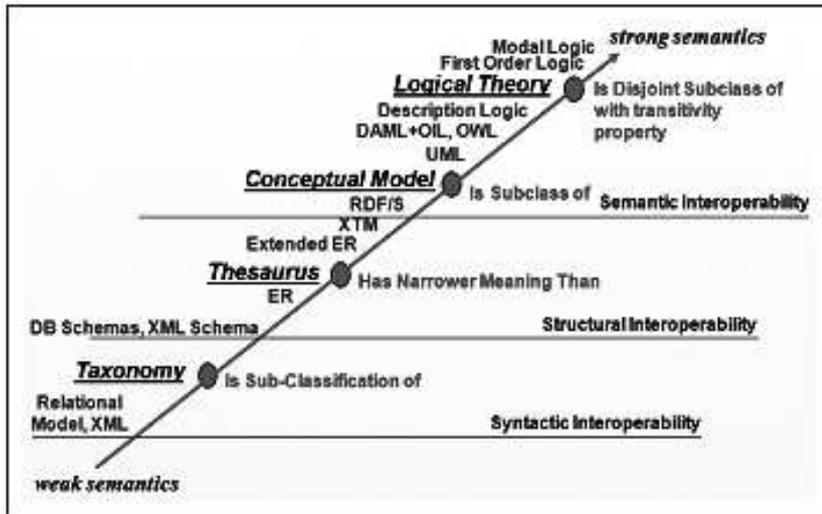


Figura 2: Espectro de KOS
Fonte: Obrst (2004)

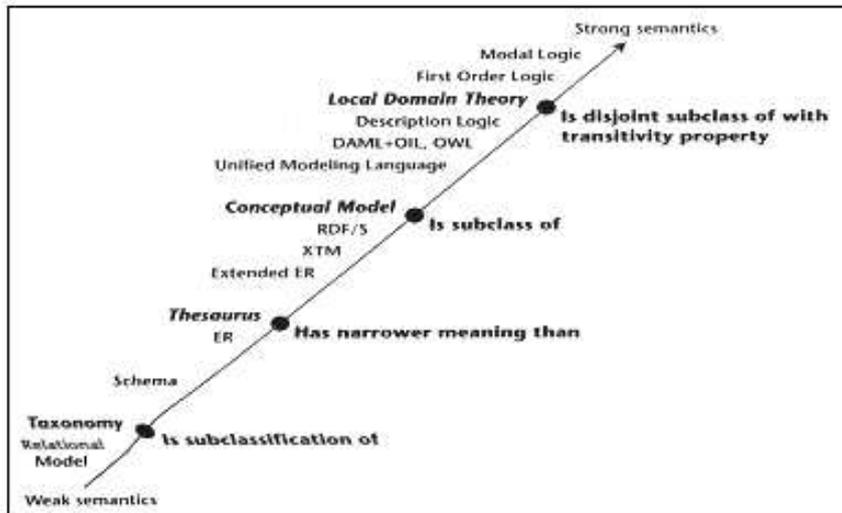


Figura 3: Espectro de KOS
Fonte: Daconta et al. (2005)

A “força” da semântica, nestes casos, está relacionada com o poder de representação dos sistemas de informação, mesmo levando em consideração que não há nenhum significado depreensível por seres humanos. Podemos observar que estes autores, como a maioria dos estudiosos, tendem a tratar KOS e suas linguagens de representação de maneira indiferenciada.

Além da “força semântica”, Bergman (2007) acrescenta “tempo e dinheiro” (time/money) como característica para avaliação, afirmando que quanto mais semanticamente “forte”, mais custosa é a construção. Este fato não corresponde à verdade para todos os casos. O mesmo autor também apresenta como equivalentes “semântica forte” com “clareza semântica”, sem que se tenha uma compreensão maior do que significa “clareza” neste contexto (Figura 4):

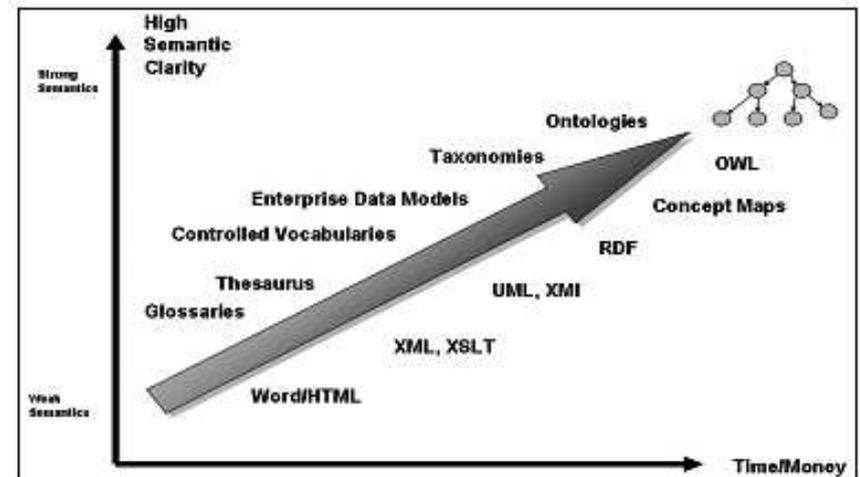


Figura 4: Espectro de KOS
Fonte: Bergman (2007)

Lassila e McGuinness (2001) seguem a mesma lógica, criando um parâmetro que pode ser chamado de “nível ontológico” (Figura 5). As autoras se referem ao conjunto dos KOS como ontologias, o que não ajuda a diferenciá-los. Embora seja correto afirmar que todos os KOS são os produtos de algum tipo de modelagem ontológica, usar o termo “ontologias” arbitrariamente pode causar alguma confusão.

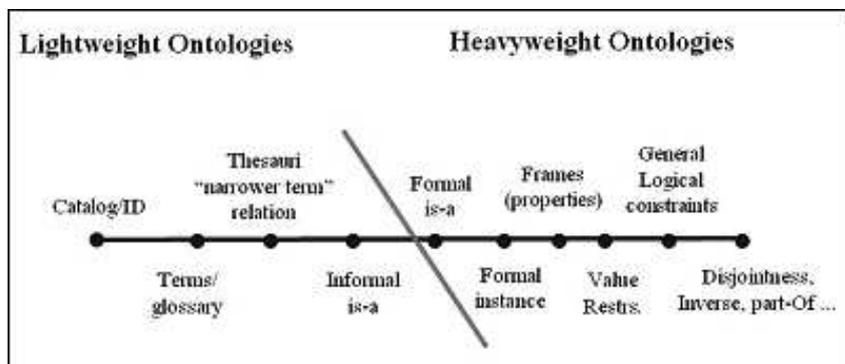


Figura 5: Espectro de KOS | Fonte: Lassila; McGuinness (2001)

Guarino (2006) usa o termo “precisão ontológica” de forma semelhante (Figura 6), mas neste caso o autor se refere à exatidão em que os domínios podem ser representados. As ontologias “são classificadas de acordo com a precisão em caracterizar a conceitualização com a qual se comprometem” (Guarino, 2008). Este espectro é, porém, orientado para a formalização, e ignora estruturas possivelmente complexas mas fracamente formalizadas, como os mapas conceituais e outros KOS baseados em conceitos, relacionamentos e *layout*.

Da mesma forma que “força” e “precisão”, podemos também encontrar “complexidade” como parâmetro de comparação, como nos espectros de Smith e Welty (2001) e também na norma NISO (2005, p.17). A Figura 7 mostra o espectro de Smith e Welty.

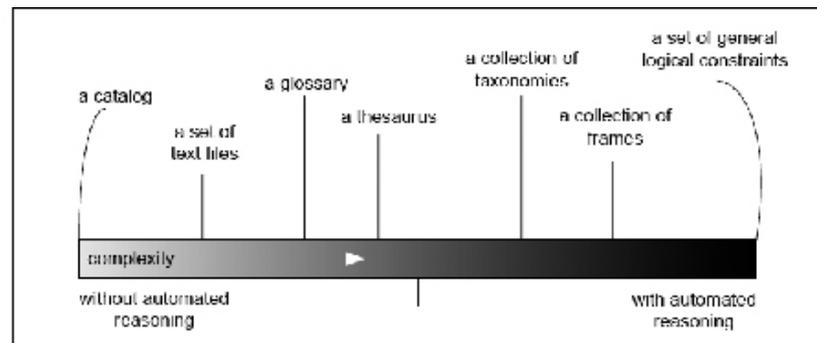


Figura 7: Espectro de KOS
Fonte: Smith; Welty (2001)

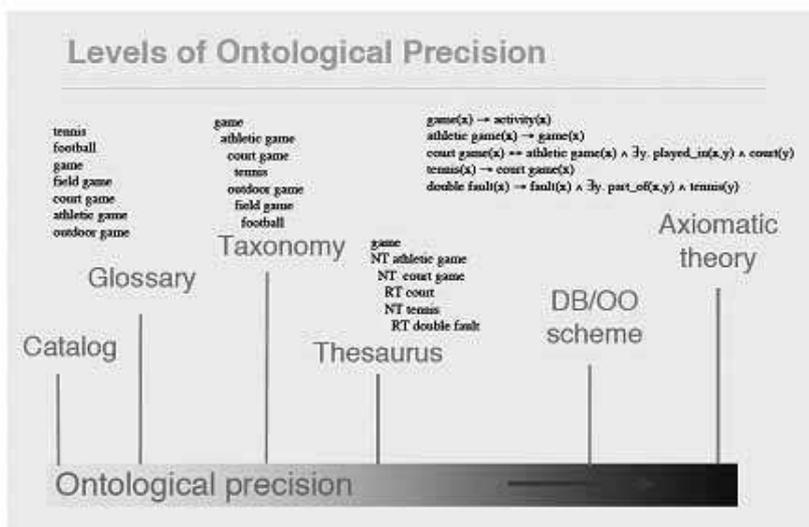


Fig 6: Espectro de KOS | Fonte: Guarino (2006)

Como no espectro de Guarino anteriormente apresentado, este tende a considerar a complexidade como uma característica *per se*, ao invés de potencial, da estrutura dos KOS, com base nos conceitos e relacionamentos possivelmente expressos. Se fosse correta a afirmação, poderíamos dizer que qualquer ontologia seria mais complexa do que um tesouro, não importando o quão elaborado, complexo ou abrangente este tesouro fosse.

Zeng e Salaba (2005) adotam uma abordagem diferente, usando o “nível de estruturação” e o “controle da linguagem” como eixos principais para comparar KOS. Sua representação gráfica está na Figura 8 a seguir:

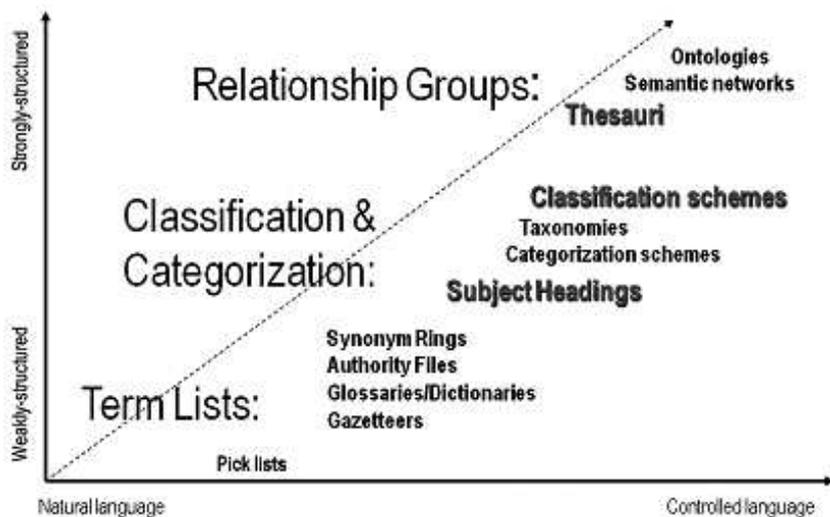


Figura 8: Espectro de KOS
Fonte: Zeng & Salaba (2005)

O nível de estruturação está diretamente relacionado com o controle de linguagem, o que não é necessariamente verdade. E podemos ver como os diferentes autores tendem a pensar de forma diferente, afirmando que as taxonomias são menos (Obrst, 2004; Daconta et al., 2005; Guarino, 2006; Zeng e Salaba, 2005) ou mais (Bergman, 2007; Smith e Welty, 2001) estruturadas que os tesauros, o que confirma a grande deriva semântica sobre o termo “taxonomia”.

A proposta de espectro de KOS

Tão difícil quanto a tarefa de decidir sobre o que caracteriza um KOS, e de enumerá-los, é aquela de decidir quais seriam as dimensões para avaliá-los, juntamente com as escalas e possíveis classificações para cada dimensão. A despeito das críticas aos trabalhos mencionados na seção anterior, incorporamos as dimensões apresentadas em nossa proposta. Outros trabalhos considerados, porém, buscaram

uma abrangência mais detida e realmente multifacetada sobre a questão das dimensões de avaliação (SOERGEL, 2001 e 2001b; Tudhope, 2004; WRIGHT, 2006 e 2008; ALMEIDA e SOUZA, 2010). Estas dimensões foram comparadas de forma que pudéssemos compor uma proposta coerente que contemplasse cada um dos aspectos.

Na maioria dos espectros mostrados ao longo deste trabalho, pode-se perceber que não há distinção entre tipos de KOS e as linguagens que podem eventualmente ser utilizadas para representá-los, e esse aspecto foi levado em consideração. Além de abrangerem muitas características, os autores citados têm enfatizado aspectos diferentes dos KOS, sendo que alguns destes aspectos só são aplicáveis às instâncias. Outras características estão relacionadas com as possíveis expressões de um mesmo produto intelectual, que poderia ser representado de várias formas diferentes. Nenhuma das propostas poderia ser utilizada de forma isolada para avaliação e classificação de KOS, pois muitos aspectos se fariam ausentes. A Tabela 1 mostra o conjunto de características coletadas até o momento:

Hodge, 2000	Estrutura e Complexidade, Relacionamentos entre termos, função histórica
Soergel, 2001a and 2001b	Propósito, cobertura de termos e conceitos, fontes, análise da qualidade de uso, estrutura conceitual e análise conceitual, análise terminológica, uso de pré e pós-coordenação, acesso, formato de exibição, Formato de apresentação do vocabulário, atualização.
Tudhope, 2004	Entidades (tipos, coordenação, tamanho, profundidade), relacionamentos (tipos, expressividade, formalidade), aplicação típica aos objetos do domínio de interesse (propósito), relacionamento entre conceitos aos referentes do domínio.

Wright, 2006 and 2008	Comunidades de prática, sistematicidade dos recursos, orientação tecnológica, graus de indeterminação, padrões de orientação à linguagem e ao conhecimento, aderência a padrões nacionais/internacionais
Almeida & Souza, 2009	Poder de representação, Semântica, expressividade, inteligibilidade (para seres humanos) formalização (orientado para máquinas)
Zeng & Salaba, 2005	Controle de linguagem, poder estrutural, relacionamentos, função
Bergman, 2007	Poder semântico, tempo/dinheiro
Lassila & McGuinness, 2001	Nível ontológico
Guarino, 2006	Precisão ontológica
Smith & Welty, 2001	Complexidade
Obrst, 2004; Dacosta et al., 2005	Poder semântico

Tabela 1: Dimensões propostas na literatura para avaliar KOS

Em nosso modelo, tentamos capturar os aspectos de uma forma coerente e integrada, lidando com pequenas diferenças em terminologia e conceitos, dentre as características dos trabalhos anteriores, sem deixar qualquer dimensão importante para trás. Foram acrescentadas de forma explícita dimensões que até então eram consideradas de forma implícita, ou mesmo totalmente ignoradas (como mídia e sensibilidade). Propusemos também uma escala de valores para algumas das dimensões, a fim de permitir a comparação e avaliação de KOS sobre determinados parâmetros pré-definidos.

A maior dificuldade proposta, ironicamente, é escolher um meio no qual representá-la. Embora a taxonomia presente neste artigo possibilite uma apreciação das dimensões, não é possível representar a intrincada

trama de relacionamentos entre elas, suas escalas, e mesmo alguns casos de poli-hierarquia, sem o auxílio de uma ontologia formal. Também se mostrou difícil distinguir entre os vários tipos de relações de hiponímia entre os conceitos na representação atual. Entretanto, as principais dimensões estão incorporadas e serão detalhadas a seguir.

Estas são divididas em *intrínsecas* e *extrínsecas*, e as primeiras são posteriormente divididas em *essenciais* e *acidentais*. As dimensões *intrínsecas* estão relacionadas com os KOS enquanto produto intelectual, tomado como uma entidade isolada do contexto de usuários e ao ambiente em que é usado. Entre as dimensões *intrínsecas*, as *essenciais* estão estreitamente relacionadas com o tipo ou classe geral a que pertence o KOS. As *acidentais*, por sua vez, englobam características de uma determinada instância de KOS, que podem ser diferentemente classificados, dependendo das diferentes expressões de um mesmo produto intelectual, com diferentes níveis de informação ou possibilidades de exibição. As dimensões *extrínsecas* estão relacionadas com o ambiente e contexto em que o KOS é usado. As dimensões podem ser examinadas na Figura 9 e são discutidos nos parágrafos seguintes.

As características *intrínsecas/essenciais* são divididas em características *estruturais* e *padronização*. Dentre estas, as *estruturais* compreendem características das *entidades* e os *relacionamentos* presentes no KOS. Para as *entidades*, temos os *tipos de entidades* (ex: palavras, números, conceitos, etc.) e *sistematicidade* (ex. aleatória, alfabética, sistemática, enumerativa etc.). Para os *relacionamentos*, temos *tipos de relacionamentos* que estão presentes no KOS (i.e. hierarquias simples, sinônimos, hiponímia/hiperonímia, meronomia/holonomia etc.). Um KOS precisa ser avaliado fundamentalmente a partir dos tipos de entidades representadas e pelo conjunto de relacionamentos presente. A dimensão *padronização* está relacionada com a existência (ou não) de um corpo de normas e padrões que especifique regras e diretrizes para determinado tipo específico de KOS (ex. ANSI/NISO Z39.19, BS 5723:1987 etc.).



Figura 9: Proposta de dimensões para avaliação de KOS

Fonte: os autores.

As dimensões *intrínsecas/essenciais* são: *linguagem*, *domínio*, *mídia* e *visualização*. *Linguagem*, por sua vez, divide-se em *idioma* (ex: monolíngue, multilíngue); *codificação* (ex. texto simples, linguagens de marcação, diagramático, linguagens formais, etc.) e *controle de vocabulário* (ex. linguagem natural, linguagem controlada, linguagem artificial). A dimensão *domínio* se divide em *similaridade*, *cobertura* e *especificidade*. *Similaridade* reflete a relação das entidades com o domínio (ex. instâncias do domínio, conceitos principais do domínio etc.). Está também relacionada com a precisão ontológica. *Cobertura* estabelece a profundidade com que o domínio é coberto (ex. superficialmente, profundamente) e *especificidade* está relacionada com o nível ontológico (ex. de topo, de tarefa, de domínio). *Mídia* está relacionada com o substrato informacional (ex. impresso, digital etc.) e *visualização* estabelece a forma com que a informação é apresentada (ex. gráfica, simbólica, texto simples, hierarquias).

As dimensões *extrínsecas* são *finalidade/propósito* (ex. controle terminológico, indexação, classificação, representação de conhecimento);

comunidades de usuários (ex. bibliotecários, *webdesigners*, tradutores etc.); *classificação de acesso* (ex. classificado, não classificado, disponível publicamente, *creative commons* etc.) e *atualizações* (ex. não atualizável, atualizável pelo usuário etc.).

As dimensões cobertas pelos trabalhos anteriores são cobertas em sua totalidade, sendo que algumas delas se configuram como propriedades emergentes de uma ou mais dimensões do modelo que apresentamos. Como exemplo, podemos deduzir que Complexidade ou Força Semântica de um KOS estão relacionadas, ao mesmo tempo, com a *estrutura* (*tipos de entidades* e *tipos de relacionamentos*), a *codificação* escolhida e também a *cobertura do domínio*. Os aspectos Nível Ontológico e Precisão Ontológica, por sua vez, estão relacionados com a *estrutura*, *linguagem*, *similaridade*, *especificidade* e *cobertura*. O aspecto Tempo/Dinheiro pode ser considerado como resultado de uma série de decisões tomadas durante o processo de desenvolvimento do KOS, tais como *similaridade*, *especificidade* e *cobertura*, e também à infraestrutura necessária para mantê-lo (*mídia*, *linguagem*, *visualização* e *atualizações*). Desta forma, pode-se concluir que nenhuma das dimensões propostas nos gráficos da seção 3 é definitiva, pois todas estão baseadas em dimensões mais básicas.

Discussão e trabalhos futuros

Este artigo teve como objetivo contribuir para a discussão sobre classificação de Sistemas de Organização de Conhecimento (KOS), levando em consideração os trabalhos prévios. Desta forma, foram apresentados os aspectos essenciais a serem levados em consideração no momento de avaliar e escolher um KOS específico para algum propósito determinado. A literatura apresentada revela que estamos distantes de chegarmos a um consenso sobre as melhores taxonomias de KOS e a terminologia relacionada a estes.

Conclui-se que há muitos aspectos sob os quais os KOS podem ser avaliados, e muitos destes não podem ser tomados de forma isolada, mas somente levando-se em consideração suas interdependências. Uma proposta de espectro completa deve endereçar os KOS não somente como

um arquétipo de estrutura informacional, mas também como uma miríade de produtos específicos, incluindo suas instâncias derivadas, formas de exibição e de codificação. Esta proposta representaria o espectro de forma similar ao modo em que o padrão FRBR trata obras, expressões, manifestações e itens para registros bibliográficos (IFLA, 2009).

Os autores estão no momento trabalhando na construção de uma ontologia para representar de maneira expressiva os resultados, de modo a servir como uma base de conhecimento. Espera-se que esteja disponível em breve para consulta na Internet.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. B.; SOUZA, R.R. The semantic in the Semantic Web: a critical evaluation. **Knowledge Organization Journal**, 2010. Aceito para publicação
- BERGMAN, M. K. **An Intrepid Guide to Ontologies**. 2007. Disponível em: <www.mkbergman.com/?p=374>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- BSI – British Standards Institution BSI 8723. **Structured vocabularies for information retrieval — Guide — Part 3: Vocabularies other than thesauri**. Draft. [S.l.: s.n.], [2007?]. Disponível em: <www.standardsuk.com/shop/products_view.php?prod=44141>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- DACONTA, M. C.; OBRST, L. J.; SMITH, K. T. **The Semantic Web; A guide to the future of XML, Web Services and Knowledge Management**. Indianapolis: Willey, 2005. 312p.
- GESER, G. **STERNA Technology Watch Report. Full Report**. Salzburg: STERNA Research, 2008. Disponível em: <www.sterna-net.eu/index.php/en/downloads>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- GUARINO, N. Ontology and Terminology: how can formal ontology help concept modeling and terminology? In: EAFT-NordTerm ws on Terminology, Concept Modeling and Ontology, 10, Vaasa, February, 2006, **Proceedings...** [S.l.: s.d.], [2006?].
- GUARINO, N. Formal Ontology and Information Systems. In: GUARINO, N. (Ed.), **Formal Ontology in Information Systems**, Trento, Italy, 6-8 June 1998, **Proceedings...** Amsterdam: IOS Press, 1998. p. 3-15.
- HLAVA, M. M. K. **Insuring Compatibility and Crosswalks**. 2007. Disponível em: <www.comp.glam.ac.uk/pages/research/hypermedia/nkos/nkos2007/presentations/NKOS%202007-HLava.ppt>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files**. 2000. Disponível em: <www.clir.org/pubs/abstract/pub91abst.html>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- IFLA. **Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report**. IFLA, 2009. Disponível em: <www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- KLEIN, G.; SMITH, B. **Concept Systems and Ontologies**. 2005. Disponível em: <ontology.buffalo.edu/concepts/ConceptsandOntologies.pdf>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- LASSILA, O.; MCGUINNESS, D. L. **The Role of Frame-Based Representation on the Semantic Web**. Knowledge Systems Laboratory Report KSL-01-02. Stanford University, 2001.
- McCOMB, Dave. **Semantics in Business Systems: The Savvy Manager's Guide**. 1st edition. Morgan Kaufmann, 2003.
- NISO. **ANSI/NISO Z39.19-2003: guidelines for the construction, format, and management of monolingual thesauri**. 2005.
- OBRST, L. **Ontologies & the Semantic Web for Semantic Interoperability**. 2004. Disponível em: <www.web-services.gov/OntologiesSemanticWebSemInteropSICOP909-Obrst.ppt>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- SMITH, B.; WELTY, C. Ontology: Towards a new synthesis. In: WELTY, C., SMITH, B. (Eds.) **Formal Ontology in Information Systems**. Ogunquit, Maine: ACM Press, 2001. Disponível em: <portal.acm.org/citation.cfm?doid=505168.505201>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- SOERGEL, D. The representation of Knowledge Organization Structure (KOS) data: a multiplicity of standards. JCDL 2001 NKOS Workshop, Roanoke, 2001, **Proceedings...** Disponível em: www.clis.umd.edu/faculty/soergel/SoergelNKOS2001KOSStandards.PDF. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- SOERGEL, D. Evaluation of Knowledge Organization Systems (KOS): Characteristics for describing and evaluating KOS. In: JCDL 2001 NKOS Workshop, Roanoke, 2001, **Proceedings...** Disponível em <nkos.slis.kent.edu/2001/SoergelCharacteristicsOfKOS.doc>. Acesso em: 1 de julho de 2009.
- SOUZA; TUDHOPE; ALMEIDA. The KOS spectra: a tentative typology of the Knowledge Organization Systems. In: ISKO International Conference, Rome, 2010, 11, **Proceedings...** [S.l.:s.d.], [2010?].
- TUDHOPE, D.; ALANI, H.; JONES, C. Augmenting thesaurus relationships: possibilities for retrieval. **Journal of Digital Information**, v. 1, n. 8, 2001. Disponível em: <jodi.ecs.soton.ac.uk/Articles/v01/i08/Tudhope/>. Acesso em: 1 de julho de 2009.

TUDHOPE, D.; KOCH, T.; HEERY, R. **Terminology Services and Technology**: JISC state of the art review. UKOLN, 2006. (Final draft for approval. Circulation to JISC development team). Disponível em <www.jisc.ac.uk/media/documents/programmes/capital/terminology_services_and_technology_review_sep_06.pdf>. Acesso em: 1 de julho de 2009.

TUDHOPE, D. A tentative typology of KOS: towards a KOS of KOS? In: NKOS Workshop, ECDL, 2006, **Proceedings...** Disponível em <www.ukoln.ac.uk/nkos/nkos2006/presentations/tudhope.ppt>. Acesso em: 1 de julho de 2009.

W3C - World Wide Web Consortium. **SKOS - Simple Knowledge Organization System**. 2009. Disponível em: <www.w3.org/2004/02/skos/>. Acesso em: 1 de julho de 2009.

WRIGHT, S. E. ISO TC 37 Standards: Basic Principles of Terminology. In: NKOS JCDL Workshop, Denver, 2005, **Proceedings...** Disponível em: <nkos.slis.kent.edu/2005workshop/TC37.ppt>. Acesso em: 1 de julho de 2009.

WRIGHT, S. E. Typology for Knowledge Representation Resources. In: NKOS-CENDI September, 2008, **Proceedings...** Disponível em: <nkos.slis.kent.edu/2008workshop/SueEllenWright.pdf>. Acesso em: 1 de julho de 2009.

ZENG, M. L.; SALABA, A. Toward an International Sharing and Use of Subject Authority Data. In: FRBR Workshop, OCLC, 2005, **Proceedings...** Disponível em <www.oclc.org/research/events/frbr-workshop/presentations/zeng/Zeng_Salaba.ppt>. Acesso em: 1 de julho de 2009.

O Documento e as Ferramentas de Tratamento e Recuperação da Informação na Web Semântica: um novo espaço de identidade

Maria Luiza de Almeida Campos
UFF

Considerações Iniciais

Neste trabalho partimos da premissa de que apesar do documento poder ser considerado, tanto na Web Semântica como na Web Sintática – a Web atual –, como repositório de informações de características semelhantes, o mesmo não se pode afirmar quanto à identidade das ferramentas utilizadas para o tratamento e recuperação da informação desses repositórios informacionais.

Entretanto, antes de enveredarmos por esta discussão sobre a identidade de ferramentas utilizadas no tratamento de informação em uma Web que se denomina Semântica, consideramos importante explicitar o que entendemos por estes dois conceitos, quais sejam, Web Semântica e Web Sintática.

A Web e suas vertentes

O conceito de Web Semântica é cunhado no âmbito da Ciência da Computação, no contexto de viabilizar a semântica para que agentes inteligentes não humanos possam interpretar dados. Dito de outra forma, a Web como uma Rede Semântica pode ser entendida como uma rede que é tecida de sentidos, onde cada nó desta rede está ligado a outro nó com propósitos definidos, repleta de significado que deve ser interpretado não por humanos, mas por máquinas.

Este conceito, em contraposição ao conceito de Web Sintática, esta última uma rede desenvolvida para a produção de sentido realizada por humanos, traz em seu bojo a questão da produção de significado. Na verdade, a discussão se coloca a partir de um questionamento: é possível que a máquina possua mecanismos para a produção de significados? Neste sentido é necessário adentrarmos nas abordagens que envolvem o conceito de semântica e chegarmos a um acordo sobre de que semântica neste contexto estaremos tratando.

Abordagens semânticas e o locus da Web Semântica

Gennaro Chierchia (2003), pesquisador no domínio dos estudos semânticos, discorre sobre três abordagens que ao longo da história vêm-se apresentando como vertentes de significação do conceito de semântica.

- Na primeira abordagem, que se consolidou sobretudo entre os psicólogos e os pesquisadores da inteligência artificial, o significado é aquilo que captamos mentalmente quando usamos uma expressão.
- Segunda abordagem, que se inspira sobretudo no segundo Wittgenstein, subordina o significado de um sistema de expressões às convenções sociais que o governam.
- Terceira abordagem, originada no âmbito da lógica, define o significado em termos de verdade e referência.

Na primeira abordagem, que chamaremos de abordagem representacional ou mentalística, o significado é essencialmente um modo pelo qual representamos mentalmente a nós mesmos o conteúdo daquilo que se diz. São várias as formas como essa ideia pode ser articulada. Uma possibilidade é em termos de imagens mentais. Rosch (1973) demonstrou que os falantes tendem a classificar uniformemente os exemplares de certo tipo com base na sua prototipicidade. Todo mundo concorda, por exemplo, que um canário é uma ave típica. Essa uniformidade de juízos seria impensável sem a hipótese de que os falantes dispõem de protótipos mentais. Por essa via, poderíamos afirmar que é legítimo supor que o significado de uma expressão seja a imagem mental a ela associada.

Entretanto, uma das críticas a esta abordagem de uma teoria do significado como imagem mental, é que é difícil entender como o nosso dispositivo gráfico interno poderia nos ajudar na interpretação das palavras abstratas como “conhecimento”, por exemplo, das palavras conhecidas como funcionais como “por”, “até” etc., e dos sintagmas complexos, como “ser brasileiro”, entre outros.

Uma variante dessa abordagem, que irá nos interessar nesta argumentação, consiste em sustentar que o significado de uma expressão reside no conceito ou pensamento que associamos a ela. Os conceitos são um pouco mais abstratos do que imagens mentais. Podemos então tentar tornar mais rigorosa esta abordagem observando que quando se fala em

conceitos é natural pensar em algo como uma linguagem do pensamento interna à mente, um “mentalês”. Aproximadamente, a ideia é que os conceitos são expressões do mentalês e que entender uma sentença consiste, essencialmente, em traduzi-la para o mentalês.

Citando as palavras do psicólogo Steven Pinker:

As pessoas não pensam em inglês, chinês ou apache, pensam numa linguagem do pensamento. Esta linguagem provavelmente se assemelha um pouco a todas as línguas. Mas para que as linguagens do pensamento possibilitem o raciocínio, elas precisam assemelhar-se entre si muito mais do que se assemelham às suas respectivas contrapartes verbais e é possível que elas sejam uma mesma língua: um mentalês universal. Conhecer uma língua, portanto, é saber como traduzir o mentalês numa sequência de palavras, e vice-versa (STEVEN PINKER apud CHIERCHIA, 2003, p. 43).

A tarefa da semântica, nessa linha de pesquisa, é, portanto, reconstruir a estrutura do mentalês. Assim, a tese central desta abordagem mentalista diz que interpretar uma sentença é traduzi-la para o mentalês.

Já na década de 70 do século passado, Neelamegan (1974) no contexto das linguagens documentárias pré-coordenadas já apresentava esta questão, ou seja, a possibilidade de uma linguagem do pensamento, que denominava de sintaxe absoluta.

Sintaxe absoluta é uma expressão utilizada por ele para designar o padrão de estruturação, pelo cérebro humano, das ideias que constituem o assunto de um documento, este conceituado como “corpo sistematizado de idéias”. Segundo o autor, a estrutura profunda percebida pelo intelecto de qualquer ser humano normal parece similar em diferentes assuntos (TÓRRES, 1992).

Na segunda abordagem, que denominaremos de pragmático-social, o significado é apresentado como uma práxis social, ou seja, o significado é considerado a partir da maneira como as expressões são usadas. Segundo esta semântica, as expressões se referem a objetos e as sentenças apresentam condições de verdade que especificam em que situações os objetos precisam encontrar-se para que a sentença seja verdadeira. Assim,

o sacerdote ou o juiz de paz que diz *Eu vos declaro marido e mulher* não se limita a informar que assim é, mas liga efetivamente duas pessoas em matrimônio; o juiz que diz *Eu te condeno a dois anos sem direito à condicional* tem o poder de mandar alguém efetivamente

para a cadeia, e assim por diante. As sentenças em questão são parte integrante das práticas e convenções sociais, ou seja, são constitutivas de ações particulares tais como casar e condenar. O que determina o significado dessas sentenças não parece ser a gramática do português, nem a gramática das cerimônias de casamento, nem tampouco a gramática da justiça. As ações podem ser estudadas identificando-se as condições que permitem que sejam levadas a termo propriamente (CHIERCHIA, 2003, p. 44).

Assim, este argumento fundamenta-se na observação de que a semântica também quer dar conta de como as expressões de uma língua são capazes de codificar informações sobre o nosso ambiente. Portanto, a hipótese de uma forma lógica pode, em princípio, explicitar como a linguagem pode ser portadora de informações.

A terceira abordagem, que denominaremos de denotacional, define o significado em termos de verdade e referência. Ela se baseia no pressuposto de que uma língua é constituída por um conjunto de palavras e de regras para combiná-las. E aquilo que chamamos informalmente de significado de uma sentença consiste nas condições em que ela é verdadeira; estas condições dependem da referência dos termos de que a sentença é constituída.

Entender o significado da sentença *Pavarotti vê Clinton* é entender em que condições é verdadeira. E esta sentença é verdadeira quando o indivíduo denotado pelo sujeito está na relação denotada pelo verbo com respeito ao indivíduo denotado pelo objeto direto (CHIERCHIA, 2003, p. 47).

Em termos gerais, este terceiro argumento tem os seguintes pontos fracos: primeiro, muitas expressões têm claramente a mesma referência, mas a sua interpretação pode ser muito diferente. Assim, o significado não pode ser dado somente pela referência, como no caso das imagens mentais, pois não é claro a que se referem as palavras funcionais como “o”, “por”, e “até”. Além disso, para todas as sentenças não declarativas, como *Não faça isso!*, o conceito de verdade pode parecer irrelevante, pois nestes tipos de sentenças não faz sentido a pergunta sobre a sua verdade ou falsidade, ela exprime uma ordem.

Esta terceira abordagem, que de alguma forma reúne questões discutidas também na primeira, ou seja, uma abordagem representacional ou mentalística, discute assim que a possibilidade de representação de modelos mentais tem a ver com a observação de que, para interpretar

qualquer coisa, parece necessário que disponhamos de um meio para representar mentalmente essa mesma interpretação. Atribuir uma forma lógica significa especificar um *medium* simbólico com base no qual se definem as condições de verdade e os procedimentos inferenciais. Defende-se que esse *medium* deve ser mais abstrato que as próprias línguas naturais.

Partindo destas premissas, podemos afirmar que a semântica à qual nos referimos quando usamos a denominação Web Semântica é aquela que se enquadra na assim chamada *teoria computacional da mente*.

E é neste sentido que contextualizamos a Web semântica e a questão do raciocínio automático para que não humanos possam “interpretar informações”, a possibilidade de existência de modelos mentais sobre domínios da realidade, que possam ser interpretáveis através de condições de verdade (regras) e de procedimentos inferenciais que possibilitem que a máquina, ou programas, explicitem conhecimento.

Mas para que isto se torne uma realidade, os computadores necessitam ter acesso a coleções estruturadas de informações (dados e metadados) e a conjuntos de regras de inferências que ajudem no processo de dedução automática, para que seja administrado o raciocínio automatizado, ou seja, a representação do conhecimento. Essas regras são especificadas por meio de ontologias que permitem representar explicitamente a semântica dos dados (DZIEKANIAK e KIRINUS, 2004).

Em ontologias, diferentemente de outras linguagens que também têm por função permitir a representação de informação em bases compartilhadas – como tesouros, por exemplo – é necessário que se possa produzir o raciocínio inteligente através de mecanismos de inferência que dão suporte à manipulação do conhecimento explicitado nas ontologias.

A questão que se coloca é que para o ambiente da Web Semântica é necessário um tipo de ferramenta que possa possuir um dado formalismo para ser utilizado em ambientes formais. Esta questão se coloca porque, de modo geral, a Inteligência Artificial procura soluções usando o conhecimento que em geral é expresso em linguagem natural. Como não existe qualquer expressão operacional deste conhecimento, isto é, o domínio não é formal, onde a linguagem natural é utilizada, temos que lidar com a riqueza semântica da língua e suas múltiplas interpretações potenciais. O problema básico é que o conhecimento humano para o qual queremos prover um programa não é formal. O

conhecimento que as pessoas têm sobre os objetos em um domínio é principalmente *descritivo*. As pessoas raciocinam com este conhecimento descritivo empregando as leis semânticas do sentido como analogia, metáfora etc. Em domínio não formal não temos definições completas para as categorias de objetos considerados no conhecimento descritivo. Para que um computador lide com esta espécie de conhecimento, precisamos padronizá-lo: precisamos estar de acordo com as noções que ele mobiliza e com seu uso. O conhecimento precisa ser considerado como uma noção objetiva, isto é, compartilhada. Basicamente, temos que fixar o significado dos termos para que todos tenham a mesma compreensão quando usarem um termo. O conhecimento será descrito adequadamente se seu objetivo e seus aspectos forem explicitados. Padronizar é apenas isto. O uso de termos, conseqüentemente, não se apoiará em todo o potencial da interpretação semântica, mas na manipulação de suas descrições explícitas. No entanto, as restrições postas ao conhecimento pelo processo de padronização não devem modificar o significado das noções representadas. (BOUAUD et al., 1994).

Ontologias

Como apresentado em diversos estudos (CORAZZON, 2000; GRUBER, 1993; GUARINO, 1997, 1998; SWARTOUT, 1999; VICKERY, 1997; SMITH, 2002), ontologia como instrumento de representação de conhecimento surge no âmbito da Inteligência Artificial na década de 1990. Para os sistemas de Inteligência Artificial, o que existe é o que pode ser representado. Quando o conhecimento de um domínio é representado em uma linguagem declarativa, o conjunto de objetos que podem ser representados é chamado de universo do discurso. Foi nesse sentido que surgiram as ontologias, com o intuito de descrever dados manipulados por programas, através da definição de um conjunto de termos que pudessem representar domínios e tarefas a serem executadas por estes programas.

Atualmente as ontologias vêm sendo utilizadas em diversas áreas. Guarino (1998) em seu trabalho afirma que esta ontologia com “o” minúsculo, diferentemente da ontologia com “O” maiúsculo, campo de estudos da Filosofia, tem sido reconhecida em diversos campos de pesquisa, tais como: engenharia do conhecimento, análise orientada a objeto, recuperação e extração de informação, organização e gerência

de conhecimento, projeto de sistemas baseados em agentes, projeto de banco de dados, entre outros. Barry Smith (2002), discutindo a relação entre Ciência e Ontologia, afirma que enquanto o papel da ciência é “explicar” a natureza, o papel da Ontologia seria vir a seguir para descrever, organizar e sistematizar o conhecimento obtido pelas descobertas científicas. Este parece ser um lugar a ser ocupado também pela Ciência da Informação, vinda de uma longa tradição de organização de domínios de conhecimento, aplicada originalmente à organização de repertórios documentais. Ao longo desta trajetória, a Ciência da Informação desenvolveu um arcabouço teórico e metodológico consubstanciado em obras como as de Otlet (1934 [reimpresso em 1989]), Ranganathan (1967), Dahlberg (1978, 1978a), Hjørland (2002) e do CRG – *Classification Research Group* – (WILSON, 1972), entre outros, que potencialmente têm grande aplicabilidade no desenvolvimento de ontologias.

Como formalismo de representação do conhecimento, uma ontologia é um tipo de sistema baseado em conhecimento. A ontologia

é o coração de qualquer descrição do conhecimento: o conhecimento está intimamente relacionado com a ontologia, uma vez que é necessariamente expresso em termos desta ontologia. Portanto, conceber a ontologia de um domínio é um ponto-chave no processo de aquisição de conhecimento, durante a etapa de extração do conhecimento (BOUAUD et al., 1994)

Neste trabalho, o termo ontologia é usado em concordância com a definição de Guarino. Ou seja, ontologias são tratadas como um artefato computacional composto de conceitos, suas definições, suas possíveis propriedades, um modelo gráfico mostrando todas as possíveis relações entre os conceitos e um conjunto de axiomas formais que restringem a interpretação dos conceitos e relações, representando de maneira clara e não ambígua o conhecimento do domínio.

No intuito de um melhor entendimento do que denominamos axiomas, é importante ressaltar que a principal contribuição dos axiomas formais da ontologia é a possibilidade de representação explícita do conhecimento do domínio em um nível de significação (nível ontológico), e não apenas em um nível de estruturação (epistemológico), que é o máximo alcançado em ferramentas como as taxonomias ou códigos de classificação. Estas ferramentas só expressam relações lógicas de gênero e espécie e relações partitivas.

Assim, na construção de ontologias, além do modelo conceitual e do vocabulário, o modelo de domínio é composto de um conjunto de axiomas que devem estar de acordo com um dado compromisso ontológico. Esses axiomas representam de maneira formal o conhecimento do domínio, permitindo a derivação de novos conhecimentos a partir dos já formalizados, a verificação da consistência e validação automática desses conhecimentos, a restrição da interpretação semântica de conceitos e relações e, principalmente, a possibilidade de geração automática de infraestruturas computacionais reutilizáveis a partir do modelo de domínio.

Por compromisso ontológico considera-se um “acordo para usar um vocabulário [...] de uma forma que seja consistente (mas não completo) em relação à teoria especificada por uma ontologia” (GRUBER, 1993).

É importante ressaltar que, como afirma Guizzardi (2003), de posse dessa base de conhecimento formalizada como uma teoria lógica, a ontologia não descreve apenas conhecimento imediato, isto é, conhecimento factual que pode ser obtido diretamente a partir da observação do domínio, mas também conhecimento derivado, ou seja, conhecimento obtido através de inferências sobre o conhecimento imediato disponível. Um modelo de domínio, utilizando-se ontologias, não é somente uma hierarquia de termos, mas uma infraestrutura teórica que versa sobre o domínio em questão.

Neste sentido, ainda Guizzardi (2000) afirma que ontologias constituem uma ferramenta poderosa para suportar a especificação e a implementação de sistemas computacionais de qualquer complexidade, e que o seu uso promove benefícios em pelo menos três principais áreas na análise e especificação de qualquer domínio, a saber:

- **Comunicação:** ontologias são ferramentas úteis para ajudar as pessoas a se comunicarem, sob várias formas, acerca de um determinado conhecimento. Em primeiro lugar, elas podem ajudar as pessoas a raciocinar e a entender o domínio do conhecimento e, portanto, atuam como uma referência para a obtenção do consenso numa comunidade profissional sobre o vocabulário técnico a ser usado nas suas interações. Além disso, ontologias constituem um excelente guia no processo de elicitación de conhecimento das diversas fontes.
- **Formalização:** devido à natureza formal da notação usada, a especificação do domínio elimina contradições e inconsistências

envolvendo as restrições, resultando, portanto, em uma especificação não ambígua. Um outro ponto a ser destacado é que, já que uma notação formal é usada, a especificação formalizada pode ser automaticamente verificada e validada, se um provador automático de teoremas existe para aquela notação. Com um mecanismo de inferência, é também possível derivar novos conhecimentos de forma automática, a partir da base de conhecimento já presente na ontologia. Por fim, esta característica torna possível a obtenção de um processo de geração de infraestruturas computacionais de maneira sistemática e idealmente automática.

- **Representação do conhecimento e reuso:** A ontologia forma um vocabulário de consenso e representa o conhecimento do domínio de forma explícita no seu mais alto nível de abstração, possuindo um potencial enorme de reuso. O conhecimento formalizado na camada do domínio pode ser especializado em diferentes aplicações, servindo a diferentes propósitos, por diferentes equipes de desenvolvimento, em diferentes pontos do tempo.

Algumas considerações sobre compromisso ontológico

Compromisso ontológico, neste contexto, pode ser definido como um acordo firmado por uma comunidade sobre o significado que esta estabelece e é expressa em uma ontologia, tanto do ponto de vista da compreensão pelo homem quanto do tratamento pela máquina, através dos agentes de *software*. Isso implica em definir o vocabulário de uma forma que venha a minimizar ambiguidades, de modo que seu uso possa ser partilhado para representar e recuperar conhecimento entre comunidades afins, que se proponham a estar comprometidas com o acordo adotado (NODINE; FOWLER, 2002).

Guarino e Giaretta (1995) situam o papel do compromisso ontológico como o de um elemento fomentador da precisão entre a *conceitualização*. Por conceitualização definem, neste contexto, as regras implícitas, referentes ao entendimento humano de sua visão de mundo, como pensadas para serem utilizadas por um agente de *software*, a fim de tratar os objetos desse mundo e suas relações de interesse. O compromisso ontológico pode ser representado através de modelos conceituais, voltados para o entendimento humano, que refletem um método de raciocínio ou forma de pensar sobre uma dada realidade.

Assim, o estabelecimento de compromisso ontológico revela uma tomada de posição em relação aos objetos que se reconhecem como fundamentais em uma visão de mundo e que possibilitam o diálogo sobre esse mundo, e ainda em relação à maneira pela qual esses objetos são caracterizados. Vale ressaltar que existem diversos modos possíveis de um acordo sobre esta visão de mundo, e deve-se ter em mente, entretanto, que nas ontologias, principalmente nas chamadas ontologias formais, devido às restrições dos mecanismos de representação do conhecimento para as máquinas, a representação dos conceitos e de suas relações que constituem o seu modelo conceitual é sempre limitada e, portanto, aproximada.

A definição de ferramentas para a Web Semântica, uma questão de identidade: concluindo

Diante dessas considerações apresentadas, a questão da identidade se coloca frente às novas ferramentas de tratamento e recuperação da informação. Até o surgimento da Web Semântica a linha divisória entre documento e instrumento de tratamento estava bem definida, e podemos citar tesouros e taxonomias como exemplo disso. Os tesouros explicitam os conceitos de um domínio, assim como as taxonomias, e permitem que se tenha um quadro de conceitos e relações a partir de um dado contexto de uso. Estes instrumentos são utilizados para representação de conhecimento por sobre um dado domínio. Entretanto, não possuem mecanismos para a derivação do conhecimento por sobre este mesmo domínio. Nas ontologias, mais precisamente nas ontologias formais, o conhecimento pode ser obtido através de inferências sobre o conhecimento imediato disponível.

Desta forma, uma ontologia formal, ao mesmo tempo que pode ser considerada uma ferramenta de representação, explícita e deriva também o conhecimento por sobre um dado domínio.

Até aqui não estamos discutindo se esse conhecimento que pode ser expresso e derivado das ontologias pode ser considerado como uma representação (mapa) da “verdadeira” realidade, o que é altamente questionável. No emprego que fazemos, no espaço do tratamento informacional, não estamos nos apoiando em uma teoria da correspondência da verdade, pois isto não nos levaria a lugar nenhum, e mesmo nos colocaria diante de uma forma ingênua de visão da realidade. A representação

que acreditamos poder ser realizada, a partir de compromissos ontológicos, pressupõe que possamos representar uma pluralidade de mundos que podem ser apresentados por meio de uma linguagem e de um dado acordo, onde estão em jogo questões de significação e contexto de uso.

Assim, consideramos que esta ontologia a que estamos nos referindo não precisa ser baseada em alguma teoria metafísica. Elas, as ontologias, podem nos servir bem, se as entendemos como descrições ou especificações de conceituações. Se nós nos comprometemos com essa “ontologia” nós nos comprometemos com um vocabulário e uma gramática que poderiam ou não ser úteis para serem usados quando falamos do “mundo”. Se elas, as ontologias, não servirem ao nosso propósito, não teremos que mudar a nossa visão de mundo: mudamos apenas o vocabulário e a gramática, isto já será suficiente.

REFERÊNCIAS

- BOUAUD, J.; BACHIMONT, B.; CHARLET, J.; ZWEIGENBAUM, P. Acquisition and Structuring of an Ontology within Conceptual Graphs. In: **Proceedings of ICCS'94 Workshop on Knowledge Acquisition using Conceptual Graph Theory**, College Park: MD, University of Maryland, out. 1994, p. 1-25.
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- CORAZZON, R. **Ontology**: a resource guide for philosophers. 2000. Disponível em: <<http://www.formalontology.it>>. Acesso em: 06 jul. 2010.
- DAHLBERG, I. A Referent-oriented analytical concept theory of interconcept. **International Classification**, v. 5, n. 3, p. 142-150, 1978.
- DAHLBERG, I. **Ontical structures and universal classification**. Bangalore: Sarada Ranganthan Endowment, 1978a. 64 p.
- DZIEKANIAK, G. V.; KIRINUS, J. B. Web Semântica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 18, p. 20-39, 2004. Disponível em < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/155/5471>>. Acesso em 06 jul. 2006.
- GUARINO, N. Semantic Matching: Formal Ontological Distinction for Information Organization, Extraction, and Integration. In: M. T. Paziienza (ed.). **Information Extraction: A multidisciplinary Approach to na Emergig Information Technology**. 1997.
- GUARINO, N. Formal ontology and information systems. In: FOIS '98, 1, 1998, Trento, Italy. **Proceedings...** Amsterdam: IOS Press; Tokyo: Omsha, 1998. p. 3-15.

GUARINO, N.; GIARETTA, P. Ontologies and knowledge bases: Towards a terminological clarification. *In*: MARS, N. (ed.). **Towards Very Large Knowledge Bases: Knowledge Building and Knowledge Sharing**. Amsterdam: IOS Press, 1995, p. 25-32.

GUIZZARDI, G. **Desenvolvimento para e com reuso: um estudo de caso no domínio de vídeo sob demanda**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Programa de Pós-graduação em Informática, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

GUIZZARDI, G. **Ontological Foundations for Structural Conceptual Models**. Holanda: University of Twente, 2003.

GRUBER, T. R. A translation approach to portable ontology specifications. **Knowledge Acquisition**, v. 5, p. 199-220, 1993.

HJORLAND, Birger. Domain analysis in information science. Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

NEELAMEGHAN, A. System-approach to the study of subject headings. **Library Science with slant to Documentation**, n. 11, p. 20-23, 1974.

NODINE, M.; FOWLER, J. On the Impact of Ontological Commitment. *In*: **Proceedings of the Workshop on Ontologies in Agent Systems**. Bologna, Italy, Jul. 2002.

OTLET, P. **Traité de documentation**. Brussels: Editiones Mundaneum ; Liège: Centre de Lecture Publique de la Communauté Française, 1989.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967. 640 p.

ROSCH, E. On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories. *In*: MOORE, T. (ed.). **Cognitive Development and the Acquisition of Language**. New York: Academic Press, 1973.

SMITH, B. **Ontology and information systems**. 2002. Disponível em: <[http://ontology.buffalo.edu/ontology\(PIC\).pdf](http://ontology.buffalo.edu/ontology(PIC).pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2010.

SWARTOUT, W.; TATE, A. Guest editors' introduction: ontologies. **IEEE Intelligent Systems**, v. 14, n. 1, p. 18-19, Jan. 1999.

TÓRRES, L. M. C. **Inconsistências de cabeçalhos de assunto: propostas de sistematização**. Dissertação. ECO/UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 1992.

VICKERY, B. C. Ontologies. **Journal of Information Science**, London, v. 23, n. 4, p. 227-286, 1997.

WILSON, T. D. The Work of the British Classification Research Group. *In*: WELLISCH, H. (ed.). **Subject retrieval in the seventies**. Westport: Greeword Publishing Co, 1972. p. 62-71.

Análise e representação dos conteúdos de imagens para o acesso à informação

Rosa Inês Novais Cordeiro
UFF

Introdução

A nossa intenção neste capítulo é tentar apontar de forma resumida e seletiva o estado da arte das pesquisas sobre análise e representação de documentos imagéticos. Quando começamos esta análise na literatura da área, era nosso desejo verificar as pesquisas sobre a sistematização de um universo de conteúdos provenientes de filmes cinematográficos, a partir da teoria analítico-sintética, ou seja, da teoria facetada¹, somando-se a isto a discussão de princípios da análise fílmica e testagens de propostas na esfera da recepção.

As pesquisas na área de Ciência da Informação que contemplam a especialidade da Organização do Conhecimento e da Informação² de Imagens, englobam, em seu escopo, os audiovisuais e, entre estes, os filmes cinematográficos, no entanto abordados de forma reduzida na literatura da área³. Essas pesquisas sobre imagens têm abarcado como objeto de estudos, principalmente, as imagens paradas, tais como fotografias, pinturas, gravuras, desenhos, diagramas, conforme se pode constatar no artigo de revisão de Enser, “*Visual Image Retrieval*” (Recuperação da Imagem Visual), publicado *no Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST, 2008). Esse autor destaca diversos tipos de documentos visuais e assinala que as pesquisas sobre filmes

1 O modelo baseado na lógica analítico-sintética pertence ao escopo da teoria da classificação, ou seja, na teoria da análise de faceta seu autor fundador foi S. R. Ranganathan, por meio da disseminação da proposta no *Prolegomena to Classification* (1933). Este procedimento também foi seguido nas pesquisas iniciadas em 1952, no Reino Unido, pelo *Classification Research Group* (CRG) (SPITERI, 1998, p.1-2).

2 Sobre a expressão Organização do Conhecimento e Organização da Informação, cf. CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008; BRASCHER BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento. *In*: ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: USP, PPGCI; Brasília: ANCIB, 2008.

3 Cf ENSER (2008, p. 7)

e vídeos são ainda escassas. Daí, muitas vezes, a literatura de apoio para estudos de filmes cinematográficos voltar-se para as questões da imagem parada (fotografias, pinturas, gravuras, desenhos e ilustrações). Usaremos a expressão ‘imagem em movimento’ no sentido comumente usado na literatura da área, sem pretendermos usar essa expressão na concepção deleuziana.

Ressaltamos também que estudos e tentativas teóricas objetivando a análise e a recuperação de imagens em movimento vêm sendo realizados em um menor número no âmbito da Ciência da Informação. Isso ocorre apesar de sabermos do potencial da área em termos de análise e de acesso ao conteúdo das diversas coleções e acervos de imagens em movimento, muitos desses já disponibilizados na internet por bibliotecas, arquivos, museus, cinematecas e demais unidades de informação. Temos como um dos exemplos significativos e internacionais desses esforços práticos um projeto que está em execução e patrocinado pela *Library of Congress (LC)* e Associação de Arquivistas de Imagens em Movimento (*Association of Moving Image Archivists – AMIA*), que intitula-se “A coleção de imagens em movimento: uma janela para as imagens em movimento do mundo” (*The Moving Image Collections (MIC): A Window to the World’s Moving Images*), e que conta com a colaboração dos acervos digitais de organizações e de arquivos pessoais, de vários países. A MIC disponibilizou seus acervos digitais em 2008, incluindo 558.489 registros dos catálogos referentes a 15 instituições participantes. Conforme dados de 2008,⁴ a MIC, desde seu lançamento, foi visitada mais de 8.1 milhões de vezes, por 290.000 usuários, com uma média de 5.000 acessos diários, vindos de 50 países de todos os continentes.

O tema da representação documentária de imagens tem gerado também preocupações voltadas para a formação continuada do profissional de informação, no âmbito dos recursos visuais. Nossa análise se insere no contexto internacional e, particularmente, na esfera americana.

Somando-se aos esforços teóricos de análise sobre a representação documentária de imagens e sobre o perfil do respectivo profissional relatados na literatura, observamos ainda a preocupação de bibliotecas, arquivos e museus em disponibilizar o acesso a seus acervos pela internet e em contribuir para a educação continuada de profissionais voltados para a descrição e a representação desses documentos. Daí citamos

⁴MIC. *Who is visiting the MIC site?* 2008. Disponível em: <http://mic.loc.gov/public_portal/pub_stats.htm#how>. Acesso em: 4 fev. 2010.

esses esforços sob três perspectivas introdutórias: a) *o tema propriamente dito (abordagem teórica do tema)*; b) *a educação continuada do profissional*; c) *o perfil esperado desse profissional*. Aproveitamos para assinalar a constante preocupação com a *preservação desses acervos* por instituições internacionais⁵ de Arquivistas, de Bibliotecários, de Museólogos e a Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF).

Representação dos conteúdos de imagens: a teoria, a educação continuada e o perfil do profissional

Ao retornar as três perspectivas citadas, e a título de ilustração – podemos apontar, em termos das questões temáticas principais e recorrentes – as preocupações quanto à *abordagem teórica do tema*. Já em 1990, constatei dois trabalhos considerados de importância singular para os estudos de análise e indexação de imagens, os quais continuaram gerando menção na literatura: o artigo de Shatford (1986) sobre níveis de análise de uma imagem – e cuja discussão situa-se no âmbito da Ciência da Informação – e o famoso estudo de Panofsky (ao qual também Shatford recorre) que sintetiza o pensamento de iconografistas de uma época pertencentes à “Escola de Warburg”⁶ – em que são apresentados os três níveis de interpretação (pré-iconográfica, iconográfica e iconológica), de uma obra de arte, e que correspondem ao nível de significado desta mesma obra no contexto da história da arte. Panofsky teve especial interesse pelas arquiteturas Gótica e Escolástica. Conforme assinala Burke (2004, p. 46), “[...] mais tarde, historiadores de arte que adotaram o termo ‘iconologia’ empregaram-no de formas distintas da de Panofsky” e cita, por exemplo, o caso de Ernst Gombrich. Neste momento, precisamos mencionar o significativo artigo de Smit (1996)⁷ sobre análise e indexação de imagens, o qual é responsável por divulgar, na literatura brasileira da área, as contribuições de Shatford e Panofsky para a discussão.

⁵ Como a Association of Moving Image Archivists (AMIA), American Library Association (ALA), American Association of Museums (AAM), The Getty Research Institute; The Getty Conservation Institute. Também Iyer (set., 2009) cita outras instituições importantes: Visual Resources Association, Art Libraries Society of North America, Society of American Archivists, Museum Computer Network e American Society of Picture Professionals.

⁶ Cf. BURKE, Peter (2004. p. 45).

⁷ Cf. SMIT, Johanna W. (1996).

Shatford Layne (1994) enfoca a indexação e o acesso a imagens como podendo ser realizados considerando-se dois aspectos: a) os atributos das imagens; b) os grupos de imagens, ao invés das imagens individuais. De acordo com a autora, diferentes tipos de imagens ou imagens provenientes de diferentes disciplinas terão seus próprios atributos que, por sua vez, são diferentes um do outro. A autora aponta que “esses atributos podem estar categorizados e generalizados, baseados parte na teoria da classificação, onde eles se aplicam a todas as imagens” (SHATFORD LAYNE, 1994, p. 583-584). Neste artigo, a autora categoriza os vários tipos de atributos que podem estar presentes nas imagens (fotografias, *slides*, pinturas, gravuras, desenhos e ilustrações); entretanto, alerta que as imagens em movimento foram citadas em seu artigo de forma ocasional.

De forma diferente, Armitage e Enser e outros (1997) vêem os atributos de uma imagem, que eles buscam mediante análise das perguntas dos usuários. Já Greisdorf, O'Connor (2002) e outros, Jorgensen (2003) procuram entender a interação do homem com a imagem em um sistema de informação sob um ponto de vista cognitivo. Greisdorf e O'Connor (2002) Declaram que existe um consenso na literatura referente à percepção dos níveis hierárquicos da imagem na sua pesquisa, busca, recuperação e avaliação. A partir daí, elaboram uma sistematização desses níveis de percepção e dos autores relacionados com cada nível. Os níveis de percepção da imagem são assim ordenados: características primitivas (cor, formato e textura); objetos (pessoa/coisa; lugar/localização; ação (atividade; evento); interpretação indutiva (representação, crença subjetiva, valor simbólico); ambiente (sentimento geral), estímulos emocionais (efeito individual).

Yoon (2008) aborda a recuperação de imagens pelos seus atributos conotativos. Declara que poucos estudos enfatizam esses atributos para o acesso às imagens. Mostra que diferença cultural interfere, de forma acentuada, na expectativa de resposta do sistema quanto à imagem desejada. A pesquisa é feita com dois grupos de usuários (coreanos e americanos) com conhecimento cultural diverso.

Baxter e Anderson (1996) abordam a indexação e a recuperação de imagens em banco de dados através do uso das categorias de tesouros, entre estes o Tesouro de Arte e Arquitetura (AAT),⁸ o ICONCLASS,⁹

8 THE ART & ARCHITECTURE THESAURUS. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/aat/about.html. Acesso em: 4 fev. 2010.

9 ICONCLASS. Disponível em: < <http://www.iconclass.nl>>. Acesso em: 4 fev. 2010.

o BBC TELCLASS e o repositório de imagens da NASA-JSC (Johnson Space Centre).¹⁰ No contexto da análise e representação da imagem no domínio das Artes Plásticas, destacamos o texto de Shatford Layne (2001), referente ao acesso ao conteúdo de imagens consideradas como trabalhos de arte. A autora também discute o conceito de “imagem de arte”.

Enser (2008a, 2008b) publicou dois importantes artigos de revisão, que analisam o estado da arte da indexação e recuperação de imagens em ambiente digital, perpassando pelo Yahoo e Google, além de avaliar o sistema CBIR – *Content-based Image Retrieval* (Recuperação por conteúdo de imagem). Este é um aplicativo de recuperação da informação para a pesquisa de imagens que usa o conteúdo real da imagem, ou seja, cores, formas, texturas ou outras informações que podem ser extraídas da própria imagem, ao contrário da tradicional recuperação da informação, que depende de metadados sobre a imagem (descrições textuais). Nesse sistema de informação, comumente a consulta consiste em outra imagem. Conforme já dito, Enser acentua a escassez de estudos sobre as imagens em movimento, e destaca o projeto *Informedia Digital Video Library*,¹¹ iniciado em 1994 na Escola de Ciência da Computação da *Carnegie Mellon University* (Pittsburgh), que consideramos de grande relevância para o tema.

Em termos de um *caso prático de educação continuada para o profissional de informação* que atua em bibliotecas e arquivos com acervos de imagens, temos o curso sobre “*Visual Materials Cataloging*” (Catalogação de Materiais Visuais), oferecido pela *Rare Book School*¹² – RBS (Escola de Livros Raros), da Universidade da Virgínia, ministrado por Helena Zinkham desde 1998.¹³ Ela é a responsável pela *Prints and Photographs Division* (Divisão de Gravuras e Fotografias) da LC. Este curso é oferecido com o objetivo de aperfeiçoar o conhecimento de bibliotecários e arquivistas preocupados em disponibilizar o acesso de fotogra-

10 NASA. Johnson Space Center: Disponível em: <http://www.nasa.gov/centers/johnson/home/index.html>. Acesso em: 4 fev. 2010.

11 EUA. Carnegie Mellon University. *Informedia II Digital Video Library*. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2010.

12 RARE BOOKS SCHOOL (Estados Unidos). Disponível em: <<http://www.rarebookschool.org/courses/libraries/160/>>. Acesso em: 24 jan. 2010.

13 No período entre 1995-1996, o curso esteve sob a responsabilidade de Jackie Dooley, mas, atualmente leciona o curso “*Introduction to Archives for Special Collections Librarians*” na RBS. Desde 1998, o curso “*Visual Materials Cataloging*” tem sido de responsabilidade de Helena Zinkham.

fias e gravuras para os pesquisadores. Seu conteúdo enfoca a descrição e a indexação de assunto do material visual citado. Como orientação inicial desse curso, Zinkham oferece o que chama de “bibliografia fundamental” sobre fotografias e gravuras, e também solicita-se que seja feito um exercício. Neste, há uma lista de termos da qual o aluno deverá escolher somente um, e procurá-lo em cinco catálogos *on-line* para avaliar os pontos positivos e negativos de seus registros descritivos e acesso. Neste momento, é fornecido um *link* para a lista do “*Online Picture Catalogs*” (Catálogo Online de Imagens), disponível na *Library of Congress, Prints and Photographs Division Website* (Biblioteca do Congresso, Site de Divisão de Gravuras e Fotografias), que inclui cerca de 1000 registros, com predominância da língua inglesa, sobre catálogos *on-line* de bibliotecas, arquivos, museus, bem como uma amostra de fontes comerciais.¹⁴

Aqui dois comentários parecem pertinentes: a) como um mesmo termo pode ocasionar a recuperação de imagens com leituras diversas; b) quão vastos e importantes acervos de imagens que estão nas unidades de informação (digitalizados ou não) são representados e acessados (recuperados) através de catálogos *on-line* na internet, o que tem sido uma preocupação crescente da área.

Na *perspectiva do perfil esperado do profissional que trabalha com recursos visuais*, selecionamos os artigos de Iyer (2009a, 2009b), que relatam o resultado da pesquisa em que a autora analisou 394 anúncios de emprego na área de recursos visuais, publicados entre 2002 a 2006, nas listas de correios eletrônicos e *websites* de algumas instituições – *Society of American Archivists (Archival Outlook)*, *Chronicle of Higher Education*, *Visual Resources Association*, *Art Libraries Society of North America* e *Museum-L*. A autora enfatiza o crescimento e a abrangência que vem tendo esse campo de trabalho. Em seu estudo, usou a metodologia da análise de conteúdo para o exame dos anúncios, e sistematizou-os em duas categorias principais: os ambientes de informação, no âmbito dos quais os empregos eram demandados, bem como os requisitos de qualificação para o emprego. As habilidades mais desejadas para os profissionais de recursos visuais foram: catalogação e teoria da classificação, normas e práticas de digitalização, direitos autorais, gerenciamento de arquivos, banco de dados orientado a objetos.

14 LIBRARY OF CONGRESS (EUA). Prints and Photography Division. *Prints & Photographs Reading Room*. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/print/resource/223_piccat.html>. Acesso em: 20 jan. 2010.

Uma outra forte preocupação que observamos nos textos consultados é a discussão recorrente sobre o *acesso à informação*,¹⁵ não só no contexto das imagens e dos audiovisuais, mas nas diferentes linguagens e meios. A preocupação com o tema do acesso à informação pode ser abordada sob diferentes enfoques e perpassa as várias especialidades da Ciência da Informação. Mas, acentuamos, no domínio da Representação do Conhecimento e da Informação, o tema tem uma densa coloração, se ponderarmos, entre outros aspectos, que os princípios, as técnicas e os procedimentos oriundos da Representação Documentária são aplicados para disponibilizar itens da descrição e do conteúdo dos documentos, ou seja, pelo menos para se tentar analisar, traduzir, condensar e disponibilizar, em um sistema de recuperação da informação, indicativos de fragmentos dos documentos, em diversas linguagens e meios, a fim de permitir o seu acesso. Evidentemente, quando falamos em acesso à informação, pensamos de imediato na problemática do uso dessa informação, mas esta questão já envolve outras variáveis que a dispensam de ser enfocada neste texto.

O acesso à informação é analisado com frequência na literatura levantada, a partir do modelo proposto por Carol Collier Kuhlthau (1985, 1994), intitulado “*Information Search Process Model* (Modelo do Processo de Busca da Informação), trabalho premiado em 2005 pela Sociedade Americana para Ciência da Informação e Tecnologia (ASIS&T) – Grupo de interesse especial de Necessidades de Informação, Busca e Uso.

Outra aproximação que deve ser selecionada como ponto nevrálgico das pesquisas e discussões sobre o acesso ou a busca de informação diz respeito ao tema do 6º Simpósio Anual de Pesquisa desta mesma entidade, realizado em 2006 e intitulado “*Information Realities: Exploring Affective and Emotional Aspects in Information Seeking and Use*” (Realidades da Informação: Explorando Aspectos Afetivos e Emocionais na Recuperação e Uso da Informação), que abordou aspectos emocionais que influenciam o usuário que acessa a informação. A partir dessas pesquisas, organizou-se a (2008) publicação “*Information and Emotion*” – “*The Emergent Affective Paradigm in Information Behaviour Research and Theory* (Informação e emoção: o paradigma afetivo emergente na pesquisa do comportamento e da teoria da Informação).

15 De forma sucinta, define-se o acesso à informação como o uso de “métodos ou meios que tornam possíveis a pesquisa e o encontro de determinado item ou assunto” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 2).

Este livro é uma coletânea dividida em quatro seções: “estruturas teóricas”, “ambiente informacional macroemocional”, “ambiente informacional micro-emocional” e “ambiente de informações especiais”. Seus autores apresentam resultados de pesquisas nos níveis teórico e empírico. Tais estudos mostram o resultado do comportamento emocional de usuários de diferentes características (faixa etária, profissão, contexto sociocultural etc.) quanto ao acesso à informação, pois exploram a relação entre emoções e experiências pessoais na tentativa de obtenção de informações em diferentes ambientes, inclusive com o uso de tecnologias. Investigam os incidentes de usabilidade ou acesso à informação que podem ser caracterizados como emocionais. As pesquisas analisadas nos artigos apontam como o ambiente, as expectativas pessoais, o nível de especialização, os preconceitos, os interesses e a personalidade dos usuários criam uma experiência e um comportamento únicos entre o usuário e a informação.

Para Mentis (2008, p. 197), autora de um dos capítulos desse livro, pesquisas sobre o paradigma afetivo na biblioteconomia, na interação homem-máquina e na ciência da informação têm discutido longamente as respostas emocionais dos usuários vinculadas à perda da eficiência e ao impacto sobre o objetivo final (se foi atingido e quanto tempo foi perdido devido aos problemas surgidos). Observe-se, entretanto, que emoções intensas podem ocorrer em uma tarefa, que nem sempre são respostas a um fracasso. Ou seja, os incidentes de usabilidade frustram metas, de algum modo, e nem todos provocam fortes frustrações. Para a autora, precisamos ter uma melhor descrição das frustrações em situações de acesso à informação, para então projetarmos um sistema de informação mais eficiente para múltiplos domínios e experiências.

Após a concisa e a seletiva revisão de literatura exposta, reforçamos a ideia da viabilidade do uso da teoria da classificação para a organização do conhecimento resultante de imagens. Pois, por meio do auxílio dos fundamentos de um modelo baseado na lógica analítico-sintética, é possível compreender as manifestações do conhecimento humano e dos fenômenos em seus vários aspectos, dimensões, categorias, características e associações, de modo a organizar e a sistematizar o conhecimento, as ideias/pensamentos, as coisas, assim como estruturar domínios do conhecimento e suas filiações. Portanto, a “Documentação tem de classificar o que está escrito sobre esses objetos, e levar em conta não apenas os tipos naturais, mas também suas propriedades, comportamentos,

interações e operações nela realizadas” (VICKERY, 1980, p. 31). Este autor (1980, p. 33) acrescenta que um determinado objeto pode ser classificado de muitos modos e com propósitos diferentes: um coelho pode ser classificado como roedor, animal de pele, herbívoro, animal de estimação etc., de acordo com o ponto de vista do classificador.

Conforme Speziali (1973, p. 462), nas palavras de Lima (2004, p. 57), “a classificação facetada pode mostrar um mapeamento do conhecimento científico de um determinado período, ou permitir a descoberta de conexões e analogias entre diferentes campos do conhecimento, facilitando a recuperação da informação”.

Entretanto, no âmbito dos filmes, um modelo analítico-sintético poderá ser aplicado em conjunto com os princípios selecionados da análise fílmica, das respostas das demandas e das buscas nas unidades de informação acessadas.

A análise fílmica é uma prática de estudo dos filmes, ou seja, um método de trabalho que procura “transpor, transcodificar o que pertence ao visual (descrição dos objetos filmados, cores, movimentos etc.) do fílmico (montagens das imagens), do sonoro (músicas, ruídos, grãos, tons, tonalidades de vozes) e do audiovisual (relações entre imagens e sons)” (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994, p. 10).

Analisa-se um filme quando se produz uma ou mais dessas formas de comentário crítico: descrição, estruturação, interpretação, atribuição. A intenção da análise é explicar a obra analisada, ou seja, compreender suas razões de ser. Por isso, ela é tanto o fato crítico atento em firmar seu julgamento, quanto do teórico que elabora um momento empírico de seu trabalho conceitual; mas ela pode também constituir, por si mesma, uma atividade autônoma, paralela à crítica, não tendo, porém, o caráter de avaliação. Historicamente, a primeira análise fílmica foi realizada por Eisenstein (1934). Outros analistas de filmes se desenvolveram a partir dos anos 60: Metz (1964), Aumont (1966), Bellour (1969, 1975), Barthes (1970), Lagny (1979), Bordwell (1981), Kuntzel (1973), Vanoye; Goliot-Lété (1992); Brenez (1998), Jullier; Marie (2007) (JOURNOT, 2005, p. 10-11; AUMONT; MARIE, 2003, p. 13-15).

A compreensão de aspectos singulares da teoria analítico-sintética, na ação de organização do conhecimento sobre imagens em movimento, em ambientes de informação, e no diálogo do conjunto teórico sobre análise fílmica, nos parece ser um caminho promissor para as pesquisas nessa especialidade.

Considerações finais

Acreditamos que a natureza dos estudos que citamos neste capítulo, não deva ser uma transferência simplista de categorias da análise fílmica para a teoria analítico-sintética. É sim, a constatar que certas categorias fílmicas presentes em obras cinematográficas – e que também derivam do contexto da recepção – podem ser mapeadas, entendidas e sistematizadas pela teoria facetada, tornando-se constantes, genéricas e passíveis de análise e aplicação. Assim, integram o conhecimento das áreas de Ciência da Informação e Cinema. Esses estudos contribuirão para o desdobramento de conceitos na direção de uma renovada compreensão da organização do conhecimento advindo da produção cinematográfica, pela metodologia da análise fílmica, à luz da teoria analítico-sintética, observando-se os atuais jogos de forças e regimes sógnicos, a contemporaneidade dos novos modos de se estar no mundo (subjetações) e os novos processos culturais e estéticos.

REFERÊNCIAS

- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas, SP: Papyrus, 2003, p. 13-15.
- _____. **À quoi pensent les filmes**. Paris: Séguir, 1996.
- ARMITAGE, L. H.; ENSER, P.G.B. Anaysis of user need in image archives. **Journal of Information Science**, v. 23, n. 4, p. 287-299, 1997.
- BAXTER, Graeme; ANDERSON, Douglas. Image indexing and retrieval: some problems and prpposed solutions. **Internet Research**, v. 6, n. 4, p. 67-76, 1996.
- BORDWELL, David. **Figuras traçadas na luz**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Bauru: EDUSC, 2004.
- ENSER, Peter. The evolution of visual information retrieval. **JIS**, v. 34, n. 4, p. 531-546, 2008a.
- _____. Visual imagem retrieval. **ARIST**, v. 42, p. 3-91, 2008b.
- GREISDORF, H. O.; O'CONNOR, Brian. Modelling what users see when they look at images: a cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 58, n.1, p. 6-29, 2002.
- IYER, Hermalata. A profession in transition: towards development and implementation of standards for visual resources management. Part A - the organization's perspective. **IR Information Research**, v. 14, n. 3. Sept. 2009a. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/14-3/paper412.html>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- _____. Part B – the professional's persepctive and beyond. **IR Information Research**, v. 14, n. 4, Dec. 2009b. Disponível em: < <http://informationr.net/ir/14-4/paper413.html> >. Acesso em: 10 jan. 2010.

- JÖRGENSEN, Corinne. **Image retrieval: theory and research**. Rowman Littlefield: Scarecrow Press, 2003.
- JOURNOT, Marie-Thérèse. **Vocabulário de cinema**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- JULLIER, Laurent; MARIE, Michel. **Lendo as imagens do cinema**. São Paulo: Ed. Senac, 2009.
- LA BARRE, K. Facet analysis. **ARIST**, v. 44, p. 243-284, 2010.
- _____. Faceted navigation and browsing features in new OPACs. **Knowledge Organization**, v. 34, n. 2, p. 78-90, 2007.
- _____. The heritage of early faceted classification in document reference retrieval system, 120-1969. **Library History**, v. 23, n. 2, p. 129-149, June, 2007.
- _____. **The use of faceted analytic-synthetic theory as revealed in the practice of website construction and design**. 2006. 333f. Tese (Doctor of Philosophy), School of Library and Information Science, Indiana University, 2006.
- LIMA, Gercina Ângela Borem. O Modelo Simplificado para Análise Facetada de Spiteri a partir de Ranganathan e do Classification Research Group (CRG). **Inf. cult. soc.**, n. 11, p. 57-72, 2004.
- MENTIS, Helena M. Memory of frustrating experiences. In: NAHL, Diane; BILA, Dania (Ed.). **Information and emotion: the emergent affective paradigm in information behaviour research and theory**. New Delhi, Ess Ess Publications: Medford, Information Today, 2008.
- MILSS, J. **A modern outline of library classification**. London: Chpman & Hall, 1960.
- _____. Faceted classification and logical division in information retrieval. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 541-570, 2004.
- RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena to library classification**. 3.ed. Bombay: Asia Publishing House, 1967.
- SHATFORD, S. Analyzing the subject of a Picture: a theoretical approach. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 6, n. 3, p. 39-62, 1986.
- SHATFORD LAYNE, Sara. Subject access to art images. In: BACA, Murtha (Ed.). **Introduction to art image access: issues, tools, standards, strategies**. Los Angeles: J. Paul Getty Trust, 2001.
- _____. Some issues in the indexing of images. **JASIS**, v. 45, n. 8, p. 583-588, 1994.
- SLATE, John H (Ed.). **Visual materials bibliography**. Chicago: Society of American Archivists, Visual Materials Section [2004]. Disponível em: <<http://www.lib.lsu.edu/SAA/bib2006.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- SMIT, Johanna W. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 28-36, jul./dez. 1996.
- SPITERI, Louise. **A simplified model facet analysis**. Disponível em: <http://iainstitute.org/en/learn/research/a_simplified_model_for_facet_analysis.php>. Acesso em: 13 jan. 2010.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LETÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

VICKERY, B. C. **Faceted classification schemes**. New Brunswick, NJ: Graduate School Library Science, Rutgers the State University, 1966.

_____. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980.

YOON, JungWon. Searching for an image conveying connotative meanings: an exploratory crosscultural study. **Library & Information Science Research**, v. 30, p. 312-318, 2008.

Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística

Vitor Manoel Marques da Fonseca
UFF e Arquivo Nacional

Introdução

A partir da década de 1990 tem sido comum na área de arquivos a veiculação de dois conceitos que, até então, dificilmente achavam-se combinados: normalização e descrição. Tratando-se de conceitos de diferentes âmbitos, o primeiro, do léxico normal, e o segundo, de uma específica área de conhecimento, é útil que os busquemos definir recorrendo a instrumentos diferentes, um dicionário de língua portuguesa e às normas do Conselho Internacional de Arquivos.

Normalização, segundo o *Dicionário Aurélio* (1999), é o “ato ou efeito de normalizar(-se) [...]”. Norma, conceito subjacente a esse, tem várias definições, entre as quais, as mais pertinentes às nossas questões, são as de “aquilo que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de alguma coisa [...] princípio, preceito, regra, lei [...] modelo, padrão [...] tipo concreto ou fórmula abstrata do que deve ser, em tudo que admite um juízo de valor [...]”. Dessa maneira, podemos entender o processo de normalização como o de construção ou adequação de algo de forma que se coadune com aquilo que entende como princípio básico, modelo de correção.

Quanto à descrição arquivística, uma boa definição é aquela apresentada no glossário da norma ISAD(G) – “elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo” (CIA, 2001). Daí se pode inferir várias questões importantes, dentre as quais, algumas devem ser aqui reforçadas:

- que toda descrição é uma representação do que é descrito, não o substitui, nem o contém integralmente;
- que o sujeito que realiza a descrição não só extrai alguns elementos de informação da coisa representada, mas que os organiza e registra a partir de si mesmo, suas experiências e objetivos;

- que se descreve para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo em que foram produzidos.

Nenhuma dessas características da descrição arquivística é nova, embora seja inédito, e de certa forma revolucionário, a explicitação pelos profissionais de que a descrição visa explicar o contexto e o sistema de arquivo em que os documentos foram produzidos, este último, também parte do contexto.¹

A noção de contexto, que é básica na área, na medida em que todo o arcabouço teórico da arquivologia reside no chamado princípio da proveniência, ou do respeito aos fundos, tendeu a ser tradicionalmente entendida pelos técnicos como a relação que os documentos de um dado fundo² estabelecem entre si e com seu(s) produtor(es), o que em algumas tradições é referido como organicidade.³ No entanto, a partir da década de 1990, o Conselho Internacional de Arquivos passou a estender a compreensão do que é a descrição com base, exatamente, na visão dilatada do que é o contexto dos documentos.

A história das normas internacionais

Até a década de 1980, a maior parte dos arquivistas acreditava que duas das mais importantes funções dos arquivos, e por extensão, atividades de seus profissionais, os arquivistas, o arranjo e a descrição, não eram passíveis de normalização. A afirmação da unicidade de cada documento, e também de cada conjunto de documentos, fosse ele uma subsérie, série, seção ou fundo/coleção, tinha como corolário inevitável que cada arranjo e cada descrição tinham de ser únicos, devendo ser quase que resgatados, pelo profissional, a partir das indicações dos próprios documentos.

1 Autores importantes não se preocupavam em definir o termo. Schellenberg afirma: “Aplicado aos materiais documentários, o termo *descrição* compreende todas as atividades exigidas para a preparação de instrumentos e meios de busca. *Descrição*, de acordo com o dicionário, é a enumeração das qualidades essenciais de um objeto. Esta definição aplica-se tanto aos documentos como aos demais objetos”. (SCHELLENBERG, 1980, p.199, grifos do autor).

2 “Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo”. Cf. ARQUIVO NACIONAL (2005).

3 “Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.” Cf. Idem.

Esse caráter único dos documentos arquivísticos, normalmente realçado para a diferenciá-los daqueles bibliográficos,⁴ explicaria por que os arquivistas, ao contrário dos bibliotecários, produziam descrições em formatos sempre diferentes, ainda que elaboradas por um mesmo profissional e dentro de uma mesma instituição. Outra consequência era a impossibilidade de pesquisas em mais de um fundo ou coleção, e obviamente, ainda mais impensável, a pesquisa em mais de uma instituição arquivística – cada conjunto documental (fundo ou coleção) possuía seu(s) próprio(s) instrumento(s) de pesquisa e uma busca por um mesmo objeto de pesquisa no acervo de uma instituição significava o manuseio de um sem-número de instrumentos, inevitavelmente estruturados de formas diferentes. Em termos de uma pesquisa em várias instituições, o único instrumento de pesquisa passível de ser utilizado era um guia, que dá informações apenas em nível de fundo ou coleção, não dispensando uma posterior busca nos inventários de cada um dos conjuntos eventualmente selecionados como pertinentes.

Uma série de fatores vai provocar a mudança desse quadro, conduzindo à modernização dos arquivos. Era então já evidente o uso cada vez maior de computadores em todos os setores da sociedade, por exemplo, a área de bibliotecas, já padronizada, que dispunha, desde a década de 1960, de um formato para intercâmbio de dados via computador, o MARC (*MAchine-Readabe Cataloging*).⁵ Além disso, a visão da informação como um direito de todos, em um contexto de crescimento dos acervos e de redução do corpo fixo de funcionários das instituições, bem como a busca dos profissionais pela caracterização da arquivologia como conhecimento científico estimularam a criação das normas de descrição.

A adoção de normas para descrição passa a ser vista como plena de vantagens para a área, na medida em que significaria economia de recursos (humanos, financeiros e tecnológicos), melhor e mais conse-

4 Heloísa Bellotto, diferenciando documentos de arquivo e de biblioteca, dirá: “Sua forma [dos documentos de biblioteca] é a impressa e múltipla, isto é, a mesma obra pode existir em mais de uma biblioteca [...]” enquanto os de arquivo “[...] são em geral exemplares únicos [...]”. Cf. BELLOTTO (2007, p. 37).

5 Para mais dados, consultar a página oficial, disponível em: <http://www.loc.gov/marc/>. Acesso em: 27 jun. 2010.

quente recuperação da informação arquivística,⁶ maior qualidade metodológica e, finalmente, a possibilidade de intercâmbio de descrições arquivísticas. Esta última possibilidade, antes nem aventada, é vital não só para a realização de projetos interinstitucionais, mas também para a melhor compreensão de contextos de conjuntos documentais com custódia fragmentada ou relacionados entre si.

As duas primeiras normas de descrição arquivística tiveram como autores Steven Hensen (1983) e Michael Cook e Margaret Procter (1986). Hensen, cujo trabalho ficará mais conhecido como APPM, iniciais do título da obra, propunha regras próprias para descrição de documentos arquivísticos como resposta a seus colegas norte-americanos que reclamavam dos problemas causados pela adoção de práticas bibliotecônicas na descrição de arquivos. Michael Cook e Margaret Procter, professores da *University of Liverpool*, brincaram com o fato de proporem algo até então considerado impensável: o acrônimo de seu livro, MAD, significa louco em inglês. Nos dois casos, entretanto, tratavam-se de propostas cujo âmbito limitava-se a uma comunidade nacional – Hensen, os Estados Unidos da América, e Cook a Grã-Bretanha.

A proposta de normas internacionais de descrição vai ser patrocinada pelo Canadá, que criava uma norma nacional de descrição⁷ e defendia a necessidade de mesma ação em nível internacional. Já estava determinado, desde o XI Congresso Internacional de Arquivos, em Paris, 1988, que o Canadá acolheria o Congresso em 1992, o que significava dizer que nessa ocasião assumiria a presidência do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) o diretor do Arquivo Nacional do Canadá. Naquela época, os países que assumiriam a presidência do CIA, começavam a ter um contato mais forte com o Conselho durante a gestão anterior, tendo representação nos seus organismos centrais. Assim, já durante a gestão francesa (1988-1992), o Canadá preparava sua administração do CIA (1992-1996) e tinha mais possibilidades de apresentar e defender suas propostas.

Por iniciativa de Harold Naugler, arquivista canadense e presidente do Comitê em Automação do CIA, reúnem-se em Ottawa, de 4 a 7 de outubro de 1988, especialistas sobre descrição de vários países. Os trabalhos concluíram indicando não só a possibilidade, mas a própria

necessidade, de normas internacionais de descrição. Tal recomendação, levada ao CIA, permitiu que, já por convite deste organismo e da UNESCO, em Paris, nos dias 1 e 2 de dezembro do ano seguinte, ocorresse um encontro de especialistas com o objetivo de planejar a elaboração de normas de descrição arquivística. A reunião terminou propondo a criação de um grupo, ligado ao CIA, com o objetivo de desenvolver tais normas.⁸ Em setembro de 1990, o Conselho Executivo do CIA estabeleceu formalmente a Comissão *ad hoc* de Normas de Descrição,⁹ cuja primeira reunião foi no mês seguinte, em Höhr-Grenzhausen, Alemanha, o mesmo país onde se realizava a Conferência Internacional da Mesa-Redonda de Arquivos.¹⁰

A elaboração da norma ISAD(G) – Norma geral internacional de descrição arquivística – foi antecipada pela elaboração de um documento estabelecendo os princípios que seriam seguidos no trabalho e de uma versão preliminar, ambos discutidos especialmente durante o Congresso Internacional de Arquivos de Montreal, em 1992, ocasião em que se decidiu o ingresso de uma representante dos colegas australianos, cuja tradição de organização e descrição da documentação é conhecida como “sistema de séries”, e a não publicação da declaração de princípios, dadas as ardentes discussões então ocorridas.¹¹ O trabalho foi concluído em janeiro de 1993, em Estocolmo, e sua publicação ocorreu no ano seguinte (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1994).

No mesmo ano de 1993, a Comissão *ad hoc* começou a produzir uma norma para registro de autoridades arquivísticas, já demonstrando considerar importante a descrição de pessoas, famílias e entidades cole-

8 Para mais informações, ver *History of ICA/CDS*, disponível em: <<http://www.icacds.org.uk/eng/history.htm>> Acesso em: 28 jun. 2010.

9 Comissões *ad hoc* são criadas para um fim determinado, devendo ser dissolvidas após o alcance de seus objetivos.

10 Os congressos internacionais de arquivos se realizam de quatro em quatro anos. No entanto, até porque como uma associação, o CIA precisa se reunir e realizar anualmente assembleias gerais, nos intervalos se realizam as mesas-redondas de arquivo, conhecidas como CITRAS (*Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives*), sempre dedicadas a uma temática.

11 Quanto ao sistema de séries, ver *Archival Control Systems at State Records*, disponível em: <http://www.archives.sa.gov.au/readingroom/arcontrol.html>. Acesso em: 28 jun. 2010. Quanto à declaração de princípios, cf. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (1992).

6 Aqui entendida como informações sobre documento(s) arquivístico(s).

7 Efetivamente, a primeira edição das normas canadenses vai ocorrer em 1990. Cf. BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS (1990).

tivas envolvidas, como produtores, autores, destinatários ou até como assuntos de documentos. Após a divulgação para comentários e sugestões, em reunião em Haia, no ano seguinte, chegou-se ao texto final da norma, publicada em 1996 (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1996). Já estava prevista, para ambas as normas, uma revisão, a ser realizada cinco anos após sua finalização.

A segunda edição da norma ISAD(G) foi lançada durante o XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha, como primeira tarefa do Comitê de Normas de Descrição. A nova versão pretendeu dar resposta às sugestões e comentários enviados pela comunidade profissional internacional,¹² mas não ocorreram mudanças estruturais. Uma outra importante decisão tomada pelo Comitê nesse período foi a de estreitar laços com o grupo, ligado à *Society of American Archivists* e à *Library of Congress*, responsável pelo *Encoded Archival Description* (EAD), formato codificado para intercâmbio de descrições arquivísticas.¹³ Assim, o EAD, em sua versão de 2000, é plenamente compatível com a ISAD(G).

Entre 2000 e 2004 ocorreu o processo de revisão da norma ISAAR. Nesse caso, a diferença entre a primeira e a segunda edições da norma foram bastante grandes. ISAAR, quando lançada, em 1996, não alcançou muita repercussão, basicamente por dois motivos: o primeiro, porque a ISAD, ainda muito recente, concentrava a atenção da comunidade profissional, preocupada em entender o que mudara e por que isso importava; o segundo, porque a ideia de registros de autoridade como descrição era algo muito novo, difícil de ser entendido, e que não parecia ter tanta importância como a descrição mesma dos documentos.

O fato da norma ISAAR ter tido muito pouca repercussão,¹⁴ aliado ao fato de um grupo de profissionais estar preocupado com a necessidade de se criar um formato codificado, como o EAD,¹⁵ para inter-

12 As observações mais comuns e relevantes eram a falta de exemplos concretos, necessidade de um texto mais claro, fim da confusão entre datas de produção e acumulação, a necessidade de melhor relacionamento entre ISAD e ISAAR e a questão da descrição de documentos especiais e de documentos eletrônicos.

13 Nesse sentido, foi fundamental o papel de Michael Fox, que ainda hoje, em 2010, participa dos dois grupos.

14 Cunningham chega a dizer que o fato da ISAAR ter sido chamada de 'norma esquecida' era adequado. Cf. CUNNINGHAM, 2007, p. 83.

15 Trata-se do Encoded Archival Context – EAC.

câmbio de registros de autoridade, deu condições a que a revisão dessa norma fosse feita com muito mais audácia, levando a uma segunda edição marcadamente distante daquela primeira. Para tentar envolver mais os profissionais, e garantir-lhes maiores condições de real participação, ocorreram dois processos de discussão pública dos rascunhos da norma. Toda a divulgação da norma realçou a sua importância para a descrição de produtores, utilidade inquestionável na área, bem como para a de outras entidades (pessoas, famílias ou entidades coletivas) relacionadas com os documentos (como autores, destinatários, assuntos) ou com os produtores, e até mesmo como forma de normalizar a entrada de seus nomes, permitindo sua recuperação de forma consistente.

Ainda que se possa afirmar que hoje aumentou o número de arquivistas que veem os registros de autoridade arquivística como uma atividade descritiva importante, como demonstram os esforços de alguns países no sentido de criar catálogos nacionais,¹⁶ o uso da norma ISAAR é ainda pequeno e ela é desconhecida por grande parte dos profissionais.

No período 2004-2008, o Comitê de Normas de Descrição foi transformado em seção do CIA, com o nome de Seção de Boas Práticas e Normas, e depois reconvertido em Comitê de mesmo nome.¹⁷ A efetiva mudança não foi a de nome ou *status*, mas a incorporação de outras áreas que não a da descrição, como a de avaliação de documentos, de documentos eletrônicos, de conservação e de edifícios. O Subcomitê de Descrição continuou bastante profícuo e deu origem a duas novas normas, ISDF e ISDIAH, lançadas a público durante o XVI Congresso Internacional de Arquivos, em Kuala Lumpur, 2008. Nos dois casos, foi seguido o processo de elaboração de uma versão preliminar e sua submissão à comunidade profissional.

O objetivo da criação da norma ISDF (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008) foi permitir uma melhor com-

16 Um exemplo recente é Portugal. Cf. DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS (Portugal), 2008. Cabe ressaltar que a APENet (Archives Portal Europe) pretende a criação de uma base comum de registros de autoridade arquivística.

17 Durante o XV Congresso Internacional de Arquivos, 2004, em Viena, todos os comitês foram extintos, e alguns deles anexados à Seção de Boas Práticas e Normas. Entretanto, o caráter das seções não favorece o trabalho normativo, e foi por isso que ela foi reconvertida em comitê, o único hoje existente no CIA.

preensão do contexto da produção dos documentos. As entidades coletivas, principalmente as públicas, que são os produtores da maior parte dos documentos custodiados por instituições arquivísticas, produzem documentos como corolário necessário do exercício de uma função – assim, descrever as funções permite compreender melhor a relação entre os documentos, com vantagens inclusive para processo de sua avaliação (ainda em fase corrente ou intermediária). De uma maneira simplificada, pode-se afirmar que os documentos relativos às funções de uma entidade coletiva (suas competência) são, de fato, de natureza permanente, devendo ser preservados.

Uma outra possível utilidade da norma ISDF é permitir a criação de uma taxonomia que viabilize, em níveis muito gerais, uma classificação, em termos de assunto, dos conjuntos documentais. Ainda mais ambiciosamente, na medida em que todos os estados contemporâneos assumem, *grosso modo*, funções similares, estas poderiam servir como uma taxonomia geral, capaz de ajudar a recuperar, em todas as sociedades, por exemplo, os documentos referentes à segurança.

A norma ISDIAH (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009) foi elaborada para descrição de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos e que permitem acesso a tais documentos. Quando de sua consulta pública, uma das observações recebida era de a norma ISDIAH corresponder a um caso de registro de autoridade arquivística voltado para um tipo específico de entidade, os arquivos. Há procedência no comentário, mas é fato também que descrições de arquivos são muito importantes, tanto na produção de determinados tipos de instrumentos de pesquisa (como guias e diretórios) e até na informação que deveria constar em sítios institucionais de arquivos. Além disso, arquivos, em sentido estrito, têm um caráter muito especial, porque, sendo também produtores, ao custodiarem e facultarem acesso a documentos produzidos por outras entidades, assumem funções extremamente específicas e diferenciadas dos demais órgãos da mesma administração.

Uma avaliação sincera do uso das normas internacionais do CIA pela comunidade aponta, no entanto, para sua subutilização. A ISAD(G) é, de longe, a mais conhecida e utilizada; ISAAR(CPF) é

razoavelmente conhecida mas menos usada, enquanto as outras duas normas – ISDF e ISDIAH – são praticamente desconhecidas.

As normas internacionais e os sistemas de descrição

Várias são as razões para o deficiente uso das normas internacionais de descrição do CIA. Podem ser apontadas, entre as principais, a ausência de uma eficiente estrutura de divulgação e treinamento, a carência de orientações nacionais quanto à adoção e adaptação desses instrumentos,¹⁸ a ideia – errônea – de que o seu uso supõe condições tecnológicas avançadas, inexistentes na maioria dos arquivos, e, finalmente, o desconhecimento das vantagens que o uso combinado dessas normas num sistema de descrição arquivístico pode trazer para uma compreensão mais efetiva do contexto dos documentos.

No quadriênio 2008-2012, intervalo entre os congressos de Kuala Lumpur e de Brisbane, o Subcomitê de Descrição do Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA assumiu como suas principais tarefas a produção de um documento único que integre todas as normas e que as apresente numa perspectiva de um sistema de descrição, elencando, inclusive, as características que este deve possuir.

Nesse sentido, é objetivo do grupo demonstrar que um sistema de descrição que integre todas as normas – internacionais ou nacionais correspondentes – não só aumenta a possibilidade de compreensão do contexto dos documentos, como também maximiza os recursos informacionais disponíveis, permite o aproveitamento de dados e pesquisas normalmente realizadas pelos técnicos para realização do arranjo e descrição dos documentos, possibilita a passagem de um tipo de informação a outro, conforme as necessidades e interesses dos usuários.

O diagrama abaixo demonstra as relações entre as diferentes entidades que estabelecem relações e constroem o que chamamos o contexto dos documentos.

¹⁸ O Brasil tem uma situação bastante peculiar nesse sentido – todas as normas internacionais foram traduzidas e impressas pelo Arquivo Nacional, que sempre promoveu oficinas de treinamento, elas podem ser baixadas dos sítios do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos e existe uma norma nacional de descrição de documentos (NOBRADE), elaborada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ/CTNDA).

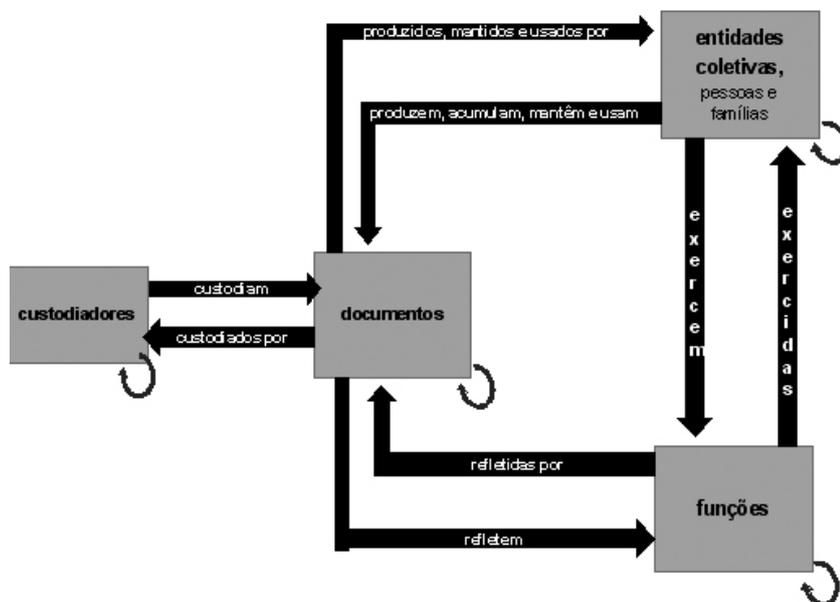


Ilustração : Representação das relações num sistema de descrição arquivística (elaborado a partir de documento do Subcomitê de Descrição do CBPN/CIA).

O diagrama¹⁹ está baseado em entidades, representadas por quadrados, e relações, registradas como setas. Cada uma das entidades representadas pode ser descrita segundo uma norma específica – custodiadores, ISDIAH, documentos, ISAD(G), ou no caso brasileiro, a NOBRADE, entidades coletivas, pessoas e famílias, ISAAR(CPF), e funções, ISDF. As palavras “entidades coletivas”, “funções”, “exercem” e “exercidas” estão em fonte de mesmo calibre para indicar que é entre essas entidades que se estabelece a relação do exercício. Quanto aos demais aspectos representados, as setas indicam, segundo seu sentido, a relação existente. Importa observar que as setas curvadas, que ligam uma entidade a ela mesma, representam as relações que entidades custodiadoras mantêm com entidades custodiadoras, documentos com documentos, entidades coletivas, pessoas e famílias com entidades coletivas, pessoas e famílias e funções com funções.

¹⁹ A atual versão do desenho do diagrama deve-se à Lídia M.C.B. Salek, a quem registro meus agradecimentos.

ICA-AtoM: um exemplo de sistema de descrição

Um exemplo de sistema de descrição baseado nas normas internacionais de descrição é o *software* ICA-AtoM, nome derivado do acrônimo, em inglês, do Conselho Internacional de Arquivos (*International Council on Archives*) e as iniciais da expressão *Access to Memory*. Em 2005, a UNESCO sugeriu ao CIA a criação de um *software* para elaboração de um guia sobre direitos humanos. A resposta foi a proposta de um sistema de descrição que, incorporando todas as normas existentes, pudesse ser distribuído gratuitamente a todos os arquivos que o desejassem.

O projeto evoluiu no sentido do desenvolvimento de uma ferramenta aberta e livre, baseada, portanto, na cooperação internacional, multilíngue, que permitisse edição de descrições arquivísticas e sua disponibilização na web. Desenvolvido pela *Artefactual System*, uma empresa canadense, tem como patrocinadores, além da UNESCO e do CIA, a *Library and Archives Canada*, os *Archives nationales* (França), *The National Archives of Scotland*, a *Archiefschool* (Holanda) e o *United Arab Emirates Centre for Documentation and Research*. Atualmente, está disponível para uso e teste a versão 1.0.9-beta,²⁰ mas o cronograma de desenvolvimento do projeto prevê o lançamento oficial da versão 1.1 em dezembro de 2010.

O sistema permite a descrição de documentos de acordo com várias normas (ISAD, Dublin Core, MODS e RAD), de entidades coletivas, pessoas e famílias a partir da ISAAR (CPF), de custodiadores, de acordo com a ISDIAH, e de funções, em conformidade com a ISDF. O usuário pode passar de um tipo a outro de descrição, já que todos estão relacionados entre si, além de poder passar, a partir de uma descrição, a outras que lhe estão relacionadas (por exemplo, de uma função a todas as entidades que exerceram a mesma função ou a todas as demais funções que se relacionam com a primeiramente escolhida). Além disso, permite importação e exportação de descrições arquivísticas conforme o EAD 2002 e exportação de registros em Dublin Core e formato MODS XML.

O ICA-AtoM vem sendo visto como uma ferramenta muito útil para instituições arquivísticas que não dispõem de *software* próprio, além de funcionar como um catalisador de colaboração entre os profissionais da área, difundir as normas, facilitar programas de treinamento

²⁰ O site oficial do projeto é <http://ica-atom.org/> Acesso em: 3 jul.2010.

de novos profissionais e divulgar os formatos de intercâmbio hoje existentes EAD, EAC e EAG – *Encoded Archival Guide*, (para descrições de custodiadores).

Dois exemplos brasileiros de uso do ICA-AtoM acham-se disponíveis na internet e podem servir para análise. São eles o Guia das Associações Cariocas, uma base multi-institucional sobre acervos documentais de associações existentes no Rio de Janeiro, só os descrevendo em nível de fundo/coleção, e a base Arch, da Casa de Oswaldo Cruz, que descreve em todos os níveis a documentação que custodia.²¹

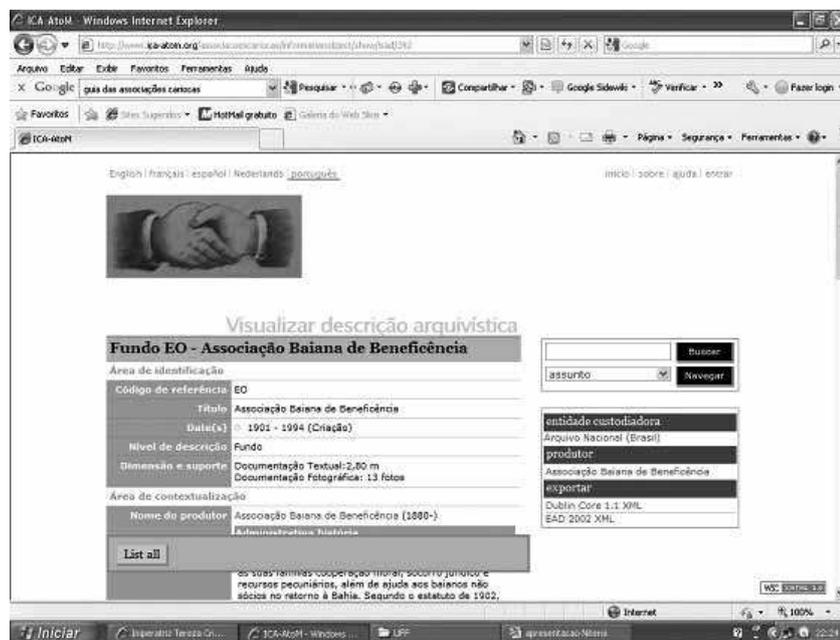


Ilustração : Guia das Associações Cariocas

Na ilustração 2, da descrição de documentos da Associação Baiana de Beneficência, pode-se observar que, à direita, existe a possibilidade de, clicando nos *links* em azul, passar para a descrição da entidade

21 O guia das Associações Cariocas acha-se disponível em http://www.ica-atom.org/associacoescariocas/?sf_culture=pt, e a base Arch em <http://arch.coc.fiocruz.br/php/index.php>.

que custodia esse acervo (no caso, o Arquivo Nacional) como par a descrição de seu produtor. Além disso, existe a possibilidade de exportar os dados de duas maneiras diversas.

Conclusões

Do ponto de vista da normalização em escala internacional, a visão atual não é a de criação de mais normas, mas sim de divulgação e treinamento dos profissionais naquelas já existentes, bem como a explicitação das relações entre todas essas ferramentas normativas.

Do ponto de vista do Brasil, a ideia é a manutenção da boa sintonia com o Subcomitê de Normas de Descrição do Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA, fornecendo exemplos, traduzindo e divulgando os trabalhos realizados. Além disso, especificamente quanto à Câmara Técnica de Normas de Descrição do Conselho Nacional de Arquivos, este grupo pretende desenvolver alguns projetos de diretrizes, de uma norma nacional e estudos. São eles:

- a – diretrizes para referência de documentos arquivísticos;
- b – diretrizes para elaboração de instrumentos de pesquisa;
- c – normalização da entrada de nomes de entidades coletivas, levando em conta as normas biblioteconômicas existentes;
- d – estudos acerca dos formatos de intercâmbio existentes, principalmente sobre o EAD e o EAC.

Espera-se, assim, não só responder às necessidades mais prementes da comunidade profissional nacional, mas mantê-la atualizada com os avanços que venham a ser realizados internacionalmente.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. Planning Committee on Descriptive Standards. **RAD: rules for archival description**. Ottawa, 1990.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF: norma internacional para descrição de funções**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Publicações técnicas, n. 49)

COOK, Michel; PROCTER, Margaret. **A manual of archival description**. Aldershot: Gower, 1986.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o do desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan.-dez. 2007.

DICIONÁRIO Aurélio eletrônico século XXI. versão 3.0. s.l: Lexicon Informática Ltda, nov. 1999.

DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS (Portugal). **Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/fnaa.pdf> Acesso em: 2 jul. 2010.

HENSEN, Steven L. **Archives, personal papers and manuscripts**: a cataloging manual for archival repositories, historical societies and manuscripts. Washington, DC: Library of Congress, 1983.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards. **ISAAR(CPF)**: international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families : final ICA approved version. Ottawa, 1996. Disponível em: [http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR\(CPF\).pdf](http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF).pdf) Acesso em: 29 jun. 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **ISAD(G)** : general international standard archival description : adopted by the Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 21-23 January 1993. Ottawa, 1994. Disponível em: [http://web.mclink.it/MD1431/sito/isaargrp/isad\(g\)e.html](http://web.mclink.it/MD1431/sito/isaargrp/isad(g)e.html) Acesso em: 29 jun. 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Statement of principles regarding archival description**: adopted by the ad hoc Commission on Descriptive Standards, Madrid, Spain, January 1992. First version revised. Ottawa: Secretariat of the ICA Commission on Descriptive Standards, 1992. 13 p.

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SOBRE OS AUTORES

Ana Célia Rodrigues

Doutora em História Social pela USP e especialista em Organização de Arquivos pelo IEB-USP e pelo Archivo General de la Nación, Peru/OEA. É Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da UFF e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-UFF. Autora de projetos de implantação e ordenação de arquivos municipais, entre eles os de Santos, Campinas e Ouro Preto, suas áreas de interesse e produção são: diplomática contemporânea; tipologia documental; funções arquivísticas; gestão de documentos e de arquivos. É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gênese Documental Arquivística”.

Cristina Dotta Ortega

Doutora em Ciência da Informação pela ECA-USP, é Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da UFMG, tendo por interesses de pesquisa e produção científica: fundamentos da Ciência da Informação, organização da informação e informática documentária.

Carlos Henrique Marcondes

Doutor em Ciência da Informação pela UFRJ, é Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da UFF e Coordenador do Programa de Pós-Graduação-Mestrado-UFF. Bolsista de Produtividade do CNPq, tem como áreas de interesse processamento semântico de documentos digitais; publicações eletrônicas; bibliotecas digitais; modelagem e representação de documentos digitais; metadados e ontologias. Lidera o Grupo de Pesquisa do CNPq “Informação, Conhecimento e Tecnologia da Informação”.

Douglas Tudhope

PhD pela University of Wales (Swansea), é professor da Faculty of Advanced Technology, University of Glamorgan, Reino Unido, onde lidera a Hypermedia Research Unit. Foi Professor Convidado no Projeto EPSRC FACET, em colaboração com o Science Museum and Museum Documentation Association. É Professor Convidado

no Projeto Semantic Technologies for Archaeological Resources, em colaboração com English Heritage. Edita o periódico *New Review of Hypermedia and Multimedia*, além de participar do Conselho Editorial dos periódicos *Information Discovery* e *Journal of Digital Information* (JoDI). Seus interesses de pesquisa são os sistemas e serviços de organização do conhecimento.

Eduardo Ismael Murguía

Doutor em Educação pela Unicamp. É Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UNESP-Marília. Bolsista de Produtividade do CNPq, atua nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação, voltado principalmente para os temas colecionismo, memória e história.

Hagar Espanha Gomes

Livre Docente pela UFF e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Professora Adjunta aposentada do Departamento de Documentação-UFF, foi Diretora do IACS-UFF e Coordenadora do Curso de Biblioteconomia. Foi Presidente do IBBD e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ. Hoje, consultora independente, atua em Grupos de Pesquisa da UFF, UFRJ e UNIRIO. Suas áreas de atuação em pesquisa, consultorias e docência são: tecnologias da informação, organização do conhecimento para tratamento e recuperação da Informação.

Heloisa Liberalli Bellotto

Doutora em História pela USP e especialista em Arquivística pela Escuela de Documentalistas, Madrid, Espanha. É docente do Curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Curso de Especialização em Organização de Arquivos do IEB-ECA-USP, assim como Professora Visitante da Maestría Biental em Gestión de Documentos y Administración de Archivos da Universidad Internacional de Andalucía- Espanha. É consultora do

Projeto Resgate do Ministério da Cultura do Brasil, atuando na descrição dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal. É autora de livros e artigos nas áreas de História e de Arquivologia e tem assessorado projetos de organização arquivística em todo o país.

José Antonio Moreira González, da Universidade Carlos III de Madrid

Doutor em História pela UNED - Espanha, com Pós-Doutorado desenvolvido junto à ECA-USP. É Catedrático de Biblioteconomía y Documentación e Decano da Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación da Universidad Carlos III de Madrid. Foi professor visitante em universidades brasileiras e outras latino-americanas. Com várias publicações sobre questões conceituais e históricas da documentação, assim como sobre técnicas de análise de conteúdo documental. É membro do corpo editorial de periódicos científicos internacionais. Tem como áreas de especialização: linguagens documentárias, ontologias, taxonomia e tesouros, indexação e resumo, assim como estudos do mercado de trabalho e competências profissionais de titulados em documentação e informação.

Lídia Silva de Freitas

Doutora em Ciências da Comunicação, área de Ciência da Informação e Documentação pela ECA-USP, com Pós-Doutorado desenvolvido junto ao Museu Nacional-UFRJ. É Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-UFF. Seus temas de interesse e produção atuais são: epistemologia e arqueologia foucaultiana do campo informacional; informação, memória e cultura; escrita, documento e leitura; e informação e discurso. Lidera o Grupo de Pesquisa do CNPq “Informação, Discurso e Memória”.

Luciana Quillet Heymann

Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, Coordena o Programa de História Oral do Setor de Documentação do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. É Professora Associada da Escola Superior de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – FVG. Pesquisa no campo da sociologia da memória, in-

vestigando os processos sociais de construção e institucionalização de acervos privados como patrimônio público e sobre políticas memoriais e usos do passado em contextos de luta por direitos.

Maria Luiza de Almeida Campos

Doutora em Ciência da Informação, com Pós-Doutorado pelo Instituto Oswaldo Cruz-FIOCRUZ na área de Ontologias genômicas. É Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação UFF e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-UFF. É Bolsista de Produtividade do CNPq e Coordena o Grupo de Trabalho 2 – “Organização e Representação do Conhecimento” – da ANCIB. Sua área de interesse e produção é Organização e Recuperação da Informação, especialmente: indexação; construção de tesouros e taxonomias; teoria da classificação; terminologia; ontologias; metadados e gestão de conteúdos. É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Ontologia e Taxonomia: aspectos teóricos e metodológicos”.

Marilda Lopes Ginez de Lara

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. É Livre Docente da Universidade de São Paulo e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA. É Bolsista de Produtividade do CNPq e tem como atuais temas de interesse e pesquisa: a organização da informação para o acesso e temas relacionados, como linguística documentária, linguagem documentária, representação documentária, arquitetura da informação, relações entre os estudos da linguagem e a ciência da informação, terminologia.

Maurício Barcellos Almeida

Doutor em Ciência da Informação (UFMG), é Professor Adjunto da UFMG, Depto de Teoria e Gestão da Informação, onde mantém pesquisas em Representação do Conhecimento e lidera o grupo de pesquisa Representação do Conhecimento, Ontologias e Linguagem (RECOL). Os principais interesses de pesquisa são ontologia formal, ontologia aplicada, modelos organizacionais, preservação digital. Além da atuação acadêmica é consultor em instituições públicas e privadas.

Renato Rocha de Souza

Doutor em Ciência da Informação pela UFMG, com Pós-Doutorado em Tecnologias Semânticas para Recuperação da Informação pela University of Glamorgan-Reino Unido, na qual possui o título de Visiting Fellow. É Professor Adjunto da Escola de Ciência da Informação da UFMG e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-UFMG. Suas áreas de interesse e produção é a Representação do conhecimento e representação da informação, com foco nos temas: sistemas de recuperação da informação; processamento de linguagem natural; indexação automática; ontologias; gestão do conhecimento; software educativo; e ensino à distância.

Rosa Inês de Novais Cordeiro

Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, com Pós-Doutorado no Instituto de Psicologia da UFRJ. É Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação-UFF e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-UFF e do Mestrado Profissional em Justiça Administrativa-UFF. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Convênio UFF-IBICT. Seus principais domínios de atuação e produção são a análise e a representação do conteúdo de documentos de naturezas diversas (audio-visuais e imagens em diferentes estoques de informação) e a geração e a gestão do conhecimento em Direito. Lidera o Grupo de Pesquisa CNPq “Imaginário e informação: estudos culturais e comparativos”.

Vera Dodebei

Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, é Professora Associada Departamento de Processos Técnico-Documentais e docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. Bolsista de Produtividade do CNPq e Vice-Presidente da ISKO-Brasil, coordena o GT Informação e Memória da ANCIB, atua nas áreas de Estudos Sociais e Ciência da Informação, tendo interesse pelas relações entre informação, memória e virtualidade; organização do conhecimento, linguagens documentárias, tesouros e redes conceituais virtuais; memória e imagem; patrimônio digital e memória social.

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Doutor em História pela UFF, realiza Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ. É Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação-UFF e servidor do Arquivo Nacional. Atualmente preside a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do CONARQ. É membro do Conselho Internacional de Arquivos e do Comitê Regional do Programa Memória do Mundo para a América Latina e o Caribe, da UNESCO. Suas áreas de interesse e produção na Ciência da Informação, com ênfase na Arquivologia, são: organização e descrição arquivística, normas, fontes e paleografia.

